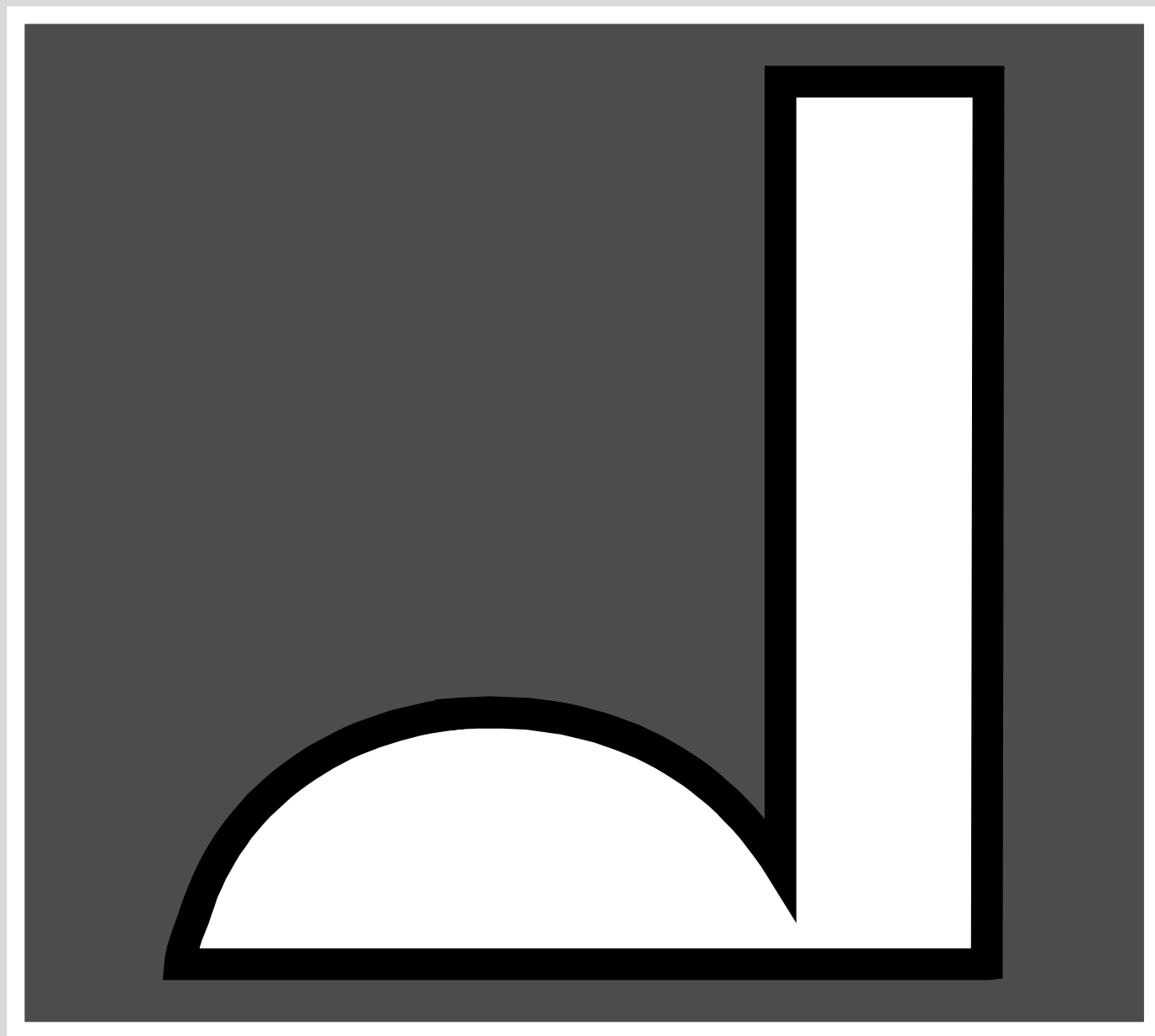




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LIX – Nº 039 – SEXTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2004 – BRASÍLIA - DF

MESA		
Presidente José Sarney – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Paulo Paim – BLOCO – PT – RS 2º Vice-Presidente Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO 1º Secretário Romeu Tuma – PFL – SP 2º Secretário Alberto Silva – PMDB – PI	3º Secretário Heráclito Fortes – PFL – PI 4º Secretário Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS Suplentes de Secretário 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO E DA MINORIA - 22 (PT -13, PSB - 3, PTB – 3, PL 3) LÍDER - PT Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes Roberto Saturnino - PT Ana Júlia Carepa - PT Flávio Arns - PT LÍDER - PL - 3 Magno Malta - PL Vice-Líder Aelton Freitas LÍDER - PSB - 3 João Capiberibe - PSB Vice-Líder PSB Geraldo Mesquita Junior LÍDER - PTB - 3 Duciomar Costa - PTB LIDERANÇA DO PMDB - 23 LÍDER Renan Calheiros - PMDB	Vice-Líderes Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Papaléo Paes LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA – 28 PFL 17, PSDB - 11 LÍDER Efraim Moraes - PFL Vice-Líderes Tasso Jereissati - PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolfo Tourinho – PFL LÍDER - PFL José Agripino - PFL Vice-Líderes Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho José Borges João Ribeiro LÍDER - PSDB Arthur Virgílio - PSDB-AM	Vice-Líderes Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias LIDERANÇA DO PDT - 5 LÍDER Jefferson Péres - PDT Vice-Líder Almeida Lima LIDERANÇA DO PPS – 2 LÍDER Mozarildo Cavalcanti - PPS LIDERANÇA DO GOVERNO LÍDER Aloizio Mercadante – PT Vice-Líderes Fernando Bezerra – PTB Patrícia Sabóya Gomes – PPS Hélio Costa – PMDB Marcelo Crivella – PL Ney Suassuna – PMDB Ideli Salvati - PT
EXPEDIENTE		
Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

CONGRESSO NACIONAL

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10. da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62. da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 161, de 22 de janeiro de 2004**, que “*acresce o art. 1º – A à Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, que institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide), e dá outras providências*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 23 de março de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10. da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62. da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 162, de 22 de janeiro de 2004**, que “*abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, no valor de R\$3.400.000.000,00, para os fins que especifica*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 24 de março de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10. da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004**, que “*altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências*”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 24 de março de 2004, tendo em vista que sua votação não foi encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 154, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assaré, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de abril de 2002, que outorga concessão ao Sistema de Comunicação Terra do Sol Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Assaré, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 155, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão da Trídio Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.076, de 16 de dezembro de 1996, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a permissão da Trídio Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 156, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio São Gabriel Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 22 de agosto de 2000, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio São Gabriel Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Gabriel, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 157, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à CARDOSO & FERNANDES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 731, de 10 de maio de 2002, que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 158, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Cultural Beneficente Studio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peruíbe, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 475, de 22 de março de 2002, que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Cultural Beneficente Studio a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peruíbe, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 159, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação E Cultura Valente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valente, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 511, de 02 de abril de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Valente a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valente, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 160, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.086, de 16 de dezembro de 1996, que renova, a partir de 4 de fevereiro de 1995, a permissão outorgada à Fundação Nossa Senhora Aparecida para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aparecida, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 161, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da RÁDIO DIFUSORA DO PARANÁ LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de novembro de 1997, que renova, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão da Rádio Difusora do Paraná Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 162, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educacional União da Serra para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Veranópolis, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 9 de fevereiro de 1998, que renova, a partir de 30 de janeiro de 1998, a concessão da Fundação Educacional União da Serra para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Veranópolis, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 163, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à LT Costa Pinto Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.109, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à LT Costa Pinto Radiodifusão Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itajubá, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 164, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente de Desenvolvimento Cultural Em Coaraci a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coaraci, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 208, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Beneficente de Desenvolvimento Cultural em Coaraci a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Coaraci, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 165, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pitiguara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 209, de 1º de outubro de 1998, que renova, a partir de 13 de março de 1995, a permissão outorgada à Rádio Pitiguara Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Assis Chateaubriand, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 166, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio do Alto São Francisco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martinho Campos, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 50, de 17 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Rádio do Alto São Francisco a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martinho Campos, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 167, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Severiano Melo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 464, de 22 de março de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Severiano Melo a executar, por dez anos, sem direito

de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Severiano Melo, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 168, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rionovense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Novo, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 451, de 22 de março de 2002, que autoriza a Associação Comunitária Rionovense de Radiodifusão a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Novo, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 169, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural e Educativa “Manoel Affonso Cancelli” para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 11 de junho de 2002, que outorga concessão à Fundação Cultural e Educativa “Manoel Affonso Cancelli” para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 170, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Serra Verde FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranópolis, Estado de Goiás.

O **Congresso Nacional** decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 36, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Serra Verde FM a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serranópolis, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 171, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Sociedade Sol e Vida – Lago Sul a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 342, de 28 de junho de 2001, que autoriza a Sociedade Sol e Vida – Lago Sul a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 172, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO PARANOÁ a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Paranoá, Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 19, de 11 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária do Paranoá a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Paranoá, Distrito Federal.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 173, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Comunitária dos Pioneiros De Campos De Júlio, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 226, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Cultural Comunitária dos Pioneiros de Campos de Júlio, a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 174, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Macaparana FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaparana, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 597, de 24 de outubro de 2001, que autoriza a Associação Cultural Macaparana FM a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macaparana, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 175, DE 2004

Aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Planalto de Passo Fundo para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 24 de abril de 2002, que renova, a partir de 3 de setembro de 1995, a concessão da Fundação Cultural Planalto de Passo Fundo para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 176, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação De Moradores do Bairro Pacu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 788, de 14 de dezembro de 2001, que autoriza a Associação de Moradores do Bairro Pacu a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tiradentes, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 177, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Singão Associação Cultural de Santa Isabel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Isabel, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.709, de 28 de agosto de 2002, que autoriza a Singão Associação Cultural de Santa Isabel a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Isabel, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 178, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iporã, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.479, de 2 de agosto de 2002, que outorga permissão à Prisma Engenharia em Telecomunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iporã, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 179, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Angelo Redivo para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20 de dezembro de 2002, que outorga concessão à Fundação Angelo Redivo para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Araranguá, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 180, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educar Sul Brasil para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pinhais, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 25 de junho de 2002, que outorga concessão à Fundação Educar Sul Brasil para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pinhais, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 181, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Maria Targino Pontes de Araújo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 776, de 15 de maio de 2002, que outorga permissão à Fundação Maria Targino Pontes de Araújo para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 182, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Rota do Sol Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.088, de 26 de junho de 2002, que outorga permissão à Rádio Rota do Sol Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 183, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Roncador a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roncador, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 216, de 25 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural de Roncador a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Roncador, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 184, DE 2004

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Toledo Prado para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.003, de 8 de outubro de 2002, que outorga permissão à Fundação Toledo Prado para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos na cidade de Porto Velho, Estado de Rondônia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 185, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária São José a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.246, de 23 de outubro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária São José a executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, retificando-se o prazo de autorização para dez anos, tendo em vista o disposto na Lei nº 10.597, de 11 de dezembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 186, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Madalena a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Madalena, Estado do Ceará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 382, de 11 de julho de 2001, que autoriza a Associação Comunitária de Madalena a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Madalena, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 187, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Paranatinga – MT a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 72, de 22 de fevereiro de 2001, que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Paranatinga – MT a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 188, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Fundação Cultural e Educacional Padre Hermenegildo Bortolatto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio das Antas, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 386, de 19 de março de 2002, que autoriza a Fundação Cultural e Educacional Padre Hermenegildo Bortolatto a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio das Antas, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 189, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Vila Velha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 8, de 11 janeiro de 2002, que renova, a partir de 27 de outubro de 1996, a permissão outorgada à Rádio Vila Velha Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 190, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Patrimônio de Nossa Senhora Da Conceição a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabrobó, Estado de Pernambuco.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 155, de 19 de fevereiro de 2002, que autoriza a Associação dos Moradores do Patrimônio De Nossa Senhora da Conceição a executar, por dez anos,

sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabrobó, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 191, DE 2004

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Jornal de Barretos Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 84, de 13 de março de 1998, que renova, a partir de 18 de março de 1996, a permissão outorgada à Jornal de Barretos Comunicações Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barretos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 192, DE 2004

Aprova o ato que autoriza a Prefeitura Municipal de Diamantino a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Diamantino, Estado de Mato Grosso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 417, de 20 de março de 2002, que autoriza a Prefeitura Municipal de Diamantino a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Diamantino, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 193, DE 2004

Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Cultural Educacional de Sertãozinho para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 6 de dezembro de 2001, que outorga concessão à Fundação Cultural Educacional de Sertãozinho para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 18 de março de 2004. – Senador **José Sarney**, Presidente do Senado Federal.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 19ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 18 DE MARÇO DE 2004

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 330/2004, de 12 do corrente, comunicando a aprovação das Emendas do Senado Federal de nºs 1 a 17, 19 a 34 e a rejeição da Emenda nº 18, oferecidas ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 144, de 2003, que dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. **(Projeto enviado à sanção em 12.03.2004)**..... 07717

1.2.2 – Ofícios de Ministros de Estado

Nº 8/2004, de 11 de corrente, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 4, de 2004, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 07717

Nº 508/2004, de 11 do corrente, da Ministra do Meio Ambiente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 722, de 2003, do Senador Gerson Câmara. 07717

1.2.3 – Ofícios

Nº 57/2004, de 17 do corrente, da Liderança do PT no Senado Federal, de indicação da Senadora Fátima Cleide para ocupar a função de Vice-Líder do PT, em vaga pertencente ao Partido. 07718

Nº 98/2004, de 17 do corrente, da Liderança do PT no Senado Federal, de indicação de membro para compor a Comissão de Fiscalização e Controle. Designação da Senadora Ideli Salvatti, como titular, para compor a referida Comissão. 07718

Nº 20/2004, de do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de substituição de membros na Comissão de Assuntos Econômicos. 07718

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 173, de 2004, em 16 de março de 2004, e publicada no dia 17 do mesmo mês e ano, que institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o artigo 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria. 07718

Recebimento da Mensagem nº 33, de 2004 (nº 113/2004, na origem), de 15 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros, de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil – PAFIB. 07719

1.2.5 – Leitura de requerimento

Nº 328, de 2004, de autoria da Comissão de Educação, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar as informações que menciona. 07719

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, como Líder – Defesa de inclusão de dispositivos, pelo Senado Federal, no projeto de lei aprovado ontem, na Câmara dos Deputados, que cria regras para a parceria público-privada, com o obje-

tivo de fortalecer o consumidor, proporcionando maior garantia aos investidores.	07720	Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001.....	07751
SENADOR AELTON FREITAS – Cobra de rapidez na apreciação da Lei de Biossegurança...	07722	Nº 332, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.....	07751
SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Análise de questões relativas à nova legislação reguladora do setor elétrico e do sistema tributário nacional.	07725	Nº 333, de 2004, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona.	07752
SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Resultado da 2ª edição do “Troféu Berzoini de Crueldade”, criado pelo PFL.....	07728	Nº 334, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro-Chefe da Casa Civil as informações que menciona.	07753
SENADOR ROMEU TUMA – Recebimento de fax de oficiais das Forças Armadas, solicitando a votação da Medida Provisória nº 2.215-10, de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas. A importância do Projeto Calha-Norte para a Amazônia brasileira.	07729	Nº 335, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona.	07753
SENADOR LEONEL PAVAN – Discriminação contra vários municípios brasileiros, privados do acesso à telefonia móvel.	07731	Nº 336, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.....	07754
SENADOR EDUARDO AZEREDO – Assinatura de convênio para obras viárias destinadas a melhorar o acesso ao Aeroporto de Confins, em Belo Horizonte/MG.	07731	1.2.8 – Leitura de projeto	
SENADOR DEMÓSTENES TORRES – Risco da decadência do setor de fumo.	07732	Projeto de Resolução nº 9, de 2004, de autoria do Senador José Jorge, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre as atribuições da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.....	07754
SENADOR JOÃO TENÓRIO, como Líder – Considerações sobre a decisão dos brasileiros que permaneceram no Haiti.	07734	1.2.9 – Comunicação da Presidência	
SENADORA ANA JÚLIA CAREPA, como Líder – Transcrição, nos Anais do Senado Federal, de documento da Confederação Nacional dos Municípios a respeito das diversas conquistas dos municípios em 2003.....	07735	Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 9, de 2004, que acaba de ser lido.	07756
1.2.7 – Leitura de requerimentos		1.2.10 – Leitura de projetos	
Nº 329, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário as informações que menciona.	07750	Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2004, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que regulamenta a prática do jogo do Bingo.....	07756
Nº 330, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso ao presidente do Banco do Brasil, Sr. Cássio Casseb, pela criação do Banco Popular do Brasil.....	07751	Projeto de Lei do Senado nº 53, de 2004, de autoria do Senador José Jorge, que inclui inciso XI no caput do art. 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para permitir que, em seus processos de seleção, as universidades instituam critérios de inclusão social que contemplem estudantes oriundos dos segmentos sociais especificados.....	07759
Nº 331, de 2004, de autoria do Senador Sibá Machado, solicitando o sobrestamento do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 1999, que susta a aplicação do disposto no art. 2º, inciso XIV, do Decreto nº 1.752, de 20 de dezembro de 1995, com objetivo de aguardar o pronunciamento do Senado sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 2004, que regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a		1.3 – ORDEM DO DIA	
		Item 1	
		Medida Provisória nº 148, de 2003, que atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e fixa as diretrizes a serem observadas na definição de normas para implantação de programas especiais de incentivo à adaptação de contratos anteriores à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Apreciação sobrestada.	07760
		Item 2	
		Medida Provisória nº 149, de 2003, que autoriza o Poder Executivo a doar à República da	

Bolívia vacinas contra a febre aftosa. **Apreciação sobrestada.**

07761

Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 150, de 2003, que altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que institui o Programa de Arrendamento Residencial e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

07761

Item 4

Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 151, de 2003, que dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

07761

Item 5

Medida Provisória nº 152, de 2003, que altera o art. 47 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

07761

Item 6

Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 153, de 2003, que institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação e dá outras providências. **Apreciação sobrestada.**

07761

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR PAULO PAIM – Realização do segundo vestibular da UnB com a adoção do sistema de reserva de vagas para candidatos negros.

07761

SENADOR ALVARO DIAS – Críticas à conduta ética do governo federal.

07765

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Considerações sobre a Lei de Biossegurança.

07768

SENADORA FÁTIMA CLEIDE, como Líder – Elogios às realizações do governo Lula em prol de Rondônia, criticando a gestão do Sr. Ivo Cassol, atual governador do Estado.

07770

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Necessidade da reabertura da discussão sobre a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, tendo em vista a majoração dos insumos agrícolas importados, reajustados em função de mudanças naquela contribuição.

07776

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Satisfação com a aprovação, ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do relatório de S.Exa. favorável ao projeto do senador César Borges, que estabelece novas atribuições para as Forças Armadas cooperarem com os órgãos federais de segurança pública no combate ao crime organizado.

07779

SENADOR CÉSAR BORGES – Elogios aos esforços do Senador Antonio Carlos Magalhães na luta a favor do uso das Forças Armadas no combate à criminalidade. Preocupação com a retomada do crescimento econômico do País.

07780

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Alerta da desmontagem do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) pelo governo federal.

07783

1.3.2– Discursos encaminhados à publicação

SENADOR LUIZ OTÁVIO – Cobranças ao acordo firmado no Senado Federal por ocasião da votação da reforma tributária, no sentido de viabilizar a compensação pela desoneração das exportações dos Estados.

07793

SENADOR HÉLIO COSTA – Preocupação com o aumento crescente de assalto a veículos nas estradas brasileiras, em que contribuem as péssimas condições de conservação das rodovias.

07794

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Comemoração, nos próximos dias 21 e 22 de março, do Dia Florestal Mundial e do Dia Mundial da Água.

07796

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Comemoração, hoje, do dia da autonomia do Estado de Tocantins.

07797

SENADOR VALMIR AMARAL – Considerações sobre o grave déficit habitacional no Brasil. .

07806

SENADOR ROMERO JUCÁ – A importância das imprensas oficiais no cumprimento ao dever democrático de dar publicidade aos atos da Administração Pública, para o conhecimento dos cidadãos e para a edificação da memória histórica do País.

07807

SENADOR PAPALÉO PAES – Homenagem a São José, Patrono do município de Macapá/AP.

07808

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Críticas ao governo federal no episódio do Sr. Waldomiro.

07809

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – RETIFICAÇÕES**

Ata da 10ª Sessão Não Deliberativa, em 5 de março de 2004 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.

07810

Ata da 12ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 9 de março de 2004 e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente.

07813

Ata da 14ª Sessão Deliberativa Ordinária,
em 11 de março de 2004 e publicada no Diário
do Senado Federal do dia subsequente..... 07814

3 – EMENDAS

Nºs 1 a 9, referentes à Medida Provisória
nº 172, de 2004. 07815

**4 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Aviso referente à 1ª Reunião de 2004, con-
vocada para o dia 24 de março quarta-feira, às
17 horas..... 07829

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 446 a 456, de 2004 07829

SENADO FEDERAL**6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO
FEDERAL – 52ª LEGISLATURA****7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES
PERMANENTES****8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR****9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR****11 – CONSELHO DO DIPLOMA
MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ****CONGRESSO NACIONAL****12 – CONSELHO DA ORDEM DO
CONGRESSO NACIONAL****13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO
SOCIAL****14 – COMISSÃO PARLAMENTAR
CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação
Brasileira)****15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE
DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**

Ata da 19ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 18 de março de 2004

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim e Eduardo Siqueira Campos

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Aelton Freitas – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Augusto Botelho – César Borges – Cristovam Buarque – Delcídio Amaral – Demostenes Torres – Duciomar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Siqueira Campos – Eduardo Suplicy – Fátima Cleide – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heráclito Fortes – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Capiberibe – João Ribeiro – João Tenório – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Maranhão – José Sarney – Juvêncio da Fonseca – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Maria do Carmo Alves – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Paulo Elifas – Paulo Octávio – Paulo Paim – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Zambiasi – Serys Slhessarenko – Sibá Machado – Tasso Jereissati – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A lista de presença acusa o comparecimento de 66 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 330

Brasília, 12 de março de 2004

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, a fim de levar ao conhecimento do Senado Federal, que, em Sessão

Plenária realizada em 11-3-04, o Plenário desta Casa aprovou as Emendas de nºs 1 a 17 e 19 a 34 oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2004 (MP nº 144/03, do Poder Executivo), o qual “Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.”.

Comunico ainda que o Plenário rejeitou a Emenda de nº 18 oferecida por essa Casa ao citado projeto.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1.º Secretário, Senador Romeu Tuma.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS

(Nº 8, de 2004, do Ministro das Relações Exteriores, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 4, de 2004, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional); e

(Nº 508, de 2004, de 11 do corrente, da Ministra do Meio Ambiente, encaminhando as informações em resposta ao Requerimento nº 722, de 2003, do Senador Gerson Camata.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O **Requerimento nº 4, de 2004**, vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

As informações relativas ao **Requerimento nº 722, de 2003**, foram encaminhadas em cópia ao requerente. O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1.º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte::

Ofício nº 057/2004 – GLDPT

Brasília, 17 de março de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 65, § 7º do Regimento Interno desta Casa, e na qualidade de Líder do PT, indico a Senadora Fátima Cleide para ocupar a função de Vice-Líder do PT, em vaga pertencente ao Partido.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas cordiais saudações.

Atenciosamente, Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1.º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Ofício nº 098/04 – GLDBAG

Brasília, 17 de março de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 81 do Regimento Interno, indico a Senadora Ideli Salvatti para integrar, como membro titular, a Comissão de Fiscalização e Controle, em vaga pertencente ao PT neste Órgão Técnico.

Atenciosamente, Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência designa a Senadora Ideli Salvatti como membro titular da Comissão de Fiscalização e Controle, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Exmo Sr. 1.º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

OF. Nº 20/04-GLPFL

Brasília, 18 de março de 2004

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador João Ribeiro pelo Senador Edison Lobão, como suplente, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O Senhor Presidente da República adotou em 16 de março de 2004, e publicou dia 17 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 173, de 2004**, que “Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado, altera o art. 4º da Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e dá outras providências.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Efraim Moraes (PFL)	1. Rodolpho Tourinho (PFL)
Tasso Jereissati (PSDB)	2. César Borges (PFL)
José Agripino (PFL)	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
Arthur Virgílio (PSDB)	4. Leonel Pavan (PSDB)

PMDB

Renan Calheiros	1. Luiz Otávio
Hélio Costa	2. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	3. Garibaldi Alves Filho

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PTB/PL)

Ideli Salvatti (PT)	1. Fernando Bezerra (PTB)
João Capiberibe (PSB)	2. Roberto Saturnino (PT)
Magno Malta (PL)	3. Ana Júlia Carepa (PT)

PDT

Jefferson Peres	1. Almeida Lima
-----------------	-----------------

PPS

Mozarildo Cavalcanti	1. vago
----------------------	---------

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PT

Arlindo Chinaglia	1. Fernando Ferro
Ary Vanazzi	2. Ivan Valente

PMDB

José Borba	1. André Luiz
Mendes Ribeiro Filho	2. Gustavo Fruet

Bloco (PFL/PRONA)

José Carlos Aleluia 1.Rodrigo Maia
Enéas 2. Kátia Abreu

PP

Pedro Henry 1.Celso Russomanno

PSDB

Custódio Mattos 1.Sebastião Madeira

PTB

José Múcio Monteiro 1.Ricarte de Freitas

Bloco (PL/PSL)

Sandro Mabel 1.Miguel de Souza

PPS

Júlio Delgado 1.Lupércio Ramos

PSB

Renato Casagrande 1.Dr. Evilásio

(*)PV

Leonardo Mattos 1.Deley

(*) Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no **DO**: 17-3-2004;
- Designação da Comissão: 18-3-2004;
- Instalação da Comissão: 19-3-2004;
- Emendas: até 23-3-2004 (7º dia da publicação);
- Prazo na Comissão: 17-3-2004 a 30-3-2004 (14º dia);
- Remessa do processo à CD: 30-3-2004;
- Prazo na CD: de 31-3-2004 a 13-4-2004 (15º ao 28º dia);
- Recebimento previsto no SF: 13-4-2004;
- Prazo no SF: de 14-4-2004 a 27-4-2004 (42º dia);
- Se modificado, devolução à CD: 27-4-2004;
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de 28-4-2004 a 30-4-2004 (43º ao 45º dia);
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 1º-5-2004 (46º dia);
- Prazo final no Congresso: 15-5-2004 (60 dias).

A Presidência esclarece ao Plenário que a Comissão Mista que acaba de ser designada deverá tomar suas deliberações de acordo com o disposto no parágrafo único do art. 14 do Regimento Co-

mum, ou seja, os votos dos membros do Senado Federal e da Câmara dos Deputados deverão ser tomados em separado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 33, de 2004** (nº 113/2004, na origem), de 15 do corrente, pela qual o Presidente da República, nos termos do art. 52, inciso V, da Constituição Federal, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até € 427.200.000 (quatrocentos e vinte e sete milhões e duzentos mil euros), de principal, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada ao Primeiro Empréstimo Programático de Ajuste para o Crescimento Sustentável com Equidade, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro ao Brasil – Pafib.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 328, DE 2004

Requeiro nos termos dos art. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que seja solicitada ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar as seguintes informações:

1. Quais as ações contempladas pelos recursos do FCEP – Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no exercício de 2003, e quanto foi gasto em cada uma delas?
2. Qual a previsão orçamentária do FCEP para o exercício de 2004?
3. Quais as ações planejadas a serem contempladas pelos recursos do FCEP no exercício de 2004, e quanto está previsto para cada uma delas?
4. Do público alvo, quantas famílias estão sendo beneficiadas?

Justificação

O atendimento da educação infantil em tempo integral e o combate e erradicação da pobreza, pela sua natureza e vinculação, tem sido objeto de vários

programas, em vários governos, de todas as ideologias, ao longo da atuação do poder público brasileiro.

O FCEP – Fundo para Combate e Erradicação da Pobreza, tem por objetivo a aplicação de recursos direcionados à população carente, em ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, educação, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social.

Como tem havido questionamento sobre a necessidade da educação integral nos municípios e a sua vinculação aos recursos destinados ao FCEP cumpre, portanto, esclarecer, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar as questões acima relacionadas.

Sala das Comissões, 18 de março de 2004. – Senador **Eduardo Azeredo – Fátima Cleide – Flávio Arns – João Capiberibe – Cristovam Buarque – Roberto Saturnino – Hélio Costa – Valdir Raupp – Gerson Camata – José Maranhão – Garibaldi Alves Filho – Demóstenes Torres – José Jorge – Leonel Pavan – Reginaldo Duarte – Almeida Lima.**

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Leonel Pavan, tem a palavra V. Ex^a, pela ordem.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Quero requerer a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Heráclito Fortes com a palavra, pela ordem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem.) – Evidentemente, desejo a mesma inscrição, obedecido o critério aqui estabelecido, de chegada.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também gostaria de fazer uma comunicação inadiável.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a palavra, na qualidade de líder do PMDB, no horário da liderança.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex^{as} terão assegurado o uso da palavra por cinco minutos para comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regi-

mento Interno, na seguinte ordem: em primeiro lugar, o Senador Leonel Pavan, em segundo lugar o Senador Heráclito Fortes, porque abri mão a V. Ex^a, em terceiro lugar o Senador Eduardo Azeredo. E o Senador Romeu Tuma, então, como primeiro suplente.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa pela ordem.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Peço a minha inscrição para falar não neste momento, mas antes da Ordem do Dia, pela liderança do PT. A autorização chegará à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – A inscrição está assegurada a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, já pedi a minha inscrição para depois da Ordem do Dia.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de solicitar a minha inscrição, como líder, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – V. Ex^a está inscrito também, após a Ordem do Dia, em terceiro lugar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem.) – Senador Paulo Paim, quero agradecer a V. Ex^a pela generosidade do gesto. Solicito ficar em terceiro lugar, colocando o Senador Eduardo Azeredo em segundo, uma vez que tenho um compromisso agora na CPI do Banestado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Será feita a devida inversão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – De imediato, passo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho, pela liderança do PMDB, por cinco minutos.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Câmara dos Deputados acaba de aprovar o projeto de lei a ela remetido por Sua Excelência o Presidente da República, criando regras para a parceria público-privada. Logo chegará a esta Casa este projeto, ocasião em que os Senadores e Senadoras da República terão oportunidade de examiná-lo e aperfeiçoá-lo.

Não é matéria nova entre nós. Desde o Império a conhecemos. Quem se recordará das inovações contidas nas relações econômicas do Barão de Mauá com o Estado brasileiro? Isso para citar o mais eloquente conhecido dos exemplos. Nova é a roupagem com que se apresenta na atualidade. Incorporando as

complexas relações econômicas dos tempos modernos e as conciliando com os interesses do Estado e do cidadão, a lei surge inserida na estratégia governamental de planejar o desenvolvimento econômico e social do País.

Trata-se de uma lei destinada a suprir as debilidades do Estado, sua incapacidade financeira de investir de uma só vez em todas as frentes reclamadas pelo processo de desenvolvimento nacional. É uma forma de facultar à iniciativa privada uma participação nos esforços estatais de multiplicar bens e serviços públicos. É um diálogo cooperativo entre Estado e sociedade, no qual os recursos de um e outro se somam, dentro de regras claras, a fim de satisfazer o interesse público.

Contudo, essa é uma matéria que flutua na delicada fronteira existente entre o público e o privado. O mundo moderno vem distinguindo cada vez mais um do outro, estreitando, todavia, suas relações. O espaço público precisa ser assegurado e respeitado, principalmente quando se trata de direitos essenciais ao exercício da cidadania e da privacidade dos indivíduos organizados em sociedade.

É por essa razão, Sr. Presidente, que o Senado deve, com tirocínio e sabedoria, examinar em profundidade essa momentosa matéria.

Uma leitura, ainda que superficial, do texto aprovado na Câmara dos Deputados leva-nos a aplaudir o trabalho daquela Casa, a proficiência do Relator Paulo Bernardo, sem, contudo, elidir o fato de que esta Casa pode ainda incluir dispositivos que fortaleçam o cidadão-consumidor, resguarde os altos interesses do Estado e ainda confira mais garantias para o investidor.

Uma lei precisa ter a clareza dos raios solares. Ainda mais uma lei como essa que, de modo socialmente consentido vai transferir rendas públicas para o setor privado e dele receber investimentos. Neste sentido, é preciso deixar mais nítida a possibilidade de parcial financiamento pelo Poder Público, deixando claro que a sustentabilidade financeira inclui a possibilidade de aporte de recursos pela Administração Pública, mesmo que estes se expressem sob a forma de incentivos estatais.

Há quem diga que a inserção de capital público, ainda que parcial, descaracterizaria a parceria público-privada. Temos opinião diferente. A presença do capital público em parceria com o privado em um determinado projeto é uma forma de caracterizar a parceria e, sobretudo, talvez a única forma de tornar aquele investimento possível.

Quero trazer à tona uma discussão que não foi contemplada no projeto de lei. Não basta assegurar ao parceiro privado, como faz o inciso VI do art. 4º, “a forma e a periodicidade de atualização dos valores envolvidos no contrato”. É preciso estender esta garantia também ao usuário, pois é sobre os ombros deste que recaem os constantes e, às vezes, abusivos aumentos de tarifas. Nem sempre o econômico-financeiro, o chamado equilíbrio desses contratos, pode ser obtido pelo aumento das tarifas. Há outras formas. O subsídio de determinados insumos, o custo fiscal de determinados serviços, as formas gerenciais existentes em certos serviços são fatores essenciais na configuração econômico-financeira. A alteração desses fatores pode conferir equilíbrio ao contrato. A lei deveria incluir, além da forma e periodicidade, a previsão da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, abrindo espaços a que este fosse encontrado ou restabelecido não apenas através de aumentos tarifários.

Com esta proteção ao cidadão consumidor, certificamo-nos de que esta lei não está sendo elaborada para servir a empresários gananciosos, nem tampouco estará em mãos de um Estado anti-social e escravo de interesses minoritários. Queremos a parceria público-privada, porque ela servirá à sociedade e não porque instrumentalizará o Estado para colaborar na exploração daqueles aos quais a ele incumbe proteger.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Por favor, Sr. Presidente, só peço um minuto para concluir.

Na estratégia de implantação do regime de parceria público-privada, cria-se uma situação jurídica interessante: serviços públicos prestados por empresas privadas, bens públicos construídos e explorados por entes privados e assim por diante. Sugerimos, Sr. Presidente, que a lei estabeleça a emergência de auditorias independentes nas Sociedades de Propósitos Específicos – as SPE previstas na Lei, a fim de que a transparência dessas organizações seja o penhor de suas atividades públicas.

Concluindo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a Lei se acautela, a Nação se previne e o cidadão não se envergonha dos escândalos públicos. É assim que vemos esse Projeto de Lei. A parceria público-privada pode investir-se de uma dinâmica mais moderna no que tange ao financiamento dos projetos.

Sr. Presidente, peço que este discurso seja dado como lido, uma vez que não consegui lê-lo integralmente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE CONCLUSÃO DO DISCURSO
DO SR. SENADOR GARIBALDI ALVES
FILHO**

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – (...) Lembro, sobre este assunto, o que nos ensinou o grande administrativista Hely Lopes Meireles: “o serviço público concedido, nem por isso deixa de ser serviço público. Será serviço público, ainda que concedido” Mais ainda, se o Estado dela participar não há como deixar de submetê-la a este mecanismo de fiscalização pública.

É assim, Senhoras e Senhores Senadores, que a lei se acautela, a Nação se previne e o cidadão não se envergonha dos escândalos públicos.

A parceria público-privada pode se investir de uma dinâmica mais moderna no que tange ao financiamento dos projetos. O projeto da Câmara dos Deputados não faculta o ingresso dos investidores no projeto no caso de inadimplemento. A inclusão desta medida tem por escopo melhorar a confiabilidade da entidade financiadora do projeto, facilitando o aporte de grandes volumes de capital. Isto também teria o condão de diminuir o risco dos empréstimos e, **ipso facto**, da taxa de juros. Esse caráter programático da lei, que lhe daria dinamismo, é essencial para uma lei de investimentos, que procura abrir caminhos à mobilização de capitais e a abertura de empregos.

Consideramos uma lacuna do projeto não prever que, em caso de inadimplemento do parceiro privado – respeitando sempre o edital da concorrência pública – não seja expressamente permitido o ingresso da entidade financiadora no projeto até a satisfação do seu crédito.

Esta norma permite o êxito da parceria e evita os danos e transtornos que podem advir da interrupção do projeto.

Com estas observações, Senhor Presidente, pretendo contribuir com o esforço governamental de dotar o país de instrumentos dos quais ele pode valer-se para planejar o desenvolvimento nacional. Mas não podemos nos enganar. Nenhuma parceria se firmará se não representar uma sólida aliança entre o Poder Público, no seu afã de servir à coletividade, e de empresas privadas, no seu desiderato de participar do projeto nacional de desenvolvimento. Esta Casa tem o dever de colocar a sua experiência a serviço da Nação. Não pode titubear quando precisa afirmar valores que haverão de se agregar ao patrimônio moral e à engenharia econômica do país.

Espero ver aprovado nesta Casa uma matéria desta envergadura. Espero que o Governo do Presidente Lula, que a concebeu, compreenda a importância política de dividir com outras esferas dos sistemas de decisões nacionais a responsabilidade da sua aprovação. Todos devem ter uma parcela de responsabilidade na adoção desta medida, pois, dependendo da extensão da sua aplicabilidade futura, caminharemos para uma sociedade mais aberta ou mais fechada. É um modelo de estrutura econômica e controle social do Estado que estamos convocados a construir e isso não pode ser obra apenas do Poder Executivo, mas de todas as instituições modeladoras da Nação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Garibaldi Alves Filho, seu pedido será atendido na forma regimental.

Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aelton Freitas.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, nobres visitantes aqui presentes, o Presidente da Câmara Municipal de Perdões, Vereador Anderson Carvalho Pereira, a vice-Presidente da Câmara, Haraizes Beth Sabá, é um prazer recebê-los nesta tarde de hoje.

Sr. Presidente, como engenheiro agrônomo, ao ler a **Folha de S. Paulo**, de 7 de março passado, fiquei muito preocupado com a matéria publicada naquele jornal sobre a biossegurança, que tem como título “Embrapa Congela Projetos por Falta de Lei”. A ausência de uma Lei de Biossegurança, ainda em discussão no Congresso, impede etapas de teste em campos.

Com base nessa reportagem, venho a esta tribuna para destacar um assunto da mais alta importância para a agricultura nacional, que estará na pauta desta Casa nas próximas semanas.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Pois não, nobre Senador Romeu Tuma. Ouço, com muito prazer, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Aelton Freitas, quando eu estava indo para a CPI do Baneado, ouvi a leitura inicial do pronunciamento de V. Ex^a. Infelizmente, por falta de oportunidade, não pude

tratar desse assunto e gostaria V. Ex^a o fizesse em meu lugar. Realmente me assustei ao tomar conhecimento aqui, em discussões anteriores, da falta de investimentos em pesquisas. Isso vem confirmar que, dentro em breve, o Brasil não terá condições de concorrer em mercado algum, porque o desenvolvimento tecnológico e científico vai caindo no vazio pela falta de investimentos em pesquisas, que são tão importantes nas universidades e nos segmentos como a Embrapa, que, para os Estados, realiza um trabalho exemplar. Essa situação está se estendendo demais, Senador. Acho que o Governo teria que pensar em investir. Hoje, eu ouvi de um Deputado algo que também me assustou, referente à indústria química e farmacêutica. No Brasil, havia mais de quarenta indústrias e hoje há apenas dez. A Índia, que exporta para o Brasil, tem mais de mil indústrias químico-farmacêutica. Essa indústria é importante para os doentes do SUS, que não têm dinheiro para remédio; eles não têm dinheiro nem para comprar os genéricos. E o Brasil perde, a cada dia, a capacidade de desenvolver até as suas patentes, que acabam ficando para outros países, que montam indústrias, mas não trazem tecnologia. V. Ex^a realmente está abordando um assunto sério, delicado e importante para sociedade. Penso que V. Ex^a deveria organizar uma frente de defesa para o setor de pesquisa.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Muito obrigado, Senador Romeu Tuma. O aparte de V. Ex^a enriquece muito o meu discurso. Peço à Mesa que o inclua, na íntegra, em meu pronunciamento.

Apesar de a representatividade na bancada rural ainda ser pequena, composta apenas pelos Senadores Osmar Dias, do Paraná, Jonas Pinheiro, do Mato Grosso, e Aelton Freitas, de Minas Gerais, agradeço aos membros desta Casa pelo interesse demonstrado em nosso discurso.

Sr. Presidente, já solicitamos, e vamos lutar para que se configure, a criação de uma comissão permanente da agricultura nesta Casa.

A agricultura tem sido a alavanca, o carro-chefe, do desenvolvimento do nosso País e precisa ser tratada com mais carinho e mais de perto. Apesar de contarmos com a sensibilidade de todos os Senadores desta Casa, como demonstrado há pouco pelo Senador Romeu Tuma, sabemos que cada um, na sua área, tem uma bandeira a defender. E, nessa área tão importante, que é a agricultura, somos apenas três ainda. Mas conto com a compreensão de V. Ex^{as} e da Mesa, para que possamos constituir aqui a comissão permanente da agricultura a partir de 2005.

Como ia dizendo, trata-se de urgente necessidade da definição de uma legislação na área de biotecnologia. Fica atestado que a ausência de amparo legal tem paralisado experiências de ponta, relacionadas aos alimentos transgênicos, tocadas pela Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Estimativas do Governo indicam que o peso do agronegócio no PIB nacional foi de 33%, em 2003 – o que confirma o que acabei de dizer –, tendo em vista o seu papel como mola propulsora da economia nacional.

Não podemos mais permitir que a ausência de lei adequada sacrifique o potencial de crescimento de nossa agricultura, como infelizmente tem acontecido.

É evidente que quando se fala em transgênicos deve existir uma preocupação firme com o que o consumo e a produção desses alimentos podem provocar, mas as pesquisas existem exatamente para dar garantias à população e ao Governo, sendo a Embrapa, no nosso País, instituição do mais alto gabarito, tendo um competente quadro de pesquisadores.

É para a autonomia da Embrapa que a Lei de Biossegurança, aprovada na Câmara, precisa ser rediscutida com muita discriminação e discernimento aqui nesta Casa.

Não se trata de o Senador Aelton estar a favor do Ministro Roberto Rodrigues e contra a Ministra Marina Silva, mas sim de trabalhar por um projeto benéfico à agricultura nacional. O próprio produtor rural sabe o quanto é importante para ele a conservação do meio ambiente. As preocupações ambientalistas são compreensíveis, mas não podem se sobrepor a laudos científicos e travar o andamento de pesquisas realizadas por profissionais sérios, como a Embrapa tem, que só querem o crescimento da agricultura. Como bem diz o Ministro Roberto Rodrigues, em entrevista ao jornal do meu Estado, o jornal **Estado de Minas**, o meio ambiente tem de ser aliado do produtor rural e não adversário. A propósito, quero deixar aqui uma palavra de solidariedade ao Ministro, pois é seguramente um dos melhores quadros do Ministério do Governo Lula, trabalhando com entusiasmo e muita competência.

O Ministro da Agricultura, a Embrapa e a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança não darão aval a nada que agrida o meio ambiente. Portanto, as pesquisas da empresa não devem ser submetidas a um poder de veto do Ibama.

Atualmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a lei ambiental impede que sejam realizadas as experiências de campo nos testes com transgênicos,

que é justamente quando os cientistas avaliam de forma decisiva os estudos anteriores.

Enquanto a pesquisa é travada, cresce a ocorrência de praga nas lavouras e aumentam os gastos com adubos e defensivos. Mas o principal prejudicado é o consumidor, pois os aspectos citados têm como resultado final o encarecimento dos produtos.

Por minha experiência na área agrícola, compartilho da opinião de que existem condições e mercado tanto para os produtos orgânicos quanto para os transgênicos, desde que haja a rotulação adequada. As pesquisas realizadas até aqui caminham para apontar a viabilidade dos transgênicos, o que poderá ampliar o leque de opções do consumidor.

Não havendo prejuízo para sua saúde, boa parte dos consumidores tendem a optar pelo produto transgênico, que é mais barato. Por outro lado, sempre que optar, poderá ter acesso ao alimento natural e ao alimento orgânico também.

A palavra-chave é a regulamentação. Ano passado, como Senador da República, tive oportunidade de relatar nesta Casa o projeto de lei que regulamentou a agricultura orgânica em todo o País, tendo sido sancionada em dezembro último passado pelo Presidente Lula. Isso, por si só, revela que os setores agrícolas do Governo não têm nenhuma intenção de privilegiar os produtores transgênicos, mas sim de fortalecer a agricultura de forma global.

Estão atrasados em até mais de uma década projetos que envolvem a transgenia para o combate de pragas em lavouras tais como café, banana, feijão, mamão, soja, entre outros, e só a conclusão das pesquisas poderá nos responder definitivamente sobre a segurança dos transgênicos. É, portanto, obrigação do Congresso Nacional elaborar uma legislação firme, mas que permita uma maior agilidade do trabalho científico.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Pois não, Senador Ney Suassuna.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Nobre Senador, V. Ex^a traz a este plenário um assunto que logo vai estar mobilizando todos nós: a Lei da Biossegurança estará sendo relatada nos próximos dias. Às vezes, fico perplexo quando vejo que algumas pessoas querem uma posição, mas freiam, paralisando tudo. O mundo sempre esteve em evolução. A natureza também está em evolução. É óbvio que a ciência não veio para atrapalhar, mas para ajudar. Devemos ter muita ponderação nesse caso. Elogiando V. Ex^a

pelo tema que aborda de modo muito ponderado, eu diria que o Brasil atualmente tem que erguer as mãos aos céus e agradecer pela sua área agrícola. Aproveito o momento em que V. Ex^a me permite este aparte para dizer que temos um Ministro eficiente. No coro dos Ministros esse é um dos mais eficientes. Parabéns pelo tema que aborda. V. Ex^a está fazendo a preliminar de uma discussão profunda que vamos ter nesta Casa e faz justiça quando se refere ao Ministro Rodrigues como um excelente Ministro. Parabéns.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Senador Ney Suassuna, muito obrigado pelo aparte. Peço também à Mesa que o inclua ao nosso discurso.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Aelton, permite-me um aparte?

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Só concluindo, Senador Azeredo, porque vou conceder a V. Ex^a um aparte com muito prazer, quem perde com toda essa situação – como bem disse o Senador Ney Suassuna e queremos concluir – com os empecilhos ao trabalho dos pesquisadores é o nosso País, o Brasil.

Sr. Presidente, antes de terminar as minhas palavras – tenho ainda oito minutos –, concedo com muito prazer um aparte ao meu ilustre conterrâneo, Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Aelton Freitas, agradeço este aparte. Primeiro peço a V. Ex^a que me inclua como quarto Senador da bancada que defende a área rural.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Com muito prazer.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Sem dúvida alguma, o nosso Estado de Minas é um grande produtor, o maior produtor brasileiro de café, o maior produtor brasileiro de leite, e temos que estar sempre atentos às questões da área rural. V. Ex^a traz aqui um tema da maior importância que é a biossegurança, a carência que a Embrapa está tendo para dar seguimento a estudos tão importantes, sendo a Embrapa a responsável por grande parte do avanço que o agronegócio brasileiro teve. Daí a necessidade de que não haja um passionalismo na discussão da biossegurança. Julgo-me e me considero um defensor do meio ambiente; sempre agi assim na minha vida pública. Temos que ter uma questão que não leve a radicalismos, nem a uma posição extremada que, às vezes, é defendida por algumas entidades ligadas ao meio ambiente, nem tampouco posições extremadas ligadas àqueles que querem uma produção de transgênicos sem um controle maior. Sem dúvida alguma,

a virtude está no meio, a virtude está em conseguirmos uma forma de respeitar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, possibilitar que a nossa agricultura se beneficie dos avanços da nova tecnologia. De maneira que cumprimento V. Ex^a pelo seu discurso, é um assunto realmente fundamental para a discussão em relação ao futuro da agricultura brasileira.

O SR. AELTON FREITAS (Bloco/PL – MG) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Em tempo, Sr. Presidente, quero agradecer também a presença do Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho, uma das melhores escolas agrotécnicas do nosso Estado, meu e do Senador Azeredo, e que tem tudo a ver com o assunto em pauta também discutido. Muito obrigado pela presença, Dr. Rômulo Eduardo Bernardes.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Da forma regimental, todos os apartes concedidos por V. Ex^a, Senador Aelton Freitas, estarão inseridos em seu pronunciamento.

Passamos a palavra, de imediato, ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe da palavra por vinte minutos.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, tenho participado aqui no Senado Federal de vários debates e negociações que objetivam aprimorar a legislação nacional e venho à tribuna hoje retomar dois deles: o setor elétrico brasileiro e a reforma tributária.

O primeiro, o Novo Modelo do Setor Elétrico, enviado ao Congresso na forma de duas medidas provisórias, no meu entender indevidamente, pois deveria ser feito por meio de projeto de lei. Mas quero registrar, de qualquer forma, que são inegáveis os avanços alcançados no modelo aprovado, especialmente aqui no Senado Federal. No contexto atual, creio que conseguimos construir o melhor texto possível, ainda que não o ideal.

Buscamos, o Relator Senador Delcídio Amaral, e eu, junto ao setor privado estabelecer uma agenda mínima que representasse um consenso do que deveria ser discutido e solucionado. Convém lembrar que a Medida Provisória 144, tratando dessas modificações do setor elétrico brasileiro, recebeu, em sua fase inicial na Câmara, 766 emendas, o que tornava impensável a idéia de uma pauta mínima comum entre os agentes envolvidos.

Contudo, aqui no Senado, o impensável não se verificou na prática. A Agenda Mínima foi construída com 15 emendas abrangendo pontos de vista do setor elétrico propriamente dito, do setor industrial e do Governo Federal.

Com intuito de garantir a atração de investimentos e eficiência do Novo Modelo, a Agenda Mínima, que por si só não garante esses dois aspectos tão importantes para o setor, a Agenda Mínima levava em consideração os seguintes temas:

- I. Rentabilidade – tentando garantir o repasse de custos não gerenciais para as tarifas;
- II. Competitividade – garantir condições isonômicas para iniciativas privada e estatal;
- III. Equilíbrio Econômico Financeiro – garantir a solução de um problema antigo essencial para a sustentabilidade do modelo;
- IV. Inadimplência – assegurar condições equivalentes a todos os entes;
- V. Financiabilidade – assegurar financiamento pelos bancos;
- VI. Qualidade de Regulação – aprimorar o marco regulatório existente.

A maior parte da Agenda foi cumprida, sendo que o centro das principais discussões foram: a questão da “Energia Velha **versus** Energia Nova” (praticamente resolvida), o repasse de custos para as tarifas (em parte resolvido) e a questão da Utilização do Uso do Bem Público – UBP, quando das novas licitações, que ainda precisa ser aprimorado.

A Câmara dos Deputados, de forma ágil, manteve praticamente todas as alterações propostas pelo Senado, acrescentando apenas uma emenda que foi objeto de destaque de minha autoria, possibilitando à ANP realizar estudos de prospecção de todos os combustíveis fósseis e não apenas do petróleo e do gás natural.

Devemos reconhecer que houve de fato, graças ao esforço de todas as forças políticas desta Casa, inclusive da Oposição, um aprimoramento do setor elétrico do País, principalmente pela maior participação do Estado nas questões referentes ao planejamento energético. Tive inclusive a oportunidade de relatar, nesta Casa, a criação da nova Empresa de Pesquisa Energética.

A participação do Senado foi definitiva na consolidação do texto aprovado e também será na regulamentação do novo modelo. O caminho aberto com a construção de uma Agenda Mínima, que representou uma ponte entre o setor privado e o Ministério de

Minas e Energia, deve, no meu entendimento, ser mantido.

As reclamações do setor de que o Poder Legislativo delegou toda a regulamentação do modelo ao Poder Executivo, o que é verdade, serão amenizadas se o Senado continuar participando do processo.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Claro, Senador.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador Rodolpho Tourinho, em primeiro lugar, gostaria de congratular-me com V. Ex^a pelo trabalho que fez quando da tramitação da Medida Provisória nº 144, que estabelece novas regras para o setor elétrico, e da Medida Provisória nº 145, que trata da criação da nova empresa. Creio que no Senado, pelo esforço de V. Ex^a e do Senador Delcídio Amaral, bem como dos Líderes e de muitos Senadores que participaram dessas negociações, houve realmente um avanço. Congratulo-me com V. Ex^a porque sei que o avanço não foi fácil, mas fruto de muita luta. Evidentemente, mantenho minha opinião de que esse modelo representa um retrocesso porque é estatizante e, a meu ver, cria uma nova transição que será muito perigosa para o sistema. Disse V. Ex^a que ele é uma espécie de cheque em branco ao Executivo. Certamente, tanto V. Ex^a como eu e outros companheiros estaremos atentos para que esse caminho, trilhado por esse modelo, possa ser o melhor possível. No final, o esforço de V. Ex^a valeu para que essa transição seja mais fácil e permita que as empresas convivam com esse novo modelo. Parabéns.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA) – Senador José Jorge, agradeço muito suas palavras, sobretudo porque V. Ex^a é um dos poucos conhecedores do setor elétrico, que sabemos nós dois é extremamente complicado. Dentro dessa complicação, tenho absoluta convicção de que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida por V. Ex^a, terá um papel fundamental daqui para frente para que esse cheque em branco, dado ao Executivo, possa ser acompanhado pelo Congresso, especificamente pelo Senado.

Dentro dessa linha, registro a realização, no fim deste mês, de audiência pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em atendimento a requerimento de minha autoria, para tratar da universalização, mais especificamente da regulamentação do Programa Luz para Todos. Possivelmente, contaremos, por iniciativa própria, com a presença da Ministra Dilma Rousseff, que entendo ser muito louvável.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura deverá exercer, dessa forma, um papel fundamental na condução dessa reformulação do setor elétrico.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, o segundo debate que retomo e que considero fundamental para o futuro do País – tive a oportunidade de participar intensamente das negociações que ensejaram sua aprovação – é a reforma tributária.

A aprovação da reforma tributária nesta Casa, como disse, foi fruto de um grande entendimento e dependia, como ainda depende, de uma série de providências por parte do Executivo e do Legislativo, entre outras, a partição dos recursos da Cide entre Estados e Municípios, a discussão no Senado da Medida Provisória da Cofins e da lei complementar do ICMS.

Em relação à Cide, era preciso transformar em lei o acordo feito entre os Governadores e o Executivo Federal sobre os recursos da Cide. O Governo, então, enviou ao Congresso a MP nº 161, que contrariava o acordo, mas que, afinal, foi aprovada ontem na Câmara dos Deputados, retornando o espírito original. Retirou a ingerência do Ministério dos Transportes em aprovar e aplicar os recursos devidos, retornou a vigência da lei para o dia 1º de janeiro de 2004 e solucionou a questão do cálculo das Receitas Correntes Líquidas estaduais.

A solução encontrada na Câmara resolveu o impasse em torno da inclusão dos recursos da Cide no cálculo da Receita Corrente Líquida dos Estados, o que imputaria perda de 13% do montante devido, já reduzido em 20% em razão da DRU. O caminho encontrado foi a alteração na Constituição, aumentando de 25% para 29% o repasse da Cide aos Estados e Municípios. Esse acréscimo representa praticamente o mesmo valor da perda com a incidência dos 13%. Mas é preciso que o processo seja agilizado para que Estados e Municípios não venham a ter perdas em relação à Cide.

A outra ação do Executivo relativa à Reforma Tributária foi a edição da Medida provisória que acabou com a cumulatividade da Cofins, elevando de forma excessiva a nova alíquota. O procedimento adotado para votação, nesta Casa, da matéria foi no mínimo discutível e açodado, pois uma sessão na segunda-feira, não deliberativa, foi transformada em deliberativa e aprovou o PLV vindo da Câmara, com a presença de apenas 50 Senadores. Anteriormente havia sido rompido o acordo que previa a instalação da comissão mista para deliberação sobre a Medida Provisória da Cofins.

Com relação aos efeitos da lei sancionada a não-cumulatividade da Cofins é uma medida que sem-

pre defendi, todavia a calibragem da alíquota foi excessiva – repito. É ponto pacífico que o Governo Federal obteve ganhos substantivos em sua arrecadação após a nova alíquota e para tanto sacrificou em demasia alguns setores da economia nacional, especialmente os que possuem menores cadeias produtivas.

Continuamos aguardando a votação na Câmara, para que o Senado possa discutir e modificar o projeto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores a exemplo do que ocorreu com a Medida Provisória da Cofins, me preocupam os procedimentos que vêm sendo adotados pelo Poder Executivo e sua base, nas duas Casas, no cumprimento de alguns acordos que resultaram em votações importantes em prol do Governo Federal.

Poderia iniciar mencionando a PEC paralela da Previdência, que foi motivo até de convocação extraordinária, e não parece estar tramitando com a importância e agilidade que se esperava. Aliás, o Senador Tasso Jereissati fez ontem um pronunciamento desta tribuna, alertando para inconveniência, para a impropriedade da desestabilização do Ministro Palocci, com que concordo, e analisou também acordos feitos nesta Casa, que precisam ser concluídos e que dependiam, como dependem, do apoio da base do Governo. Citou a Medida Provisória da COFINS, a que já me referi, um outro caso extremamente importante para Nordeste, que é o Projeto de Lei do Senador Jefferson Péres sobre limites e critérios na aplicação dos recursos do BNDES, além da PEC Paralela.

Agora, quero trazer a esta Casa uma preocupação, que já existia, com relação à reforma tributária, a lei complementar do ICMS. É preocupante, pois a PEC da reforma tributária tem tido, na Câmara dos Deputados, uma tramitação muito aquém do empenho que presenciamos nesta Casa, no final do ano passado, pela base do Governo na sua aprovação.

Minha preocupação reside, em especial, nas três medidas que devem ser tomadas posteriormente à aprovação da PEC na Câmara dos Deputados, isto se os deputados não promoverem alterações na emenda, o que se pode esperar que aconteça, o que implicaria maior atraso na consolidação desse processo.

Primeiramente – o que deve ser feito em até 120 após a sua promulgação –, deverá ser encaminhada ao Congresso lei complementar regulamentando o novo ICMS. Não podemos esquecer também que, no acordo firmado, a referida norma deverá ser aprovada até o final deste ano, para ser implementada em 2005.

Neste particular, registro que os Estados já estão trabalhando, foi criado um grupo de trabalho, com um representante do Confaz, um representante de cada região brasileira e um representante do Ministério da Fazenda, para elaboração de uma minuta de lei complementar para ser imediatamente enviada ao Congresso Nacional após a promulgação da PEC, e não em até 120 dias.

A aprovação desta lei complementar é a peça mais importante do processo de implementação da reforma tributária aprovada pelo Senado. Trata-se da base para a confecção do regulamento único do ICMS e deve observar o princípio da anualidade tributária, ou seja, se nós não aprovarmos a lei complementar este ano, ela ficará para 2006, contrariando todas as previsões e a necessidade que se discutiu tanto aqui de unificação do ICMS.

A outra medida, que é decorrente dessa, também me preocupa, que é a Resolução do Senado Federal que, depois da promulgação da lei complementar, definirá quais e quantas serão as alíquotas do novo ICMS. Registro também que mais uma vez os Estados estão cumprindo sua parte, estão trabalhando através de outro grupo de trabalho, no âmbito do Confaz, e fazendo coleta e análise de dados que serão encaminhados para subsidiar e agilizar a tramitação da matéria aqui nesta Casa.

Por fim, após a definição das alíquotas pelo Senado Federal, após a lei complementar, deverá ser elaborado pelo Confaz o Regulamento Único do novo ICMS. Não é necessário dizer às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que a elaboração de um regimento único contemplando os interesses de todas as unidades da federação requererá muito debate e algum tempo. Concluído o Regulamento Único, o Senado Federal ainda deverá pronunciar-se, avalizando ou não seu conteúdo.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, todos sabemos que o ano de 2004 é um ano eleitoral e, portanto, as atividades do Congresso Nacional ficam comprometidas em parte no segundo semestre.

Não podemos esquecer que a mesma reforma tributária prevê a implantação do Imposto sobre Valor Agregado – IVA, completo, apesar de o ICMS já ser um IVA – já no ano de 2007. Sendo assim, é impensável que o novo ICMS seja implementado apenas em 2006, caso não sejam aprovadas ainda este ano todas as medidas a que me referi.

Estamos diante de um esforço enorme realizado por todas as forças políticas desta Casa e que pode ter como resultado apenas a prorrogação da CPMF e a manutenção da DRU.

Concluo, chamando a atenção para a importância de darmos seqüência ao acordo estabelecido nesta Casa para conclusão da reforma tributária tão comemorada no final do ano passado.

Propusemos à CAE que seja criada uma subcomissão para tratar exclusivamente deste assunto, e a matéria possa ser acompanhada diariamente por todos os Senadores. Entendo ser essa uma providência absolutamente necessária para que possamos fazer um acompanhamento efetivo.

É fundamental – aqui chamo a atenção do Governo – que a ampla maioria que possui o Governo na Câmara dos Deputados assuma seu papel de enfrentar e solucionar os problemas nacionais. No que tange à reforma tributária, os Estados, o Confaz e a Oposição, tenho absoluta convicção, estão fazendo sua parte. A palavra agora está com a base aliada do Governo na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PFL, por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge, por cinco minutos, pela Liderança do PFL.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, falei na semana passada sobre o resultado do “Troféu Berzoini de Crueldade”. Todos aqui sabem que o PFL criou esse prêmio exatamente no momento em que o Ministro Berzoini convocou todos os aposentados de mais de noventa anos para se inscreverem no mesmo dia, causando aquele grande tumulto. Achamos que era uma crueldade, não era maneira de tratar os aposentados, e, em homenagem, criamos o que chamamos o antiprêmio, vamos dizer assim. Já foi realizada uma primeira edição, quando votaram 35 mil pessoas pela Internet, na página do PFL. A segunda edição foi antecipada, Sr. Presidente, tendo em vista que um dos candidatos, o vencedor, alcançou mais de 50% na metade do período. Terminamos no dia 15 e vamos abrir agora a terceira edição.

Vou dar agora o resultado da segunda edição.

Foi vitorioso José Dirceu, Ministro-Chefe da Casa Civil, por ser tirano e cruel no exercício do poder – aliás, ontem, a sua entrevista na Globo foi um bom exemplo. Exemplo notável do seu estilo foi a demissão do Ministro Cristovam Buarque do Ministério da Educação, que, como todos sabemos, foi demitido

pelo telefone quando representava o Brasil em Portugal. Teve 53,3% dos votos.

Em segundo lugar, Guido Mantega, Ministro do Planejamento, por impor ao País uma nova Operação Gafanhoto ao criar 2.797 cargos de livre nomeação do PT. Esse megatrem da alegria custará R\$58 milhões ao contribuinte e vai drenar, diretamente da folha de pessoal da União, R\$17 milhões a cada ano para o caixa do Partido dos Trabalhadores. Teve 16,9% dos votos.

Em terceiro lugar, Antônio Palocci, Ministro da Fazenda, por afirmar que a carga tributária não subiu, depois de impedir a correção da tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física e de aumentar a Cofins de 3% para 7,6%. Teve 12% dos votos.

Em quarto lugar, Humberto Costa, Ministro da Saúde, por furar a fila dos transplantes de medula para pessoas influentes do Governo. Teve 9,09%

E, em quinto lugar, Ciro Gomes, Ministro da Integração Nacional, por se recusar a visitar o Nordeste durante a época da cheia. Teve 8,49% dos votos.

O que é de admirar, Sr. Presidente, é que votaram nessa segunda edição 48.197 internautas em 45 dias. Na primeira edição, foram 35 mil em 60 dias.

A partir de amanhã, teremos a terceira edição do “Troféu Berzoini de Crueldade”, e os candidatos são os seguintes:

1 – José Viegas, Ministro da Defesa. Comprou um avião de luxo para as viagens exclusivas do Presidente Lula, que tem até banheiro com chuveiro, por R\$176 milhões, dinheiro que daria para construir aproximadamente 8.800 casas populares.

2 – Waldir Pires, Chefe da Controladoria-Geral da União. Ao comparar o caso Waldomiro com o episódio bíblico de Jesus e Judas cometeu blasfêmia, pois comparou Jesus com José Dirceu. Além disso, nega-se a apurar o escândalo da corrupção. “Em país que rouba, mas faz, Waldomiro não merece CPI”, ele disse, por incrível que pareça.

3 – Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça. Desempregou 72 mil pessoas, que estão na rua da amargura com o fechamento dos bingos, uma semana depois de o Governo ter assumido o compromisso de regulamentá-los.

Havia um belo projeto de regulamentação da Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti.

4 – José Dirceu novamente, Ministro-Chefe da Casa Civil. Por egoísmo: enquanto o número de desempregados no Brasil chega a 10 milhões de pessoas, ele promove a Operação Abafa do Caso Waldomiro exclusivamente para manter seu próprio emprego.

5 – Tarso Genro, Ministro da Educação. Por comprar vagas e aumentar os lucros das faculdades particulares com recursos do contribuinte, dinheiro que tanta falta faz às escolas públicas.

Assim, Sr. Presidente, a partir de amanhã poderão entrar no **site** do PFL todos os internautas, principalmente aqueles que foram demitidos, e votar em qualquer um desses cinco nomes. Durante 90 dias teremos a terceira edição. O **site** do PFL é: www.pfl.org.br.

Era só isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, por permuta com o Senador Demóstenes Torres.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero pedir a V. Ex^a a minha inscrição, pela Liderança do PSDB, depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Está assegurada a inscrição de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho manifestado aqui com frequência minha preocupação com o teor de alguns e-mails, fax e telegramas que tenho recebido principalmente do pessoal da reserva das Forças Armadas.

Em 2001, foi editada a Medida Provisória 2.215/10 – dez edições –, que ficou, diferentemente das atuais que bloqueiam a pauta, como as antigas. Nos últimos dias, inclusive ontem, discutimos muito a avalanche de medidas provisórias que tem interrompido o trabalho do Congresso Nacional, enquanto as antigas estão para as calendas: não se discutem, não se põem em votação e prevalece o texto original.

Fui o Relator da matéria, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Não vou ler os e-mails e cartas que tenho recebido, mas há uma profunda angústia por parte dos militares com o tratamento que têm recebido. Greve, para eles, é palavra ofensiva, imprópria, porque têm uma formação de respeito hierárquico, e o único caminho que lhes resta é contar com a intermediação dos Congressistas e dos chefes das respectivas Armas.

Faço um apelo ao Governo – e já falei com o Deputado encarregado das antigas medidas provisórias – e ao Congresso para que olhem com carinho para

esta medida provisória, para amenizar a aflição dos militares da reserva e provavelmente também os da ativa que não tiveram uma fase de transição, imposição da Medida Provisória 2.215/10, de 2001, ainda não votada pelo Congresso.

Por falar em militar, Sr. Presidente, gostaria de comentar a notícia que li nos jornais de que o Governo vai ampliar o Projeto Calha Norte. O Projeto Calha Norte foi a menina dos olhos do nosso Presidente José Sarney quando no exercício da Presidência da República.

Foi uma alegria para todos nós a intenção de manutenção da vigilância de fronteira e o envolvimento de vários ministérios na busca do desenvolvimento sustentado da região do Calha Norte, no rio Amazonas.

Criado em 1985 pelo Presidente Sarney, tem como objetivo principal aumentar a presença do Poder Público na região ao norte do rio Solimões/ Amazonas, contribuindo para a Defesa Nacional e ao mesmo tempo proporcionando uma maior e melhor assistência geral à população local.

Conjugar a guarda de nossas fronteiras amazônicas, tão cobçadas por interesses alienígenas inconfessáveis, e o desenvolvimento sócio-econômico local é a premissa maior do Calha Norte, que já mostrou resultados absolutamente alvissareiros.

A estratégia adotada pelo Programa baseia-se, principalmente, na implementação e articulação de unidades militares da Aeronáutica, da Marinha e do Exército como pólos irradiadores de atividades ligadas à ocupação inteligente e sustentável da Amazônia Setentrional.

Sob a viva inspiração do Marechal Rondon e de seu projeto integracionista, estradas são concluídas, pistas de pouso são abertas, pequenas hidrelétricas são construídas, populações inteiras são atendidas com equipamento de saúde e educação e oportunidades de investimento e produção são ampliadas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lembro aqui que, durante minhas últimas missões como Diretor da Polícia Federal na região, havia grandes dificuldades. Os campos de pouso estavam totalmente deteriorados, e a empresa da Aeronáutica responsável não tinha verba para recuperá-los, muito menos para abrir outros que garantissem acesso a essas regiões inóspitas e distantes do País.

Não há comunidade indígena na região, das que tive oportunidade de visitar, que não conheça o Hino da Aeronáutica, o Hino do Exército e o Hino da Marinha. E os soldados que lá servem, na grande maioria, provêm das comunidades indígenas.

Certo dia, o Coronel do Batalhão de São Gabriel da Cachoeira colocou à nossa frente dez soldados de origem indígena, cada um falando uma linguagem diferente. Com entusiasmo e amor ao Brasil e respeito à hierarquia, eles serviam ao Exército.

Portanto, falar em nação diferenciada a ser incluída no mapa é negar a inteligência e a razão da existência das comunidades indígenas que ocupam o nosso território. Aquela região é o Brasil e, por conseguinte, não é admissível nem mesmo mencionar nação ianomâmi, ou outra, porque jamais poderia ser reclamada pelas comunidades indígenas. As comunidades indígenas são participativas, juntamente com todas as forças que militam na região, principalmente as Forças Armadas. Vem de fora o desejo de criar um sistema que a cada dia prejudique mais o interesse por investimentos na região. Não podemos permitir que interesses estrangeiros escusos causem danos à biodiversidade, que é a razão e a natureza da existência na região amazônica.

Lembro-me, Sr. Presidente, de um pelotão de fronteira. A propósito, os pelotões estão sendo criados com muita lentidão, mas vários deles já foram implantados. Pois bem, em um pelotão de fronteira, vivia um casal: um tenente e a esposa. A professora das comunidades indígenas era a esposa do comandante que, com muito amor e dedicação, instruía os jovens índios e caboclos que vivem na região, que, se não fosse por ela, não teriam outra opção.

É assim que vivem os militares lá. Por isso, de todos os militares que ocupam um posto na Amazônia, até hoje não vi nenhum negar um amor profundo pela experiência que lá teve em seu serviço militar.

Abrangendo atualmente 74 Municípios, 38 dos quais ao longo dos 7.400 quilômetros da faixa de fronteira, e 4 Estados da Federação – Roraima, Amapá, Pará e Amazonas –, o Programa Calha Norte atinge cerca de 2.700.000 cidadãos brasileiros, com uma área de atuação de cerca de 17% do território nacional. Com números já grandiosos, sua tendência é crescer cada vez mais.

Ao anunciar, recentemente, sua intenção de ampliar o Calha Norte para 151 Municípios, alcançando quase 11 mil quilômetros de fronteiras, o Governo do Presidente Lula reforça tal tendência e afirma o programa como peça-chave para a política amazônica de ocupação sustentável, proteção e desenvolvimento social.

Vou fazer como a TV Globo, meus Senadores e meu Presidente, que quando apresenta alguma coisa, diz: estaremos de olho. Senhor Presidente, esta-

remos de olho para ver se Vossa Excelência cumpre a promessa de investir no Programa Calha Norte.

Para se ter uma idéia da envergadura e importância estratégica do Programa Calha Norte, desde sua criação, em 1985, até o ano passado, já foram despendidos recursos da ordem de US\$192 milhões, aplicados ao longo do período.

Tal verba orçamentária permitiu a realização de obras importantes nos últimos anos, como a construção do Porto de Camanaus, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas; implantação de uma pequena central hidrelétrica em Pari-Cachoeira, no Amazonas; manutenção de aeroportos e pistas de pouso na linha de fronteira com a Colômbia e a Venezuela; construção da BR-156 e da BR-307; implantação de numerosos poços tubulares para fornecimento de água potável e recuperação de dezenas de centros de saúde e centenas de salas de aula em áreas indígenas.

São informações que recebi do Ministério da Defesa, porque houve uma época – no último período legislativo, do qual participei –, há cerca de quatro ou cinco anos, em que o Calha Norte não tinha R\$9 mil para sustentar o que já existia. Os Senadores da Amazônia, aos quais me incorporei, começamos a lutar para melhorar a parte orçamentária, que visa desenvolver a cada dia essa região tão importante.

Ontem estiveram em uma das comissões o Senador Augusto Botelho e o Presidente do Ibama, para discutir o processo de demarcação de terras indígenas, com prejuízo às vezes para os caboclos que há centenas de anos vivem na região. O Programa Calha Norte tem por objetivo harmonizar e desenvolver tranqüilamente essa área do País tão importante para o desenvolvimento econômico.

É sabido por todos nós que tal região do nosso País, refúgio de 5% da biodiversidade mundial e guardião de cerca de 10% das reservas planetárias de água doce, alimenta a ambição de potências econômicas, ávidas por explorar nosso vasto manancial de recursos naturais.

Não raro, podemos acompanhar em manchetes de jornais denúncias de biopirataria, tráfico de drogas e garimpos clandestinos em nossas fronteiras amazônicas. Para protegê-las, contudo, não bastam somente ações militares de vigilância e controle por pelotões armados. Faz-se necessário, de forma conjunta, promover a integração e o desenvolvimento da população local, principal cliente do Programa Calha Norte e nossa maior parceria na tarefa de, soberanamente, ocupar e defender nosso ambicionado território.

É por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, que saúdo, desta tribuna, a ampliação do Programa Calha Norte, e o Presidente José Sarney, que teve visão de estadista ao criar esse programa, e conclamo a Nação, por inteiro, a participar e a apoiar esse intento, que é importante para todos nós.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, por 5 minutos, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, ao nobre Senador Leonel Pavan.

Em seguida, terá a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero falar, hoje, de uma discriminação a que estão sendo submetidos milhões de brasileiros que vivem em cidades do interior: a falta de acesso aos telefones móveis.

Todos somos testemunhas da verdadeira revolução que houve nas telecomunicações de nosso País, a partir de 1995. Seria repetitivo citar os fatos e os números que comprovam essa revolução.

No entanto, um problema persiste: as empresas prestadoras de serviços não são obrigadas a instalar equipamentos que permitam o funcionamento de telefones móveis em todas as cidades. Em outras palavras, nem a legislação nem a regulamentação que lhe é pertinente tratam da universalização do Serviço Móvel Pessoal, o SMP, sucedâneo do Serviço Móvel Celular.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, deixar a definição das áreas a serem atendidas exclusivamente a cargo do mercado, ou impor às prestadoras de serviços metas por demais confortáveis não me parece a melhor solução.

Observem, por exemplo, o caso da minha Santa Catarina, do meu Estado: os contratos de concessão firmados com as duas empresas operadoras do Serviço Móvel Celular, obviamente respeitados quando da migração desse sistema para o Serviço Móvel Pessoal, limitaram-se a exigir que, ao final de cinco anos, o serviço estivesse disponível e a operação regularizada em cerca de 30 municípios. Isso, vejam bem, num Estado que tem quase 300 municípios. Deram o direito às concessionárias de implantar o serviço de telefonia celular em apenas 30 municípios.

É uma meta pouco ambiciosa, Sr. Presidente. Muito pouco ambiciosa. Possibilitar o uso de telefones móveis em apenas 10% dos municípios catari-

nenses não é meta compatível com a revolução no sistema de telecomunicações de que falei há pouco.

E a situação não é muito diferente no resto do Brasil: nos demais Estados, temos também alguns poucos municípios privilegiados, enquanto a grande maioria permanece sem acesso à telefonia móvel pessoal.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, é urgente que se tomem as medidas necessárias à universalização dos serviços. Para isso, há duas possibilidades. A primeira delas consiste em, por meio de lei, torná-la obrigatória. Evidentemente, trata-se de solução mais impositiva, que tem, entretanto, um risco: subtrai competências à Aneel, à Anatel e à Agência Nacional de Telecomunicações, e isso poderia configurar uma subversão do modelo regulatório adotado, que se baseia na delegação de atribuições à agência.

De modo que vejo com mais simpatia uma segunda opção: levar a matéria à consideração do competente órgão regulador. A Anatel, Sr. Presidente, tem um Conselho Consultivo, que se constitui, de acordo com o disposto no art. 33 da Lei Geral de Telecomunicações, em órgão de participação institucionalizada da sociedade em suas decisões. Um Conselho que inclui, entre suas competências, a de fazer proposições ao Conselho Diretor sobre a edição de normas. Um Conselho que tem, entre outros, representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Portanto, é fundamental que nossos representantes levem à apreciação do Conselho Consultivo a proposta de universalização dos serviços de telefonia móvel pessoal, pois não é justo, Sr. Presidente, que a maior parte dos Municípios brasileiros fique de fora do progresso do nosso País. Muitas cidades de 15 ou 20 mil habitantes ainda não têm o direito ou pelo menos não são atendidas pela telefonia celular. E a falta dessa telefonia prejudica o crescimento das cidades. Muitas empresas, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, deixam de se instalar em Municípios que não contam com esse progresso.

Este é o apelo que faço às empresas, ao Governo, e até para que aqui se encaminhe um projeto de lei para que todos os Municípios do nosso País – falo em nome dos Municípios de Santa Catarina – sejam atendidos pela telefonia celular.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra, por cinco minutos, ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do

orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é antiga a minha preocupação com a ociosidade do aeroporto de Confins, em Belo Horizonte. Um dos maiores obstáculos para que esse aeroporto, tão importante para o nosso Estado, seja melhor aproveitado, é o acesso.

As empresas aéreas, evidentemente, preferem operar em Confins, já que suas instalações são mais modernas e confortáveis. Hoje, o aeroporto de Confins tem apenas 10 vôos diários. Para alterar a situação, é preciso atrair o passageiro, que prefere o aeroporto da Pampulha, localizado a apenas oito quilômetros do centro de Belo Horizonte. Isto porque o acesso a Confins é precário e o aeroporto dista da cidade cerca de 40 quilômetros.

A notícia veiculada no jornal **Estado de Minas** de hoje é animadora. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Governador Aécio Neves e o Prefeito de Belo Horizonte, Fernando Pimentel, vão assinar um convênio de R\$300 milhões para financiar obras viárias nos acessos aos aeroportos da Pampulha e de Confins.

Os recursos, segundo a matéria, serão investidos na duplicação de aproximadamente 16 quilômetros da rodovia MG-010, entre Belo Horizonte e o aeroporto de Confins, e no sistema de tráfego das avenidas Cristiano Machado e Antônio Carlos. Essa duplicação beneficiará ainda as cidades da região metropolitana de Belo Horizonte, como Lagoa Santa, Vespasiano, São José da Lapa e Pedro Leopoldo.

Pelo acordo, o Governo Federal, por intermédio da Infraero, dirigida pelo ex-Senador Carlos Wilson, vai liberar R\$150 milhões e o Governo de Minas e a Prefeitura de Belo Horizonte vão entrar com R\$75 milhões cada um.

Já não era sem tempo. No ano passado, o aeroporto de Confins recebeu apenas 365 mil passageiros, enquanto 2,9 milhões passaram pelo aeroporto da Pampulha. Foram 365 mil passageiros num aeroporto internacional que custou US\$500 milhões, e 2,9 milhões num antiquado aeroporto. O aeroporto de Confins tem 15 milhões de metros quadrados de área e fica a 40 quilômetros da cidade, e o da Pampulha tem 2 milhões de metros quadrados e está a apenas 8 quilômetros da capital.

Os usuários reclamam da falta de conforto e do estresse de pegar um avião na Pampulha, mas na hora da compra da passagem o que pesa mais é a facilidade de acesso. É preciso mudar essa situação, já que o aeroporto da Pampulha não tem condições de suportar tanto movimento. A segurança dos passageiros é que deve ser sempre o ponto mais importante.

Com os investimentos prometidos, poderemos usar o aeroporto da Pampulha apenas como ponte aérea, ligando Belo Horizonte a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Os outros vôos domésticos serão remanejados para o aeroporto de Confins. Assim, gastarei mais tempo para vir para Brasília.

Esses investimentos serão fundamentais para melhorar a qualidade do serviço aéreo de uma das principais capitais do País, Belo Horizonte.

Entretanto, a situação de ociosidade do aeroporto de Confins repete-se no Rio de Janeiro, com o aeroporto do Galeão. É sabido que, com aviões de maior capacidade, a tendência mundial é de concentração de vôos em determinados pontos, como ocorre, no Brasil, com o aeroporto de Guarulhos, em São Paulo.

Porém, é possível, com investimentos como os que estão sendo feitos pela Infraero e com o direcionamento de vôos pelo DAC, que consigamos uma melhor utilização dos aeroportos brasileiros, em especial dos aeroportos de Confins e do Galeão.

Sr. Presidente, esperamos que os recursos sejam realmente liberados. Como Senador de Oposição, estou fazendo menção elogiosa a ato do Governo Federal, mas, ao mesmo tempo, quero ser um crítico, porque quero que o Estado de Minas Gerais receba os recursos, e não apenas uma promessa. Acredito que, havendo, realmente, a efetivação dessas obras, poderemos ter um novo discurso, quem sabe de cumprimento ao Governo pela realização de uma obra tão importante para o nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador João Tenório.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição em nome da Liderança do PSDB. O documento está chegando às mãos de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Será assegurada a palavra a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Voltando à lista de oradores, concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres, que dispõe de vinte até minutos.

O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “se o governo comprar um circo, o anão começa a crescer”. Palavras de Antônio Delfim Netto.

Hoje, estou ocupando a tribuna desta Casa para retratar a realidade de um setor produtivo brasileiro que vem sofrendo descaso, abandono, discriminação e até mesmo injusta repressão por parte do Governo Federal, embora tenha a mais alta relevância do ponto de vista econômico e social. Trata-se do setor de fumo, manufaturado ou não.

O segmento empresarial responde no mundo pelo terceiro lugar em todas as transações de comércio internacional de agronegócios, tendo atingido a expressiva cifra de US\$26 bilhões em exportações no ano de 2000, superada somente pelos negócios de frutas, incluindo seus sucos, e das carnes de boi, porco e frango, quando agregadas.

O Brasil é o segundo maior produtor de fumo em folha do mundo, depois da China, tendo superado os Estados Unidos da América a partir de 1997 e a Índia a partir de 2002. São 295 mil hectares plantados, 245 mil dos quais somente nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Vale lembrar que tal volume de produção permite, por um lado, renda estável e relativamente alta para os agricultores e, por outro, um produto que prima pela alta qualidade, mundialmente cobiçado. São 150 mil famílias de produtores somente na região Sul, com área média de 17,5 hectares, dos quais 2,6 destinados ao fumo, com a mais alta tecnologia do mundo.

Como um todo, o setor emprega mais de um milhão de pessoas. Veja bem, Sr. Presidente: mais de um milhão de pessoas empregadas neste momento de crise, direta e indiretamente, segundo dados da Associação dos Fumicultores do Brasil, Afubra. As exportações do setor lograram, no ano de 1998, o valor de US\$1,6 bilhão, sendo US\$1 bilhão em folhas, abaixo somente do complexo soja, café, couros e calçados e carnes, dentro do agronegócio. Atualmente, gera divisas de pouco mais de US\$1 bilhão por ano para o nosso balanço de pagamentos.

Todavia, alguns números e fatos recentes mostram que o perigo da decadência é iminente, e, caso as ameaças se confirmem, vem aí mais desemprego e o agravamento da pobreza, por culpa exclusiva do Governo Federal, que tem se mostrado omissos ou que, quando age, opera sempre no sentido de prejudicar o segmento produtivo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou falando de produtos principalmente para exportação, e a responsabilidade de regulamentação do consumo desses produtos cabe aos governos dos países para onde exportamos e que representam sociedades que não necessariamente têm os mesmos valores e posturas do Brasil perante o uso do tabaco. Aliás, 80% da

produção física de fumo no Brasil é atualmente exportada para matrizes de gigantes multinacionais que não se interessam em agregar valor aos produtos dentro do Brasil e têm nessa política um forte aliado: o Governo Federal.

Sr^{as} e Srs. Senadores, observem a situação da indústria do charuto no País. O Brasil já foi importante fornecedor do produto manufaturado para o mercado internacional até a década de 60, quando decaiu. Voltou ao mercado nos meados de 1980 e chegou a exportar US\$1 milhão em 1997. A partir de então, foi virtualmente barrado na União Européia, devido a seus regulamentos do Sistema Geral de Preferências (SGP), que “graduaram” o Brasil, tornando-o o único país do mundo a pagar tarifa máxima **erga omnes** de 26%, enquanto outros países nossos concorrentes, classificados no SGP, pagam 9,1%, e os demais, tarifa zero. O resultado foi queda imediata de 90% em nossas exportações, enquanto o resto dos produtores mundiais auferiam ganhos decorrentes de aumentos brutais nas importações da União Européia, de US\$46 milhões para US\$100 milhões nos últimos dez anos.

Nossa “graduação” do SGP europeu deveu-se ao fato de o Brasil ter se tornado o maior exportador de fumo em folha do mundo. E, como a União Européia contempla em seus regulamentos o desempenho de todo o Capítulo 24 – produtos de tabaco em geral –, nosso crescimento na produção e exportação de matéria-prima nos legou o prêmio de banimento do mercado europeu de produtos acabados, onde detemos hoje um **market share** de menos de 1%. É uma maneira velada do mais legítimo colonialismo: às colônias, a produção de matérias-primas; às metrópoles, os produtos manufaturados. Não houve nenhuma manifestação, por parte do Governo Federal, contra tamanha discriminação comercial até meados do ano passado, quando, instadas pelo setor, as autoridades procuraram se informar e pedir explicações. Foram dadas as supostas explicações pela União Européia, e ficou por isso mesmo.

Em 22 de dezembro de 1999, o Governo brasileiro firmou com a República de Cuba o Acordo de Complementação Econômica nº 43, por meio do qual reduziu em 100% as tarifas incidentes sobre as importações brasileiras de charutos daquele país, com validade de três anos. Foi mais uma dentre as várias estocadas que o setor brasileiro de charutos tem recebido. Em 10 de junho de 2003, o Sindicato da Indústria do Fumo da Bahia solicitou à Camex que revogasse o benefício ao produto cubano, com o apoio ao produto brasileiro e pela

extinção do prazo inicialmente aplicado. Não foi atendido, e o privilégio continua.

Como resultado, vimos perdendo mercado interno – pela entrada de charutos cubanos sem tarifas – e mercado externo, pela discriminação que a União Européia impôs sobre as importações de charutos brasileiros. Fica claro que se torna impossível sobreviver nessas condições de mercado.

Ressalte-se que a produção de charutos no Brasil é totalmente concentrada no Estado da Bahia, dada a qualidade de sua matéria-prima e a habilidade de sua mão-de-obra, especialmente a feminina. É uma indústria centenária, que emprega atualmente mais de três mil trabalhadores na agricultura familiar e no processamento industrial. Detemos hoje tecnologia, recursos naturais e empreendedores suficientes para nos tornarmos líderes mundiais no setor, mas é impossível “remar contra tamanha maré”, impulsionada por quem deveria cuidar dos interesses nacionais.

Some-se a tudo isso, ainda, uma carga tributária interna incidente sobre cigarros e charutos de 65,5%, estimada pela Abifumo. É óbvio que esse nível de carga tributária constitui uma tentação muito grande para a sonegação, pois mesmo baixos níveis de sucesso resultam em altos retornos financeiros. Por exemplo, 10% de vendas ilegais resultam em mais de 5% de retorno líquido, o que pode significar todo o lucro de uma empresa. Contra isso, há que se montar uma máquina administrativa e judiciária grande e de alta eficácia, o que não é o caso do Brasil. E ainda falam em aumentar essa carga tributária para inibir o consumo interno.

Sr. Presidente, não posso ficar insensível diante dessa situação, embora meu Estado, Goiás, nada produza de fumos, cigarros ou charutos. Antes de tudo, porém, sou brasileiro e tenho o dever moral de denunciar esse estado de descaso e injustiça. Temos que exigir das autoridades brasileiras negociadoras de comércio internacional imediata correção dessa situação, sob pena de aceitarmos passivamente a infame condição de colônia européia, da qual pensamos que somos libertos desde 1822. Essa correção pode ser feita por intermédio das negociações em curso entre o Mercosul e a União Européia para o acordo de livre comércio ou por um entendimento específico, tal como se realizou com o café solúvel, onde bastaria a gestão decisiva do Governo brasileiro para a consecução de um ajuste unilateral.

Conclamo todos os senhores para que se juntem a nós nessa cruzada, para que façamos chegar a todos os Governos e a todos os brasileiros nossa indignação contra um quadro que mais representa a

ação destruidora da máquina governamental sobre um importante segmento da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, particularmente não sou fumante, e não estamos falando no consumo interno do Brasil. Estamos falando na exportação, que hoje gera mais de R\$1 bilhão para o Brasil, e há um milhão de empregados nesse setor.

Mas que setor é esse que consegue sobreviver com uma taxação, na Europa, de 26,5%, e no Brasil, de 65,5%? Enquanto isso, na Europa e no Brasil, o charuto cubano tem uma taxação zero. Parece brincadeira do Governo Federal.

Faço este alerta, para verificarmos se o Governo se sensibiliza nessas negociações e consegue viabilizar um setor que, no Brasil, pode ser o maior do mundo nessa área, em termos de exportações. Com isso, o País poderá expandir o seu nível de empregos e de exportações, aumentar a nossa balança comercial – naturalmente a nosso favor – e fazer com que terminem esses privilégios absurdos. Ninguém entende por que um charuto cubano tem de merecer um privilégio em relação ao charuto brasileiro.

Faço este pronunciamento, para que as autoridades brasileiras encarregadas, neste momento, de fazer essa negociação consigam na Comunidade Européia que o tratamento do charuto e do fumo brasileiros seja igualitário ao do charuto cubano e ao do fumo de outros países.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de requerer a minha inscrição, pela liderança do Partido dos Trabalhadores, após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – V. Ex^a será inscrita na seqüência já encaminhada à mesa, a não ser que haja alguma permuta, que poderemos acertar. A seqüência é: Senadores Mozarildo Cavalcanti, Alvaro Dias, Fátima Cleide e Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Pela liderança do PSDB, passamos a palavra ao nobre Senador João Tenório.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, “o Haiti é aqui” – já cantava, há anos, o nosso bom Ministro Gilberto Gil.

Nesses dias, acompanhando o noticiário sobre a última crise naquele país caribenho, deparei-me

com a notícia de que parte dos brasileiros ali residentes optaram por não embarcar no avião da Força Aérea Brasileira, que, com muito esforço, conseguira descer em meio ao conflito. Segundo a imprensa, o nosso imenso Hércules trouxe apenas quatro dos vinte e oito brasileiros que viviam no Haiti, além de uma haitiana, mulher de um deles. É espantoso o fato de que apenas 14% resolveram retornar ao Brasil. Oitenta e seis por cento dos brasileiros residentes no conflagrado Haiti resolveram ficar por lá mesmo.

Fiquei pensando sobre esse inusitado auto-exílio. Por que alguém faria opção por um país em chamas quando um avião se achava à disposição para um retorno seguro e grátis ao país natal? O que levaria brasileiros a optarem por essa situação temerária?

Com todo respeito àquele país e a seu povo, a realidade haitiana é das mais críticas, das mais perigosas. Realmente, numa primeira comparação, não haveria o que comparar: o Brasil tem uma área em que cabem 354 Haitis. O nosso Produto Interno Bruto é 126 vezes maior, o que resulta num PIB **per capita** que, embora vergonhoso, equivale a mais de seis vezes o haitiano.

Os brasileiros ficaram naquele país por desprendimento missionário, responderão alguns. Outros invocarão explicações das mais criativas. Mas, no meu entender, todas as nuances desse caso levam-me a ponderar sobre a mais danosa realidade brasileira: os abismos sociais que se avolumam.

Estamos criando Estados agonizantes, zonas de exclusão e miséria. Patrocina-se com isso ondas migratórias, que levam os homens em busca de novas paragens, em busca de oportunidades, por mínimas e fantasiosas que sejam.

Recentemente, um caso foi noticiado pela imprensa com muita intensidade: o retorno ao Brasil de brasileiros que se encontravam nos Estados Unidos em busca de melhores oportunidades e que lá foram presos. Comenta-se que alguns deles já estão dispostos a enfrentar uma nova aventura para lá ficarem.

Sente-se na pele que o Brasil está afunilando na desesperança. A frase de efeito pretensamente intelectual de que “se esgarça o tecido social”, embora revestida de certa pompa, tornou-se absolutamente real e ultimamente assumiu até uma formulação atenuante.

Para piorar a situação, Sr. Presidente, um País continental como o nosso ter crescimento anual zero (ou decréscimo, como indicam estudos mais recentes) é simplesmente desastroso. Se continuar as-

sim, poderemos contar com mais de 1,7 milhão de pessoas sem emprego a cada ano, engrossando a imensa e triste leva dos desempregados atuais.

Devemos ter consciência de que esse estado de coisas não é uma invenção dos atuais ocupantes do Palácio do Planalto e da Esplanada dos Ministérios. Não parto de uma posição sectária, pois isso não faz parte do meu perfil. Apenas lembro a imensa e insofismável responsabilidade dos eleitos, dos que se propuseram a governar, dos que arrebataram a confiança dos brasileiros.

Cobro do Governo soluções, mudanças de rumo, ações pontuais e factíveis, como diminuição de taxas de juros, desburocratização da pequena e média empresas, alívio tributário e mecanismos de balanceamento regionais.

Ninguém em sã consciência pode dar-se por satisfeito com a estagnação da economia, com a estabilidade na queda. O próprio Partido do Governo cobra mudanças econômicas imediatas, pois isso é imprescindível e urgente.

O Haiti está ali a nossa frente, assim como está a nossa frente todo o elenco de opções, inclusive a de lutar por um País desenvolvido, capaz de usufruir o seu tão decantado potencial – o que jamais será possível com crescimento zero.

Assim, pensando na opção dos que em Porto Príncipe recusaram embarque no avião da FAB, devemos deixar de lado as querelas menores, os radicalismos extremos, e buscar – como já foi dito antes – ser agora o País do futuro. Devemos deixar de nos comportar como ilhas – a nossa visão deve ser continental.

Nossa alternativa não pode ser o exílio insular, até porque o Haiti não nos cabe a todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, à Senadora Ana Júlia, por até cinco minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores que assistem a esta sessão, solicito a inserção nos Anais do Senado do documento da Confederação Nacional de Municípios – CNM, que elenca as diversas conquistas dos Municípios em 2003. Este documento não é do Governo Federal, mas da CNM. Vou citar algumas dessas conquistas.

O documento registra a diferença de tratamento de integrantes da CNM ao serem recebidos pelo Presidente; não mais foram recebidos pelos cachorros,

pela Polícia. Portanto, é uma situação muito diferente da anterior.

Foi criado pelo Governo Federal o Comitê de Articulação Federativa, constituído por entidades representativas do Governo Federal e diversas entidades municipais, não apenas essa Confederação, mas a Frente Nacional de Prefeitos, a Confederação Nacional de Municípios e a Associação Brasileira de Municípios.

Quanto à reforma tributária, houve a garantia, por exemplo, da transferência de 100% do Imposto Territorial Rural – ITR, reivindicação antiga dos nossos Municípios. Isso é muito bom, porque vai permitir que os prefeitos reivindiquem a cobrança do ITR.

Registro que, pela primeira vez, a Cide está sendo distribuída para Estados e Municípios.

Ocorreu a ampliação de 1% na base do Fundo de Participação do Município – FPM, o que propiciará uma crescimento desse fundo da ordem de R\$1 bilhão por ano e um aporte maior de recursos para os Municípios menores, que são mais atingidos com a queda de arrecadação.

Propõe-se também a criação de um fundo para o FPM em 2005 e 2006, no valor nominal de três bilhões, para garantir o repasse aos Municípios em situação de crise. Por exemplo, se a arrecadação dos anos de 2005 e 2006 não for equiparada à de 2004, esse fundo servirá para cobrir essa diferença.

Quanto à regulamentação da base de cobrança da iluminação pública, o texto da reforma tributária, aprovado no Senado Federal, estabeleceu a base de cálculo do tributo, dispensando a necessidade de lei complementar regulatória. Isso, com certeza, vai resolver o problema para milhares de Municípios.

Estabeleceu-se a progressividade do IPVA. Vai-se permitir que os Estados cobrem o IPVA de forma progressiva, até porque não é justo que, sobre um carro de marca popular, um carro antigo, incida IPVA idêntico ao de um carro importado do ano.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional também foi criado em 2003.

O documento trata também da incidência do ISS sobre as TVs por assinatura. Vale a pena ressaltar, Senador Ramez Tebet, a lei referente à regulamentação do ISS, que aprovamos no Senado e que já estava tramitando há mais de dez anos. Essa lei adequava aquelas dezenas de serviços que surgiram ao longo de quase 15 anos e que não estavam sendo cobrados. Isso acabava criando uma situação injusta em que se pagavam alguns serviços e outros não. Isso também vai refletir-se nos Municípios.

Trata-se também do fim da compensação da Cofins no IPI. As empresas compensavam até R\$4 bilhões do pagamento da Cofins no IPI, o que corria a base de cálculo do FPM, e o fim dessa possibilidade poderá aumentar em cerca de R\$900 milhões o FPM.

Já falei sobre o ISS e a questão da iluminação pública.

Na educação, houve o aumento do Programa Bolsa-Escola, a questão do transporte escolar, que aqui foi regulamentada, o salário-educação, os depósitos judiciais. Houve o Programa Reluz, o Programa Luz Para Todos. Também houve ganhos na área de saúde.

Poderia citar ainda o reconhecimento dos contenciosos pelo Governo Federal e a participação da Confederação Nacional dos Municípios representando os Municípios nos órgãos oficiais do Governo Federal.

Eu quero registrar isso porque, diversamente dos últimos dez anos, Senador Cristovam Buarque, este Governo vem tentando exatamente recuperar as grandes perdas dos Municípios – que nós reconhecemos –, perdas ocorridas ao longo de dez anos, que, na prática, nós estamos recuperando com ações concretas que irão possibilitar a recuperação dos Municípios. Embora saibamos que não poderemos recuperar tudo o que os Municípios perderam num único ano.

Nobre Senador Leonel Pavan, vejo que V. Ex^a pretende me apartear. V. Ex^a sabe que eu teria o maior prazer em conceder-lhe um aparte, mas como se trata de horário de Liderança, antes da Ordem do Dia, eu não posso conceder apartes. Lamento, porque V. Ex^a sabe, inclusive, do apreço que lhe tenho.

Este não é um documento do Governo Federal, e nós, Senadores, temos que nos orgulhar, porque nós contribuimos também para isto aqui. Nós contribuimos, com certeza, porque conseguimos um acordo com o Governo, que compreendeu e passou a tratar e a receber os Prefeitos de outra forma.

Quero dizer para o povo, para a população que mora em cada Município deste País que fiscalize a boa aplicação dos recursos, porque eu já estou cansada de vir com comissão de moradores de Municípios, com denúncia de desvio de recursos do Fundef e de outras verbas que se conquistaram. Os recursos para os Municípios vão aumentar. Portanto, a possibilidade de os Municípios melhorarem é concreta. Agora, é só trabalhar e fiscalizar cada centavo que sai daqui para que seja aplicado em benefício da qualidade de vida da nossa população.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SENADORA ANA JÚLIA CAREPA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(inserido nos termos do art.210, inciso
I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Matéria referida:

– “Conquistas do Movimento Municipalista em
2003”.

CONQUISTAS DA CNM EM 2003

REALIZAÇÃO

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS

VII MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

DIAS, 16, 17 E 18 DE MARÇO DE 2004.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
CONQUISTAS DA CNM EM 2003.....	
1. As Mobilizações em 2003	
2. Criação do Comitê de Articulação Federativa.....	
3. Reforma Tributária	
3.1. Imposto Territorial Rural - ITR.....	
3.2. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	
3.3. Desconstitucionalização dos Critérios de Rateio do ICMS	
3.4. Fundo de Participação dos Municípios - FPM.....	
3.4.1. A ampliação de 1% na base do FPM	
3.4.2. Fundo de 3 bilhões para o FPM em 2005 e 2006	
3.5. A regulamentação da base de cobrança da Iluminação Pública	
3.6. A progressividade do IPVA	
3.7. Fundo de Compensação das Exportações	
3.8. Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional	
3.9. A proibição de concessão de incentivo e benefícios fiscais.....	
3.10. A Incidência do ISS sobre as TVs por assinatura	
4. Precatórios	
5. O fim da compensação da COFINS no IPI	
6. Imposto sobre Serviços – ISS	
7. Iluminação Pública	
8. Educação	
8.1. Aumento do Programa Bolsa Escola	
8.2. Transporte Escolar	
8.3. Salário Educação	
9. Programa RELUZ.....	
10. Depósitos Judiciais.....	
11. Saúde	
12. Construção da Agenda de Consenso com o Governo Federal em 2003.....	
13. O reconhecimento dos Contenciosos pelo Governo Federal.....	
14. Participação da CNM representando os municípios nos órgãos oficiais do Governo Federal ...	
14.1. Comitê de Articulação Federativa (CAF) – 3 assentos no Comitê Pleno.....	
14.2. Conselho Nacional dos dirigentes de Regime Próprio de Previdência (Conaprev)	
14.3. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).....	
14.4. Conselho Nacional de Turismo	
14.5. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)	
14.6. Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA)	
14.7. Conselho Nacional das Cidades	
15. Conquistas Municipalistas no Congresso Nacional	
15.1. Câmara dos Deputados	
15.2. Senado Federal.....	
16. Cidadecompras	

APRESENTAÇÃO

Prezados Municipalistas,

Por meio deste documento, a Confederação Nacional de Municípios – CNM vem a público prestar contas de sua atuação durante o ano de 2003, apresentando a luta desenvolvida e as conquistas obtidas relativas às reivindicações históricas dos Municípios brasileiros.

Quanto às conquistas institucionais, destaca-se a participação do Governo Federal na VI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, com a presença de vários Ministros de Estado e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a criação do Comitê de Assuntos Federativos como canal de diálogo permanente entre a União e os Municípios, e a garantia da participação de representantes dos Municípios em diversos conselhos junto a Ministérios e outros órgãos do governo federal.

Com relação às demandas dos Municípios, os municipalistas brasileiros comemoram a aprovação das seguintes leis federais: Lei nº 10.819, que torna possível a utilização de 70% dos recursos dos depósitos judiciais decorrentes de tributos municipais; Lei nº 10.832, que prevê o repasse direto e automático dos recursos da quota municipal do salário-educação para os Municípios; Lei nº 10.709, que define as competências dos Estados e dos Municípios em relação ao transporte escolar dos alunos de suas respectivas redes de ensino; Lei Complementar nº 116, que ampliou significativamente a lista de serviços tributados pelo ISS.

Na Reforma Tributária, os Municípios, liderados pela CNM, já conquistaram: sua participação na distribuição dos recursos da CIDE; a possibilidade da transferência de 100% do ITR para os Municípios que concordarem em responsabilizar-se pela arrecadação e fiscalização desse tributo; a definição em legislação infraconstitucional, e não mais na Constituição Federal, dos critérios para distribuição dos recursos do ICMS entre os Municípios. Em continuidade à Reforma Tributária, encontra-se em apreciação no Congresso Nacional a PEC nº 228/2004 que contempla, entre outros, os seguintes aspectos de interesse dos Municípios: aumento da incidência do FPM sobre o IR e o IPI em 1%; inclusão no texto constitucional da compensação pelas exportações devida pela União aos Estados e Municípios, antes regulada por lei complementar; criação de um fundo de três bilhões de reais a mais para o FPM de 2005 e 2006; regulamentação do pagamento dos precatórios limitados a 2% da receita corrente líquida dos Municípios; e criação do Fundo de Desenvolvimento Regional.

Queremos registrar aqui que essas conquistas só foram possíveis devido à unidade que o Movimento Municipalista conseguiu em 2003. A participação de nossas co-irmãs no Comitê Federativo e a decisiva participação dos prefeitos, das Entidades Municipalistas Estaduais e Microrregionais foi fundamental para o resultado final que obtivemos. Esperamos que em 2004 continuemos firmes em nossa luta para ter nossas demandas e expectativas que são tão grandes quanto o Brasil atendidas. Agradecemos também a colaboração e o esforço de todos em 2003, com a consciência de que os resultados alcançados motivam os municipalistas brasileiros e sua entidade a prosseguir na luta por novas conquistas.

Saudações Municipalistas,



Paulo Ziulkoski
Presidente da CNM

CONQUISTAS DA CNM EM 2003

1. As Mobilizações em 2003

A VI Marcha reuniu em Brasília, além da tradicional caravana de prefeitos e prefeitas, 18 ministros de Estado. Pela primeira vez, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, participou do evento, onde inaugurou um diálogo inédito entre os dois entes da Federação. Outros desdobramentos da presença dos mais de 2.500 administradores municipais foram os avanços obtidos ao longo do ano para os municípios, como a nova lei do ISS e a definição de competências no Transporte Escolar.

A CNM também mobilizou cerca de dez mil pessoas a Brasília no dia 10 de setembro de 2003 para afirmar a importância dos municípios na negociação da Reforma Tributária. No dia 25 de novembro, outra mobilização extraordinária reuniu 700 prefeitos no Senado Federal para assegurar que o texto final da Reforma Tributária amenizasse o problema de caixa das prefeituras, que obrigou centenas de prefeitos a atrasar o pagamento do 13o. salário de seus servidores municipais. Graças a essas mobilizações, obtivemos conquistas importantes para os Municípios brasileiros. Nesse documento elencamos as principais. São elas:

2. Criação do Comitê de Articulação Federativa

O Comitê de Articulação Federativa foi constituído a partir da assinatura de um Protocolo de Cooperação Federativa, firmado pelo Governo Federal e as entidades nacionais de representação de municípios, durante a VI Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. O Protocolo definiu uma agenda de trabalho comum e um instrumento para processar esta agenda. O Comitê de Articulação Federativa é composto por representantes do Governo Federal e por todas as entidades nacionais de representação de Prefeitos: Frente Nacional de Prefeitos, Confederação Nacional de Municípios e Associação Brasileira de Municípios.

O Comitê surgiu num contexto em que a nova administração federal se propôs a abrir espaço para uma grande repactuação nacional, que possibilitasse o enfrentamento das históricas desigualdades regionais e sociais. Esta repactuação do país se dá por meio de duas grandes dinâmicas:

- 1) a concertação entre os atores sociais;
- 2) a repactuação federativa; e
- 3) concertação social e repactuação federativa constituem, assim, duas premissas essenciais ao projeto do novo governo.

3. Reforma Tributária

3.1. Imposto Territorial Rural - ITR

A transferência de 100% do ITR para os Municípios que assim optarem: o texto promulgado na EC 42/03 da Reforma Tributária mantém o tributo de competência da União, mas permite que os municípios ampliem sua participação de 50% para 100%. Para que isso ocorra será preciso a edição de lei que regulamente a nova forma de cobrança e fiscalização e a celebração de convênio com a União.

Nesse caso a emenda constitucional exige que *"não implique em redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal"*. Em 2002 a arrecadação de ITR no país foi de apenas R\$ 189 milhões, tendo os Municípios recebido R\$ 94,5 milhões. Com a proposta de transferência da competência de tributar para os Municípios, é lícito afirmar que a arrecadação seja otimizada. O ITR não é potencializado, bastando comparar sua arrecadação, em 2002, com o IPTU (R\$ 5,6 bilhões) e o ITBI (R\$ 1,6 bilhões).

3.2. Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE

A emenda aprovada destinou aos municípios apenas 6,25% do montante total da CIDE, correspondendo a 25% da parte que toca aos estados. Esse percentual representará cerca de R\$ 520 milhões anuais para os municípios, projetados sobre a previsão orçamentária da União para 2004, de R\$ 8,3 bilhões.

3.3. Desconstitucionalização dos Critérios de Rateio do ICMS

A flexibilização nos critérios de distribuição do ICMS acaba com a exigência de que 75% do índice de distribuição do ICMS seja de acordo com o Valor Adicionado Fiscal. Agora serão definidos novos critérios por lei complementar federal é a reivindicação dos municípios. Atualmente o art. 158 da Constituição Federal em seu parágrafo único define que 3/4 do índice de participação dos Municípios no ICMS será fixado de acordo com o valor adicionado fiscal de cada Município, remetendo à legislação dos Estados a definição quanto ao restante. A maioria dos Municípios entende que a constitucionalização de 3/4 dos critérios de partilha engessa a possibilidade de equalização do tributo, que se revela concentrador.

O texto aprovado até agora remete à lei complementar a fixação de critérios sobre a totalidade dos recursos. Essa alteração permitirá que sejam discutidos critérios mais justos para a distribuição do ICMS entre os Municípios de modo a inserir itens que estimulem a atividade econômica, mas também contemplem indicadores de ordem social. Essa medida não visa o aumento da participação dos Municípios no bolo tributário, mas a distribuição mais justa dos recursos.

3.4. Fundo de Participação dos Municípios - FPM

3.4.1. A ampliação de 1% na base do FPM

No Senado Federal o texto da Reforma Tributária aumentou o percentual de participação do FPM no Imposto de Renda e no Imposto sobre Produtos Industrializados, saindo de 22,5% para 23,5%, o que representa um acréscimo de cerca de R\$ 1,1 bilhões por ano no FPM.

Na última década, ocorreram dois processos altamente prejudiciais as finanças dos municípios: de um lado foi transferida uma série de encargos sem os recursos para custeá-los, de outro a União passou a explorar fontes de arrecadação que não são compartilhadas com os demais entes federados. Com isso, houve uma ampliação da participação da União no bolo tributário em detrimento principalmente dos municípios que tiveram a sua participação reduzida de 19%, em 1991, para 14%, em 2002.

O texto que está para ser aprovado na PEC 228/04, não resolve o problema dos municípios com relação a essa questão mas é sem dúvida um bom começo, para que possamos continuar discutindo o tema.

3.4.2. Fundo de 3 bilhões para o FPM em 2005 e 2006

A Criação desse Fundo de 3 bilhões (valores nominais) para o FPM é uma maneira de garantir o repasse aos municípios em situação de crise como aconteceu esse ano com a queda da arrecadação nacional. Assim, se nos exercícios de 2005 e 2006 a arrecadação anual não alcançar o equivalente ao valor entregue no exercício de 2004, acrescido de 1,5 bilhões a União complementará para garantir o repasse aos municípios. É importante ressaltar que esses pontos que tratam da ampliação e garantia de ampliação de 1% no FPM precisam ser votados na câmara para ter a garantia do ganho.

3.5. A regulamentação da base de cobrança da Iluminação Pública

A novidade é que o texto da reforma tributária aprovado no Senado Federal, tratou de estabelecer a base de cálculo do tributo, dispensando a necessidade de lei complementar regulatória. A medida é positiva e estabelece parâmetros universais, consolidando de vez a assertiva de tributar o serviço através do consumo de energia elétrica. Com essa redação vai terminar com a polêmica sobre a necessidade ou não de uma Lei Complementar Federal para regulamentação da contribuição, porque define claramente a base de cálculo da contribuição poderá ser pelo consumo de energia e também pela testada do imóvel; Registre-se que essa alternativa sempre foi defendida pela CNM em todas as manifestações, quando a base de cálculo ainda estava em aberto. Aliás, as orientações técnicas emitidas pela Entidade aos municípios brasileiros sempre indicavam o consumo de energia como a base de cálculo mais adequada. Como a Contribuição já havia sido criada no ano passado, não há novo impacto para os Municípios mas apenas a facilitação da cobrança.

3.6. A progressividade do IPVA

A Emenda Constitucional Nº 42/2003, alterou o inciso II, do § 6º, do art. 155 da Constituição Federal, permitindo a existência de alíquotas diferenciadas em função do tipo e da utilização do veículo, ou seja, estabelecendo a possibilidade de os Estados cobrarem o IPVA de forma progressiva, o que deverá acarretar em aumento da arrecadação desse tributo, do qual os Municípios são "sócios" a razão de 50%.

3.7. Fundo de Compensação das Exportações

A compensação pela desoneração de ICMS nas exportações, regulamentada pela Lei Complementar nº 87, com as alterações das Leis Complementares nº 102 e 115, ganha garantia constitucional, a partir da EC 42/03, cujos repasses adquirem volume e estabilidade. Os percentuais dos impostos de importação e de exportação que comporão o fundo de compensação serão definidos em Lei Complementar, entretanto a meta de aumento na transferência aos Estados já está definida para 2004 em cerca de R\$ 2,7 bilhões. Considerando que 25% dessa compensação pertence aos Municípios, pela chamada Lei Kandir, o aumento do montante representará um acréscimo de cerca de R\$ 675 milhões para os Municípios já para esse ano.

3.8. Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional

Esse fundo foi criado com o objetivo de financiar programas e projetos das regiões mais pobres, buscando superar desequilíbrios entre as cinco regiões do País. A implantação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) compensará os estados pelo fim da guerra fiscal. O FNDR deverá ter inicialmente R\$ 2,2 bilhões, com 93% destinados ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e os 7% nas áreas menos desenvolvidas das Regiões Sul e Sudeste. Os municípios dessas regiões serão beneficiários de 25% desses recursos mediante convênios.

Participam desse fundo os seguintes Estados: Todos os Estados das Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, Espírito Santo, Vale da Ribeira dos Estados do Paraná e de São Paulo, o noroeste do Rio de Janeiro, o Oeste de Santa Catarina, a metade sul do Rio Grande do Sul e o norte de Minas Gerais. Essa alteração foi feita no Senado Federal

3.9. A proibição de concessão de incentivo e benefícios fiscais

Essa medida evitará que os Estados corroam a base de arrecadação do ICMS, uma vez que 25% desses recursos são partilhados com os Municípios. Assim não existirão mais doações do ICMS dos municípios pelos Estados.

3.10. A Incidência do ISS sobre as TVs por assinatura

A Reforma Tributária retirou da base de incidência do ICMS as prestações de serviço de televisão por assinatura, permitindo assim a sua tributação pelo ISS.

4. Precatórios

Trata-se de antiga reivindicação do movimento municipalista a regulamentação do pagamento dos precatórios judiciais. O novo texto inserido no Senado Federal que está na PEC 228/04, fixa o limite para pagamento desses precatórios em 2%(dois por cento) do total da receita corrente líquida do município como teto, e possibilitando ultrapassado o limite máximo estabelecido, seja feito o parcelamento do restante em até 120 meses. O grande avanço é que os Municípios terão condições a partir da aprovação final na Câmara da Pec 228/04, de cumprir as metas estabelecidas em seus orçamentos.

5. O fim da compensação da COFINS no IPI

As empresas compensavam até R\$ 4 bilhões do pagamento da COFINS no IPI, o que corria a base de cálculo do FPM, o fim dessa possibilidade poderá aumentar em cerca de R\$ 900 milhões o FPM.

6. Imposto sobre Serviços – ISS

O Governo Federal manteve a arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS) com os municípios. O ISS é o principal gerador de arrecadação tributária para os cofres municipais. Em 2002, o ISS arrecadou cerca de R\$8 bilhões para os municípios brasileiros. De acordo com o anúncio feito pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, durante a VI Marcha, o Governo Federal apoiou a aprovação do PLP- Projeto de Lei Complementar 1/91, que aumentou o número de itens taxados pelo ISS.

Graças à nova lei do ISS, os municípios podem taxar mais de 100 serviços novos que surgiram depois do decreto- lei que regulava o ISS, de 1968. O PLP 1/91 foi aprovado no dia 09/07/03 no plenário do senado, e enviado ao Palácio do Planalto para sanção presidencial em 15/07/03. No dia 31/07/03 o presidente sancionou a Lei Complementar Nº 116/2003, que ampliou a lista de serviços tributados, e definiu e fixou alíquotas para tributação do ISS - Imposto sobre serviços de 101 para cerca de 200, o que pode representar um acréscimo na arrecadação desse tributo para os municípios em 25% já para o ano de 2004;

Mais do que isto, a aprovação da Lei Complementar que amplia e atualiza a lista de serviços era uma reivindicação dos municípios desde a I Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. O projeto, que tramitou por cerca de 15 anos no Congresso Nacional, foi aprovado com apoio do Governo. Assim, os municípios tiveram ampliado e fortalecida a sua principal base tributária.

7. Iluminação Pública

Em dezembro de 2002, os Municípios obtiveram uma grande vitória no Congresso Nacional, após mais de uma década de um exaustivo debate, foi criada uma fonte de custeio para o serviço de iluminação pública prestado pelos Municípios.

Desde a promulgação da Constituição Federal em 1988, os Municípios passaram a ser impedidos de cobrar a Taxa de Iluminação Pública, por força de ações movidas pelo Ministério Público, ficando sem uma fonte de custeio.

Após amplas negociações e diversas tentativas, conseguimos criar a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública – CIP, através da PEC Nº 39/2002, para subsidiar essas despesa que corroia os orçamentos municipais.

8. Educação

8.1. Aumento do Programa Bolsa Escola

A promessa do ministro da Educação, Cristovam Buarque, de aumentar de R\$22,50 para R\$ 50,00 o valor pago às famílias do Programa Bolsa-Escola, foi cumprida com a criação do programa Bolsa Família, que une os quatro benefícios pagos pelo Governo Federal anteriormente. A média dos benefícios pagos aos 3,6 milhões de famílias inscritas no programa hoje é de R\$ 72,00.

8.2. Transporte Escolar

Desde 2001 a CNM e a FAMURS tinham apresentado projeto de lei por intermédio do saudoso deputado Nelson Marchezan/RS. Somente dois anos depois conseguimos o apoio do Governo Federal através de sua bancada na câmara federal, para que a matéria fosse a votação. Assim no dia 23/07/03 foi finalmente aprovado na câmara e enviado para a sanção presidencial a regulamentação do transporte escolar.

Sancionado no dia 31/07/03, transformou-se na Lei Nº 10.709/2003. Tinha-se finalmente uma fundamentação legal determinando que os Estados assumissem a responsabilidade pelo transporte de seus alunos, e os municípios deveriam transportar somente os alunos das escolas municipais. O principal objetivo dessa lei foi reduzir o desequilíbrio no orçamento das prefeituras brasileiras, que tinham que pagar pelo transporte escolar de todos os alunos.

8.3. Salário Educação

Fruto de uma iniciativa do movimento municipalista liderado pela Confederação Nacional de Municípios junto ao Senado Federal, imediatamente apoiada pelo Senador Álvaro Dias do Paraná, que apresentou o nosso projeto em 2001. A aprovação do PL 475/03, em 19/11/03, foi uma das mais importantes vitórias em 2003. Sancionada em 30/12/03 transformou-se na Lei 10832/03, essa lei garantiu que os recursos do salário-educação chegassem efetivamente ao Município, evitando o passeio do dinheiro pelos cofres dos Estados, já a partir de 10 de fevereiro de 2004.

A criação da quota municipal e o repasse direto do salário-educação para os municípios: foi sem dúvida uma das grandes conquistas do movimento municipalista porque agora está determinado em lei federal que o valor do salário-educação destinado aos Municípios seja repassado integral e diretamente para a prefeitura, de acordo com o número de matrículas de cada um no ensino fundamental.

9. Programa RELUZ

A aprovação em 04/11/03 pelo Senado Federal da Resolução 19/03, que alterou dos artigos 7º ao 24 da antiga Resolução nº 43/01, teve como objetivo isentar dos limites para operação de crédito nas operações contratadas junto ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente-(RELUZ), e também aqueles decorrentes do parcelamento de débito junto a concessionárias de energia elétrica, para assim viabilizar a regularização de operações contratadas em conformidade com os limites e condições estabelecidos pela referida resolução. Isso significa que os empréstimos feitos por municípios pelo Programa Reluz não mais contarão como dívida do município. A medida beneficia diretamente aqueles municípios que tinham negado pedidos de financiamento por ultrapassar o limite de endividamento (1,2 a receita corrente líquida). E também vai permitir que as administrações municipais tenham mais capacidade de endividamento, ou seja, permissão para tomar mais recursos emprestados.

10. Depósitos Judiciais

Com a sanção da Lei 10.819/03 em 16/12/03, os municípios poderão utilizar 70% do valor total dos depósitos judiciais feitos a partir de disputas judiciais sobre o pagamento de tributos municipais. A lei também prevê a criação de um fundo de reserva que resguardará o direito dos contribuintes que questionam na justiça a obrigação de pagar o tributo. Esse fundo deve conter 30% do valor total dos depósitos. A lei estende aos municípios um direito que já era exercido pelos estados e pela União.

11. Saúde

O ministro da Saúde anunciou ainda durante a VI Marcha o aumento de recursos para o programa de saúde da família, de R\$1,8 bilhão para R\$2,1 bilhões. Segundo o Ministério da Saúde houve investimento da ordem de R\$152 milhões para aumentar de R\$10,5 para R\$ 12,00 por habitante o Piso de Atenção Básica (PAB), que serve para a compra de remédios e prevenção de doenças. O PAB não era reajustado desde 1998. Os municípios inscritos no programa Fome Zero tiveram dobrado seus recursos para a compra de medicamentos, totalizando em R\$ 32 milhões para 2003. Os municípios tiveram liberados mais R\$ 600 milhões para concluir, num prazo de seis meses, as obras de saneamento iniciadas pelo projeto Alvorada.

12. Construção da Agenda de Consenso com o Governo Federal em 2003

A constituição do Comitê de Articulação Federativa e sua legitimação como espaço de negociação e pactuação entre o governo federal e os municípios foi entendida como o principal e mais positivo saldo do trabalho de construção de novas bases para a interlocução federativa entre o Governo Federal e os Municípios.

O que materializou a concepção de que o fortalecimento da Federação demanda instrumentos permanentes e transparentes de concertação entre os entes federados, instrumentos estes que permitam o respeito à autonomia de cada esfera de governo, o reconhecimento de diferenças e contenciosos, a construção de agendas compartilhadas e de consensos.

Com esse entendimento conseguimos construir pela primeira vez uma agenda de consensos em torno dos temas que compõem o Pacto Federativo e das ações de interesse comum entre a União e os municípios composta pelos seguintes temas: Reforma Tributária, Atualização da Lista de Serviços que compõem o ISS, Reforma da Previdência, Regularização Fundiária, Segurança Pública, Modernização Administrativa, Transporte Público, Financiamento. Além desses trabalhos realizados no Comitê de Articulação Federativa, a Confederação também discutiu em 2003 temas da maior relevância, como a unificação dos programas de transferência de renda e criação do Programa de Bolsa Família. A cnm também discutiu com o Executivo Federal a proposta do Governo para o Plano Plurianual de Investimentos. É importante ressaltar que algumas destas discussões têm sido realizadas de forma tripartite, com presença também dos governos de Estado.

13. O reconhecimento dos Contenciosos pelo Governo Federal

A CNM através do Comitê Federativo também discutiu em 2003 os temas e o Reconhecimento dos Contenciosos. A pauta de demandas e/ou proposições historicamente apresentada pelas entidades de Municípios para o Governo Federal foi amplamente processada durante o ano de 2003. Alguns temas, no entanto, não foram ainda abordados ou a abordagem realizada não foi suficiente para superar o contencioso existente. Dentre estes últimos, destacam-se as seguintes pendências, no entendimento dos municípios:

Recomposição da participação dos municípios no "bolo" tributário que, argumentam as entidades de municípios, era de 19% após a Constituição da República de 1988 e é de 13% atualmente: a aprovação da Lei Complementar do ISS e o aumento dos recursos dos Municípios na Reforma Tributária sinalizam um esforço conjunto nesta direção.

Aumento de 5% no percentual do repasse do FPM, elevando-o para 27,5%: o FPM está sendo aumentado na Reforma Tributária, além do aumento de 22,5% para 23,5%, haverá um acréscimo de mais R\$ 1,5 bilhões em 2005 e 2006, considerando como referência os valores transferidos em 2004.

Fim do pagamento do PASEP pelos municípios: tema em discussão

Redefinição do conceito da Contribuição de Melhoria e Regulamentação da cobrança pelo uso do solo urbano e espaço aéreo: na discussão da proposta de Reforma Tributária o Governo manifestou concordância com o mérito das propostas. São temas que devem ser discutidos pela CNM junto ao Congresso Nacional.

Regulamentação do art. 23 da Constituição Federal, e dotação dos meios compatíveis com os encargos de cada ente federado: é pauta do Comitê, estabelecida no próprio Protocolo de Cooperação e é considerada pelo Governo Federal como agenda para 2004.

Revisão dos critérios de financiamento público, com ampliação das possibilidades de acesso dos municípios ao crédito: algumas mudanças no acesso dos municípios ao crédito já estão sendo implementadas pelo Governo. É tema do grupo proposto pelo Comitê e não instalado até o momento.

Revisão das formas de gestão do patrimônio da União: também é um processo em curso e é tema de grupo instalado no Comitê.

Unificação dos processos de prestação de contas dos Municípios para a União e criação de cadastro único de documentos municipais para acesso a recursos, convênios e outros: tema do grupo de modernização administrativa. Algumas iniciativas estão sendo tomadas neste sentido, em especial pela Caixa Econômica Federal.

Maior participação da União no financiamento da educação básica, com o cumprimento da Lei do Fundef (por meio da revisão do valor mínimo nacional por aluno para 2003 e de plano de pagamento dos valores devidos aos Municípios de 1998 a 2002), correção do valor per capita da merenda escolar, e recursos federais também para a educação infantil, alfabetização e educação de jovens e adultos: o Governo estuda a criação do Fundeb, para financiar o ensino fundamental, o ensino médio e a pré-escola. Será proposta discussão sobre o tema no âmbito do Comitê logo no início do ano de 2004.

Regulamentação da titularidade municipal sobre os serviços de saneamento: tema também pautado no Congresso Nacional. A proposta para a área de saneamento em processo de formulação pelo Governo Federal deverá ser discutida pelo Comitê no 1. Semestre de 2004.

Cabe destacar que alguns dos contenciosos são referentes a decisões do Congresso Nacional na relação entre os municípios e os estados, como o ressarcimento dos gastos daqueles com segurança pública, justiça estadual, transporte escolar, dentre outros.

14. Participação da CNM representando os municípios nos órgãos oficiais do Governo Federal

Com o reconhecimento da Confederação Nacional de Municípios como entidade nacional representante dos municípios conseguiu assento em vários conselhos com representatividade nacional e também ampliou a participação dos municípios através de suas entidades estaduais em vários temas de discussão que elaboram as políticas públicas que estarão sendo implementadas pelo governo Federal. Assim, listaremos abaixo os conselhos nos quais as vagas destinadas aos representantes municipais nas condições de titulares e suplente através de suas entidades nacional ou estadual.

14.1. Comitê de Articulação Federativa (CAF) – 3 assentos no Comitê Pleno

Representantes da Confederação Nacional de Municípios
Paulo Ziulkoski - Presidente da CNM – Prefeito de Mariana Pimentel/RS
Gilmar Dominici - Vice-presidente da CNM – Prefeito de Franca/SP
André Puccinelli – Prefeito de Campo Grande-MS

14.2. Conselho Nacional dos dirigentes de Regime Próprio de Previdência (Conaprev)

Entidade: Confederação Nacional de Municípios
Conselheiros: Paulo Ziulkoski e James Mattos

14.3. Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)

Entidade: Confederação Nacional de Municípios
Conselheiros: Paulo Ziulkoski e James Mattos

14.4. Conselho Nacional de Turismo

A Confederação Nacional de Municípios – CNM, é um dos membros do Conselho Nacional de Turismo. Exercendo mais que o papel de representação dos municípios, a CNM busca a criação e o estabelecimento de canais de interlocução com os municípios, de forma a poder atender às suas necessidades. Para melhor atender às demandas oriundas dos municípios, a CNM participa de todas as oito Câmaras Temáticas que

compõem o Conselho Nacional de Turismo através das entidades Estaduais, Microrregionais e algumas prefeituras .

✓ ***Câmara de Legislação***

Pará

Entidade Representante da CNM: FAMEP – Federação dos Municípios do

Integrante: Fernando Lobato - Presidente – Prefeito de Santa Cruz do Arari/PA

✓ ***Câmara de Regionalização***

Entidade Representante da CNM: União dos Prefeitos da Bahia - UPB

Integrante: Luiz Alberto da Silva Muniz – Presidente - Prefeito de Utinga/BA

✓ ***Câmara de Segmentação***

Entidade Representante da CNM: Prefeitura Municipal de São Miguel das Missões/RS

Integrante: Prefeito Mário Augusto Ribas Nascimento

✓ ***Câmara de Qualificação Profissional***

Entidade Representante da CNM: AMAM - Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó/PA

Integrante: Leonardo M Lobato – Secretario Executivo da AMAM/PA

✓ ***Câmara de Financiamento e Investimento***

Entidade Representante da CNM: FECAM – Federação dos Municípios Catarinenses

Integrante: Alcides Mantovani – Prefeito de Zortea/SC

✓ ***Câmara de Infra-Estrutura***

Mineiros

Entidade Representante da CNM: FEMAM – Federação dos Municípios

Integrante: Ronaldo Mota Dias – Prefeito de São João da Lagoa/MG

✓ ***Câmara de Promoção e Comercialização***

Alagoanos

Entidade Representante da CNM: AMA – Associação dos Municípios

Integrante: Fernando Sérgio Lira – Prefeito de Maragogi/AL

✓ ***Câmara de Qualificação da Super Estrutura***

Entidade Representante da CNM: APREMERJ – Associação de Prefeitos e dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro

Integrante: Luiz Fernando Pezão de Souza – Prefeito de Pirai/RJ

14.5. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF)

Entidade Titular: CNM - Confederação Nacional de Municípios

Conselheiro: Paulo Ziulkoski – Presidente da CNM

Entidade Suplente: ARON- Associação Rondoniense de Municípios

Conselheiro: Carlos Magno Ramos -- Presidente da ARON/RO

14.6. Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA)

Entidade Titular: CNM - Confederação Nacional de Municípios
Integrante: Paulo Ziulkoski -- Presidente da CNM

Entidade Suplente: FAMEM -- Federação dos Municípios do Estado do Maranhão
Integrante: Hildo Augusto da Rocha Neto -- Presidente da FAMEM/MA

14.7. Conselho Nacional das Cidades

Entidade Titular: CNM - Confederação Nacional de Municípios
Conselheiro: Paulo Ziulkoski -- Presidente da CNM

Entidade Suplente: ANAMA
Conselheiro: Sergio Yonamine -- Vice- presidente da ANAMA

15. Conquistas Municipalistas no Congresso Nacional

O trabalho de articulação da CNM no âmbito da articulação política foi muito além do que vem ocorrendo dos últimos anos, assim entendemos que as negociações e encaminhamentos dados aos temas municipalistas tiveram por parte da grande maioria dos parlamentares tanto da Câmara dos Deputados como do Senado Federal um reconhecimento maior. Foi percebido claramente, a diferença do tratamento dispensado aos municípios, durante o ano de 2003. Fomos pela primeira vez convidados a participar das discussões na condição de ente federado que somos.

Conseguimos em tempo recorde constituir a uma Frente Parlamentar Municipalista na Câmara para nos apoiar durante a tramitação da Reforma Tributária. No Senado Federal tivemos a iniciativa do PMDB de criar a Frente Pró-Municípios que foi de extrema importância nas negociações para que conseguimos as alterações feitas no texto da Reforma Tributária, que beneficiaram significativamente os Municípios.

15.1. Câmara dos Deputados

- Criação da Frente Parlamentar Municipalista
- Criação da Frente Parlamentar em Defesa dos Regimes Próprios de Previdência Social
- Criação da Frente Parlamentar Habitação E Desenvolvimento Urbano
- Criação da Frente Parlamentar do Saneamento Básico
- Criação da Frente Parlamentar da Saúde

15.2. Senado Federal

- Criação da Frente Pro - Municípios

16. Cidadecompras

O **cidadecompras** representa o ponto de ruptura entre o antigo e o novo modo de se efetuar as compras governamentais, é a base tecnológica para a utilização imediata de todos os benefícios autorizados pela Lei 10.520/02.

O **cidadecompras** proporciona ao setor público redução significativa, não só de custos, mas também de tempo nos processos de aquisição de bens e serviços nas compras municipais.

A modalidade Pregão Eletrônico - disponível aos municípios em decorrência da aprovação da Lei 10.520/02 - com prazos mais curtos, ausência de limites financeiros para a aquisição de itens e a competitividade direta dos fornecedores - através de lances sucessivos com valores mais baixos, permitem uma economia acima de qualquer comparação.

O **cidadecompras** é o exemplo mais contundente do sucesso de associativismo no setor público, uma vez que esta solução proporciona até 95% de economia durante o processo de implantação e manutenção se comparado ao custo de qualquer solução feita de forma isolada. Estão disponíveis as seguintes modalidades:

Pregão Eletrônico: é a modalidade de licitação prevista na lei 10.520/2002 que permite ao setor público realizar os processos licitatórios através da internet para aquisição de bens e serviços comuns no mercado, independente do valor a ser adquirido. Essa funcionalidade disponível no portal exige um grande nível de segurança e recursos tecnológicos para atender as exigências legais. O pregão tem representado uma importante ferramenta na melhoria da gestão pública por meio da redução dos custos e agilidade nos processos de compras.

Desenvolvido para ser utilizado de forma intuitiva, o pregão eletrônico possui duas fases distintas – uma de envio de propostas e outra de lances. Na fase de lances é que existe a acirrada disputa de preços entre os fornecedores.

Nesta modalidade está disponível um canal de comunicação que permite ao pregoeiro receber e enviar mensagens on-line a todos os participantes. O fornecedor poderá também dar entrada em recurso contra o edital ou contra a sessão do pregão.

Todo o procedimento do Pregão é efetuado de maneira eletrônica. O envio das Propostas, dos Lances a Adjudicação e a Homologação.

Cotação: Também denominada de Pequenas Compras, esta modalidade permite a cada município divulgar eletronicamente os bens e serviços que deseja adquirir, possibilitando aos fornecedores cadastrados o envio de propostas e lances, criando um verdadeiro leilão reverso, onde ganhará o fornecedor que apresentar a menor oferta.

A melhor oferta pode ser visualizada por todos os fornecedores, podendo ser substituída por um lance de menor valor, aumentando a disputa e transparência (a ferramenta não exibe o autor do lance). Ao atingir a data e hora de fechamento definido pelo pregoeiro surge o Aviso de Iminência, (tempo sorteado aleatoriamente), após o qual é encerrada a rodada de lances. Esta modalidade dispensa o Edital de Licitação, tendo o valor de R\$ 8.000,00 como teto.

Esta solução de compras é fruto da parceria entre a Confederação Nacional de Municípios – CNM e a Fundação de Estudos para a Modernização da Administração Pública – FEMAP na busca da modernização e aperfeiçoamento da gestão pública brasileira.

O **cidadecompras** oferece a seus usuários três visões distintas:

Visão da Sociedade: Ambiente que permite a qualquer cidadão acompanhar, sem interferir, os processos eletrônicos de Pregão e Cotação das entidades associadas;

Visão do Fornecedor: Ambiente desenvolvido para atender o fornecedor, de tal forma que o mesmo possa interagir durante o processo licitatório, com possibilidade de envio de proposta e lances, de entrar com recursos e de ver resultados entre outras funcionalidades.

Visão do Comprador: Ambiente desenvolvido para possibilitar ao agente do setor público gerenciar a realização de todas as fases dos processos de aquisição de bens e serviços.

Saiba mais no sítio **www.cidadecompras.com.br** ou entre em contato com a nossa central de atendimento (61) 2101-6000, para esclarecer quaisquer dúvidas sobre o tema de aquisições eletrônica pela internet.

Municipalismo forte se faz com a participação de todos. Faça sua parte!

*Informe-se sobre as teses municipalistas.
Saiba de nossas propostas, contidas em documentos específicos.
Apresente suas críticas e sugestões.*



**SCRS 505, Bloco C – lote 1 3º andar - Asa Sul
CEP 70350-530 - Brasília - DF
Fone/Fax (61) 2101-6000
e-mail: cnm@cnm.org.br**

Durante o discurso da Sra. Ana Júlia Carepa, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Pela ordem, Senador Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, queria apenas comunicar que, na terça-feira, o Presidente Lula foi duramente vaiado pelos Prefeitos que chegavam a Brasília.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 329, DE 2004

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, para que este providencie e encaminhe, no estrito termo do prazo constitucional de 30 dias, as seguintes informações:

1. Denominação e localização das comunidades remanescentes dos quilombos identificados no território do Estado de Mato Grosso;

2. Identificação do rol de títulos de propriedade, de reconhecimento de domínio ou de qualquer outra natureza concedidos à comunidade ou indivíduos remanescentes dos quilombos;

3. Superfície das terras outorgadas e seus respectivos beneficiários; e

4. Cronograma de concessão de títulos e a previsão de recursos orçamentários para o cumprimento do disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Sala das Sessões, 18 de março de 2004. – **Serys Silhessarenko**, Senadora da República.

(À mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, na forma do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 330 , DE 2004

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso ao Presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, pela criação do Banco Popular do Brasil, para pôr em prática a estratégia de microfinanças, modalidade de crédito que vem atendendo um amplo segmento de clientes até então excluído do sistema bancário.

Justificação

O Banco Popular do Brasil, subsidiária do Banco do Brasil, funciona, em caráter experimental, com 15 pontos de atendimento: nove em Brasília, quatro em São Paulo e dois em Recife.

Com um número crescente de contas nessa rede de correspondentes bancários, a previsão da diretoria de canais do Banco Popular do Brasil é a de instalar outros 385 pontos de atendimento nas praças de Brasília, São Paulo e Recife e, em seguida, deverá ser levado a outras regiões do País, a fim de fechar o ano de 2004 com um total de 4.500 pontos e um milhão de clientes.

Nesse sentido, requeiro ainda, seja encaminhada à presidência do Banco do Brasil a sugestão de instalação de pontos de atendimentos nos municípios

de Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Cáceres, Sinop, Barra do Garças, Alta Floresta, Juína, Tangará da Serra, localizados no Estado de Mato Grosso.

Sala das Sessões, 18 de março de 2004. – **Serys Silhessarenko**, Senadora da República.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 331, DE 2004

Requeiro, nos termos do art. 335, inciso I, do Regimento Interno, o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 1999, que susta a aplicação do disposto no art. 2º, inciso XIV, do Decreto nº 1.752, de 20 de dezembro de 1995, com objetivo de aguardar o pronunciamento do Senado sobre o PLC nº 9, de 2004, que Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, que se encontra em fase de análise do Senado Federal.

Sala das Sessões, 18 de março de 2004. – Senador **Sibá Machado**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que a mesma se manifeste sobre o requerimento lido.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 332, DE 2004

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e considerando que a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.005, de 2002, determina a aplicação de 65% dos recursos da poupança para financiamentos habitacionais, sendo

que 80% desse percentual devem ser aplicados no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, requeiro que sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Ministro de Estado da Fazenda, informações acerca do percentual dos depósitos de poupança aplicado em financiamentos habitacionais, no exercício de 2003.

Justificação

Este assunto requer análise cuidadosa por esta Casa em face do risco de que o instituto da caderneta de poupança como fonte primária de recursos para o financiamento da habitação esteja sendo desvirtuado, em prejuízo da geração de empregos pelo setor de construção civil e do adequado atendimento da demanda da sociedade brasileira por casas próprias.

Efetivamente, segundo carta enviada por um leitor ao jornal **Estado de Minas**, publicada na edição de 16 de março, o exercício de 2003 encerrou-se com depósitos de poupança no valor de R\$144 bilhões. As instituições bancárias, no entanto, destinaram apenas R\$23,1 bilhões ao financiamento do setor habitacional – irrisórios 16% do montante.

A carta citada acima reflete uma demanda por informação que não vem sendo atendida satisfatoriamente pelo Governo Federal. É bom lembrar que a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMIN) nº 3.005, de 30 de junho de 2002, destina 65% dos recursos da poupança para financiamentos habitacionais, sendo que 80% desse percentual (52% do montante, portanto) deve ser aplicado no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

A própria resolução, entretanto, dificulta a mensuração do volume de recursos destinados ao setor de habitação ao definir um amplo conjunto de direitos, operações de crédito e outros haveres como passíveis de serem computados como aplicações no SFH.

É preciso, por conseguinte, que as informações a serem prestadas sejam depuradas e reflitam o que se passa especificamente no campo do financiamento à construção de moradias. Este é o objetivo do presente requerimento.

Sala das Sessões, 18 de março de 2004. – Senador **Hélio Costa**.

REQUERIMENTO Nº 333, DE 2004

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Defesa as informações técnicas de que dispõe sua Pasta acerca do processo de aquisição das aeronaves da Força Aérea Brasileira, referentes ao Projeto FX. Ressalte-se que, tendo em

vista a Segurança Nacional, o fornecimento das referidas informações deve estar sob égide do sigilo, restritas ao âmbito dos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Justificação

Em audiência pública realizada no dia 11 de março de 2004, junto à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Senhor Ministro de Estado da Defesa explanou acerca do processo de aquisição de aeronaves de caça para a Força Aérea Brasileira, conhecido como Projeto FX.

Certamente a garantia da superioridade e defesa aérea do território nacional é questão de mais absoluta relevância e constitui tema de interesse direto do Parlamento brasileiro e, mais especificamente, do Senado Federal e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Nesse sentido, fundamental que os membros do Poder Legislativo tenham total conhecimento do referido processo, sobretudo porque é o Parlamento que aprovará o orçamento para o projeto.

Sem dúvida, por se tratar de tema que envolve aspectos basilares de segurança e defesa, essas informações devem ser repassadas aos ilustres parlamentares, na forma da lei, tomadas as medidas necessárias a preservar a confidencialidade dos dados e do processo.

Portanto, importante que o Senado Federal esteja ciente do que está sendo feito pelas autoridades brasileiras em termos de defesa aeroespacial e, mais especificamente, no que concerne ao Projeto FX.

Pelas razões expostas, requeiro as referidas informações.

Sala das Sessões, 18 de março de 2004. – **Hélio Costa, Autor** – **Eduardo Azeredo** – **Lúcia Vânia** – **Eduardo Suplicy, Presidente** – **Arthur Virgílio** – **Flávio Arns** – **João Capiberibe** – **Duciomar Costa** – **Marco Maciel** – **Rodolpho Tourinho** – **Gilberto Mestrinho** – **Luiz Otávio** – **Aelton Freitas**.

OF. Nº 52/2004 – CRE

Brasília, 16 de março de 2004

Ao Excelentíssimo Senhor
José Sarney
Presidente do Senado Federal
Brasília -DF

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para as providências necessárias, o RQS 8/2004 – CRE de auto-

ria do Senador Hélio Costa, aprovado no âmbito desta Comissão, que requer que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Defesa as informações técnicas de que dispõe sua Pasta acerca do processo de aquisição das aeronaves da Força Aérea Brasileira, referentes ao Projeto FX. Ressalte-se que, tendo em vista a Segurança Nacional, o fornecimento das referidas informações deve estar sob égide do sigilo, restritas ao âmbito dos membros desta Comissão.

Atenciosamente, – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 334, de 2004

Solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil sobre o aumento nos gastos efetuados com o Cartão de Crédito Corporativo na aquisição de bilhetes de passagem aérea e compras de materiais e serviços.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50. § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216. inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas a seguinte informação ao Sr. Ministro-Chefe da Casa Civil sobre o aumento nos gastos efetuados com o Cartão de Crédito Corporativo:

- 1) Qual o total das despesas efetuadas com o Cartão de Crédito Corporativo nos anos de 2001, 2002 e 2003?
- 2) Como é feito o controle dessas despesas?
- 3) Como são feitos os lançamentos dessas despesas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal?
- 4) Quais foram os gastos, por órgão, efetuados em 2003?
- 5) Especificar esses gastos, por item.

Justificação

Reportagem do jornal **Correio Braziliense** de 17 de março do corrente, intitulada “Descontrole com as viagens oficiais” mostra que o uso do Cartão de Crédito Corporativo aumentou consideravelmente em 2003. Além disso, o jornal noticia que não há transparência na utilização do cartão, uma vez que os gastos efetuados não são especificados.

É com o objetivo de esclarecer a matéria do jornal **Correio Braziliense** que apresento este requerimento.

Sala das Sessões, 18 de março de 2004. – Senador **Arthur Virgílio, Líder do PSDB**.

REQUERIMENTO Nº 335, de 2004

Solicita informações ao Sr. Ministro da Defesa sobre viagem do Ministro José Viegas ao Pantanal, Mato Grosso do Sul, em avião da Força Aérea Brasileira (FAB)

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50. § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216. inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro da Defesa sobre a viagem ao Mato Grosso do Sul, ao Pantanal, em aeronave oficial:

- 1) Qual a pauta da viagem oficial, realizada em razão do convite do Governador do Estado do Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, da qual participou o Sr. Ministro da Defesa?
- 2) Quais assuntos foram tratados no Forte Coimbra e na 18ª Brigada de Infantaria Motorizada?
- 3) É comum nas viagens oficiais do Sr. Ministro da Defesa a companhia de sua mulher e filhas?
- 4) Já que não há orientação no Código de Ética dos servidores federais sobre o uso de aviões oficiais por parentes de ministros, ficando a utilização desses aviões a critério da FAB, que está subordinada ao Ministro da Defesa, não seria o caso de criar uma comissão independente que aprovasse eventuais viagens de parentes deste Ministro?

Justificação

O jornal **Folha de São Paulo** noticiou, no dia 19 de fevereiro de 2004, que o Ministro José Viegas levou a família ao Pantanal em avião da Força Aérea Brasileira.

O presente requerimento se faz necessário para cumprir as ações fiscalizadoras do Senado Federal no que se refere à moralidade pública que orienta a administração, conforme o **caput** do art. 37. da Constituição Federal de 1988.

A razão de se indagar a pauta da reunião oficial está no fato de que na agenda oficial do Ministro da

Defesa, segundo noticiou o jornal, estava incluída visita à 18ª Brigada de Infantaria Motorizada e ao Forte Coimbra, ponto turístico relacionado à guerra do Paraguai.

As informações que ora requeiro são de fundamental importância ao cumprimento das atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 18 de março de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 336, de 2004

Solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre a renovação do contrato com a Gtech Brasil.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50. § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216. inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre a renovação do contrato da Caixa Econômica Federal com a Gtech Brasil pelo prazo de 25 meses:

1) O contrato de renovação da Caixa Econômica Federal com a Gtech Brasil resultou em algum prejuízo à CEF?

2) Antes da renovação do contrato, a Gtech não havia concordado em renová-lo por seis meses, retirando todas as ações na Justiça contra a CEF?

3) O prazo de seis meses não era suficiente para a CEF se preparar para assumir integralmente os serviços de processamento, captação e transmissão de dados das loterias?

Justificação

O jornal **O Globo**, do dia 7 de março de 2004, noticiou que o contrato de renovação, firmado entre a Caixa Econômica Federal e a Gtech, resultou em um prejuízo de R\$100 milhões à CEF.

Segundo a matéria, documentos obtidos pelo Ministério Público apontam que a multinacional, Gtech, já havia concordado em renovar o contrato por seis meses, retirando todas as ações na Justiça contra a CEF e que o prazo de seis meses seria suficiente para a Caixa se preparar para assumir integralmente os serviços de processamento, captação e transmissão de dados dos jogos.

Notas técnicas deixam claro que o conteúdo do contrato mudou muito entre dezembro de 2002 e mar-

ço de 2003. Em dezembro de 2002 o Superintendente Nacional de Projetos Especiais da Caixa, Carlos da Silva Cartelli, propõe ao vice-presidente da Gtech a renovação do contrato pelo prazo de seis meses com desconto de 25%, pois a Gtech deixaria de fazer o processamento de dados das loterias. Em 28 de março, o mesmo Cartelli propõe a renovação por 18 meses. Com base neste parecer a Caixa renovou o contrato pelo prazo de 25 meses.

Assim, o presente requerimento se faz necessário para cumprir as ações fiscalizadoras do Senado Federal, sendo, as informações, de fundamental importância ao cumprimento das atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 18 de março de 2004. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

É lido o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9, DE 2004

Altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre as atribuições da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os incisos II do art. 100. o IV e V do art. 102. e o art. 104. do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 100.

II – proteção e defesa da saúde, condições e requisitos para remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa, tratamento e coleta de sangue humano e seus derivados, produção, controle e fiscalização de medicamentos, inspeção e fiscalização de alimentos e competência do Sistema Único de Saúde;

..... (NR)”

“Art. 102.

.....

IV – comunicação, imprensa, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

.....
V – criações científicas e tecnológicas, apoio e estímulo a pesquisas e criação de tecnologia;

..... (NR)”

“Art. 104. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura compete opinar sobre matérias pertinentes a:

I – transportes rodoviário, metroviário, ferroviário e por dutos;

II – transportes aéreo, aeroespacial e a infra-estrutura aeroportuária;

III – transportes aquaviário, portos e vias navegáveis;

IV – transporte urbano, interestadual, intermunicipal e internacional, de passageiros e de cargas.

V – exploração da energia em todas as suas formas;

VI – exploração de minas e recursos geológicos;

VII – atividades com material radioativo de qualquer natureza;

VIII – serviços de telecomunicações, informática e automação em geral;

IX – serviços postais;

X – saneamento ambiental, compreendendo serviços de água e esgoto, drenagem urbana e resíduos sólidos;

XI – gestão, planejamento e controle dos recursos hídricos;

XII – gestão do uso e ocupação do solo urbano, habitação, arquitetura e urbanismo;

XIII – desenvolvimento regional, municipal, territorial, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;

XIV – defesa civil e situações de calamidade pública;

XV – agências reguladoras e de fiscalização de serviços de infra-estrutura;

XVI – obras públicas em geral

XVII – outros assuntos correlatos. (NR)”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O objetivo deste projeto é ampliar e detalhar melhor as atribuições da Comissão de Serviços de

Infra-Estrutura (CI) mediante o acréscimo de novas competências e da recepção de algumas outras que são, atualmente, da Comissão de Educação (CE) e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Com este ato, pretendemos tomar a Comissão de Infra-Estrutura mais atuante na discussão e apreciação de matérias que dizem respeito à infra-estrutura do País, cuja ampliação e consolidação são indispensáveis para a retomada do crescimento e do desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento tecnológico e social impõe novas obrigações e responsabilidades ao Estado e aos indivíduos. O Poder Legislativo deve se habilitar para melhor atender aos reclamos da Sociedade.

Entre as áreas que tem impactado o desenvolvimento nacional, destacamos os novos serviços de telecomunicações, informática, automação de processos, e transporte de energéticos por redes de dutos.

Deste modo, estamos explicitando entre as atribuições da Comissão, opinar sobre as matérias pertinentes a estas novas áreas, além de outras já estabelecidas como: transportes, energias, minas e recursos geológicos, atividades nucleares, serviços postais, recursos hídricos, além das atividades de planejamento urbano e desenvolvimento regional, ordenamento territorial, defesa civil e do acompanhamento das agências reguladoras e fiscalizadoras, ligadas à área de infra-estrutura.

As matérias relativas às telecomunicações, informática, telemática e robótica, serviços postais constam das atribuições da Comissão de Educação, porém entendemos que aproximam-se das características das atividades de infra-estrutura.

Contudo mantivemos na Comissão de Educação as atividades relativas à comunicação social, inclusive a outorga e renovação da concessão dos serviços públicos, considerando-se que prepondera neste caso o aspecto da liberdade de expressão e de disseminação do conhecimento e da cultura. Para a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura vão apenas as atividades que se relacionem aos aspectos tecnológicos das telecomunicações, estes sim, componentes da infra-estrutura nacional.

Da Comissão de Assuntos Sociais estamos propondo a retirada da atribuição saneamento, já que esta atividade caracteriza-se por ações eminentemente de caráter de infra-estrutura.

Aproveitamos o ensejo para suprir a omissão do nosso Regimento Interno e incorporar entre suas atribuições, os assuntos afetos ao desenvolvimento regional e urbano e, também, os relacionados com habi-

tação, saneamento ambiental e recursos hídricos, além da nova figura das agências reguladoras federais. Convém destacar que pelo atual texto, não há referência nas atribuições da Comissão às atividades do setor energético nacional, que inclui entre outros a produção de eletricidade e a indústria do petróleo.

Confiamos que a nossa proposta terá boa acolhida entre os nossos pares, em razão de tornar mais racional e atual a distribuição das matérias para o exame e deliberação pelas comissões da Casa.

Sala das Sessões, 18 de março de 2004. – **José Jorge**, Senador da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

“Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42. inciso VIII, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1970

Dá nova redação ao Regimento Interno do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

.....
Art. 100. À Comissão de Assuntos Sociais compete opinar sobre proposições que digam respeito a:

.....
II – proteção e defesa da saúde, condições e requisitos para remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa, tratamento e coleta de sangue humano e seus derivados, produção, controle e fiscalização de medicamentos, saneamento, inspeção e fiscalização de alimentos e competência do Sistema Único de Saúde;

.....
Art. 102. A Comissão de Educação compete opinar sobre proposições que versem sobre:

.....
IV – comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

V – criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia;

.....
Art. 104. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura compete opinar sobre matérias pertinentes a:

I – transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos e hídricos e serviços de telecomunicações;

II – outros assuntos correlatos.”

.....
O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O projeto lido ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. Primeiro-Secretário em exercício, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 2004

Regulamenta a prática do jogo de Bingo.

Art. 1º Fica autorizada a prática do jogo de bingo em todo o território nacional com base no disposto nessa lei.

Art. 2º O controle, a sistematização, a arrecadação e o pagamento dos prêmios ficarão sob a responsabilidade da Caixa Econômica Federal, que determinará as regras.

Parágrafo único. O previsto no art. 1º será executado unicamente mediante o uso de cartelas padronizadas nacionalmente, impressas pela Casa da Moeda e vendidas pela Caixa Econômica Federal, sendo recolhidos nesse ato os impostos devidos.

Art. 3º Aplica-se a esta lei o disposto no capítulo IX da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 e suas alterações.

Art. 4º Fica sem efeito o disposto na Medida Provisória nº 168, de 20 de fevereiro de 2004, bem como as expressões concernentes ao jogo dispostas na norma jurídica gerada pela mencionada medida provisória.

Sala das Sessões, 17 de março de 2004.

Justificação

O fechamento das casas de bingo por força da MP nº 168, de 20-2-2004, gerou grandes manifestações por parte dos empregados e empregadores.

Não aceitando o lado ilegal para o qual alguns operadores de bingo dirigiam seus estabelecimentos, há de se convir que também pessoas sérias, que geravam empregos, renda e impostos, foram atingidas pela abrupta proibição do jogo de bingo.

Os jogos de apostas no Brasil são bastante tradicionais e vem sendo geridos com grande compe-

tência pela Caixa Econômica Federal, fazendo uma distribuição indireta de renda para a educação, o desporto e outros programas sociais do Governo Federal.

O projeto de lei em epígrafe tem a intenção de transferir, com maior abrangência e controle do que anteriormente, o gerenciamento do jogo de bingo, retornando os empregos, a renda gerada e os investimentos aplicados pelas pessoas sérias que operavam esta modalidade de jogo de apostas, sem, contudo, liberar o funcionamento de máquinas caça-níqueis que, ao meu entender, são armadilhas para a população menos esclarecida ou aqueles que sofrem de doenças psíquicas ligadas ao jogo.

Apresento, pois, para o aprimoramento dos meus ilustres pares, o projeto de lei em tela.

Sala das Sessões, 18 de março de 2004. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998

Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.

CAPÍTULO IX Do Bingo

Art 59. Os jogos de bingo são permitidos em todo o território nacional nos termos desta lei.

Art 60. As entidades de administração e de prática desportiva poderão credenciar-se junto à União para explorar o jogo de bingo permanente ou eventual, com a finalidade de angariar recursos para o fomento do desporto.

§ 1º Considera-se bingo permanente aquele realizado em salas próprias, com utilização de processo de extração isento de contato humano, que assegure integral lisura dos resultados, inclusive com o apoio de sistema de circuito fechado de televisão e difusão de som, oferecendo prêmios exclusivamente em dinheiro.

§ 2º (VETADO)

§ 3º As máquinas utilizadas nos sorteios, antes de iniciar quaisquer operações, deverão ser submetidas à fiscalização do poder público, que autorizará ou não seu funcionamento, bem como as verificará semestralmente, quando em operação.

Art 61. Os bingos funcionarão sob responsabilidade exclusiva das entidades desportivas, mesmo

que a administração da sala seja entregue a empresa comercial idônea.

Art 62. São requisitos para concessão da autorização de exploração dos bingos para a entidade desportiva:

I – filiação a entidade de administração do esporte ou, conforme o caso, a entidade nacional de administração, por um período mínimo de três anos, completados até a data do pedido de autorização;

II – (VETADO)

III – (VETADO)

IV – prévia apresentação e aprovação de projeto detalhado de aplicação de recursos na melhoria do desporto olímpico, com prioridade para a formação do atleta;

V – apresentação de certidões dos distribuidores cíveis, trabalhistas, criminais e dos cartórios de protesto;

VI – comprovação de regularização de contribuições junto à Receita Federal e à Seguridade Social;

VII – apresentação de parecer favorável da prefeitura do município onde se instalará a sala de bingo, versando sobre os aspectos urbanísticos e o alcance social do empreendimento;

VIII – apresentação de planta da sala de bingo, demonstrando ter capacidade mínima para duzentas pessoas e local isolado de recepção, sem acesso direto para a sala;

IX – prova de que a sede da entidade desportiva é situada no mesmo município em que funcionará a sala de bingo.

§ 1º Excepcionalmente, o mérito esportivo pode ser comprovado em relatório quantitativo e qualitativo das atividades desenvolvidas pela entidade requerente nos três anos anteriores ao pedido de autorização.

§ 2º Para a autorização do bingo eventual são requisitos os constantes nos incisos I a VI do **caput**, além da prova de prévia aquisição dos prêmios oferecidos.

Art 63. Se a administração da sala de bingo for entregue a empresa comercial, entidade desportiva juntará, ao pedido de autorização, além dos requisitos do artigo anterior, os seguintes documentos:

I – certidão da Junta Comercial, demonstrando o regular registro da empresa e sua capacidade para o comércio;

II – certidões dos distribuidores cíveis, trabalhistas e de cartórios de protesto em nome da empresa;

III – certidões dos distribuidores cíveis, criminais, trabalhistas e de cartórios de protestos em nome da pessoa ou pessoas físicas titulares da empresa;

IV – certidões de quitação de tributos federais e da seguridade social;

V – demonstrativo de contratação de firma para auditoria permanente da empresa administradora;

VI – cópia do instrumento do contrato entre a entidade desportiva e a empresa administrativa, cujo prazo máximo será de dois anos, renovável por igual período, sempre exigida a forma escrita.

Art 64. O Poder Público negará a autorização se não provados quaisquer dos requisitos dos artigos anteriores ou houver indícios de inidoneidade da entidade desportiva, da empresa comercial ou de seus dirigentes, podendo ainda cassar a autorização se verificar terem deixado de ser preenchidos os mesmos requisitos.

Art 65. A autorização concedida somente será válida para local determinado e endereço certo, sendo proibida a venda de cartelas fora da sala de bingo.

Parágrafo único. As cartelas de bingo eventual poderão ser vendidas em todo o território nacional.

Art. 66. (VETADO)

Art. 67. (VETADO)

Ad 68. A premiação do bingo permanente será apenas em dinheiro, cujo montante não poderá exceder o valor arrecadado por partida.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 69. (VETADO)

Art 70. A entidade desportiva receberá percentual mínimo de sete por cento da receita bruta da sala de bingo ou do bingo eventual.

Parágrafo único. As entidades desportivas prestarão contas semestralmente ao poder público da aplicação dos recursos havidos dos bingos.

Art. 71. (VETADO)

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

§ 3º (VETADO)

§ 4º É proibido o ingresso de menores de dezoito anos nas salas de bingo.

Art. 72. As salas de bingo destinar-se-ão exclusivamente a esse tipo de jogo.

Parágrafo único. A única atividade admissível concomitantemente ao bingo na sala é o serviço de bar ou restaurante.

Art. 73. É proibida a instalação de qualquer tipo de máquinas de jogo de azar ou de diversões eletrônicas nas salas de bingo.

Art. 74. Nenhuma outra modalidade de jogo ou similar, que não seja o bingo permanente ou o eventual poderá ser autorizada com base nesta lei.

Parágrafo único. Excluem-se das exigências desta lei os bingos realizados com fins apenas benéficos em favor de entidades filantrópicas federais, estaduais ou municipais, nos termos da legislação específica, desde que devidamente autorizados pela União.

Art 75. Manter, facilitar ou realizar jogo de bingo sem a autorização prevista nesta lei:

Pena – prisão simples de seis meses a dois anos, e multa.

Art. 76. (VETADO)

Art. 77. Oferecer, em bingo permanente ou eventual, prêmio diverso do permitido nesta lei:

Pena – prisão simples de seis meses a um ano, e multa de até cem vezes o valor do prêmio oferecido.

Art. 78. (VETADO)

Art. 79. Fraudar, adulterar ou controlar de qualquer modo o resultado do jogo de bingo:

Pena – reclusão de um a três anos, e multa.

Art. 80. Permitir o ingresso de menor de dezoito anos em sala de bingo.

Pena – detenção de seis meses a dois anos, e multa.

Art. 81. Manter nas salas de bingo máquinas de jogo de azar ou diversões eletrônicas:

Pena – detenção de seis meses a dois anos, e multa.

.....
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 168,
DE 20 DE FEVEREIRO 2004

Proíbe a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo e jogos em máquinas eletrônicas denominadas “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia, e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica proibida, em todo território nacional, a exploração de todas as modalidades de jogos de bingo, bem como os jogos em máquinas eletrônicas, denominadas “caça-níqueis”, independentemente dos nomes de fantasia.

Parágrafo único. A vedação de que trata o **caput** deste artigo implica a expressa retirada da natu-

reza de serviço público conferida a tal modalidade de exploração de jogo de azar, que derogou, excepcionalmente, as normas de Direito Penal.

Art. 2º Ficam declaradas nulas e sem efeito todas as licenças, permissões, concessões ou autorizações para exploração dos jogos de azar de que trata esta medida provisória, direta ou indiretamente expedidas pela Caixa Econômica Federal, por autoridades estaduais, do Distrito Federal, ou municipais.

Art. 3º A Caixa Econômica Federal e autoridades referidas no art. 20 deverão proceder à rescisão unilateral imediata dos contratos vigentes ou revogar os atos autorizadores do funcionamento dos respectivos estabelecimentos, sem nenhum tipo de indenização.

Art. 4º O descumprimento do disposto no art. 1º desta medida provisória implica a aplicação de multa diária no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), sem prejuízo da aplicação de medidas penais cabíveis.

Art. 5º A aplicação da penalidade administrativa de que trata o art. 4º será imposta pelo Ministério da Fazenda, após a lavratura de auto de infração.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda deverá remeter cópia do auto de infração a que se refere o **caput** ao Departamento de Polícia Federal, para adoção das medidas de sua competência.

Art. 6º A omissão na aplicação das disposições desta medida provisória sujeita o servidor público federal ou empregado da Caixa Econômica Federal que lhe der causa às penalidades de demissão do serviço público ou, conforme o caso, de despedida por justa causa, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

Art. 7º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Ficam revogados os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 9.981, 14 de julho de 2000, o art. 59 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e o art. 17 da Medida Provisória nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001.

Brasília, 20 de fevereiro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania de Assuntos Econômicos e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 53, DE 2004

Inclui inciso XI no caput do art. 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para permitir que, em seus processos de

seleção, as universidades instituem critérios de inclusão social que contemplem estudantes oriundos dos segmentos sociais especificados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do art. 53 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigor acrescido do seguinte inciso XI:

“Art. 53.
I –
.....

XI – instituir, nos processos seletivos de ingresso aos cursos de graduação e pós-graduação, critérios que contemplem o acesso de estudantes de segmentos da sociedade com menor renda e de grupos étnicos desprivilegiados, bem como dos que tenham cursado a educação básica nas redes públicas de ensino. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Têm se multiplicado, no Senado e na Câmara dos Deputados, os projetos de lei que instituem, nos processos seletivos para ingresso em cursos de graduação de nível superior, cotas ou reservas de vagas para negros, carentes e estudantes oriundos de escolas públicas. Um deles, o PLS nº 298, de 1999, de autoria do Senador Antero Paes de Barros, que prevê reserva de 50% das vagas de cada curso para os alunos que tenham feito integralmente o ensino fundamental e médio em escolas da rede pública, já foi aprovado nesta Casa, mas parece estar com a tramitação dificultada em vista de adotar uma norma geral que conflita com a prática da autonomia administrativa e pedagógica das universidades, consagrada no art. 207 da Constituição Federal.

De outro lado, algumas universidades já instituíram e têm implementado o regime de cotas, com protestos de uns e aprovação de outros.

É evidente que a situação de crescente demanda pela educação superior, não acompanhada proporcionalmente pelo aumento de vagas gratuitas nas universidades públicas, tem feito diminuir as oportunidades de ingresso para muitos candidatos de segmentos desprivilegiados, como os de menor renda, os negros e indígenas e os oriundos de escolas públicas.

Em 1980, concluíram o então 2º grau cerca de 500.000 alunos, metade dos quais em escolas privadas. Em 2002, foram aproximadamente 2.250.000 os que terminaram o ensino médio, dos quais quase 90% em escolas das redes públicas estaduais.

Todos concordam que a solução de tão angustiante problema só virá com um vigoroso aumento das vagas das universidades federais e estaduais, aliado à melhoria da qualidade da educação básica pública. Enquanto isso não acontece, porém, parece aconselhável uma política de cotas.

Entretanto, em vez de se adotar, por iniciativa da União, um dispositivo drástico e centralizado para instituir reservas de vagas, parece muito mais coerente com nosso regime democrático e com a qualidade da educação superior que a prerrogativa de sua regulamentação seja da alçada de cada universidade, pública ou privada, reforçando o instituto da autonomia.

Para tanto, faz-se necessário incluir entre as diretrizes e bases da educação nacional, contidas na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, um dispositivo que não somente permita a prática de cotas, como também a considere uma alternativa explícita de política pública. Tal é o objetivo do presente projeto de lei, para o qual peço atenção e apoio de meus pares.

Sala das Sessões, 18 de março de 2004. – **José Jorge**, Senador da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições:

I – criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior previstos nesta lei, obedecendo às normas gerais da União e, quando for o caso, do respectivo sistema de ensino; (Regulamento)

II – fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;

III – estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão;

IV – fixar o número de vagas de acordo com a capacidade institucional e as exigências do seu meio;

V – elaborar e reformar os seus estatutos e regimentos em consonância com as normas gerais atinentes;

VI – conferir graus, diplomas e outros títulos;

VII – firmar contratos, acordos e convênios;

VIII – aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais;

IX – administrar os rendimentos e deles dispor na forma prevista no ato de constituição, nas leis e nos respectivos estatutos;

X – receber subvenções, doações, heranças, legados e cooperação financeira resultante de convênios com entidades públicas e privadas.

Parágrafo único. Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre:

I – criação, expansão, modificação e extinção de cursos;

II – ampliação e diminuição de vagas;

III – elaboração da programação dos cursos;

IV – programação das pesquisas e das atividades de extensão;

V – contratação e dispensa de professores;

VI – planos de carreira docente.

.....
(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – A Presidência não recebeu até o presente momento informação sobre acordo de lideranças para a deliberação das matérias constantes da pauta de hoje. Em consequência, as deliberações legislativas ficam sobrestadas na forma da Constituição.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 148, DE 2003
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 148, de 2003, que atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e fixa as

diretrizes a serem observadas na definição de normas para implantação de programas especiais de incentivo à adaptação de contratos anteriores à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.

Relator revisor: Senador Romero Jucá

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 149, DE 2003

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 149, de 2003, que *autoriza o Poder Executivo a doar à República da Bolívia vacinas contra a febre aftosa.*

Relator revisor: Senador Papaléo Paes

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 12, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 150, de 2003)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 12, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 150, de 2003, que *altera a Lei nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que institui o Programa de Arrendamento Residencial e dá outras providências.*

Relatora revisora: Senadora Fátima Cleide

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 13, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 151, de 2003)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 13, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 151, de 2003, que *dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido – INSA, unidade de pesquisa integrante da estrutura básica do Ministério da Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.*

Relator revisor: Senador José Maranhão

5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 152, DE 2003

Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 152, de 2003, que *altera o art. 47 da Lei nº*

9.636, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Fernando Bezerra

6

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2004

(Proveniente da Medida Provisória nº 153, de 2003)
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2004, proveniente da Medida Provisória nº 153, de 2003, que *institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação e dá outras providências.*

Relatora revisora: Senadora Maria do Carmo Alves

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Voltamos à lista de oradores.

Com a palavra a Senadora Fátima Cleide, por permuta com o Senador Paulo Paim, pela Liderança do PT.(Pausa.)

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, estive hoje pela manhã no Auditório da Reitoria da UnB, a Universidade de Brasília, para participar da solenidade de divulgação do Edital do 2º Vestibular de 2004, o primeiro vestibular em universidade federal que adotará o sistema de reserva de vagas para os candidatos negros.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi um momento histórico, vivido com muita emoção por todos que participaram, Deputados, Senadores, professores e alunos.

Quatro universidades estaduais, em diferentes Estados, já adotam, com êxito, a reserva de vaga para candidatos negros. Por sua importância e prestígio, não tenho nenhuma dúvida de que o exemplo da UnB, a Universidade de Brasília, será seguido imediatamente por outras universidades federais.

Esta Casa, Presidente José Sarney, já aprovou aqui a política de cotas, projeto de sua autoria, que foi lembrado hoje na UnB. Na Câmara dos Deputados,

projeto de minha autoria, o Estatuto da Igualdade Racial, incorpora a proposta de V. Ex^a. Entendo eu que avança a consciência social do brasileiro: a sociedade brasileira não aceita mais as desigualdades sociais. E, com certeza absoluta, a retórica e a demagogia daqueles que são contra a política de cotas estão perdendo essa batalha.

Lembro ainda que a novela “A Cor do Pecado”, da Rede Globo, já é o maior sucesso de horário nos últimos dez anos. Personagens negros no centro da trama aumentam a audiência porque o nosso povo tem sede de cidadania, quer participar amplamente.

A sociedade segue na frente, as instituições políticas haverão de vir atrás.

A Universidade de Brasília não precisou de legislação, como as universidades estaduais, para adotar uma reserva de 20% das vagas no vestibular. Usou essa universidade suas prerrogativas baseadas na Constituição e criou o Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial.

A UnB, assim, afirma com razão que o principal meio de acesso aos bens e serviços da sociedade, sem sombra de dúvida, é a educação. É por aí que passa, Sr. Presidente, a inclusão social de negros, de indígenas ao ensino superior, como também é o projeto da UnB, que ainda trabalha para a inclusão dos mais pobres.

Depois do convênio com a Funai, que garante o ingresso de estudantes indígenas por meio de seleção específica que já garantiu o ingresso de 15 estudantes indígenas neste semestre, o edital de hoje assegura o sistema de cotas também para negros. Mas a UnB, Sr. Presidente, não pretende parar aí. Seu Plano de Metas inclui também um Programa de Apoio ao Ensino Público no Distrito Federal.

Com a decisão da UnB, podemos dizer que a universidade pública assume finalmente a luta contra a exclusão social. Nosso processo democrático se fortalece, e o Brasil avança.

Sr. Presidente, faço este depoimento porque tive a satisfação de participar desse evento e posso dizer à sociedade brasileira que a comunidade negra está chegando também à universidade. Esse mérito, sem sombra de dúvida, é muito do corpo docente da nossa UnB.

Sr. Presidente, esta semana falamos com a Ministra Matilde, que estava presente à solenidade, e também com o Presidente da Fundação Palmares, e ambos me disseram que, se depender do Governo Lula – claro, o aval esta Casa terá que dar –, o Estatuto da Igualdade Racial, que está em debate na Câmara

dos Deputados, há de ser aprovado. Faremos uma reunião, na próxima quinta-feira, com cinco Ministros e a Bancada de Parlamentares que estão na luta contra o preconceito racial.

Senador César Borges, V. Ex^a é o Relator dessa matéria aqui no Senado e tem demonstrado todo o interesse em contribuir para que esse projeto efetivamente seja apreciado. Lembre-se, de passagem, de que a Universidade da Bahia também já adotou a política de cotas.

A Secretária de Assuntos Raciais da Prefeitura da Bahia esteve nos visitando e também demonstrou o seu compromisso. Tanto é que participou recentemente de um debate e respondeu, com enorme capacidade, ao ser interpelada sobre essa matéria num programa de repercussão nacional.

Para nós, é interessante saber que a Bahia e o Rio de Janeiro avançam. Brasília, sem sombra de dúvida, neste momento, demonstra a sua vontade, via UnB, de fazer com que haja efetivamente uma lei nacional que garanta a inclusão social.

Neste depoimento que faço, cumprimento o Presidente Lula e os seus Ministros pela disposição que estão tendo para que seja aprovado rapidamente o Estatuto da Igualdade Racial, que contempla a política de quotas.

Sr. Presidente, esse ato, hoje, na UnB mexeu com as nossas emoções. Aconteceu numa sala bem menor do que este plenário, mas eu me sentia como se estivesse no Maracanã lotado, fazendo um gol de placa para a sociedade brasileira, tal a emoção que permeava e contagiava o ambiente. Eu, que sou filho de negros e pobres, percebi ali que a sociedade brasileira dava um passo definitivo para a inclusão social e que a comunidade negra tem, enfim, a possibilidade de estar na universidade.

Parabéns, UnB! Com certeza absoluta, esse gesto de coragem e de firmeza servirá de exemplo para todas as universidades, inclusive para aquelas do meu Rio Grande.

Senador Ramez Tebet, permito a V. Ex^a um aparte, com muita satisfação.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, V. Ex^a, esta Casa e a Nação brasileira sabem que essa é uma luta de V. Ex^a, que revela até a sua emoção de participar de evento realizado na Universidade de Brasília. Conhecemos a sua luta e o seu trabalho e todos nós desejamos que a universidade seja a universidade da igualdade e que todos tenham acesso a ela. Um dos postulados da democracia é a igualdade de oportunidade para todos. É preci-

so, então, que aqueles que, infelizmente, ainda são discriminados tenham vez, tenham participação. É preciso que, realmente, a universidade pública atenda aqueles que mais precisam dela. Ainda ontem, Senador Paulo Paim, votamos uma medida provisória referente à avaliação das universidades. Alguns Senadores, inclusive eu, tivemos a oportunidade de manifestar o desejo de que a universidade brasileira avance cada vez mais para atingir a plena cidadania, e que não haja discriminação, mas igualdade e oportunidade para os brasileiros alcançarem o ensino superior. Essa cota é reservada àqueles que têm a sua origem, o seu sangue, na História deste Brasil – e eu os saúdo –, para que alcancem a universidade. Ao cumprimentar V. Ex^a, também cumprimento o Presidente José Sarney, que teve essa lei aprovada. V. Ex^a sempre lutou por isso. O seu pronunciamento não é só de congratulações, é um pronunciamento de alerta. A universidade brasileira passa por sérios problemas. Hoje, estive com toda a Bancada de Mato Grosso do Sul no Ministério da Educação, tentando salvar a Faculdade de Medicina da cidade de Dourados, em Mato Grosso do Sul, ameaçada de fechamento. Demos alguns passos, parece que acertaremos, pois há boa vontade do Governo Federal. Veja V. Ex^a em que pé nos encontramos. Meus cumprimentos a V. Ex^a!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Agradeço o aparte de V. Ex^a. A figura do Presidente José Sarney – faço justiça – foi lembrada no evento, por isso consta também, por justiça, no meu pronunciamento. Sempre digo isso, porque penso que a verdade tem sempre de ser transparente. O projeto de S. Ex^a foi aprovado por unanimidade no Senado e foi para a Câmara. Eu estava lá. Na aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, houve um impasse: ou se aprovava o projeto de S. Ex^a ou o Estatuto da Igualdade Racial, que tratava dos outros temas. Fizemos contato com S. Ex^a, que nos disse: incluam, então, no Estatuto de Igualdade Racial que eu me sentirei contemplado. Assim, a política de cotas incluída no Estatuto da Igualdade Racial tem a lavra do Senado Federal, na figura do Presidente José Sarney.

Com satisfação enorme, passo a palavra àquele que foi o Magnífico Reitor da UnB, Senador Cristovam Buarque, um especialista, sem sombra de dúvida, nessa área. Usei o adjetivo magnífico para me referir a S. Ex^a e acho que o gesto da UnB foi um gesto magnífico.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Pedi a palavra porque estou muito satisfeito de estar na presença do Presidente José Sarney e de V. Ex^a,

dois dos grandes defensores dessa bandeira, que, aliás, não é fácil de passar no País. Na campanha para o Senado, circulando o Distrito Federal, surpreendeu-me a quantidade de jovens e adultos negros contrários às cotas. É uma dessas bandeiras justas, corretas, mas difíceis de passar, assim como a do financiamento público de campanha. Fico contente também que a UnB, a minha universidade, seja o tema do discurso de V. Ex^a, cuja luta acompanhei. Creio que o Governo do Presidente Lula tem tentado isso, e, quando no Ministério da Educação, dei minha contribuição. Felicito V. Ex^a pelo discurso sobre a UnB, mas também quero chamar a atenção para um assunto que sempre levantei nas discussões sobre as cotas para negros. Além das cotas para que os jovens negros que concluem o ensino médio entrem na universidade, o que é corretíssimo para mudar a cor da cara da elite brasileira, precisamos lutar por uma outra cota: 100% dos jovens brasileiros terminando o ensino médio, independentemente da cor da pele que tenham. Enquanto não tivermos uma lei que assegure vaga a todas as crianças deste País aos quatro anos, a obrigatoriedade do ensino médio, e enquanto não canalizarmos os recursos necessários para isso, a quota para negros, justa, correta e necessária, continuará beneficiando apenas aquela parcela da população negra, em geral de classe média, que consegue concluir o ensino médio. Assim, daremos um grande salto se, além da quota para os afrodescendentes, tivermos políticas sociais e econômicas que permitam a todos concluir o ensino médio, chegando o dia em que nem seja preciso mais quotas por causa da raça do jovem brasileiro. Parabéns a V. Ex^a pela luta, ao Presidente José Sarney e à UnB também!

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Com certeza absoluta, Senador Antonio Carlos Magalhães. Em seguida, farei considerações sobre as intervenções.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Estou inteiramente de acordo com o pensamento do Ministro Cristovam Buarque, hoje nosso colega, mas acho que temos de fazer algo mais amplo. Existem milhares e milhares de pobres que não são negros e que também não têm acesso à universidade, pois não têm as possibilidades dos mais ricos, que tomam as vagas das universidades públicas porque têm uma melhor preparação no ensino médio. Temos de pensar, talvez no seu próprio projeto, em dar prioridade aos alunos mais pobres, levando em conta sempre, seja na quota dos negros ou dos pobres, o mérito de cada um.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Em tese, concordo com V. Ex^{as}. E digo mais: a UnB fez um gol de placa, porque atacou as três questões aqui levantadas. Perguntaram por que não havia quotas para os indígenas, e a UnB as assegurou. Perguntaram por que não havia quotas para pobres, e a UnB as assegurou. Sendo assim, não há argumento para não haver quotas para negros, aqueles que são sempre afastados, discriminados. Disse-me o Vice-Reitor: “Senador, estou cansado; aqui mesmo, na universidade, vejo todos se formando, mas não vejo um negro. Alguma coisa estava errada, por isso enfrentamos esse debate.”

Nos outros Estados, observa-se que o número de negros que se formam em grau universitário é um ou dois a cada cem alunos. De fato, algo tinha que ser feito.

Por isso, parabeno mais uma vez a UnB.

Concedo um aparte ao Senador João Capiberibe.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Paulo Paim, Senador Cristovam Buarque, Senador Antonio Carlos Magalhães, creio que estamos debatendo um assunto pertinente. Neste momento, é necessária, sim, uma política de quotas, para saldar uma dívida histórica que envergonha a elite brasileira. Falo da escravidão. Vejam a história da escravidão no Brasil. Toda a documentação desapareceu, foi incendiada, como se isso apagasse o crime hediondo da escravidão. Logo após a abolição, foram abertas as fronteiras do Brasil para a imigração. A mão-de-obra negra, escrava, foi substituída pela europeia; alguns tiveram oportunidade de voltar para a África, outros ficaram em uma condição de absoluta desigualdade. Por isso, justifica-se, neste momento, a política de quotas. Agora, o que não se justifica, estando o País entre as maiores economias do planeta, com um dos dez maiores PIBs mundiais, é não estarem todas as nossas crianças na escola – e simplesmente porque o Brasil foi a uma situação de insolvência. Comprometemos o futuro do País, na hora em que contraímos dívidas astronômicas; todo o esforço feito é sempre para pagar dívida. Todo ano, temos de ampliar o superávit primário, e, com 10% dele – o Senador Cristovam sabe disso –, poderíamos colocar todas as nossas crianças na escola, para cursar até o segundo grau. Imaginem, com apenas 10% de pagamento de juros da dívida! O País está muito mal conduzido. É esse o nosso grave problema, mas não podemos deixar de pagar, porque esses compromissos não foram feitos pelo mercado americano ou europeu, são decisão da política nacional. Mas do jeito

como estamos pagando, mataremos o futuro. Uma das maiores dificuldades para ampliarmos o número de vagas, desde o ensino infantil até a universidade, é que a dívida nos sufoca e não nos permite garantir esse direito a todos os jovens brasileiros.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador João Capiberibe. Quero apenas dar um depoimento sobre a sua fala. V. Ex^a mencionou que, com a dita abolição da escravidão, aos negros não foi garantido nada. É bom lembrar que, na época, era proibido ao negro estudar; a elite o proibia e até mesmo castigava os empresários mais sensibilizados, que empregavam negros e lhes pagavam. Há uma dívida, no mínimo de 400 anos – não diria 388 anos –, de exploração da nação negra, a qual muito devagar tem que ser resolvida. A educação é um processo para que isso aconteça.

O Sr. João Capiberibe (Bloco/PSB – AP) – Senador Paulo Paim, apenas uma informação: vivi em Moçambique três anos, após sua independência. Lá, por causa do colonialismo português, o mesmo que fundou este País, para o negro chegar à primeira série, tinha que fazer a alfabetização atrasada e a adiantada; levava três anos para conseguir passar de série. Depois de 500 anos da invasão portuguesa em Moçambique, conseguiram formar um médico de origem moçambicana, e assim mesmo no exterior. Essa é a realidade do colonialismo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Encerro, lembrando a África do Sul, onde estive por duas vezes, inclusive na época em que Nelson Mandela estava no cárcere. Seu primeiro ato foi mandar reescrever os livros da África do Sul, porque se aprendia tudo, menos a língua dos africanos. Aprendia-se o holandês, o francês, o inglês, mas não a língua da terra. Então, a exploração do homem pelo homem pela cor da pele, infelizmente, é uma realidade em muitos países do mundo, e agora é que começamos a responder a esse modo perverso, desumano, cruel com que trataram, durante séculos, a nação negra. Por isso, um pouco da minha emoção.

E digo mais: a sala estava repleta, a maioria era de brancos, os que estavam mais emocionados na UnB. Negros havia poucos, porque poucos negros chegam lá. Havia meia dúzia de estudantes negros, as entidades, a maioria professores, reitores, enfim, o corpo docente, 90% brancos, defendendo de forma apaixonada aquele momento, aquela rebeldia, aquela ousadia de dizer: nós tivemos coragem e chegamos aqui.

Por isso, um pouco dessa minha emoção, um pouco dessa minha alegria. Entendo que essa é uma

forma de combatermos não só a exclusão e o preconceito, mas também a pobreza, porque, sem sombra de dúvida, entre os mais pobres, na base da pirâmide, 90% são negros.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu apenas gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim por sua batalha para que haja o devido resgate de todos os negros afro-brasileiros, para que eles tenham a oportunidade da educação, inclusive no ensino superior brasileiro. Meus cumprimentos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador.

Como meu tempo terminou, agradeço. Desculpem pela minha emoção.

Senador Alvaro Dias, agora é o momento de V. Ex^a. Termino com isto: quando eu era menino, olhava para o horizonte, querendo que alguém me dissesse, como se fosse uma luz: “estude, estude que você chega lá”. Hoje, tive a alegria de ver na UnB o corpo docente, dizendo: “venham estudar, a universidade está aberta para vocês também, negros”.

Então, parabéns a todos nós.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – O Senador Mozarildo Cavalcanti não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, lamento, mas devo dizer com absoluta sinceridade, porque é exatamente o que penso: mais incompetente do que a gestão administrativa do atual Governo é o seu discurso. E o Presidente, ontem, mais uma vez deu motivos para que isso seja dito. Não me refiro à pobreza da forma do discurso, mas à infelicidade do conteúdo, à sua mediocridade.

O Presidente Lula tinha muita coragem para liderar piquetes de greve, mas demonstra falta de coragem para enfrentar manifestações públicas de protesto contra seu Governo. Foi o que ocorreu no Rio de Janeiro, esta semana, quando o Presidente sorrateiramente entrou pela porta do fundo do Hotel Copacabana Palace.

Ontem, talvez pela irritação provocada diante de nova, grave e contundente manifestação de insatisfação popular, o Presidente cometeu injustiças ao se referir à Oposição. Na mesma linha, o Ministro José Dirceu antecedeu ao Presidente, nesta semana, ao afirmar que a Oposição deseja desestabilizar o Governo, e o Presidente Lula ontem afirmava que a Oposição torce para dar errado.

Na verdade, o uso do cachimbo faz a boca torta. O Presidente Lula se acostumou, ao longo de sua história política, a fazer Oposição. No Governo, muitas vezes, esquece que tem de governar, e resolve fazer Oposição. Como não pode fazer Oposição ao seu próprio Governo, faz Oposição à Oposição e comete uma tremenda injustiça, porque nunca vi, ao longo de toda a minha trajetória política, de todo o meu tempo de Parlamento, uma Oposição tão colaboracionista, tão construtiva.

Ainda ontem, a Oposição aprovava aqui a medida provisória relativa às universidades, ao sistema de avaliação do ensino superior. Muito mais do que isso fez a Oposição quando se tratou de aprovar, nesta Casa, a reforma tributária e a reforma da Previdência. Matérias polêmicas, complexas, que, se desejasse a Oposição ser oportunista, poderia incompatibilizar ainda mais, de forma ainda mais irreversível, o Governo junto à sociedade brasileira. Matérias de impopularidade visível, e a Oposição chegou a compartilhar com o Governo o ônus da impopularidade, aprovando matérias que certamente provocaram desgaste em muitos dos nossos Parlamentares.

O PSDB, o PFL, do Senador José Agripino e o PDT, do Senador Jefferson Péres, os Partidos de Oposição nesta Casa, liberaram as Bancadas para que votassem da forma que entendessem melhor, de acordo com as suas consciências.

No entanto, o Presidente diz que a Oposição torce para que as coisas não dêem certo. E, ainda pior, o Presidente revela ser preconceituoso quando afirma: “Talvez tenha gente que diz: Vamos deixar um torneiro mecânico dar mais certo do que nós que estudamos tanto, gente? Não pode, isso não pode.”

O Presidente não deve preocupar-se com a torcida da Oposição. A Oposição torce para que o Governo vá bem, para que o País não seja o grande prejudicado, para que a população não sofra ainda mais. Não é a Oposição que quer desestabilizar o Governo, como diz o Ministro José Dirceu. Vou dizer por que não é a Oposição. Aliás, quem tem uma base de apoio como essa do Governo não precisa de Oposição.

A nota do PT de uma semana atrás, por exemplo, foi mais crítica do que o discurso da Oposição em relação à atual política econômica. Foi muito mais crítica do que o discurso do Senador Tasso Jereissati na tarde de ontem nesta Casa. Embora seja um discurso de Oposição, S. Ex^a foi menos crítico do que a nota do PT de uma semana antes.

O Presidente do PL pediu a demissão do Ministro da Fazenda.

O Governador do Paraná, há algum tempo, disse taxativamente – desculpem-me, mas repetirei o termo utilizado pelo Governador do Paraná literalmente: “O Ministro Palocci é ladrão. Roubou na Prefeitura de Ribeirão Preto”. O Governo não foi solidário. Eu não vi nenhuma manifestação de solidariedade a S. Ex^a e também não sei se o Ministro Antonio Palocci tomou providências para o necessário e devido reparo moral. Eu o defendi desta tribuna quando isso ocorreu.

Ainda agora, o tresloucado Governador do Paraná afirmou no exterior, à imprensa da Argentina – e isso é ainda mais grave – que o Ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura, é pago pela Monsanto. Eu também não vi Lideranças do Governo defendendo o Ministro Roberto Rodrigues. Vi uma Liderança de Oposição. O Senador Osmar Dias, ontem, fez a defesa da honra do Ministro da Agricultura, mas o Governo não o fez – pelo menos eu não soube e não vi nenhuma manifestação do Governo.

Portanto, não é a Oposição que quer desestabilizar o Governo. O que pode desestabilizar o Governo é essa conflagração interna, é o que chamam de fogo amigo, a queimar dia a dia as expectativas de continuação de alguns dos Ministros importantes do atual Governo. O que desestabiliza o Governo é a incompetência. O que desestabiliza o Governo é a sua vocação autoritária, impondo medidas provisórias como enxurrada, comprometendo a pauta, a agenda positiva, ao impedir que projetos de grande importância possam aqui ser deliberados, como por exemplo, o projeto do Senador Antonio Carlos Magalhães que quer o Orçamento impositivo. O que pode desestabilizar o Governo é, sobretudo, a corrupção. São os Waldomiro e os Delúbios. O que pode desestabilizar o Governo é o fisiologismo; é a composição dos quadros governamentais de forma escusa, com um loteamento que pressupõe corrupção, porque há setores loteados a este e àquele que acabam nomeando não em função da qualificação profissional do nomeado, não em função da competência técnica do nomeado, mas em razão dos favores que eventualmente ele possa fazer como retribuição à ocupação do cargo de confiança que exerce.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, alguns festejaram. Vejam como festejam por pouco. O Copom anunciou uma redução das taxas de juros de 0,25%, e alguns festejaram. O Senador José Jorge, professor de Matemática, diz sempre que o percentual de 0,25 e 0 é o mesmo. Com isso, o Governo quis produzir um efeito de natureza psicológica. Evidentemente, aceitamos que o Governo se utilize de

efeitos psicológicos para tentar motivar os agentes econômicos. Porém, não podemos admitir que o Governo seja insincero ao afirmar que a economia cresce quando não cresce. E não cresce provocando dramáticos efeitos sociais.

Trago dois dados novos. Cito um dado de hoje: “Os reajustes salariais de 2003 foram os piores em 8 anos.” É claro que essa informação desmente o discurso petista. Não é Partido dos Trabalhadores. Chega a ser cinismo imaginar que o Partido dos Trabalhadores, chegando ao Governo, ofereça como prêmio aos trabalhadores do País o pior reajuste salarial nos últimos oito anos.

“No ano passado, 57,7% dos acordos salariais tiveram reajustes menores que a inflação. Só 22% conseguiram repor a inflação”. Diz Ademir Figueiredo, coordenador de relações sindicais do Dieese: “O desemprego é um sinal de que a economia vai mal e os sindicatos perdem força para negociar melhores salários.” A queda do poder aquisitivo do trabalhador brasileiro se deu exatamente em função dos índices de desemprego. A competição passa a ser exacerbada pelo posto de trabalho porque sobram desempregados e faltam postos de trabalho, porque uma economia recessiva não gera os empregos necessários para atender a demanda. Isso dificulta a reposição salarial, segundo José Silvestre Prado de Oliveira.

Como quer o Presidente da República que a Oposição defenda esta política econômica, a política econômica do FMI, do arrocho fiscal, da recessão econômica que, de forma implacável e perversa, produz o desemprego?

Outro dado de importância reveladora é uma pesquisa da ACNielsen CBPA, não divulgada pela imprensa, sobre hábitos de compra. A pergunta foi a seguinte: “Mudou sua lista de compras no supermercado?” 87% disseram sim e apenas 13% disseram não. O que ocorreu? 35% cortaram itens fundamentais para a alimentação básica, como iogurte, bolacha, biscoito, refrigerante, queijo e carne; 47% diminuíram arroz, refrigerante, feijão, carne e sabão em pó; e 63% cortaram arroz, feijão, óleos comestíveis. Vejam que a população não está podendo consumir arroz e feijão. O poder aquisitivo sofre um golpe tão violento que trabalhadores chegam a substituir alimentos tradicionais na mesa do brasileiro como arroz e feijão. É preciso revelação maior do que esta? Por isso eu quero, neste momento, desfazer um equívoco. Vi algumas manchetes de jornais salientando que o Senador Tasso Jereissati defendeu a política econômica do Governo. Não foi o que ouvi nem ontem nem há poucos dias, quando S. Ex^a fez daquela tribuna um

discurso de crítica à política econômica do atual Governo. Criticou sobretudo o que chamou de perversas taxas de juros. E não poderia ser diferente. A crítica à política econômica não nasce, não brota apenas nos quadros partidários; especialmente junto às entidades representativas da sociedade há hoje uma crítica contundente à política econômica do Governo. A Fiesp, por exemplo, não é de hoje que insiste na necessidade da retomada do crescimento econômico em favor da geração de emprego. A respeito da decisão de redução de 0,25% nas taxas de juros, a Fiesp diz que o Governo promove um corte simbólico. A Fiesp criticou a falta de intensidade na redução dos juros que permita, no curto prazo, alterar o estado de apatia do mercado interno. Horácio Piva, em nota oficial, disse que “macroeconomistas renomados e até mesmo ex-dirigentes do Banco Central já percebiam o custo desnecessário que a condução da política monetária estava causando à produção”.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Ouço o aparte de V. Ex^a, mas, antes, gostaria de concluir.

Há um consenso, Senador Ramez Tebet, em torno da necessidade premente de reduzir juros e recolocar o País no caminho do crescimento. É evidente que não basta reduzir juros. Enquanto o Governo se mantiver disciplinadamente obediente às imposições do Fundo Monetário Internacional, sem estabelecer um enfrentamento que possibilite flexibilização desta política perversa, não alcançaremos crescimento econômico para atender à demanda de emprego no País.

Ouço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Se V. Ex^a me permite, manifesto-me como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, interpretando os sentimentos daquela Comissão e desta Casa de que este é um dos caminhos. É assim que o Senado está entendendo. Não haverá crescimento econômico se o País mantiver taxas de juros as mais elevadas do mundo. É preciso reduzir essas taxas. E a última decisão do Banco Central, Senador Alvaro Dias, deste tamanho, 0,25% – podiam ter sinalizado com 0,50% –, no meu entender, poderia ter sido um pouco mais ousada, porque a demanda está reprimida e não há perigo de inflação. Esse é o entendimento que temos. E por quê? Porque o poder aquisitivo da população, e V. Ex^a deixou isso patente em suas palavras, o poder aquisitivo caiu; não está havendo consumo. Mas essa sinalização, embora tênue, tem um significado: vale a pena continuarmos lu-

tando e debatendo, porque só reduziram devido ao clamor da sociedade. Os empresários pedem, o setor produtivo pede, a classe política pede, reclama, houve até manifestação do próprio Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores a respeito da política econômica do Governo. Parece-me, portanto, que estamos avançando um pouco, pois se o placar foi de 6x3, e costuma ser sempre unanimidade, é sinal que estamos avançando realmente, embora de maneira muito tênue, como acabei de afirmar. Mas vale a pena a sociedade, o Legislativo e todos nós expormos a nossa convicção, o nosso ponto de vista. É claro que cabe ao Banco Central zelar por isso. É uma coisa importante! Não podemos falar por falar; estamos amparados por economistas abalizados deste País e pela experiência que cada Senador tem na sua atividade política. Cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Especialmente V. Ex^a, Senador Ramez Tebet, tem realizado notável trabalho à frente da Comissão de Assuntos Econômicos. Aproveito a oportunidade para cumprimentá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Senador Alvaro Dias, a Mesa vai ser tolerante com V. Ex^a, lembrando ao Plenário que os apartes serão dentro do tempo do orador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Há um pedido de aparte do Senador Eduardo Suplicy e do Senador Leonel Pavan. Se a Presidência me permitir, ouvirei com prazer, porque o meu tempo está esgotado.

Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan, que havia solicitado; e depois ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Gostaria de cumprimentá-lo pelo seu brilhante pronunciamento, mas quero fazer uma referência especial ao seu início, quando V. Ex^a falou da preocupação com a estabilidade do próprio Governo. O Presidente, nos últimos dias, tem fugido de manifestações e, em alguns lugares, tem até entrado pela porta dos fundos, como aconteceu no Rio de Janeiro. Em Recife, houve uma manifestação de mais de 200 trabalhadores sem-teto, que manifestaram apoio ao Presidente nas últimas eleições e queriam entregar um documento e conversar com o Presidente que ajudaram a eleger. Infelizmente, a Polícia deu tiros para o alto e criou-se uma confusão. Os manifestantes improvisaram uma barricada, queimaram pneus, e o Presidente, mais uma vez, teve que entrar por outra porta, a fim de fazer seu pronunciamento. Senador Alvaro Dias, preocupa-nos que as coisas estejam desandando: greves por todos

os lados, manifestações em todos os cantos do País. Os prefeitos fizeram uma caminhada, uma manifestação muito grande, em razão da falta de apoio do Governo aos Municípios, pois houve cortes no Orçamento, e as prefeituras não receberam um centavo no ano passado. E, nessas manifestações, não vejo mais a bandeira do PT, como via antigamente. O pronunciamento de V. Ex^a restabelece a verdade no que se refere à situação atual do País.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Leonel Pavan.

Se o Presidente me permitir, concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy, que sei será sucinto.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Alvaro Dias, considero importante a manifestação crítica de V. Ex^a, mas gostaria de registrar que, no encontro da última terça-feira, os Presidentes Néstor Kirchner e Luiz Inácio Lula da Silva, ao assinarem a Declaração sobre a Cooperação para o Crescimento Econômico com Equidade e a Ata de Copacabana, estabeleceram a importância de se conduzir negociações com os organismos multilaterais de crédito de modo que não comprometam o crescimento e garantam a natureza sustentável da dívida, preservando o investimento em infra-estrutura. Esse é justamente o entendimento que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem procurado ter com os Chefes de Estado dos Estados Unidos, França, Alemanha, Reino Unido e outros, para persuadir a direção do FMI a considerar os gastos realizados com investimento em infra-estrutura como despesas, na hora do cálculo do superávit primário, o que vai na direção daquilo que V. Ex^a também deseja: que haja condições de crescimento e oportunidade de emprego juntamente com estabilidade econômica. Obrigado.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Queremos dizer ao Presidente Lula que esqueça a Oposição e pense no País. Não se preocupe com a Oposição. Se o Presidente adotar essa postura de enfrentamento junto ao FMI para alterar as regras do jogo, flexibilizando a política econômica para permitir crescimento com geração de emprego, S. Ex^a terá apoio total da Oposição nesta Casa e no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Passamos a palavra ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança do PPS.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início do mês de fevereiro deste ano, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto da nova Lei de Biossegurança. No momento, o projeto tramita no Senado Federal e é o foco de acaloradas discussões, tanto no âmbito desta Casa quanto no âmbito mais amplo da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, a polêmica gerada por esse projeto é diretamente proporcional à sua importância. Os efeitos de uma decisão equivocada do Congresso Nacional serão sentidos por muitas gerações de brasileiros no futuro.

Penso que, no presente caso, os enganos já começaram na própria enumeração dos objetos do projeto de lei. A Lei de Biossegurança que se pretende aprovar coloca na mesma cesta dois ovos distintos e que mereceriam tratamentos e discussões diferenciados.

De um lado, temos a questão dos organismos geneticamente modificados, os chamados transgênicos. O tema é espinhoso e envolve, além de interesses de agentes econômicos poderosos, a possível existência de risco à saúde humana e ao meio ambiente.

O mesmo projeto trata de outro tópico controverso: a clonagem humana. Creio ser consensual, Sr. Presidente, a opinião de que a questão da clonagem é ainda mais delicada que a dos transgênicos, uma vez que ela toca em um ponto que suscita embates éticos apaixonadíssimos: os limites da vida humana.

Dessa forma, seria mais apropriado, antes de tudo, que esses dois assuntos fossem tratados em projetos diferentes, pois ambos envolvem argumentação de natureza distinta. No primeiro caso, o dos transgênicos, os argumentos são de natureza eminentemente científica. Já no segundo caso, além dos aspectos científicos, temos que lidar com questões éticas e filosóficas em quase oposição às científicas.

Feita essa advertência inicial, Sr. Presidente, entro no mérito da polêmica em si. Dentre as muitas decisões controversas tomadas pelos nobres Deputados Federais, a que vem suscitando os protestos mais veementes é a proibição das pesquisas com células-tronco embrionárias.

Sr. Presidente, vários especialistas e inúmeros artigos na imprensa vêm enfatizando as contradições presentes no texto do projeto de lei. Segundo o projeto, a pesquisa com células-tronco embrionárias só se

ria permitida caso as células fossem obtidas a partir de cordões umbilicais, medulas ósseas ou placentas. Ficaria proibida a pesquisa com células-tronco provenientes de embriões já existentes em clínicas de fertilização ou de embriões produzidos pela chamada clonagem terapêutica.

Ora, é fato notório que, periodicamente, milhares de embriões são descartados em clínicas de fertilização *in vitro*. Caso seja aprovado em sua forma atual, o projeto dará ensejo a uma situação surreal: os embriões podem ser destruídos, desde que não seja para a obtenção de células-tronco que curem doenças ou salvem vidas.

Ninguém contesta, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a pesquisa com células-tronco é uma das mais promissoras no que diz respeito ao tratamento de doenças neurodegenerativas. Por serem células indiferenciadas, ou seja, células com o potencial de se transformar em outros tipos de células, as células-tronco possuem o potencial de reconstituir órgãos e tecidos danificados.

O problema é que a obtenção da célula-tronco embrionária, a célula-tronco com o maior potencial terapêutico, causa a destruição do embrião que a forneceu. Dessa forma, na visão de muitos, pesquisas com células-tronco embrionárias em nada se diferenciariam de um aborto e, portanto, de um assassinato.

A contestação dessa forma radical de se enxergar a questão, Sr. Presidente, pode ser feita em, pelo menos, duas dimensões. A primeira dimensão é a conceitual. Uma pergunta crucial permanece sem resposta: onde começa a vida humana? A clonagem terapêutica trabalha com blastocistos, que são esferas minúsculas, menores que a ponta de um alfinete, compostas por algumas dezenas de células indiferenciadas, que nem chegam a ser implantadas em um útero. Será que esses blastocistos já podem ser considerados seres humanos? Enquanto não chegarmos a algum tipo de consenso acerca do ponto a partir do qual um conjunto de células passa a ser um indivíduo, não chegaremos a um acordo quanto à aceitabilidade da clonagem para fins terapêuticos.

A segunda crítica que se pode fazer à proibição radical das pesquisas com células-tronco embrionárias tem que ver com a inexorabilidade dos avanços científicos e a participação de nosso País nesses avanços. A verdade seja dita, Sr. Presidente: ainda que a pesquisa seja terminantemente proibida no Brasil, em algum lugar do mundo, ela fatalmente prosseguirá.

Na verdade, isso já vem acontecendo. Os Estados Unidos impuseram limites a essas pesquisas e, em decorrência disso, perderam cientistas importan-

tes para outros países, como a Inglaterra. Grandes avanços vêm ocorrendo, na área da clonagem terapêutica, em países como a China e a Coreia do Sul.

Abro um parêntese, Sr. Presidente, para deixar claro que não estamos tratando aqui da clonagem reprodutiva. Ainda não se cogita, em nenhum país, a liberação das pesquisas para a realização da clonagem reprodutiva. Há, inclusive, uma movimentação da Organização das Nações Unidas no sentido de banir definitivamente essa possibilidade. A clonagem terapêutica, por outro lado, é objeto de pesquisas promissoras em alguns países, como os que mencionei anteriormente.

A proibição da clonagem terapêutica e das pesquisas com células-tronco embrionárias, no Brasil, não impedirá o avanço delas em outros locais onde sejam encorajadas.

Não é difícil imaginar o que ocorrerá na hipótese da descoberta da cura de doenças como o diabetes e o mal de Parkinson. O Brasil e outros países que porventura proibirem as pesquisas com células-tronco pagarão o preço do atraso com duas moedas: a primeira, obviamente, será econômica, pois a tecnologia necessária para a aplicação das terapias não será barata; e a segunda moeda se constituirá na perda de nossos melhores cérebros para os países que mais avançarem nessas pesquisas, processo que já começa a ocorrer.

Em outras palavras, Sr^{as} e Srs. Senadores, a proibição radical das pesquisas com células-tronco embrionárias é uma posição extrema, que não trará quaisquer benefícios ao País.

Da mesma forma, não sou um defensor ferrenho da ciência pela ciência, não obstante minha formação em Medicina. Sou da opinião de que a ciência deve submeter-se, antes de tudo, aos melhores princípios éticos de uma sociedade. O que não é admissível, no entanto, é que a ciência se submeta aos ditames do preconceito, da desinformação e da ignorância.

Concluo este pronunciamento, Sr. Presidente, congratulando-me com a iniciativa dos Senadores e das Senadoras que têm defendido a realização de audiências públicas nesta Casa para o esclarecimento dos principais pontos do projeto da Lei de Biossegurança. Teremos a oportunidade de confrontar, como aliás já fizemos em algumas audiências, as diversas opiniões, e chegar a um ponto de equilíbrio que, a um só tempo, respeite nossos posicionamentos morais mais nobres e permita o desenvolvimento científico e tecnológico de nosso País. É dessa maneira que as decisões devem ser tomadas em uma de-

mocracia e não pela adoção de posições extremas, radicais ou fundamentalistas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim) – Concedo a palavra à nobre Senadora Fátima Cleide, como Líder do Partido dos Trabalhadores, por vinte minutos.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no espaço de pouco mais de um ano, o Governo do Presidente Lula levou ao meu Estado de Rondônia ações e programas cujos resultados começam a fluir em todas as regiões.

É a primeira vez, Sr. Presidente, que a região amazônica tem a atenção que merece em um curto espaço de tempo da gestão federal, tratamento nunca recebido antes em governos anteriores. Prova disso é a nomeação de três Ministros: uma do Acre, um de Rondônia e, recentemente, um do Amazonas.

Isso vem ocorrendo mesmo sem encontrar no Executivo estadual a parceria para implementar um novo tempo para o Estado, um tempo em que o uso do dinheiro público obedeça às regras da administração pública, aos requisitos constitucionais e à vontade da população, que abomina o mau uso do dinheiro público, a negligência e a falta de projetos para atender às suas necessidades.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, veremos, em seguida, de que forma o Governo estadual do Sr. Ivo Cassol, do PSDB, enfrenta a administração de um Estado complexo.

Mas, primeiramente, quero falar das realizações do Governo Federal em meu Estado, realizações que se sucedem na medida em que Ministros, presidentes e diretores de empresas visitam **in loco** seus programas, assinam convênios, estabelecem parcerias com a sociedade civil organizada, a exemplo da visita que fez hoje a Rondônia o Ministro da Pesca, José Fritsch, e do lançamento do Programa de Apoio à Agricultura Familiar, desenvolvido pela Conab em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Segurança Alimentar. Esse programa foi lançado em Rondônia e o simples fato do anúncio do lançamento já possibilitou aos nossos pequenos produtores a venda de seus produtos pelo preço de mercado, Senadora Ana Júlia Carepa.

Por duas vezes, o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, esteve em Rondônia para debater com as entidades e representantes de assentados e trabalhadores rurais um novo plano de reforma agrária, plano que se orienta por um projeto regio-

nal produtivo, associado a um plano de desenvolvimento territorial, definido conjuntamente com os beneficiários, que estamos chamando de assentamentos florestais.

A nova concepção de assentamento, Sr^{as} e Srs. Senadores, leva em conta a integração produtiva e o desenvolvimento territorial sustentável. É essa concepção que está em curso no Incra hoje, não sem dificuldades, alimentadas pela carência do órgão e pela estrutura viciada de atendimento de seus serviços, fatores que, corajosamente, hoje, são enfrentados pelo atual superintendente Olavo Nienow e equipe.

Inquéritos administrativos que envolvem corrupção de funcionários estão em curso. Durante anos, em conluio com políticos e sabotadores da pequena propriedade, agentes públicos vêm promovendo, no Estado de Rondônia, irregularidades na titulação da terra, contribuindo para a existência de graves conflitos fundiários no Estado.

É preciso registrar também que as ocupações em Rondônia estão vinculadas, em sua maioria, a grupos com pouca capacidade de organização, manipulados por interesses políticos e econômicos, intensificados, estranhamente, Sr. Presidente, a partir de março de 2003, com claro intuito de sabotar uma administração que se propôs a moralizar o Incra e promover justiça social de fato.

Mas, apesar de todos os obstáculos e do orçamento reduzido, o Incra em Rondônia tocou projetos iniciados no Governo passado; colocou em dia as contas com os fornecedores; criou projetos de desenvolvimento sustentável; promoveu vistorias e topografias em centenas de lotes; investiu em educação no campo, eletrificação rural, assistência técnica e recuperação de estradas.

Na contramão dos esforços da administração do Incra de Rondônia, superintendência elogiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário devido ao rigor, eficiência dos gastos e equilíbrio das contas, está o Governador Ivo Cassol.

O Governador, aparentemente contrariado pelas operações de fiscalização desenvolvidas pelo Ibama e pelo novo projeto desenvolvido pelo Incra, chegou a dizer que baixaria decreto extinguindo todas as reservas estaduais, criadas, Senador Valdir Raupp, no Governo de V. Ex^a, e em todas as oportunidades de boa platéia não perde a chance de jogar a população contra o Incra e o Ibama, desqualificando a atuação de seus dirigentes.

Cabe aqui perguntar: por que o Estado, na figura do Governador, parte para a desqualificação de ór-

gãos e instituições que, em tempo recorde, realizaram seu trabalho de acordo com a Constituição?

O Ibama vistoriou mais de 50 madeireiras em um só Município e desbaratou quadrilha poderosa, que de longa data vinha sugando os cofres públicos e roubando nossos ativos ambientais.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a quadrilha desbaratada no Ibama há pouco tempo, praticamente sem apoio do Estado, parecia intocável. Todos que estiveram no Ibama antes da administração atual conheciam seus atos, mas escandalosamente os protegiam, sem levar adiante inclusive processos contra funcionários corruptos.

Pressões para que tudo ficasse como antes não faltaram, bem sabe o engenheiro Osvaldo Pitaluga, seu atual gerente. Sob seu comando a gerência do Ibama que envolve os Municípios de potencial madeireiro extirpou de seus quadros funcionários que atuavam na quadrilha, apresentada ao público brasileiro em matérias veiculadas pela mídia nacional.

O Ibama de hoje, em Rondônia, sabe que a repressão se tornou um instrumento poderoso na mão de fiscais inescrupulosos, por isso não hesitará em expurgar de seus quadros funcionários que não atendam aos princípios que regem a administração pública.

No campo da energia, a Ceron, empresa federalizada, construiu, em 2003, paralelamente ao esforço de negociar débitos pendentes com Prefeituras e o Governo estadual, uma subestação no Município de Monte Negro e outra em Cacoal, esta última avaliada em R\$ 5 milhões; revitalizou unidades geradoras de usinas termelétricas; construiu 313 Km de rede de distribuição urbana, um 1,995 mil Km de distribuição rural e promoveu diversos atendimentos nas áreas jurídica e operacional.

Além do mais, projetos de envergadura estão por vir, como a construção de duas hidrelétricas no Rio Madeira e o gasoduto Urucu-Porto Velho, empreendimentos que, a despeito de gerarem saudável polêmica, constituem um firme compromisso do Governo Federal de tornar Rondônia importante pólo produtor de energia, estratégico na região amazônica.

Na área de transportes, da mesma forma como em outros Estados, sofremos, sim, ao longo de 2003, com o contingenciamento de recursos, sobremaneira prejudicando a recuperação de importantes vias de escoamento, mas as ações começaram a chegar.

Gerenciada pelo companheiro Odair Cordeiro, a 22ª UNIT, que abrange também o Acre, tem conseguido otimizar recursos e, como é verificado no plano

nacional, houve redução significativa em valores licitados no âmbito regional.

Rondônia tem 1.803 quilômetros de rodovias federais e, para boa parte deles, abrangendo as BRs-421 e 429, recebeu empenhos de, respectivamente, R\$1,253 milhão e de R\$12 milhões. São pequenas, mas são algumas das muitas realizações do Governo Federal no Estado de Rondônia, que o Governador Ivo Cassol finge não ver, alardeando, com o jeito populista de ser, que o Governo Federal é omissor para com Rondônia, uma inverdade e um desrespeito para com a população do nosso Estado. O Governador, na verdade, parece querer ocultar seus problemas, atirando pedras nas pessoas que são compromissadas com o presente e o futuro do Estado. E não são poucos os problemas que experimenta a administração Cassol, especialmente nas áreas da saúde, educação, segurança pública e direito das crianças e adolescentes, para falar alguns. Negligenciadas em sua administração, essas áreas, cruciais para uma sociedade carente e que convive diariamente com o medo por conta da violência galopante, são alvos de denúncias em pouco mais de um ano de governo, inclusive levando os bispos de Rondônia a se manifestarem duramente, no final do ano passado, em carta para a população, contra o governo do Estado.

Denúncia foi publicada, na segunda-feira, Senadora Ana Júlia, pela **Folha de SPaulo**, sob o título: "Governo tucano dispensa licitação". Nela, Sr^{as} e Srs. Senadores, todas as informações são surpreendentes não somente pelo volume de dinheiro envolvido, como também pela desfaçatez empregada pelo gestor da Saúde para explicar o pagamento de R\$29,00 por refeição nos hospitais estaduais. Repito: R\$29,00 por uma refeição. Esse valor, com certeza, Senadora Ana Júlia, paga uma bela refeição em restaurantes de Brasília, mas os hospitais públicos de Rondônia, de responsabilidade do Estado, o pagam por uma refeição. E não é a Senadora Fátima Cleide quem está afirmando isso, mas uma matéria da **Folha de SPaulo**.

Tentando explicar o inexplicável, o Secretário da Saúde declarou que "a alimentação, na verdade, é diferenciada e tem o acompanhamento de nutricionistas", versão derrubada pela reportagem ao constatar que no hospital de Extrema, distrito na divisa com o Estado do Acre, as refeições são preparadas por três pessoas, nenhuma delas nutricionista.

Ao arrepio da lei e alegando-se "caráter emergencial", dispensou-se licitação para a compra de refeições para atender quatro hospitais administrados pelo Estado, durante o período de seis meses. A con-

ta: R\$10,6 milhões, destinados a três refeições diárias para 678 internos.

Concedo o aparte à Senadora Ana Júlia.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senadora Fátima Cleide. Eu queria, inicialmente, parabenizá-la pelo pronunciamento que reflete esta realidade que muitos não querem enxergar. Há um ditado que, acredito, retrata melhor a situação: “A melhor defesa é o ataque.” Então, muitos que passaram grande tempo governando este País atacam agora, exatamente porque não têm como se defender das evidências. O que V. Exª registra em relação ao Incra e ao Ibama, Senadora Fátima Cleide, é muito semelhante ao que ocorre no meu Estado do Pará, que também faz parte da Amazônia. A situação é muito semelhante quanto às ações do Incra e do Ibama. Propositadamente, deixou-se a situação fundiária da Amazônia num caos, porque assim é melhor: não há controle no caos. Então, apesar das imensas propagandas na televisão a respeito da maior reforma agrária do mundo, o que se viu na verdade, Senadora Fátima Cleide, pelo menos nos últimos oito ou dez anos, até 2002, foi a maior favelização agrária deste País. A Superintendência do Incra de Marabá tem o maior número de assentamentos do Brasil. Sou do Estado campeão de violência e mortes no campo, campeão também em trabalho análogo ao escravo. Tristes títulos! Portanto, faz-se questão de esconder as ações do Governo Federal. Essa reclamação do governador do Estado de V. Exª de que o Governo Federal não atua é interessante, é muito parecida com a do governador do meu Estado, que, por coincidência, é do mesmo partido! Mas é a primeira vez que se estão retomando obras fundamentais para o Pará. É muito interessante observar-se que no governo anterior não se falava nada! Por exemplo, conseguimos, Senadora Fátima Cleide, com o Presidente Lula, que o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia não fosse utilizado apenas para o fim que estavam propondo. Agora, podemos ter acesso a recursos do Tesouro para vários projetos do Incra, do Ibama e de tantos órgãos federais importantes. É verdade que muito mais precisa ser feito, e nós jamais dissemos que não era assim, mas não adianta tentar esconder que muito está sendo feito neste País. Diferentemente de outros casos, o Presidente Lula foi aplaudido pelos prefeitos, como consta do documento da Confederação Nacional dos Municípios. Senadora Fátima Cleide, parabéns por retratar a força e a coragem da mulher da Amazônia e do povo de Rondônia, que, com certeza, resiste bravamente a esse tipo de ataque que está ocorrendo,

feito por um governador que demonstra muito bem qual é a marca do partido que representa.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Obrigada, Senadora, pelo seu aparte.

Senadora Ana Júlia, infelizmente, o descaso do governador de Rondônia não ocorre apenas com a área da saúde. Na realidade, o Governador Cassol produziu uma relação com setores importantes da imprensa do Estado, mediante contratos publicitários que inibem a informação, o interesse jornalístico. Esses contratos são também alvo de denúncias feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia – Sintero. O sindicato promove ação no Ministério Público Estadual para que se investiguem os contratos com empresas de vigilância que prestam serviços nas escolas públicas e órgãos da administração estadual.

Além disso, Senador Tião Viana, como se não bastassem os indícios de superfaturamento nas áreas da educação e saúde, a incompetência, a má qualidade do gerenciamento dos projetos e recursos recebidos da União fizeram com que fossem devolvidos aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) R\$4,97 milhões, que poderiam ser aplicados em material didático e formação de professores, conforme demonstrativo da própria Secretaria Estadual de Educação.

Esse dinheiro poderia ser aplicado na formação e na valorização profissional.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Concedo o aparte ao nobre Senador Tião Viana e, posteriormente, ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senadora Fátima Cleide, V. Exª faz uma verdadeira radiografia da realidade que vive um Estado importante, o 4º Estado na produção agrícola nacional, um Estado que é parte de uma visão, de uma expectativa do desenvolvimento rural brasileiro e que tem sido maltratado nos últimos anos, de fato. Quando ouço esse depoimento de V. Exª vejo um profundo gesto de solidariedade à população de Rondônia, que é composta por migrantes, provenientes de vários lugares, que compuseram o Estado que V. Exª representa nesta Casa, e com grande identidade com os povos indígenas, que ali viviam. Portanto, uma história bonita, e quem a conhece, mais a admira e procura estar próximo a ela. Além do mais, o Estado tem uma geografia extraordinária. Mas, infelizmente, vive uma crise de gestão, como V. Exª muito bem coloca, nos campos éticos e da eficiência. Sou de um Estado vizinho, o Acre, e preocupo-me, porque vejo que a perspectiva que tínhamos de uma ação de integração regional, de atividade articulada com os Estados da Amazônia

Ocidental, criando interfaces nas políticas públicas foi abandonada pelo atual Governo de Rondônia. Fico esperançoso que o povo de Rondônia possa dar a devida atenção ao pronunciamento que V. Ex^a faz e, de uma vez por todas, consolide a idéia de que o novo em Rondônia é a Senadora Fátima Cleide, que tem muito a contribuir com a Amazônia Ocidental, com a nova realidade da integração nacional e que rompa com esses desajustes de ordem ética e da eficiência administrativa.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Muito obrigada, Senador Tião Viana, pelas suas palavras, que faço questão de incorporá-las ao meu pronunciamento.

Ouçó o nobre Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Nobre Senadora Fátima Cleide, era minha intenção apartear-lá neste seu primeiro discurso como Vice-Líder do PT, uma vez que a indicação de V. Ex^a foi anunciada ontem. Desejo a V. Ex^a muitas felicidades nesta difícil missão, mas certamente V. Ex^a saberá como é difícil defender o Governo. Tenho a certeza de que, com a sua competência, V. Ex^a será muito feliz nessa tarefa. Mas o motivo do meu aparte é outro. Ao entrar neste plenário, um Colega nosso, em tom de brincadeira, disse-me: “A Senadora Fátima Cleide está atacando o Governo do Piauí”. Estranhei. As causas são as mesmas. As denúncias que V. Ex^a faz ao Governo de Rondônia são as mesmas com relação ao Governo Piauí. Seria um racha na base do Governo? A Senadora Fátima Cleide está a atacar seu próprio Colega do PT? Faço minhas as suas palavras com relação ao Piauí, embora os ataques que V. Ex^a faz são para Rondônia – e eu não conheço os problemas de lá –, mas assino embaixo tudo o que V. Ex^a disse com relação a seu correligionário, comparando-o ao do meu Estado. É difícil, Senadora Fátima Cleide, governar; aprender, muito mais.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Senador Heráclito Fortes, é claro que aprendemos sempre. Tenho a certeza de que a situação do Piauí é diferente da do Estado de Rondônia, sim. No Piauí, o Governador não ataca o Governo Federal. Pode haver problemas históricos no Estado do Piauí, que ainda não foram solucionados, sabemos disso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a tem razão. Quero até lhe fazer justiça e me penitenciar. Lá, ele é atacado pelo Governo Federal.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Na verdade, estou tratando de uma denúncia feita pelo jornal **Folha de SP**aulo com relação a R\$10 milhões, que foram contratados sem licitação e que originaram o valor de R\$29,00, por refeição, por pessoa, no Estado de Rondônia, nos hospitais públicos. Trato também do retorno aos cofres do Governo de R\$5 mi-

lhões em um País carente, principalmente em um Estado como o meu, em que 28% das crianças com sete anos estão fora da escola. É criminoso devolver tal quantia para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar. Portanto, há diferenças. É lógico que a situação pela qual passa o Estado do Piauí neste momento não é satisfatória – sob o ponto de vista de V. Ex^a –, mas trato de questões diferentes de acordo com o que penso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite a remissão de minhas acusações? Creio que V. Ex^a tem razão.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Eu só gostaria de concluir o meu pronunciamento, até porque o meu tempo já expirou e eu não gosto de desrespeitar as regras da Mesa.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Presidente é generoso. A única diferença, Senadora, é que o Governador de Rondônia, segundo palavras de V. Ex^a, ataca o Governo Federal; no Piauí, é o Governo Federal que o ataca. Embora seja do PT, o Governador tem sido punido permanentemente por isso. O único presente que se lhe quis dar foi uma cadeia pública para abrigar Fernandinho Beira-Mar. Quanto ao mais, nos tiraram a Presidência da Codevasf e os recursos para as secas não chegaram. O Piauí tem sido altamente massacrado. Tenho certeza de que V. Ex^a, justa como é, haverá de fazer um meã-culpa e mostrar que o PT precisa ser um pouquinho mais generoso e reconhecer um pouco mais o Estado do Piauí.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Senador Heráclito Fortes, tenho a certeza de que, se procurarmos, iremos encontrar ações do Governo Federal no sentido de fortalecer o Governo do Piauí.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Peço a V. Ex^a que tenha pressa, porque o primeiro ano já passou.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Eu gostaria de ouvir o aparte da Senadora Ana Júlia, para tanto, peço a complacência da Mesa.

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Fa-lei, há pouco, que para muitos, a melhor defesa é o ataque. Às vezes pode parecer até um plágio. Inclusive eu também disse que na fala de V. Ex^a havia muitas ações semelhantes com as do meu Estado em relação ao Governador. Isso é muito interessante, ou seja, nós e a sociedade percebermos certas semelhanças entre Governadores do mesmo Partido, no caso, o PSDB.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Peço licença à Mesa para concluir o meu pronunciamento.

Quero dizer a esta Casa, ao povo de Rondônia e ao povo do Brasil que o Presidente Lula, que o Governo Federal e que o Partido dos Trabalhadores não se

curvarão às pressões que tenham como objetivo interromper e desestabilizar o trabalho de seus representantes no Estado de Rondônia.

O caráter e a compreensão do Governo em relação às necessidades de mudanças são firmes e inarredáveis, tanto no Estado de Rondônia como no Estado do Piauí e do Pará, enfim, em todo o Brasil.

Não tenho dúvidas de que o Governo Federal faz a sua parte em todos os Estados brasileiros. Cumpre sua tarefa constitucional e tem tido uma capacidade extraordinária de dialogar com os Estados e Municípios, demonstrando sensibilidade às justas reivindicações.

Tudo o que peço é que o Governador Ivo Cassol também tenha a disposição para o diálogo, não faça como está fazendo hoje com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação, onde se localiza a maior oposição no Estado de Rondônia, um setor organizado, e está simplesmente indo ao Banco do Brasil pedir para que se cancele contrato do Banco do Brasil com o sindicato para inviabilizá-lo.

Mas devo dizer a V. Ex^{as} que desse seio nasci, e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação saberá muito bem se erguer na adversidade.

Quero dizer que considero um atentado à dignidade da população um governante que ignora essa realidade, investindo em factóides na distorção de fatos, com o intuito de desviar a opinião pública do caos instalado em sua própria gestão, como é o caso do Governo de Rondônia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente!

Muito obrigada!

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SENADORA FÁTIMA CLEIDE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210. inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

– “Governo joga duro: manda cancelar descontos do servidor ao sintero e proíbe repasses por parte do Banco do Brasil.”

– “Governo tucano dispensa licitação.”

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

GOVERNO JOGA DURO: MANDA CANCELAR DESCONTOS DO SERVIDOR AO SINTERO E PROÍBE REPASSES POR PARTE DO BANCO DO BRASIL

[POLÍTICA] [Segunda-feira, 15 de Março de 2004 - 13:21]



O governador de Rondônia, Ivo Cassol (PSDB) jogou duro na briga política com o Sindicato dos Trabalhadores da Educação (SINTERO). A última ação foi anunciada nesta segunda-feira, durante solenidade no Palácio Presidente Vargas. Um decreto governamental proíbe, já a partir desse mês, o desconto da contribuição sindical mensal no contra-cheque do servidor ligado ao SINTERO. Cassol disse também que o Banco do Brasil está proibido de fazer qualquer repasse ao sindicato. “Se fizer eu cancelo o contrato. Não podemos permitir que isso aconteça”, frisou. O governador utilizou como artifício o fato de que, segundo a SEDUC, houve cobrança em duplicidade no último mês. O pano de fundo, no entanto, é meramente político: o SINTERO aumentou seu tom de ataque ao Palácio Presidente Vargas, principalmente com relação ao pagamento de “ordens de serviço” datadas ainda de 1.997 e também o fato de que o Estado teve que extorcar quase R\$ 5 milhões ao FNDE por “incapacidade”, de acordo com os sindicalistas.

Fonte: RONDONIAGORA.COM

Autor: RONDONIAGORA.COM

JORNAL: Folha de S. PauloDATA: 15/03/04 PÁGINA: A 9Brasil

RONDÔNIA Cada refeição fornecida aos pacientes de hospitais estaduais sairá por R\$ 29

Governo tucano dispensa licitação

TIAGO ORNAGHI
DA AGÊNCIA FOLHA

O governo de Rondônia, comandado pelo tucano Ivo Cassol, contratou duas empresas para o fornecimento de refeições para os quatro hospitais da rede estadual na capital, durante seis meses, por R\$ 10,6 milhões. Os contratos, que tiveram licitações dispensadas "em caráter emergencial", são para a produção de três refeições diárias para 678 internos. Considerando esse volume, cada refeição sairá por R\$ 29.

Como comparação, os 1.050 detentos do presídio Urso Branco, em Rondônia, recebem refeições que custam R\$ 4,25 cada uma. No presídio, as refeições são produzidas pela Nutritiva Ltda., que foi contratada por licitação, em 1999.

O valor de R\$ 29 considera que os quatro hospitais da capital permaneceriam com todos os 678 leitos lotados durante dezembro e os cinco primeiros meses de 2004.

Em 2003, segundo o secretário da Saúde, Miguel Sena Filho, o Estado gastou R\$ 7,69 milhões na alimentação de pacientes, fornecidas por outras empresas, que passaram por licitação.

No "Diário Oficial" de 1º de dezembro de 2003, está registrado ato assinado pelo secretário Sena Filho que dispensa a licitação para

a contratação da empresa responsável pelo fornecimento das refeições para os hospitais da capital.

Na edição de 30 de janeiro, o "Diário Oficial" do Estado homologa a contratação das empresas Rondo Service Ltda. e Nutriserv-Serviços de Alimentação e Nutrição Ltda. Pelos contratos, a primeira receberá R\$ 6,25 milhões, e a segunda, R\$ 4,32 milhões.

"Essa alimentação é diferencia-

da. Ela tem acompanhamento de nutricionistas", diz o secretário.

No Hospital Estadual de Extrema, administrado por Néia Sena, irmã do secretário, as refeições são preparadas por três pessoas. Nenhum nutricionista atua no hospital, diz um funcionário, e a lotação média não chega a 20 leitos (25% da capacidade). A irmã do secretário confirmou que a lotação média é baixa.

OUTRO LADO

Secretário diz que cuidados geram preço alto

DA AGÊNCIA FOLHA

Segundo o secretário de Saúde de Rondônia, Miguel Sena Filho, os preços das refeições dos pacientes dos hospitais da rede estadual são altos devido aos gastos com a equipe. "Essa alimentação na verdade é diferenciada, tem um acompanhamento de nutricionistas".

O secretário disse que as empresas foram contratadas após licitação. Depois de ser informado que a Agência Folha tem cópia do aviso de dispensa de licitação publicado por ele no "Diário Oficial", Sena Filho alegou não se lembrar disso. Questionado sobre como pôde esquecer a dispensa de licitação de R\$ 10,6 milhões, ele disse que o procedimento é comum em licitações públicas.

A Rondo Service e a Nutriserv-Serviços de Alimentação e Nutrição não falaram com a reportagem. (TGO)

Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao nobre Líder José Agripino, que falará pela Liderança do PFL.

V. Exª dispõe de até vinte minutos, nobre Líder.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a imprensa de hoje noticia, com grande destaque, perspectiva de entendimento entre Governo e Oposição. Fala sobre “amornamento” nas relações do Governo com a Oposição. Notícia com destaque discursos de próceres do PSDB, do PFL, em tom dito como conciliador, entendendo que isso esteja significando um chamamento ao entendimento.

Sr. Presidente, nunca houve, por parte do meu Partido – e estou seguro por parte do PSDB – nenhuma tentativa de incendiar o País, nenhuma tentativa de desestabilizar o Governo.

Não cabe, no entanto, à Oposição promover suporte a Governo desestabilizado, que está se desestabilizando por fogo amigo, por denúncias feitas pela imprensa livre do Brasil, pela inércia e pela inépcia do Governo: inerte, porque demora demais a tomar providências e, quando as toma, só o faz compelido, encostado no canto da parede; inepto, porque aqueles que fazem parte do seu quadro não se têm mostrado competentes no esclarecimento de fatos e na condução política das respostas às denúncias e às dificuldades.

Nós, da Oposição, temos cumprido o que é nossa obrigação no regime democrático: interpretar o sentimento da sociedade, cobrar, fiscalizar, não permitir que a maioria esmague a minoria, como é o caso da Comissão Parlamentar de Inquérito. Nada além disso, Senador César Borges.

Dizendo isso, manifesto uma enorme preocupação. Recebi hoje um telefonema do presidente da Associação de Criadores do Rio Grande do Norte, a maior entidade de classe do setor primário no meu Estado, dando-me conta de um fato que vou relatar ao Senado Federal e que não é isolado, mas algo que diz respeito ao Brasil e que saiu desta Casa. Nas relações entre Governo e Oposição, na manutenção de um bom clima de diálogo, existe algo basilar, a pedra de toque, o item indispensável: o cumprimento do compromisso assumido. Eu mesmo já passei por momentos de dificuldade em minha própria Bancada,

pelo fato de assumir compromisso e, na hora de efetivá-lo, alguns membros se rebelarem e eu ter que dizer: o compromisso está assumido e será cumprido. E será mesmo, ainda que eu tenha de sofrer contestações dentro da minha própria Bancada, ainda que a minha liderança possa sofrer algum tipo de arranhão. Compromisso tomado, para mim, é sagrado. Aliás, ao longo da minha vida pública, sempre dei capital importância à palavra empenhada, que tem de ser cumprida.

Digo isso, para me referir às discussões que foram levadas a efeito no Senado, por ocasião do debate da reforma tributária. Lembro bem, Senadoras Fátima Cleide e Ana Júlia, quando o presidente da CNA, Dr. Antônio Ernesto de Salvo, compareceu à Comissão de Assuntos Econômicos para uma audiência pública, com empresários e presidentes de entidades de classe, para discutir questões que preocupavam a nós, de todos os Partidos políticos. Eram preocupações com as elevações de carga tributária previstas na reforma tributária que atingiam diversos segmentos da economia, mas, sobretudo, com a locomotiva do Brasil: a agricultura.

O Dr. Antônio Ernesto veio à CAE – penso que o Senador Garibaldi Alves Filho e o Senador César Borges estavam presentes a essa reunião – e, com números, demonstrou que aquilo que estava previsto para acontecer na proposta de reforma tributária provocaria um aumento absolutamente insustentável para a agricultura brasileira, que é uma das mais avançadas do mundo, mas é consciente de que o lucro na agricultura normalmente se obtém por escala de produção. O lucro é pequeno; qualquer majoração de preço de insumo é fatal, porque, em agricultura, ganha-se dinheiro em escala de produção.

O Dr. Ernesto fez a demonstração dos números que trazia e convenceu o relator, que tomou o compromisso de fazer os reajustes, para que a agricultura não sofresse.

Logo depois, discutiu-se aqui, na antevéspera do Natal, a questão da Cofins. Devo dizer a V. Exªs que até hoje guardo essa frustração, porque o Senador Aloizio Mercadante assumiu o compromisso – Senador de bons princípios, por quem tenho apreço pessoal, mas tem esse vácuo de compromisso em aberto. O Líder do Governo, da segunda bancada, sobre a Cofins aprovada contra o voto do PFL, do PSDB e do PDT – que, desavisado, não compareceu na segunda-feira, antevéspera do Natal, porque entendia que a matéria estava extinta, exaurida –, assumiu o compromisso, perante o Brasil inteiro, por intermédio da TV Senado, de que a questão seria reaberta

na convocação extraordinária. Ora, estamos em 18 de março e este assunto nunca mais foi falado, e a Cofins dos importados está sendo cobrada.

Senador César Borges, sabe o que está acontecendo? Vou dar a V. Ex^a e às Sr^{as} e Srs. Senadores informações que me preocupam muito e devem preocupar esta Casa. A avicultura brasileira é hoje a mais desenvolvida do Planeta; o Brasil é o maior exportador de frango do mundo. Senador Leonel Pavan, V. Ex^a, que é catarinense, coloca a carapuça na cabeça direto, porque seu Estado talvez seja o maior responsável pela avicultura desenvolvida no Brasil, porque lá é onde se começou a produzir o melhor dos melhores resultados, que depois se espalharam pelo Brasil inteiro.

Não conheço os termos técnicos, Senador Leonel Pavan, mas V. Ex^a sabe o que é o Premix: um elemento importantíssimo na ração balanceada, importado pela Roche. Mistura-se Premix com farelo de trigo, com farelo de milho, com outros componentes, para que o frango, em poucos dias, seja vendido com peso de abate.

O Premix, para o corte inicial, Senadora Ana Júlia, em janeiro, custava R\$9,79; em fevereiro, passou a custar R\$11,54, sofrendo um aumento de 17,88%, curiosamente quando a Cofins dos importados começou a ser cobrada. Há três tipos de ração: para a ave pequena, corte na fase inicial; para a ave crescida, corte na fase de crescimento; e para o frango maduro, corte na fase de acabamento. O Premix, para essas três fases, subiu 17,88%, 12,19% e 19,76%, respectivamente.

Senadora Ana Júlia Carepa, a Creolina Parson, elemento que preserva os aviários das doenças, das gripes asiáticas e é produzido pela Supranor – multinacional que não conheço: em 5 de janeiro, custava R\$140,00 e, em 20 de fevereiro, estava sendo vendida por R\$163,40, com um aumento de 18,71%. Ou seja, o que é capaz de nos proteger da febre asiática sofreu um aumento de 18,71%!

Esses aumentos são decorrentes de uma iniciativa do Governo Lula. Pelo amor de Deus!, Senadora Ana Júlia Carepa, a gripe asiática está acabando com as exportações de frango na Ásia! Será que Lula criará a gripe “Lula” para inviabilizar as nossas exportações, para criar dificuldades aos empregos decorrentes da avicultura brasileira, tão promissora, por uma gulodice fiscal?

A Sr^a Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Senador José Agripino, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Com certeza, em um minuto.

Passemos a analisar os adubos, que são importados e cuja relação tenho aqui. Essas informações me foram dadas pela Associação de Criadores do Rio Grande do Norte, que trata de aves, de agricultura, de carne bovina, de carne suína, de caprinos e ovinos. É uma grande entidade no meu Estado, que tem muito bem guardados esses elementos todos, passados a mim com muita responsabilidade. Perguntei se podia divulgar os dados, e me responderam: “Pode divulgá-los, porque essa é a realidade do Rio Grande do Norte e deve ser a do Brasil”.

Passemos aos adubos. O sulfato de amônio passou de R\$577,85 para R\$724,68, de janeiro para fevereiro de 2004. Foi um aumento de 25,4%. O sulfato de amônio é um elemento absolutamente fundamental para qualquer agricultor que queira plantar com bons índices de produtividade. Aumentou ¼, 25%, de janeiro para fevereiro. Curiosamente, foi na época em que houve o aumento da carga tributária decorrente da Cofins das importações. O cloreto de potássio é outro elemento fundamental. Aumentou de R\$718,15 para R\$791,82, ou seja, 10,3%. O super triplo aumentou de R\$899,19 para R\$1.029,12, ou seja, 14,4%.

Apresentamos nossas preocupações a esse respeito quando aqui estive o Dr. Antônio Ernesto, cujos argumentos convenceram o Senador Romero Jucá, Relator, levando a Comissão a votar, por unanimidade, os acertos feitos. No entanto, vamos ter uma quebra de compromissos violenta. Parece-me não estar sendo reproduzido o que pactuamos na reforma, a não ser que alguns esclarecimentos a mais possam ser dados.

O meu Partido, que é o de V. Ex^a, o do Senador Antonio Carlos Magalhães, o do Senador Leonel Pavan e do Sr. Presidente, Senador Eduardo Siqueira Campos, PSDB – porque somos irmãos na atuação política –, quer convidar novamente as entidades de classe para nos dizerem o que está havendo com a agricultura do Brasil, antes que seja tarde. Devemos fazê-lo antes que ocorra um desastre: a inviabilidade da exportação de alguns itens importantes na pauta de exportações do Brasil. Refiro-me aos produtos agrícolas.

Aqui estou para trazer um alerta e anunciar uma providência em defesa do interesse brasileiro. Não estou batendo em ninguém, mas fazendo uma crítica honesta, para que se conserte um fato que pode redundar em prejuízos irreversíveis para milhões de

brasileiros. Isso é uma posição com responsabilidade, sem raiva, com interesse público.

Ouçó com muito prazer a Senadora Ana Júlia.

A Srª Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador José Agripino. Esta é com certeza uma característica de V. Exª: fazer Oposição de forma responsável. Quando aqui estive o representante da CNA – é verdade que eu estava na Comissão, pois fazia parte do grupo de cinco Senadores que auxiliava o Relator, e eu representava o PT –, ele não só convenceu o Relator, mas nós mesmos pedimos estudos e verificamos que realmente a CNA tinha razão em relação àquilo que nos trazia, mesmo não fosse em toda sua dimensão. Por isso, foi acatado, incluindo-se os insumos agrícolas também na menor alíquota de ICMS. Isso é uma demonstração clara de que não havia uma vontade de impor. Participamos de diversas reuniões, e V. Exª sabe que a reforma tributária foi votada depois de amplo acordo. Acredito que temos de nos orgulhar dessa reforma. Agora, quanto a essa situação, apresento dois caminhos: um, que já adotamos naquele momento, o do diálogo, o de recebermos os documentos e verificarmos o que se pode fazer; quanto ao outro, quero dizer que defendo a cobrança de Cofins sobre importações, porque tenho a compreensão, por exemplo, de que, assim como há adubos químicos importados, há adubos feitos no nosso País, inclusive orgânicos. Creio que também se deva incentivar a procura de elementos similares aqui. Se isso acontecer, se tivermos similares e incentivarmos, inclusive, sua fabricação, com certeza, estaremos, além de tudo, gerando empregos aqui no nosso País. Quando importamos, geramos empregos lá. É óbvio que há coisas absolutamente necessárias. Por isso, Senador José Agripino, coloco-me à disposição para receber essa demanda da Confederação Nacional de Agricultura, dos agricultores e dos avicultores, para que possamos, sim, fazer o melhor caminho, encontrar a melhor saída, a melhor solução para essa situação. Garanto a V. Exª – não sou Líder do Governo, mas sou Vice-Líder da Bancada do PT – que existe toda vontade, exatamente porque temos todo o interesse de ampliar a exportação no País. Acho que, muitas vezes, o Governo não tem responsabilidade em relação à demora no trâmite de algumas matérias legislativas. Essa é uma responsabilidade que também temos de assumir. Parabenizo V. Exª, fazendo este registro: acho que temos dois caminhos a tomar, e eles não são excludentes. Penso que podemos seguir os dois caminhos de forma complementar.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Senadora Ana Júlia Carepa, agradeço a contribuição do aparte de V. Exª, dizendo o seguinte: é salutaríssimo o espírito de estimular o consumo do bem nacional. É extremamente salutar o desejo de V. Exª de estimular o uso do adubo orgânico, que é da melhor qualidade, não poluente. Entretanto, a quantidade de adubo orgânico de que podemos dispor não é suficiente para os milhares – para não dizer milhões – de hectares do que se planta no Brasil, de soja, de capim para pecuária, de milho, de feijão, até de trigo. Impõe-se, assim, o uso do adubo químico.

O Brasil é grande produtor de ferro, de bauxita, de manganês, mas de nitrogênio, fósforo e potássio, infelizmente, não. Então, somos obrigados a promover a importação de NPK, elementos fundamentais para a composição desses adubos aos quais me referi, citando os preços.

Portanto, a Cofins de importados determinada sobre esses insumos, para os quais não temos alternativa – e não se pode trabalhar além dos milhões de hectares sem abrir mão do NPK, pois somente o adubo orgânico não é suficiente –, não é uma saída para o problema.

Sabe V. Exª o que estou supondo e, por isso, vou tomar a iniciativa de chamar o Dr. Antônio Ernesto e aqueles que fazem a CNA? Não está fora de cogitação que alguns produtores ou importadores, baseados na notícia, na informação, na expectativa da cobrança da Cofins sobre importados, tenham majorado preços sem justificativa.

Vamos passar a régua nesse assunto para ver se foi realmente a aplicação da Cofins sobre os importados que determinou esse aumento, ou se é uma inflação de expectativa, ou inflação de malandragem. Qualquer das alternativas é desinteressante à questão nacional. Temos de passar isso a limpo, nós todos, de todos os partidos.

Agora, se verificarmos que a Cofins dos importados está produzindo um sinal amarelo, que pode ser vermelho mais à frente, temos de nos unir e cobrar do Governo o cumprimento do seu compromisso: reabrir a questão Cofins antes que seja tarde.

Aqui foi dito claramente que aquilo que tinha sido concedido aos transportes públicos, às operações de **hedge**, de informática, de saúde e de educação, poderia e deveria ser concedido aos prestadores de serviço, grandes empregadores que estão padecendo da Cofins de 7,6%. Saíram de 3% para 7,6%, produzindo ou quebradeira ou aumento no preço do serviço que eles produzem. E quem é que paga o pato? O contratante do serviço, a sociedade, o pai e a

mãe de família. E, nesta situação toda, um fato é maior. Nós todos, que esperávamos estar hoje anunciando com alegria uma queda na taxa de juros para 15,5% ou 15%, estamos amargando a piada – não me posso referir de forma diferente à queda de 0,25% na taxa de juros do Copom. Melhor que nada tivesse sido feito, porque isso é um escárnio a uma sociedade que deseja, que reclama, que pede e que tem condições de promover a retomada do crescimento econômico e que, com a insensibilidade de um pedaço expressivo da área econômica do Governo, não vai chegar lá nunca.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra ao próximo Líder inscrito para falar pela Liderança da Minoria, o Senador Antonio Carlos Magalhães.

A Mesa registra o ofício assinado pelo eminente Líder César Borges destinando o tempo a V. Ex^a, Senador.

V. Ex^a dispõe de até vinte minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei tudo para conceder ao Senador César Borges a oportunidade que me propiciou, porque creio que S. Ex^a também deseja falar, de modo que não ocuparei o tempo integralmente.

Ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou parecer que proferi sobre o projeto do Senador César Borges que dispõe sobre a cooperação das Forças Armadas com órgãos federais de segurança pública no combate ao crime organizado.

Esse parecer foi resultado de amplo debate que envolveu, além de Senadores integrantes da CCJ, a opinião e as sugestões que nos foram trazidas pelo Governo Federal, por intermédio do Ministro José Viegas e do Líder Aloizio Mercadante.

Fico satisfeito, pois essa luta não é nova. Nem é só minha.

É verdade que, deste plenário, desde que passei a integrar o Senado Federal, por muitas vezes defendi o emprego das Forças Armadas no combate à criminalidade.

Vejam V. Ex^{as}, em 1995, há nove anos portanto, daqui mesmo, desta tribuna, afirmei que “o Governo tem a obrigação de usar os militares para garantir a ordem e a segurança nacional”.

Em 2000, face do verdadeiro surto de violência que tomava conta do País, como ainda hoje, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, voltei a insistir na necessidade inadiável de que fosse repensado o papel das Forças Armadas. Já naquela época,

como agora, eu entendia que não se podia deixar todo o combate à criminalidade, em especial ao crime organizado e ao narcotráfico, apenas com a Polícia Federal e as Polícias militares.

Ora, Sr. Presidente, fazia-se necessário que isso ocorresse. Quando há um trabalho coordenado das forças de segurança, os resultados são visíveis e a sociedade se sente mais protegida.

Quero lembrar, mais uma vez, da tranquilidade vivida pelo povo carioca no período da realização da Eco92, quando o Rio de Janeiro, contando com o apoio decisivo das Forças Armadas na segurança do evento, pôde contar com um policiamento perfeito.

Há exemplos inúmeros de países que utilizaram – e utilizam –, em horas de necessidade, as suas Forças Armadas. Na França, na crise de 68, o General De Gaulle deslocou da fronteira com a Alemanha todo o Exército francês para dar segurança interna à França, porque o país, naquele tempo, estava vivendo um verdadeiro caos.

O Governo deve compreender que perde muito mais com a violência, com os crimes, com o narcotráfico do que economizando recursos para assuntos outros. Tenho certeza de que não é este o propósito do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas ele tem um respaldo popular muito grande para, inclusive, exigir que as Forças Armadas entrem em campo em toda hora de necessidade.

A própria disposição do Ministério da Defesa e das Lideranças do Governo nesta Casa com relação ao projeto do eminente Senador César Borges e ao meu parecer, apresentando sugestões, quase todas acatadas, demonstra aquilo que afirmo.

Os resultados práticos desse projeto mostrarão que estamos certos em aprová-lo com a maior rapidez.

As Forças Armadas dispõem de quadros treinados, com formação nas áreas de logística, de inteligência. E sua grandeza está intimamente ligada ao sentido de disciplina.

Pensar, como alguns poucos, que elas irão se prostituir e se corromper ao ingressarem no combate ao crime, em especial ao crime organizado, é maldizer não apenas as Forças Armadas, mas o próprio País e as instituições brasileiras.

O projeto agora segue para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde pode sofrer pequenas modificações.

Com esse projeto aprovado no Senado Federal, a Casa dará mais um passo no seu trabalho de propor

soluções concretas e destemidas para o combate à criminalidade e ao narcotráfico no País.

É evidente que uma parte dos militares não gostaria de participar de nada, preferindo deixar a situação como está. Entretanto, tenho certeza, assim não pensam os patriotas das Forças Armadas brasileiras. E não pensam assim porque não podem deixar que amanhã as coisas se agravem de tal forma que, aí sim, terão que entrar em campo em uma situação mais difícil. E as coisas começam a se agravar; só os cegos não vêem. Quem viveu mais tempo já viu períodos bem parecidos com este e o resultado foi lastimável.

Portanto, esse projeto que apresentou o Senador César Borges, e como S. Ex^a próprio declarou, inspirado nos meus propósitos aqui demonstrados, tenho certeza que logrará aprovação das Sr^{as} e dos Srs. Senadores, porque é indispensável que isso aconteça o mais rápido possível.

Estamos vendo coisas que não deveriam estar acontecendo em várias partes do País e o Presidente da República, que é um homem sensível, deve ter notado que, antes, o tratamento dispensado a sua Excelência por determinadas pessoas que, no passado, o apoiavam, não está mais sendo igual.

Portanto, chamo a atenção desta Casa e da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para que coloque este assunto logo em votação, a fim de que siga para a Câmara dos Deputados e receba a sanção do Presidente da República, porque as Forças Armadas estão dispostas a atuar na medida em que for necessário. Isso não significa que vão intervir como se polícias militares fossem, mas, sim, na hora necessária para que a desordem não impere no País.

As Polícias Militares prestam um grande serviço, bem como a Polícia Federal. Mas, nas Polícias Militares, principalmente, deve-se dizer que há também elementos que participam do crime organizado e não têm tido as punições devidas para afastá-los dos seus quadros. É preciso que isso aconteça para que haja segurança de se viver neste País. O Brasil é bom demais para ser tratado da maneira como ocorre no Rio de Janeiro. Não se pode ir com tranquilidade àquela cidade, porque há tiroteios nas ruas. Na nossa antiga capital federal não há segurança, e isso prejudicará o turismo e se alastrará pelo País.

Sr. Presidente, agradecendo antes a cessão da palavra pelo representante da Oposição, eu quero pedir a V. Ex^a que faça todos os esforços concernentes à Mesa para que este projeto seja logo votado, uma vez que há consenso tanto da Liderança do Go-

verno como da Oposição de que isso é uma necessidade inadiável para o País.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – A Mesa registra a solicitação de V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães, e tomará as medidas para que o projeto seja efetivamente votado.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, o nobre Senador César Borges, que falará por cessão do Senador Mão Santa.

V. Ex^a dispõe do tempo que ainda resta para o término desta sessão.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prometo a V. Ex^a que serei breve em meu pronunciamento.

Início este discurso reportando-me à fala do Senador Antonio Carlos Magalhães, para, mais uma vez, parabenizar S. Ex^a pela sua visão, seu descortino político e sua responsabilidade de homem público, que, por diversas vezes, neste Senado Federal, desde a legislatura passada, vem usando a sua voz para pleitear às nossas patrióticas Forças Armadas que venham ao encontro do desejo do povo brasileiro por mais paz, mais tranquilidade, num combate efetivo à violência. O Senador Antonio Carlos Magalhães foi Relator de um projeto de minha autoria, inspirado na sua luta para que as Forças Armadas tenham constitucionalmente a possibilidade de participar desse esforço. Acredito que S. Ex^a, como Relator do projeto e com sua presença neste Senado, será de extrema valia para que a Mesa coloque rapidamente o projeto na pauta, a fim de que as nossas Forças Armadas sejam incumbidas da importante tarefa de proteger nossas fronteiras, nosso espaço aéreo, nosso mar territorial, acabando com o crime organizado e diminuindo o tráfico de drogas e de armas, que infelizmente existe.

Mas, Sr. Presidente, o assunto que me traz à tribuna é a minha preocupação com a retomada do crescimento econômico do País, o que todos desejam: o Presidente da República, o Governo e, principalmente, a sociedade brasileira.

Recentemente, o Ministro do Planejamento declarou à imprensa que o Brasil crescerá 3,5% em 2004. Pelo que sei, a previsão dos bancos não é nesse sentido e sim a de que, se o Brasil crescer muito, será 2,8%, em função inclusive dos juros elevados que estão sendo mantidos. Segundo o Ministro, para que haja crescimento sustentado é preciso que o setor privado cumpra o seu papel. O Ministro Guido Mantega fez um chamamento e afirmou que os empresários poderiam ser mais ousados e os banquei-

ros deveriam liberar crédito e reduzir a taxa de **spread** bancário.

A conclamação, sob o ponto de vista subjetivo, é ótima; mas, sob o ponto de vista objetivo, é muito difícil que isso ocorra por meio de uma conclamação do Ministro do Planejamento, porque o setor privado há de dizer: “será que o Governo está sendo ousado para que eu possa acreditar e também ousar?”.

Sr. Presidente, o Governo reduziu em 0,25% a taxa Selic, uma redução próxima do zero, que não tem qualquer impacto sobre a macroeconomia e muito menos sobre as taxas praticadas no mercado de juros.

Eu diria que, da fala do Ministro, ouvi um ponto em que S. Ex^a tem razão: quando se refere ao **spread** bancário cobrado, que é realmente exorbitante. E é sobre este assunto que eu gostaria de falar neste momento. Os dados que temos são no sentido de que as empresas brasileiras estão trabalhando para pagar o encargo financeiro que tira a sua competitividade.

Uma pesquisa realizada em janeiro deste ano pela Associação Nacional dos Executivos em Finanças, Administração e Contabilidade – Anefac revela que a taxa de juros média cobrada pelos bancos chega a 65% ao ano para empréstimos de capital de giro e 64,4% ao ano no desconto de duplicatas.

A taxa Selic estava em 16,5% e passou para 16,25%. Mas, lá na ponta, para as empresas, é 65% ao ano.

Como já havia destacado recentemente desta tribuna, um estudo realizado pela Consultoria **Austin Asis**, com base nos balanços de 300 empresas do setor produtivo e de 100 bancos, demonstra que, em 1994, as despesas financeiras das empresas do setor produtivo representavam apenas 3,5% das receitas; em 1998, o número subiu para 14,2%; e, em 2002, atingiu 35,1% da receita das empresas.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, como é possível uma empresa sobreviver comprometendo quase um terço das receitas com despesas financeiras?

O estudo comprovou ainda que, ao mesmo tempo em que caiu a lucratividade do setor produtivo, aumentou a rentabilidade dos bancos.

Em 2003, não foi diferente. O lucro acumulado por 19 instituições financeiras, que já divulgaram o seu balanço neste ano de 2004 sobre o ano de 2003, chegou a R\$14 bilhões, o que equivale a um crescimento de 8% em relação a 2002, quando a economia do Brasil teve um crescimento negativo de -0,2%.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador César Borges, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a, como sempre, aborda assuntos importantes desta tribuna, e este é dos mais importantes. Sou autor de um projeto a respeito do crescimento dos **spreads** que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que já deveria ter sido votado. Mas um determinado Relator o segurou por muito tempo, e até agora a CCJ não iniciou o assunto, que é vital para os brasileiros, principalmente para as empresas. Conseqüentemente, mais uma vez, V. Ex^a interpreta os sentimentos da Nação e demonstra que é um dos Senadores mais eficientes da Casa.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Magalhães. São projetos desse tipo que temos que aprovar o mais rápido possível, a fim de disciplinar o setor, pois acarreta um ônus muito grande ao setor produtivo, o que significa menos empregos e menos empresas. Várias empresas são extintas porque os encargos financeiros são muito grandes.

Certamente, o lucro dos bancos foi muito superior ao lucro das empresas brasileiras no ano de 2003. Somente o Banco Itaú obteve o maior lucro do setor financeiro nacional em toda a história. Foram R\$3,2 bilhões, o que representa uma rentabilidade de 32,6% sobre o patrimônio do Banco. Nenhuma empresa do setor produtivo alcança uma rentabilidade de 32,6% sobre o patrimônio.

E, o que é pior, o presidente do Banco do Brasil, que é um banco estatal e que também apresentou o maior lucro de sua história, chegou a afirmar que o lucro da instituição “é uma delícia”. O presidente do Banco do Brasil!

Ora, então, o Governo compactua com esse exorbitante **spread** bancário? Será que o papel do Banco do Brasil é apresentar lucros “deliciosos”? Não seria mais importante para o País que o banco estivesse forçando a queda do **spread** bancário, dando exemplo para que os outros bancos pudessem seguir?

Sr. Presidente, tudo isso contraria, mais uma vez, o discurso e as promessas feitas durante a campanha eleitoral. Diziam que as taxas de juros iriam cair, que o setor produtivo teria finalmente condições para investir, que a especulação financeira daria lugar à produção. Infelizmente, não foi isso que aconteceu e que está acontecendo.

O primeiro ano do Governo trouxe ainda mais ganhos para as instituições financeiras e mais dificul-

dades para o setor produtivo. Essa situação nos leva a questionamentos inevitáveis. Será que efetivamente está existindo competição no Sistema Financeiro Nacional? Essa é uma grande pergunta: há competitividade ou não? Vivemos uma cartelização no sistema financeiro.

Vejam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o que diz o § 2º do art. 17 da Lei nº 4.595 de 1964, (Lei da Reforma Bancária):

O Banco Central da República do Brasil, no exercício da fiscalização que lhe compete, regulará as condições de concorrência entre instituições financeiras, coibindo-lhes os abusos com a aplicação da pena nos termos desta lei.

Ou seja, o Governo tem a obrigação e também instrumentos para garantir a competição no setor financeiro.

Mas, diante de um **spread** exorbitante e de lucros tão espetaculares, será que o Banco Central vem atuando da forma como prevê a lei e que é de sua responsabilidade?

O que a realidade vem mostrando, infelizmente, é que não está havendo competição no setor financeiro.

Um estudo publicado em dezembro de 2003 pelo Banco Central revela que aproximadamente 37,5% do **spread** bancário representa apenas o lucro dos bancos. Se decompondo o **spread**, 37,5% é lucro das instituições financeiras. O restante do **spread** é composto por impostos (27,3%), quer dizer, mais carga tributária – ou seja, o Governo também é sócio do **spread** cobrado do povo brasileiro e do setor produtivo –; despesas administrativas (16,1%) e inadimplência (19,1%) – que sempre é apresentada como a vilã da existência do **spread** exorbitante.

Em 1999, o lucro dos bancos representava apenas 18% – vejam bem, Srs. Senadores – do **spread** bancário, enquanto a inadimplência era responsável por 39% do **spread**. A inadimplência caiu, mas o **spread**, não. Mas os lucros dos bancos subiram de 18% para 37,5%.

Isso mostra claramente que os bancos embolsaram os ganhos obtidos com a redução da inadimplência ao longo dos últimos anos.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto o Congresso Nacional tem se esforçado para discutir e votar a modernização da Lei de Falências, que poderá inclusive reduzir a inadimplência e reduzir o **spread** bancário, os bancos têm continuamente aumentando o **spread** e seus lucros.

Vamos aprovar uma Lei de Falências. Fizemos várias audiências aqui com o setor bancário, com o

setor produtivo, com o Banco Central e, em momento algum, tivemos garantia de que esses ganhos com a nova Lei de Falências e a redução da inadimplência, e mais garantias aos créditos das instituições financeiras serão repassados pelos bancos aos consumidores e ao setor produtivo.

Durante audiência pública para discussão do projeto da nova Lei de Falências, fiz a indagação ao Diretor da Política Econômica do Banco Central, Dr. Afonso Beviláqua, se o Banco Central não poderia ser mais ousado, nas diversas políticas, tanto de diminuição de juros, como na meta de inflação e, principalmente, política para redução do **spread**.

O Dr. Beviláqua respondeu que o Banco Central deveria ser apenas responsável. Que não era papel do Banco Central ser ousado. E aí, até ele está certo. Tenho certeza absoluta de que o Banco Central foi realmente responsável. Ele foi sem dúvida um dos grandes responsáveis pelo pior resultado da economia brasileira dos últimos 11 anos. É o Banco Central, efetivamente, com sua política de ajuste draconiano da economia, para que possa dar confiabilidade aos nossos credores externos e internos e ao mercado, que nos levou a esse pior resultado, em onze anos.

Sugeri ainda ao Diretor Beviláqua a implementação de políticas públicas voltadas para a redução do **spread** bancário, a partir do estabelecimento de metas de **spread** pela autoridade monetária. O País tem tantas metas, como metas de inflação, metas de superávit primário, por que não ter uma meta redução do **spread**?

A proposta, entretanto, foi descartada pelo Diretor do Banco Central que, para variar, apresentou inúmeras justificativas técnicas contra a minha sugestão.

Ora, volto a dizer, temos metas fiscais e metas de inflação. Por que não podemos estabelecer também metas para o **spread** bancário?

Sr. Presidente, apesar da opinião contrária do Diretor do Banco Central, estou apresentando um projeto que altera a Lei nº 4.595, de 1964, de modo a conferir ao Banco Central a tarefa de estabelecer políticas públicas para a redução do **spread** bancário, inclusive com a fixação de metas. O projeto prevê também a remessa de relatórios sobre o **spread** bancário para acompanhamento do Congresso Nacional.

É claro que muitos encontrarão argumentos técnicos – sempre há argumentos técnicos passíveis de ser utilizados – contra uma proposta desse tipo, mas

é preciso trazer imediatamente esse tema para debate nesta Casa.

Não estou propondo intervenção no setor financeiro, mas é preciso dar mais transparência à questão do **spread** bancário, certamente um dos maiores entraves à ampliação do investimento produtivo no País, tão necessário à retomada do crescimento econômico, à geração de emprego e à melhoria da renda do povo brasileiro.

Em breve, toda a receita do setor produtivo não será suficiente para saciar a voracidade dos bancos, e a queda de 0,2% do PIB, em 2003, será, por incrível que pareça, apenas uma boa lembrança de quando o País ainda existia e sua economia tinha alguma estruturação.

Peço, portanto, o apoio dos meus Pares nesta Casa para a aprovação desse projeto, que espero seja importante para a retomada do crescimento econômico do País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, nobre Senadora Lúcia Vânia.

Antes, porém, prorrogo a sessão por 15 minutos para que V. Ex^a possa fazer o seu pronunciamento.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nesses 452 dias do Governo Lula, a área social vem sendo mantida a reboque dos sobressaltos da economia. É duramente afetada pelos cortes de gastos para garantir o superávit, no momento em que se avolumam as demandas por políticas sociais em função do crescimento do desemprego.

O Brasil passa pela maior recessão dos últimos dez anos. No entanto, não chegaram ao Congresso projetos para aliviar o problema que mais preocupa a população. A principal proposta, o Programa Primeiro Emprego, criou, até agora, apenas 2 mil vagas, contra a meta de 137 mil. E o Projeto Soldado Cidadão, uma boa idéia, sequer saiu do papel.

Há um coro nacional contra a política econômica baseada em juros altos, aumento de impostos e corte drástico de gastos, especialmente os sociais. Com um PIB de menos 0,2% em 2003 – o primeiro PIB negativo em mais de uma década – e o desemprego recorde – 12 milhões de desempregados –, deveria haver maior compromisso com as políticas com-

pensatórias de transferência de renda e apoio às camadas mais pobres da população.

Parece não haver interesse nesse debate, mesmo que as evidências estejam sendo explicitadas, como aconteceu aqui, quando um desempregado, em desespero, tentou chamar a atenção do Brasil, por meio dos canais de televisão, para a sua situação e da sua família, que havia três dias não tinha sequer um grão de alimento dentro de casa.

Ao longo do primeiro ano, fizemos uma oposição responsável e comedida, na esperança de que o Governo aprendesse a operar a máquina burocrática. Passados 15 meses, essa área que prometia ser prioridade do Governo de Lula tornou-se alvo de constantes retrocessos. Houve mais expectativa do que resultados reais, numa administração tocada por tentativa e erro, pois já se encontra na terceira estrutura administrativa.

Apesar da tolerância da Oposição em relação aos desacertos do Governo, existe uma intolerância oficial em relação aos programas sociais que herdou. É o que poderia explicar a destruição do que estava funcionando, como a desmontagem do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Esse projeto é reconhecido em todo o mundo como um esforço que o Brasil fez para erradicar o trabalho infantil quando, de 1992 a 2002, houve uma redução de 48% na taxa de trabalho na faixa entre 05 anos e 14 anos. Essa redução é considerada pela OIT como uma das maiores do mundo, graças ao Peti, que tive o orgulho de ajudar a implementar, num trabalho articulado entre as três instâncias do Governo e entidades da sociedade civil.

Em fevereiro, a **Folha de S.Paulo** descobriu um corte da ordem de 297 milhões no caixa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil para engordar o Bolsa-Família, nova receita de **marketing** em substituição ao Fome Zero. O novo programa, que, na verdade, unifica, sob uma única logomarca, quatro programas de renda – três deles herdados do Governo anterior: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Vale-Gás –, não inclui o Peti, mesmo porque não poderia fazê-lo, uma vez que este tem especificidades que precisam ser olhadas com muita atenção. Assim, não se justificaria deixar apenas R\$100 milhões para erradicar o trabalho infantil. Seriam 80% a menos de recursos do que os R\$507,5 milhões previstos no Orçamento de 2003.

A flagrante destruição do Peti foi repudiada por esta Casa, pela mídia e pela sociedade, levando o Governo a recuar na sua intenção e a devolver o recurso ao programa. Esse comportamento de mar-

cha-a-ré constante diante de cada denúncia só vem confirmar que o Governo jamais teve projeto para a área sócia; não elaborou e nem consolidou uma política consistente, tanto que a distância entre o que se diz, o que se propaga e o que se faz teve mais um desdobramento nesta semana.

Refiro-me à Campanha contra o Trabalho Infantil, lançada na quinta-feira passada em países do Mercosul. Apesar da envergadura da proposta, desenvolvida com o apoio financeiro do Programa Internacional de Erradicação do Trabalho Infantil, da Organização Internacional do Trabalho, não houve nenhuma preocupação oficial em divulgar a campanha. Ela foi lançada, simultaneamente, no Brasil, na Argentina, no Uruguai e no Paraguai, na tentativa de conscientizar a população sobre os efeitos negativos do trabalho precoce, mas obteve pouco espaço dos jornais de circulação nacional. Merecia ser um evento de envergadura, com a presença do Presidente da República e dos Ministros da área. Poderia contar, assim, com o apoio do **marketing** oficial, com a participação dos meios de comunicação, organizações não-governamentais e o apoio de entidades religiosas, empresários e trabalhadores, que não se furtariam a colaborar porque estão engajados nessa causa.

No entanto, passado mais de um quarto do mandato, os responsáveis pelas políticas sociais ainda desconhecem o Peti e suas especificidades.

O Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego, Alencar Ferreira, que representou o Governo no lançamento do projeto, declarou que “em conjunto com os programas sociais que desenvolvemos, como o Bolsa-Família e o Primeiro Emprego, pretendemos estimular que as crianças continuem na escola”.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um absurdo o Secretário-Executivo comparar o Peti com o Programa Primeiro Emprego e mesmo com o Bolsa-Família, que têm outro objetivo.

A Bolsa-Família, cuja novidade é a periferia das grandes cidades, não vai chegar aos grotões, às carvoarias, às plantações de sisal e pedreiras, que a fiscalização do Ministério do Trabalho tem dificuldade de atingir. Para erradicar o trabalho infantil nessas regiões – e aqui me refiro ao trabalho infantil degradante, pernicioso para a saúde das crianças e para a elevação da sua auto-estima – é preciso, além de uma complementação de renda, garantir que a criança vá à escola, que se ocupe no outro período e tenha apoio para recuperar a auto-estima, além de constante estímulo para não desistir do estudo, porque levaremos para a

escola uma criança que nunca frequentou uma sala de aula, que não tem, ainda, método de estudo ou a capacidade de formar uma agenda definida. Trata-se de uma criança que precisa ser acompanhada.

Então, eu tenho vindo aqui, por várias, para dizer que esse programa apresenta especificidades e não pode ser confundido com outros projetos.

O Governo Federal, até hoje, não repassou os R\$105 milhões mensais previstos para o ano de 2004 a nenhum dos 2.206 Municípios atendidos pelo programa. São 810.992 crianças cadastradas em todo o País, o mesmo número deixado em 2002, apesar do crescimento do desemprego, que leva mais famílias a colocar os filhos no trabalho.

O diretor-presidente da Fundação Abrinq, Rubens Naves, que considera o Peti um programa exitoso, alertou a **Folha** sobre a redução de recursos para a Jornada Ampliada, projeto que leva a criança, no período seguinte àquele em que ela está na escola, a desenvolver habilidades por meio da música, da dança, do reforço escolar, enfim, de uma série de atividades.

Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, tenho recebido reclamações de atraso em diversas cidades de Goiás. O repasse de dezembro só saiu no último dia 18 de fevereiro. O de janeiro saiu em 1º de março.

Pernambuco é a Unidade da Federação mais afetada, como já denunciou aqui o Senador Marco Maciel, pois tem o maior número de crianças cadastradas – 126 mil. Essa bolsa de apenas R\$25,00 – valor destinado a compensar a perda das rendas das famílias da zona rural – impede que menores de 16 anos exerçam atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas ou degradantes, e voltem a frequentar a escola.

Essas crianças deverão retornar ao corte da cana, pois, os especialistas no combate ao trabalho infantil são unânimes em alertar que o auxílio mensal não pode ser interrompido. Basta um mês de atraso para que a maioria se veja forçada a retornar ao trabalho, tal a penúria em que vivem.

Concedo um aparte ao Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senadora Lúcia Vânia, ao interromper o seu brilhante pronunciamento, que certamente contribui, e muito, para alertar o Governo das inúmeras dificuldades pelas quais passam, hoje, os nossos Municípios, principalmente com relação à falta de visão de alguns setores do Governo. Senadora, gostaria de dizer que, nesta semana, recebemos mais de três mil Prefeitos aqui em Brasília. Todos os Prefeitos que puderam contactar com

Senadores, Deputados, Ministros e funcionários, tanto os do Senado como os da Câmara ou os do Governo, reclamaram uma ação mais concreta por parte do Governo e, também, da falta de atenção e de respeito para com os Municípios, principalmente com relação a esse problema, já que este Governo, pelo menos na sua essência, tem como compromisso investir no social, pelo menos é o que tantas vezes ouvimos. É justamente nesse campo que o Governo mais peca por não corresponder à sua luta de tantos, e muito menos no cumprimento dos seus compromissos. Ouvimos, hoje, aqui, um ou dois Senadores, aliás, poucos Senadores da Base do Governo tem ido à tribuna para defender o Governo e falar o que está sendo realizado no País. O que vemos é mais Senadores da Oposição, que é minoria, usando esta tribuna para cobrar do Governo. No entanto, gostaríamos de ouvir que o Prefeitos estão felizes, que estão sendo bem atendidos, que estão recebendo recursos. Penso que essa marcha dos Prefeitos não foi para aplaudir o Governo nem para cumprimentá-lo por estar cumprindo com o seu dever, mas, sim, para cobrar, para contestar, para exigir respeito por parte do Governo Federal em relação aos Municípios. Neste aparte que faço a V. Ex^a, quero dizer que este pronunciamento, vindo de V. Ex^a, uma pessoa de equilíbrio e com conhecimento amplo nessa área, certamente vai ajudar o Governo a tomar um novo rumo na condução do Peti e nos programas sociais. Ficam aqui os meus cumprimentos e a minha torcida para que o Governo abra os olhos e volte a atender e respeitar os Municípios do nosso País.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Senador Leonel Pavan, agradeço-lhe o aparte. Senador, principalmente pelo fato de já ter sido Prefeito, conhece bem a situação. Realmente, a vinda dos Prefeitos a Brasília, nesta semana, é símbolo de angústia, de ansiedade e de inquietação de S. Ex^{as} em relação ao atraso dos recursos, principalmente na área social. Isso significa atraso dos recursos nas áreas de educação, de saúde e de assistência social.

Acrescento ao meu discurso a intervenção de V. Ex^a, que enriquecerá o meu pronunciamento.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF) – Senadora Lúcia Vânia, com muita satisfação, solicitei a V. Ex^a este aparte. Conheço seu trabalho no Estado de Goiás, no Governo Federal. Como sabe, tenho a maior admiração pelo Peti e sei da participação de V. Ex^a nesse Programa. Quero dizer que uma

das boas formas de apoiar o Governo – sou da Base do Governo do Presidente Lula –, é alertar Sua Excelência sobre alguns problemas. O discurso de V. Ex^a pode ser extremamente positivo para alertar o Governo – problemas e preocupações das quais também compartilho. Muitos estão preocupados com a taxa de crescimento da economia, com a taxa de juros ao término do segundo ano do Governo Lula. Mas, eu estou mais preocupado com os índices alarmantes do trabalho infantil, com o número reduzido de crianças que estão concluindo o Ensino Médio. Como Senador da Base do Governo, levarei sua preocupação ao Governo, e gostaria que o Senado também fizesse isso. O discurso de V. Ex^a tem grande importância no sentido de alertar o Governo sobre esse aspecto. Vou mais longe: esta Casa teve um papel fundamental na libertação dos escravos há 115 anos. Creio que seria um legado nosso, nesta Legislatura, abolirmos o trabalho infantil. Isso seria possível. Para tanto, precisamos de uma bancada suprapartidária que agarre essa bandeira, independentemente de partidos. Se V. Ex^a quiser fazer parte dessa bancada, pode contar comigo para ajudá-la. Vamos trabalhar, no Senado, com uma bandeira clara: nenhuma criança trabalhando neste País nos próximos 4 anos. Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento. Repito: gostaria de levar as preocupações de V. Ex^a para as instâncias governamentais, e que o Senado torne o mais público possível o pronunciamento de V. Ex^a, porque ele é um alerta ao Governo no sentido de colaborar com o Brasil.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao nobre Senador Cristovam Buarque. Pode ter certeza que a minha fala, nesta tribuna, tem sido sempre a da Oposição, mas no sentido de construir, ajudar e alertar. V. Ex^a coloca a questão de forma muito clara e, para mim, é motivo de satisfação verificar que V. Ex^a percebe isso. Não desejo criar mais uma crise no Governo. Pelo contrário, meu objetivo é alertá-lo para que não haja novas crises no futuro. A opinião de V. Ex^a é importante, uma vez que V. Ex^a tem uma vasta experiência na área, pois foi o criador do Bolsa-Escola, iniciativa de absoluto sucesso e reconhecimento mundial.

V. Ex^a, como Ministro da Educação, teve a oportunidade e a possibilidade de entender que deveríamos fazer a universalização do Ensino Médio, conforme colocado aqui. Acredito que foi muito importante, neste ano, termos votado o Programa Primeiro Emprego, contudo, mais importante que o Primeiro Emprego foi a proposta de V. Ex^a de universalizar o Ensino Médio, que passou praticamente despercebido

do no conjunto do Governo, e até mesmo pela mídia. Creio que foi o maior desafio lançado para a população brasileira, uma vez que temos taxas vergonhosas em confronto com outros países da América Latina e mesmo da América do Sul. Estamos em situação bem inferior com relação à capacidade de nossas crianças terem acesso ao Ensino Médio.

Cumprimento V. Ex^a pela sua passagem pelo Ministério da Educação. Sempre o vi como uma grande esperança para que este País levasse a educação a sério. De igual modo, foi a sua sensibilidade quando Governador do Distrito Federal. V. Ex^a mostrou ao Brasil que, quando se tem vontade, leva-se a política social à frente da política econômica. Portanto, agradeço o seu aparte.

Sr. Presidente, peço um pouco de tolerância, pois já estou concluindo a minha fala.

Destaco, todavia, algumas matérias veiculadas pelo jornal **O Dia**, do Rio de Janeiro, que conseguiu editar uma brilhante reportagem a respeito desse problema. Para tanto, peço a V. Ex^a que a registre nos Anais da Casa. Sr. Presidente, essas três matérias veiculadas foram marcantes. Provavelmente, tenha sido a primeira vez que um jornal, por entender a especificidade do projeto e a sua importância, tenha conseguido atingir o âmago da questão, ao relatá-la em suas páginas para que o povo brasileiro pudesse perceber sua importância. A matéria mostra que há drible na fiscalização, o que já havia sido detectado por nós, quando da implementação do programa. O país, aflitos com a bolsa atrasada, permitem que a criança seja escondida, para que os fiscalizadores não a flagrem no trabalho.

A outra matéria, com o título “Todos querem um final feliz”, alerta o Governo para a necessidade de que esse projeto tenha sucesso e de que o recurso flua com a frequência desejada.

A terceira e última diz: “Nesta briga, o menor sai ferido”. Mostra que o atraso da bolsa permite que a criança volte novamente ao trabalho. Muitas vezes, essas crianças sofrem mutilações, perdem as mãos ou os dedos no desfiar do sisal, nas pedreiras, nas salinas. Enfim, há todo um quadro negro, que significa uma mancha em nosso País.

Sr. Presidente, agradeço sua tolerância.

O Brasil dispõe de uma experiência consolidada, fruto de erros e acertos de quase 10 anos de trabalho. Houve investimento de recursos públicos para se fazerem pesquisas, testes, implantação e fiscalização. Envolvemos parceiros nacionais e in-

ternacionais. Apenas a intolerância explica que essa herança seja desconsiderada.

É preciso que este Governo entenda que essa experiência, de grande êxito, já aceita e homenageada pelo mundo inteiro, não pode ser desprezada e relegada a segundo plano, ao que restar do Orçamento.

Deixo meu alerta e meus agradecimentos às intervenções do Senadores Leonel Pavan e Cristovam Buarque, do qual quero aceitar o desafio de criar uma frente em favor da erradicação do trabalho infantil em nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

- “Todos querem um final feliz.”
- “Um drible na fiscalização”.
- “Nesta briga, o menor sai ferido.”

TODOS QUEREM UM FINAL FELIZ

Muitos menores trabalhadores estão desiludidos. Mas o resgate pelo Peti é a prova de que com pouca verba se pode garantir o futuro.

O trabalho infantil não tem deixado apenas marcas nos corpos de crianças e adolescentes. Ao assumir funções de adultos, a maior parte dos menores limita seus horizontes à vida que leva e mergulha na desesperança. É o caso de Rosilângela Cardoso Santos que, com a mãe e os irmãos, garimpa no lixão de Miguel Pereira objetos que lhe rendam pelo menos o que comer diariamente. Aos 13 anos, Rosilângela não tem futuro. Não sabe nem qual é a profissão que quer seguir.

No terceiro dia da série sobre trabalho infantil, o DIA mostra que, como ela, existem milhares de jovens perdendo a ilusão em cada canto do estado. Ainda mais agora que o Governo federal não consegue cumprir a meta estabelecida para a área social, que seria seu carro-chefe. Só a verba do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) para 2.206 municípios brasileiros está atrasada há dois meses. São 810.792 crianças que deixaram de receber R\$ 25, para os que vivem nas zonas rurais.

A experiência mostra que é preciso muito pouco para devolver o sonho e o brilho no olhar de crianças

e adolescentes e encaminhá-los para um futuro melhor. Numa pequena sala de aula de Paty do Alferes, no Sul Fluminense, o exemplo vem do mirradinho Uelido Lemos da Costa. Aos 8 anos, com as mãos calejadas, ele foi resgatado pelo Peti na roça em que trabalhava com o pai desde os 5. Ele trocou a irrigação das plantações de pimentão pelo aprendizado da terceira série: de manhã e de tarde. Hoje, ele é o xodó da trma do Peti, onde, além do reforço escolar, tem aulas de artes manuais, futeol e canto. E já fez bons amigos, como Gustavo Santos Silva, 14, e Luciano Baltar, 15. Os três voltaram a ter esperança. Na sala de aula, a música que eles pediram a ter esperança. Na sala de aula, a música que eles pediram para aprender diz tudo. “É preciso saber viver”, de Roberto Carlos e Erasmo Carlos. “Todo pedra no caminho, você pode retirar...”

ROTINA DE DESESPERANÇA ENTRE O LIXO

Olhar perdido, roupas furadas e rosto triste, Rosilânge Cardoso Santos, 13 anos, passa as tarde no vazadouro de lixo de Miguel Pereira, no sul fluminense, procurando latinhas para vender. O dinheiro ajudará sua mãe a sustentar seus sete irmãos.

O município onde mora a adolescente não é atendido pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Embora menores atuem no lixão de Miguel Pereira, uma declaração assinada pela secretária de Desenvolvimento Social, Sônia Biage, de 2001, atesta que não há exploração de mão-de-obra infantil lá. Através do documento, o estado pode acionar na Justiça os prefeitos e secretários que se omitem e não buscam soluções para o problema.

Rosilângela não vai sozinha ao lixão. Acompanhada da mãe, Ângela Oliveira, 36 anos, sua tarefa é cimprida ao lado do irmão de 6 anos, Ruan, da irmã Rafaela, 8, e da prima Chaiene Cardoso, 11. Indagada sobre qual profissão pretende seguir quando crescer Rosilângela não consegue responder: “Não sei”.

Além de latinhas, Rosilângela, Ruan e Rafaela procuram roupas e brinquedos no lixão. “Encontramos um gato, o Mimico. Levamos ele para casa para matar os ratos. Tem muitos lá em casa”, diz Rosilângela, abraçada a uma mochila em forma de vaquinha de pelúcia.

Ângela afirma que obriga os filhos a freqüentar a escola pela manhã, e que não tem como livrá-los do lixão. “Precisamos desse dinheiro. Tiramos de R\$ 10 a R\$ 20 por semana. Meu marido é biscateiro e não faz nem R\$ 200”, justifica. As latinhas são carregadas em bolsa até um depósito de sucata, no bairro Governador

Portela. A família anda uma hora carregando o material até chegar no local de venda.

SONHO PERDIDO NAS PLANTAÇÕES

Do lixão para a lavoura. O cenário muda, mas, assim como Rosilângela, Elizeu Lemos da Silva, 16 anos, também está perdendo a adolescência e os sonhos. Morador em Rio Pardo, no limite de Paty do Alferes, cidade vizinha de Miguel Pereira, com Petrópolis, Elizeu está na oitava série e trabalha em plantações de tomate, com risco de intoxicações por agrotóxicos. Ele gasta duas horas e meia para irrigar 5,7 mil pés. Em troca, recebe R\$ 3. “Gasto o dinheiro comigo. Conserto a bicicleta, compro alguma coisa para mim”, diz. O menor Fabrício de Souza Gomes, 15 anos, também enfrenta a desesperança. Trabalhando em um canavial de campos, ele diz que seu destino é a lavoura.

CINCO IRMÃOS RESGATADOS DA LAVOURA

Até o ano passado, o pequeno Uelido Lemos da Costa, 8 anos, era mais um exemplo da mão-de-obra infantil na lavoura. Por ser baixinho e ágil, ele irrigava as plantações de pimentão de seu pai, em Campo Belo, localidade rural de Paty do Alferes. Estudante da terceira série, ele foi resgatado pela equipe municipal do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) com os irmãos Elivelton, 10, Wellington, 11, Eriel, 12, e Eliésio, 14. Todos atuavam na lavoura.

Da época em que trabalhava, Uelido guarda marcas nas mãos provocadas por pequenos cortes e calos que surgiam ao puxar as mangueiras de irrigação. “Gosto mais de ficar no Peti que trabalhar molhando a plantação”, diz o menor, que se transformou no xodó de um dos núcleos do Peti no Centro de Paty. Pela manhã, ele participa de atividades recreação e, à tarde, vai para a escola.

O trabalho à procura de menores na lavoura acontece, pelo menos, uma vez por semana. “Promovemos operações junto com o Conselho Tutelar e também vamos conferir denúncias. É um trabalho de formiguinha que tem dado certo”, explica a coordenadora do programa no município, Fátima Tartuci, uma espécie de anjo da guarda dos menores. A equipe é formada por assistentes sociais e um psicólogo.

As visitas às propriedades começaram nos fins de semana, já eu têm aumentado o número de fazendas empregando menores aos sábados e domingos como uma forma de driblar a fiscalização. Todas as denúncias recebidas são comunicadas ao Conselho Tutelar e ao Ministério Público no município.

ESTUDO DE LADO POR TRABALHO INSALUBRE

“Escravizavam a gente na roça. Trabalhava o dia inteiro e faltava a escola para conseguir R\$ 15”. O depoimento é de Luciano Márcio da Silva Baltar, 15 anos, de Arcozelo, Paty do alferes. Ele passou a frequentar o Peti aos 12, e, desde os 7, tralhava na lavoura de tomate. Cinco anos nas plantações e o contato com agrotóxicos lhe renderam bronquite e alergias. Além de aplicar veneno contra pragas, capinava e irrigava canteiros.

Luciano não ia bem na escola. Segundo a coordenadora do Peti Fátima Tartuci, passou a se dedicar aos estudos após o ingresso no programa: “Ele mostrava revolta”. Luciano cursa a sexta série. Entre as atividades de que mais gosta estão aulas de canto.

BOLSA MENSAL CHEGA A R\$ 40

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (peti) destina-se à erradicação das chamadas piores formas dessa prática – consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes, como carvoarias, olarias, corte da cana-de-açúcar e plantações de fumo. O levantamento dos casos é feito pelos estados em seus municípios, através de seus órgãos gestores de Assistência social, e apresentado às Comissões Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil.

Bolsas: Famílias cujas crianças exercem atividades típicas da área urbana têm direito a uma bolsa mensal no valor de R\$ 40 por criança. As que exercem atividades típicas da área rural recebem R\$ 25 ao mês, para cada criança cadastrada. O ministério do Desenvolvimento Social paga o valor de área urbana soente nas capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250 mil habitantes.

Jornada escolar ampliada: Além da bolsa mensal, o Peti destina R\$ 20 nas áreas rurais e R\$ 10 nas áreas urbanas (por criança ou adolescente) à denominada Jornada Escolar Ampliada, para o desenvolvimento, em período extracurricular, de atividades de reforço escolar, ações esportivas, artísticas e culturais. O Peti também prevê repasse de recursos aos municípios, para que as famílias inscritas sejam contempladas com ações de Ampliação e Geração de Renda, consolidando, ainda mais, a erradicação do trabalho infantil.

Compromissos: Para receber a bolsa do programa, as famílias têm que assumir compromissos com o Governo Federal, garantindo: frequência mínima das crianças e adolescentes na escola e na jornada

da ampliada, equivalente a 75% do período do total; o não-retorno ao trabalho dos filhos menores de 16 anos; e a participação das famílias nas ações socioeducativas e de ampliação e geração de renda que lhes forem oferecidas. As ações de controle são feitas pelos municípios.

NESTA BRIGA, O MENOR SAI FERIDO

Enquanto governos não se entendem sobre investimentos, crianças trabalhadoras são vítimas de doenças e até mutiladas em tarefas perigosas

Quinta-feira, 16h, a estudante Ana, 12 anos, é ágil ao fazer estalinhos na varanda de casa, em Itaguaí, Costa Verde. Ela teme que o material – uma combinação perigosa de pólvora, álcool, areia e prata – resseque e acabe explodindo em suas mãos. Ao mesmo tempo, Dalvan Oliveira Gomes, 14 anos, fere as mãos ao cortar pedras com espátula e martelo numa empresa de Santo Antônio de Pádua, no noroeste. Para ele, as cicatrizes pouco importam, o que vale são os R\$30 que receberá ao fim do mês. Em Campos, no norte, Fabrício de Souza Gomes, 15 anos, também não foge do trabalho: trocou os cadernos pelo facão e passa o dia nos canaviais.

Três regiões distantes, três realidades muito próximas. Ana, Dalvan e Fabrício fazem parte de uma triste estatística fluminense. O Governo do estado estima que 128.684 menores com até 15 anos deixaram de ser crianças antes do tempo para assumir deveres de adultos, mesmo que, para isso, sofram marcas no corpo. E não são poucas. A periferia de Campos esconde histórias de menores mutilados em acidentes no corte de cana-de-açúcar ou com perda de sensibilidade nas mãos, em consequência do trabalho na lavoura de

Governo Federal mantém orçamento para o Peti no Rio

Enquanto cresce o número de vítimas do trabalho infantil, União e estado não se entendem quanto ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). O Governo não ampliou o número de beneficiados, como estava previsto. Pelo contrário, chegou a ameaçar cortes de verbas. Já o estado, crítico ferrenho, também não assumiu a demanda, alegando não ser sua responsabilidade.

O Governo federal destinou este ano para o Peti no Rio o mesmo orçamento do ano passado: R\$11 milhões. A não ampliação do programa gerou farpas por parte do estado. Hoje, 19.613 crianças e jovens fluminenses são beneficiados em 47 municípios. Ou-

tros 23, onde foi identificado trabalho infantil com 2.534 menores, aguardam na fila de espera do programa. Para atender os 128,6 mil excluídos, seriam necessários R\$6.434.200 mensais do Governo e R\$5.147.360 do estado. O Rio oferecia aos municípios uma contrapartida. Mas a quantia, de R\$6,5 milhões anuais — R\$40 por criança —, não é paga desde julho de 2002. A promessa é de retomada dos repasses ainda este mês.

Perigo de explosão numa das mais intoleráveis formas de exploração das crianças

Em meio às ruas de terra do bairro do Engenho, em Itaguaí, prospera um negócio que, apesar de fazer a alegria das festas juninas, agrava o quadro de exploração do trabalho infantil: a fabricação de estalinhos. Embalada por hinos religiosos, a família de Márcia, 44 anos, chega a passar 13 horas diárias produzindo os explosivos. Evangélica, ela credita a árdua rotina à provação divina: “Temos que ir ao fundo para crescermos depois”. Ela e suas filhas Ana, 12, Maria, 14, Sílvia, 15, Sônia, 17, Cristina, 20, e Beatriz*, 25, confeccionam 114.300 estalinhos por semana, que rendem R\$80.

Na luta contra o tempo, até riscos de acidentes passam despercebidos. Mateus, 2, filho de Cristina, acompanha de perto o trabalho da mãe, podendo ser vítima de explosões como a que cegou o olho direito da vizinha Graciele Pereira da Silva, 18. “Minha mãe fazia estalinho. Na época, meu pai estava desempregado. Eu tinha 5 anos e caí no balde de massa, que explodiu”, lembra.

A também vizinha Francisca Bonfim de Oliveira, 52, a “Dona Ita”, trabalha há 31 anos fazendo estalinhos. Sem carteira assinada ou equipamentos de segurança, ela e os quatro filhos, hoje com 19, 20, 24 e 26 anos, recebem R\$0,07 por cinco saquinhos com 20 estalinhos em cada um. “É muito pouco, né? Mas a gente faz porque precisa”, resume ela, resignada com a exploração. Dona Ita afirma receber entre R\$25 e R\$30 por semana. Depois, cada saquinho chega a ser vendido por até R\$1.

Toda sexta-feira um empregado da fábrica leva a massa pronta de estalinho para dona Ita, que distribui para moradores do Engenho. O Dia foi até a fábrica, um galpão no número 170 da Rua do Tronco. O responsável, identificado como José Domingos, não estava nem respondeu ao recado deixado no celular.

(Colaborou Alexandre Arruda)

*Os nomes da família de Márcia são fictícios.

TREINADA PARA DIZER O DOBRO DA IDADE

Olhos tristes, poucas palavras e um discurso decorado para driblar a fiscalização: “Tenho 16 anos”, responde Josilene Duarte (foto) a quem pergunta sua idade. Moradora em Paty do Alferes, Sul Fluminense, ela completou, na verdade, 8 anos. Josiane foi retirada, no início do ano, da lavoura de repolhos pela equipe municipal do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

Josilene ajudava os pais em um sítio, no bairro Boa Vista, de onde só saía para ir à escola. Hoje, ela cursa a segunda série pela manhã e, à tarde, frequenta atividades recreativas do Peti. Segundo a coordenadora do Programa, Fátima Tartuci, é comum donos de sítios e fazendas recrutarem crianças cada vez mais novas: “Os adolescentes estão começando a aprender a reclamar e exigir seus direitos. Os menores também andam com maior facilidade entre as plantações, sem quebrá-las”.

São atendidas pelo Peti 200 menores. O município reivindica a inclusão de mais 400.

POR R\$50, O DRAMA SERIA O MENOR

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atendeu, no ano passado, no País, 810 mil menores de 7 a 15 anos e 11 meses. O orçamento foi de R\$507,5 milhões. Para este ano, serão R\$480,2 milhões. A verba chegou a ter corte de R\$100,2 milhões. No entanto, pressões por parte de estados, municípios e entidades de proteção a crianças e adolescentes levaram o Governo a voltar atrás. Ainda foi definida uma verba suplementar de R\$83 milhões. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios, de 2002, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), há no Brasil 5,4 milhões de menores trabalhando na faixa de 5 a 17 anos, sendo 2,1 milhões de 5 a 14 anos, em que o trabalho é proibido.

Cada menor custa ao Governo R\$50. Do total, R\$40 vai para a família em áreas urbanas, e R\$10 para o município desenvolver a jornada ampliada — atividades culturais e recreativas que ocupam a criança fora do horário escolar, evitando que trabalhe — e programas de geração de renda para os pais. Na Zona Rural, são R\$25 para a família, e R\$25 para o município.

QUEBRAR PEDRA, ROTINA DOLOROSA PARA ADOLESCENTE EM SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA

O eco das batidas de marretas nas pedras quebra, logo pela manhã, o silêncio da zona rural de San-

to Antônio de Pádua. E na região onde estão as principais pedreiras do noroeste e a dura realidade dos menores que trabalham na atividade. A bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) – ajuda financeira de R\$40 –, concedida pelo Governo federal, poderia ser a saída para evitar a exploração da mão-de-obra de jovens e adolescentes. Mas a cidade aguarda, há dois anos, a inclusão no programa. O benefício é reivindicado pela prefeitura a 150 menores.

A atuação dos menores é feita na clandestinidade. Enquanto maiores de 18 anos recebem um salário de até R\$400, eles têm de se contentar com quantias mensais de R\$30 a R\$70. Dalvan Oliveira Gomes, 14 anos, aluno da 7ª série, é um dos exemplos. Pela manhã, ele vai à escola e, à tarde, quebra pedras na empresa pertencente à Pedreira Denir de Souza Bastos.

Arredio – teme perder o serviço –, Dalvan foge ao menor sinal da fiscalização do Ministério do Trabalho. Ele recebe R\$30 mensais e fala pouco sobre o trabalho, que já lhe rendeu calos e cicatrizes nas mãos: “O dinheiro é para mim, não para minha família”. Para os fiscais, Dalvan mente a idade e diz ter 17 anos.

Pádua e outras 22 cidades esperam na fila para a inclusão no Peti, mas ainda não há previsão. Segundo o secretário estadual da Infância e da Juventude, Altineu Cortes, serão beneficiados este ano 7,2 mil crianças e jovens, além dos 19,6 mil atendidos ano passado. Todos em cidades cobertas pelo programa: Belford Roxo, Caxias, Niterói, São Gonçalo, Nova Iguaçu, Paracambi e Rio.

ENTRE A LEI E O REAL HÁ MUITA DIFERENÇA

A legislação brasileira proíbe o trabalho de menores de 14 anos. Acima da idade, é permitido, desde que em funções de aprendiz e que não sejam atividades consideradas perigosas ou insalubres. Nesses casos, como construção civil, fundição, pedreiras e canaviais, a atuação também é vetada para menores de 18 anos. De acordo com pesquisa feita pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), os menores se envolvem em acidentes por não terem maturidade suficiente para identificar os perigos.

A OIT aponta que o índice de crianças vítimas em acidentes de trabalho chega, em alguns países, a 69% da mão-de-obra. O percentual de quem deixa de trabalhar completamente vai de 5% a 20%. A atuação dos menores é maior no campo, onde são aproveitados, muitas vezes, nas propriedades dos próprios pais.

MUTILADO COM APENAS 15 ANOS DE IDADE

O exemplo do irmão Fabiano de Souza Gomes, 19 anos, não foi suficiente para que Fabrício, 15, deixasse de trocar, no ano passado, a escola pela lavoura. Fabiano, quando tinha a idade do caçula, foi vítima de um acidente de trabalho que lhe custou a perda do calcanhar esquerdo. Ele seguia pela plantação em cima de um trator adaptado para lançar adubo, quando um parafuso, engatilhado para prender as lâminas de arar a terra, quebrou e seu pé foi atingido pelas serras.

A mutilação deixou Fabiano impossibilitado de atuar nos canaviais, mas não o afastou do campo: “Preciso trabalhar. Roço terra e ajudo meu pai. Fico na ponta do pé”. Por ser menor de 18 anos à época do acidente, não pôde se aposentar por invalidez. Por lei, menores de 18 anos são proibidos de trabalhar em canaviais. As marcas do acidente ainda podem ser vistas no pé de Fabiano. Ele enfrenta o terceiro enxerto, retirado das pernas. O corte volta a abrir sempre que Fabiano não anda na ponta do pé. O contato do calcanhar com o chão o faz sangrar.

Fabrício não se assusta com a história do irmão. Todos os dias, às 6h30, sai de casa munido de facão, enxada, marmita e um galão de água, e parte para os canaviais: “Faço o corte e planto mudas”. O menor age clandestinamente em várias propriedades, para evitar ser descoberto pela fiscalização. Tanto Fabrício quanto Fabiano seguiram os passos do pai, Jorge da Cruz Gomes, 38. Os três deixaram de estudar aos 14 anos, quando estavam na 4ª série, e não têm carteira assinada: “Aqui, em Campos, só tem isso para fazer”, desabafa Jorge.

Para o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos, Paulo Honorato, a previsão de atuação de menores no corte de cana-de-açúcar deste ano é pessimista. Segundo ele, a tendência é de aumento. Usinas passaram a buscar trabalhadores em cidades de Minas Gerais e Alagoas, que chegam com os filhos.

FRAGILIDADE INFANTIL FAVORECE ACIDENTES

Levantamento feito pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que as crianças, pela fragilidade, estão mais sujeitas aos acidentes e doenças provocados pelo trabalho. Apesar de 5,4 milhões de menores ainda estarem irregularmente no mercado de trabalho, o Brasil tem obtido avanços no combate à exploração de menores. De 1992 a 2002, houve uma redução de 47,78% na faixa etária de meno-

res de 5 a 14 anos – o total caiu de 4.111.217 para 2.146.855.

Na quinta-feira, os países do Mercosul – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – lançaram uma campanha conjunta contra a exploração da mão-de-obra infantil. É a primeira vez que as quatro nações se unem em um amplo trabalho publicitário sobre o tema. Serão criados anúncios para TV e rádio e haverá distribuição de cartazes e adesivos.

Nem sempre após deixarem de ser mão-de-obra barata os menores abandonam de vez o trabalho. Muitas vezes, eles são aproveitados pela própria família. Os irmãos José Willian Pereira da Silva, 14 anos, e Gustavo, 9, não ajudam mais o pai em

pedreiras de Santo Antônio de Pádua. No entanto, não voltaram a ter uma vida normal de criança. Ambos viraram boiadeiros e recolhem gado diariamente no sítio dos avós.

Willian diz que gosta da vida no campo: “Laço os bois sem qualquer problema. Não tenho medo”, garante. Perspectiva de vida, ele não tem. “Não sei o que vou fazer quando crescer”, diz ele, que está na 4ª série. Já Gustavo pensa deixar o trabalho de boiadeiro. O caçula quer ser operador de retroescavadeira. “Tenho quatro de brinquedo”, conta. Gustavo é beneficiado pelo Bolsa Escola, programa de renda mínima do Governo federal, no valor de R\$15 mensais.

REALIDADE EM NÚMEROS

Brasil

■ **5,4 milhões** de crianças e adolescentes trabalham no País

■ **2,1 milhões** têm de 5 e 14 anos (*)

No Estado do Rio

■ **128.684** menores trabalham

■ **Apenas 47 municípios** são atendidos pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)

Custo mensal de cada menor:

■ Para o Governo federal: **R\$ 50**

Fila de espera

■ **Inscritos: 23 municípios** com 2.534 menores que custariam apenas **R\$ 1.520.400** por ano ao Governo federal e **R\$ 1.216.320** ao Governo estadual

Orçamento anual do Governo Lula para o Peti no estado:

■ **R\$ 11 milhões** que beneficiam **19.613** menores

■ **Contrapartida estadual para o Peti: R\$ 6,5 MILHÕES**

■ Para o Governo estadual: **R\$ 40**

UM DRIBLE NA FISCALIZAÇÃO

Menores trabalham em dias alternados em mais de uma propriedade e contam com a ajuda dos pais para não serem flagrados por fiscais.

Marcelo Remigio

A legislação é clara: o trabalho para menores de 18 anos em locais considerados perigosos ou insalubres é proibido. São 81 tipos de atividades definidas pela Portaria 20, de 13 de setembro de 2001, do Ministério da Previdência e Assistência Social. Mas na prática nem sempre isso acontece. Tão fácil quanto encontrar jovens e adolescentes nas lavouras do estado é recorrer a truques que driblam a fiscalização do Ministério do Trabalho.

Seja no Sul Fluminense ou na Região Nordeste as saídas para driblar os fiscais são as mesmas.

No segundo dia da série sobre o trabalho infantil o DIA mostra que os menores trabalham em mais de uma propriedade evitando ser encontrados diariamente no mesmo local. Outra maneira de disfarce é atuar junto com os pais. Em geral crianças e adolescentes ajudam a cumprir metas definidas pelos patrões. Nos canaviais de Campos, cada grupo de quatro agricultores é obrigado a cortar por dia até cinco hectares – 50 mil metros quadrados de cana-de-açúcar.

Os menores também não ganham salários. O dinheiro é entregue direto aos pais. Um recurso muito usado pelos menores é não falar a verdadeira idade. Mesmo tendo rosto de criança, eles sempre afirmam mais de 18 anos. Optam por ir para o campo e para pedreiras aos sábados e domingos quando não há operações dos fiscais.

Rotina de menor inclui corte de madeira a tarde

Estudante da quinta série, William Silva Costa, 14 anos, morador em Santo Antônio de Pádua dribla a fiscalização. Ele segue a risca a lei do silêncio e limita-se a dizer que frequenta diariamente a escola e se mantém longe das pedreiras, principal atividade da cidade. Mas como a maioria das crianças bastam algumas perguntas para iniciar uma conversa e conquistar sua confiança. Ele costuma trabalhar somente nos fins de semana, mesmo assim ajudando os pais a quebrar pedras.

Durante a semana sua rotina é de estudo pela manhã e lavoura a tarde. Em casa ainda arruma tempo para cortar lenha para a mãe e seus parentes. As toras são usadas no fogão a lenha.

Com as mãos cheias de calos William quer fazer o caminho inverso da maioria de seus colegas. Em vez de trocar a escola pela lavoura ele pensa em estudar: “Quero ser professor” Sua mãe Rosa Maria

Benguela da Silva 43, que abandonou a sala de aula olha de modo descrente aos planos do filho. Seu marido pai de William, Francisco Oliveira Costa, 53 é analfabeto.

William não possui auxílio governamental para deixar o trabalho. Sua mãe chegou a inscrevê-lo no Bolsa Escola mas ficou na fila de espera. Em Santo Antônio de Pádua não há o programa de erradicação do Trabalho Infantil.

IMPORTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

O ano passado foi considerado de terror em Campos pelo Sindicato dos trabalhadores Rurais. A chegada de agricultores trazidos pelas usinas para o corte da cana-de-açúcar fez do município palco para denúncias de trabalho escravo e exploração infantil. Na usina de Santa Cruz uma das maiores da região os trabalhadores chegaram de cidades dos estados de Alagoas e Minas Gerais.

“Muitos pais vieram acompanhados dos filhos. Eles saem de suas cidades enganados. Recebemos denúncias de que a promessa feita aos trabalhadores era de salários de R\$1 mil por mês e isso não aconteceu”, afirma o presidente do sindicato, Paulo Honorato. A maioria recebeu R\$100 mensais.

Longe de casa a mão-de-obra importada virou alvo de descumprimento das leis trabalhistas. De acordo com as denúncias recebidas pelo sindicato contra as usinas os agricultores eram obrigados a fazer jornadas diárias superiores a 12 horas sem o pagamento de extras e de quinta a terça-feira. Folgas só as quartas-feiras. Esta rotina já começa a ser rejeitada pelos agricultores locais o que estimula a “importação” de agricultores. A previsão é que os trabalhadores vindos de outros estados para participar do corte da safra deste ano cheguem no fim do mês.

O sonho de ser goleiro de futebol esquecido na jornada do trabalho na roça.

O sonho de Wellington dos Santos Chaves 13 anos, morador da localidade rural de Maravilha, em Paty do Alferes não é diferente do de muitas crianças da cidade. Ele quer se tornar uma das estrelas do futebol. Entre um trabalho e outro na roça faz planos para um dia ser goleiro do clube preferido, o Vasco da Gama.

Mas sua meta está cada vez mais distante: “Jogo bola só nos fins de semana. Nos outros dias procuro ajudar meus pais. Ele precisam. Gostaria mesmo era de treinar no Vasco.” Estudante da quarta série Wellington não teme o trabalho. “Procuro e faço o que aparece. Capina, plantação...E recolho gado” afirma o pequeno boiadeiro. “Mas sem compromisso

fixo. Ele trabalha só as vezes” disfarça a mãe de Wellington, Maria Aparecida Rodrigues dos Santos, 43, temendo a fiscalização do Ministério do Trabalho e da equipe municipal do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

Tanta dedicação aos pais – o dinheiro ganha ajuda para sustentar uma irmã de 15 anos, um irmão de 20 que se recupera de um acidente de carro, o pai biscateiro a mãe – se reflete no desempenho do boia-deiro na escola. Ano passado Wellington repetiu a quarta série. “Não consegui estudar” diz o menino que começou a trabalhar aos 11 anos.

POBREZA DIFICULTA A ERRADICAÇÃO

Dois são os principais motivos para a manutenção do trabalho infantil nos estados. Segundo a gerente do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) Ana Paula Tavares Salomão o empobrecimento da população e a falta de ampliação das ações por parte do Governo Federal prejudicam o combate a exploração da mão-de-obra de crianças e adolescentes: “Primeiro é a mãe que passa a ajudar o pai depois os filhos mais velhos e em consequência as crianças acabam indo também.”

Enquanto os coordenadores do Peti brigam para reduzir a exploração infantil no interior do estado os pais mantêm a cultura de que os filhos precisam começar a trabalhar cedo. Mesmo que isso deixe marcas no corpo de crianças e adolescentes.

A mesma filosofia é usada como desculpa pelos empregadores. “É melhor que o menor fique aqui trabalhando do que passe o dia na rua fazendo besteira” afirma o responsável pela oficina de corte de granito da Pedreira Denir de Souza Bastos em Santo Antônio de Pádua, Vicente Holtz 39 anos. Este ano a coordenação do Peti em Paty do Alferes fará um trabalho de conscientização dos pais sobre os riscos do trabalho para as crianças.

AMANHÃ A DESILUSÃO E A ESPERANÇA DOS MENORES

Wellington reclama da falta de tempo para estudar. Apesar de o filho ter repetido o ano a mãe Maria Aparecida garante que o rapaz trabalha pouco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Senadora Lúcia Vânia, quanto ao pedido de transcrição das matérias, V. Exª será atendida, nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Os Srs. Senadores Luiz Otávio, Hélio Costa, Serys Slhessarenko, Eduardo Siqueira Campos, Val-

mir Amaral, Romero Jucá, Papaléo Paes e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exªs serão atendidos.

O SR. LUIZ OTÁVIO (PMDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) –

REFORMA TRIBUTÁRIA – ACORDO NO SENADO E A DEMORA DO GOVERNO FEDERAL PARA CUMPRI-LO

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho a tribuna do Senado para tratar de um tema muito importante para o meu Estado do Pará. Trata-se da Reforma Tributária, Compensação pela desoneração das exportações, acordo no Senado e a demora do Governo Federal para cumpri-lo.

Todos sabemos da importância da geração de superávits na balança comercial para a economia e o desenvolvimento de nosso Brasil. Por se tratar de país com forte vulnerabilidade externa decorrente dos déficits estruturais na balança de serviços, a única forma de equilibrar a balança de transações correntes é através de expressivos superávits na balança comercial. Neste sentido, toda política de incentivo à obtenção de superávits externos deve ser apoiada por aqueles que têm compromisso com o desenvolvimento sustentado deste País.

Nosso sistema tributário, todavia, não é coerente com este objetivo maior, tendo em vista que ele pune os estados geradores líquidos de divisas, pois as exportações são desoneradas, e beneficia os estados gastadores líquidos de divisas, pois as importações pagam ICMS. Neste modelo, quanto mais um determinado estado exportar e menos importar, mais ele contribui para a federação, porém não recebe receita tributária alguma. Já aquele estado que muito importa e pouco exporta afeta negativamente o resultado da balança comercial brasileira, porém arrecada muitos recursos com o ICMS sobre as importações.

Meu estado, o Pará, está no primeiro caso. É o maior exportador e gerador de divisas em relação ao PIB entre os estados brasileiros. Tem, contudo, sua situação fiscal afetada negativamente por não poder cobrar impostos de uma centena de atividades mineadoras, metalúrgicas, madeiras etc. O ressarcimento decorrente da Lei Kandir, decrescente ano após ano, não é suficiente para cobrir as perdas de receitas com estas atividades exportadoras, isto sem contar o volume de crédito acumulado por estas empresas, que se constituíram em impostos pagos a ou-

tras unidades da federação e que devem ser devolvidos pelo nosso Tesouro Estadual.

Sr. Presidente, o Projeto de Reforma Tributária encaminhado pelo Governo Federal no início do ano passado não corrigia esta situação. Ao contrário, ao constitucionalizar a desoneração das exportações e não apontar nenhum mecanismo de ressarcimento aos estados exportadores, o projeto agravava uma situação já crítica por conta da Lei Kandir. Felizmente, graças a mobilização de parlamentares e Governadores, dentre os quais deve-se destacar a bancada do Pará, o projeto de reforma sofreu aperfeiçoamentos nesta casa e no Ato das Disposições Transitórias foi criado um fundo para fazer frente a compensação à desoneração das exportações. Ainda que não auto-aplicável, como era nosso desejo, pois depende de regulamentação através de Lei Complementar, o fundo apresenta avanço ao incluir entre os critérios a serem considerados no ressarcimento o conceito de saldo da balança comercial gerado por cada estado.

Todos sabemos que a primeira parte da Reforma Tributária só foi aprovada e sancionada no final do ano passado após um intenso processo de discussão e negociação no Senado, envolvendo os Governadores, parlamentares e Governo Federal. Fundamental neste processo foi o acordo no Senado Federal segundo o qual os repasses a título de ressarcimento da desoneração das exportações para o corrente ano reproduziriam os critérios da Lei Complementar 87/96 até o patamar de R\$ 3,4 bilhões, aos quais seriam adicionados R\$ 1,1 bilhões a serem repassados aos Estados priorizando o esforço exportador de cada unidade.

No dia 29 de janeiro deste ano, os Secretários de Fazenda dos Estados Brasileiros reuniram-se em Brasília e chegaram a um acordo sobre os critérios e percentuais para a repartição dos R\$ 1,1 adicionais. Neste mesmo dia, em Reunião Extraordinária do CONFAZ, os Secretários de Fazenda comunicaram ao Dr. Arno Augustin, Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Fazenda, sobre o acordo firmado entre eles e sobre a decisão de reivindicar o cumprimento integral do acordo no Senado, ou seja, que o valor fosse de R\$ 1,1 bilhões e não de R\$ 900 milhões como informado naquele momento pelo Dr. Arno Augustin.

No dia 4 de fevereiro, os Secretários de Fazenda reuniram-se novamente com o Dr. Arno Augustin e sua equipe, agora no prédio do Ministério da Fazenda, para ultimar a discussão sobre a metodologia e a base dos cálculos a serem realizados, os quais uma vez concluídos seriam, através da secretaria do

CONFAZ, encaminhados a todos os Estados e após seriam encaminhados através de Medida Provisória pelo Governo Federal para viabilizar os repasses.

A comunicação a todos os Estados foi efetivamente realizada, através do Ofício nº 133/SE-MF, os quais tiveram até o dia 16 de fevereiro para se manifestar. De lá para cá, decorrido um mês já daquele prazo, nenhuma Medida Provisória foi editada, conseqüentemente os repasses não foram feitos. Note-se que o acordo foi para vigor em 2004, já estamos terminando o primeiro trimestre, portanto 25% do tempo, e até agora os estados não receberam nenhuma parte de seus recursos.

Para concluir, estamos, portanto diante de dois graves problemas. Primeiro, a redução em R\$ 200 milhões do montante acordado. Segundo, a demora injustificável para a edição da Medida Provisória e a efetivação dos repasses.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. HÉLIO COSTA (PMDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, as rodovias federais são fiscalizadas por sete mil policiais. Outros dois mil e duzentos devem ser chamados este ano. O número, porém, é considerado insuficiente por caminhoneiros, donos de transportadoras e representantes das seguradoras, que reclamam asperamente da falta de segurança.

O comando da Polícia Rodoviária Federal (PRF), por seu turno, alega as dificuldades enfrentadas face ao aperfeiçoamento dos assaltantes, que burlam com profissionalismo as revistas policiais. Segundo o coordenador de Controle Operacional da PRF, Moisés Corrêa Islabão, “O assaltante toma o lugar do motorista. Assim, fica com toda a documentação da carga, tem carteira de habilitação e não deixa rastros do crime”.

Tirar vantagem do mau estado das rodovias é uma das táticas mais freqüentemente empregadas pelos assaltantes, especialmente em alguns Estados do Nordeste, como Maranhão e Pernambuco. Aproveitando-se dos buracos na pista, os assaltantes atacam quando o motorista reduz a velocidade. Nesse momento, eles rendem o caminhoneiro e levam o caminhão e a mercadoria. De acordo com relatos dos motoristas, essa prática é a que tem provocado a maior quantidade de assassinatos nas estradas.

Preocupada com o aumento no número de ocorrências, a Polícia Rodoviária Federal afirma que vem intensificando as ações de seu Serviço de Inteligência. E mantém em funcionamento o número 191, de

discagem gratuita, por meio do qual qualquer usuário das estradas federais pode acionar a polícia e pedir socorro.

As evidências indicam, contudo, que essas medidas não têm sido suficientes. O Presidente da Associação Brasileira dos Transportadores de Carga, Sr. Newton Gibson, avalia que, a persistir essa situação, a tendência é que as pequenas e médias empresas simplesmente deixem de operar, o que implicará, evidentemente, muito desemprego.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como já mencionei, a sanha dos bandoleiros das estradas volta-se não apenas contra os transportadores de cargas, atingindo também condutores de veículos particulares e transportadores de passageiros.

A desmedida audácia desses meliantes, sua atitude de aberto desafio ao poder de coerção das autoridades policiais ficou muito bem demonstrada, poucos dias atrás, nas estradas de Minas Gerais.

Em insolente afronta aos poderes constituídos, quadrilhas atacaram, numa única madrugada, nada menos do que cinco ônibus que trafegavam por rodovias federais e estaduais de Minas Gerais.

Três dos assaltos foram praticados contra ônibus interestaduais que trafegavam pela BR-040, no sentido Belo Horizonte – Brasília, e dois contra veículos de turismo, um assaltado na MG-223, próximo a Monte Carmelo, Alto Parnaíba, e outro, na BR-153, perto de Frutal, no Triângulo Mineiro.

O assalto mais ousado ocorreu na BR-040, sentido Belo Horizonte – Brasília, no trevo com a BR-365, que liga o Noroeste de Minas a Montes Claros, Norte do Estado, conhecido como Trevão ou Pirapatos. Um grupo de cinco assaltantes, com armas de fogo e facões, desviou para estradas vicinais, na altura de Luizlândia de Minas, distrito de João Pinheiro, nada menos que três ônibus – dois da empresa Penha e um da Itapemirim –, num intervalo de uma hora, e levou objetos de todos os passageiros, como jóias, relógios, dinheiro, cheques, cartões de crédito, bagagem de mão e celulares.

Os criminosos fecharam a rodovia, usando galhos de árvores e pedras, atiraram para o alto e contra os ônibus, fazendo com que os motoristas parassem os veículos. Felizmente, desta vez, ninguém ficou ferido.

O assalto ocorrido na MG-223 foi contra um ônibus de turismo que ia de Brasília para São Paulo. Nesse episódio, um automóvel emparelhou-se com o veículo e um dos assaltantes disparou várias vezes, atingindo os pneus dianteiros e a lataria do veículo.

Segundo passageiros, os quatro assaltantes seriam adolescentes. Já na rodovia federal 153, próximo a Frutal, no Triângulo Mineiro, o alvo do assalto foi um ônibus que levava garçons para um festa.

Falando a propósito desses lamentáveis incidentes, o coordenador do Núcleo de Operações Especiais da Polícia Rodoviária Federal em Minas Gerais garantiu que sua corporação tem efetuado ações em todo o Estado para coibir ataques a ônibus e outros crimes.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando, numa única madrugada, em um dos Estados mais importantes e populosos da Federação, cinco veículos de transporte de passageiros são vítimas de assaltos, fica cristalinamente evidente que a situação nas rodovias brasileiras fugiu ao controle das autoridades.

Nessa circunstância, periclita a lei e a ordem, pois está muito claro que vem assomando, gradativamente, a petulância das quadrilhas que atuam em nossas estradas, em inaudita postura de menoscabo aos princípios cogentes do ordenamento legal em vigor no País.

É hora, portanto, de se cobrar uma atuação muito firme e muito decidida da Polícia Rodoviária Federal. Afinal, quais são as ações práticas e efetivas que a corporação tem levado a efeito no sentido de reverter esse deplorável estado de coisas? Que medidas concretas têm sido tomadas para intimidar, para acuar os meliantes? O quê tem sido feito para desbaratar suas organizações? Que providências têm sido adotadas para que sintam eles o peso da longa mão da Justiça, para que experimentem o rigor das injunções legais?

De outra parte, não se pode esquecer que, para facilitar a ação desses grupos criminosos, muito contribuem as péssimas condições de conservação das rodovias brasileiras. Em pavimentos deteriorados, nos quais a velocidade média dos veículos às vezes não supera os dez ou vinte quilômetros por hora, fica muito favorecida a atuação dos bandidos. Urge, destarte, não apenas revigorar o policiamento nas estradas, mas também recuperar suas condições de trafegabilidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o mau estado das estradas brasileiras acarreta prejuízos vultuosíssimos à nossa economia, atenta contra a segurança de seus usuários, desmoraliza, inclusive, o império da lei.

A necessidade da realização de investimentos na recuperação de nossas rodovias é, portanto, impostergável.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das características interessantes deste nosso mundo moderno da comunicação é a prática que se instalou de atribuir aos dias do calendário efemérides das mais variadas sobre os mais diversos temas da vida de nosso planeta. Desde temas de cunho religioso até os de cunho evidentemente comercial, nossa folhinha está repleta de comemorações.

Nos próximos dias 21 e 22 de março, comemoraremos o Dia Florestal Mundial e o Dia Mundial da Água. Seriam, pois, mais dois eventos passíveis de registro formal, não fossem os temas envolvidos tão candentes neste nosso planeta sob forte pressão do desgaste ambiental.

Apesar da superfície terrestre ser recoberta por vastíssimas camadas aquosas, dispomos de, proporcionalmente, pouca água apropriada para o consumo humano. E, além disso, a distribuição não é equitativa entre as diversas regiões planetárias. Temos imensas áreas com um mínimo de disponibilidade de água para consumo de populações inteiras. A África, em boa parte de seu território, vive com esse problema. Países como o Sudão são grandes desertos, secos e famintos.

Imbricado com o problema da desigualdade na distribuição da água, temos a não menos candente questão da preservação e uso sustentável das florestas mundiais. Muitos países, desérticos por natureza, carecem de cobertura vegetal que lhes dê sustentação adequada à vida. Outros, privilegiados com extensas e densas matas, as exploram à exaustão, comprometendo o clima planetário.

O Brasil, Sr. Presidente, é talvez o mais importante país do mundo implicado nas duas questões. Afortunadamente, não pela falta desses recursos, mas pela abundância de que desfruta. Abençoado pela natureza, detém as maiores reservas de água potável do mundo e a maior floresta tropical do planeta. Tal fortuna é, contudo, uma responsabilidade, também. Temos recursos, mas não podemos ser perdulários se quisermos desfrutar dessa abundância e, quiçá, utilizá-la para ajudar os menos afortunados que nós.

Sr. Presidente, o mundo não é mais uma vastidão que pode abrigar de modo irrestrito a humanidade numericamente crescente. Não temos mais a possibilidade que os antigos tiveram de usarmos os recursos de um dado local e migrarmos para outro enquanto a natureza recompõe espontaneamente o

desgaste que promovemos. Isso foi uma prerrogativa dos antigos povos indígenas e nômades. Hoje, grandes populações se concentram de maneira permanente em locais onde pode ou não haver disponibilidade de vegetação e água para seu conforto e sobrevivência. Temos, então, que fazer com que os recursos disponíveis sejam utilizados *in loco* e possam, também, ser transferidos para atender comunidades distantes.

Assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, comemorar os dias mundiais florestal e da água é mais do que celebrar a existência dessas maravilhas naturais. É e deve ser um momento de reflexão sobre os destinos que queremos dar ao nosso planeta e à existência própria da humanidade nos séculos a vir.

As já batidas expressões de manejo sustentável dos recursos florestais e aquíferos são genuínas palavras de ordem que devem ser introjetadas por todos, governantes e cidadãos, se quisermos construir algum futuro para nossos descendentes. Não se trata de um conservacionismo estático, fundado na intocabilidade dos recursos naturais, mas no uso sábio e construtivo dos bens naturais em favor do ser humano. Utilizar, mas renovar, poderia ser uma espécie de lema do uso de florestas e águas.

Sr. Presidente, o Brasil ainda tem florestas imensas. Elas são, contudo, muito menores do que foram há séculos passados. Estamos, ainda, num momento que nos permite projetarmos uma civilização saudável para nossos filhos, isso, se soubermos fazer as escolhas adequadas para nosso meio ambiente.

Os recursos hídricos representam um bem econômico de inestimável valor para um país em crescimento como o Brasil. Nossas florestas não são menos valiosas. Temos, pois, que zelar por um patrimônio que deve render para as futuras gerações os dividendos que antes geravam bens como o ouro ou o petróleo. Mas mais do que isso, a humanidade sem água para seu uso não existe. Assim sendo, mais do que valores econômicos, detemos valores vitais para nossa própria existência.

Sr. Presidente, mesmo com todas essas bênçãos do Todo-Poderoso, ainda assim, temos desigualdades internas, como a riqueza da Amazônia e a escassez do Nordeste. Aproveitemos, então, para repensar nossa política de manejo florestal e aquífero de modo a propiciar o equilíbrio inter-regional no País. Essa pode ser uma justa comemoração dos dias florestal e da água.

Floresta amazônica, mata atlântica, cerrado, bacia amazônica, bacia do São Francisco, bacia do

Paraná, todos esses são nomes de tesouros inestimáveis para o Brasil. Tenhamos, pois, Sr^{es} Senadoras e Srs. Senadores, a sabedoria de fazer deles o bom uso que nosso projeto de Brasil desenvolvido exige.

Extraír da flora amazônica os benefícios medicinais que contém é um direito nosso. Utilizar nossos rios para gerar energia e transportar nossa produção é também um direito nosso. Fazer isso de modo a preservar sua capacidade de nos manter ao longo do tempo é uma obrigação nossa para com os que nos sucederão, se quisermos que nossos filhos vivam de modo digno.

Que esse 21 de março, Dia Florestal Mundial, e o 22 de março, Dia Mundial da Água, nos motivem a uma jornada coletiva nacional e internacional em favor da preservação e uso renovável desses dois fundamentais recursos para nosso futuro.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, a Lei no. 960/98 aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins e assinada pelo então Governador Siqueira Campos, declarou o dia 18 de março, o dia comemorativo da autonomia do Estado.

Objetiva essa comemoração, Sr. Presidente, nobres Senadores, avivar permanentemente na memória do Povo Tocantinense, especialmente nas novas gerações, através da escola, dos meios de comunicação e em toda a Sociedade Estadual, da longa, persistente e heróica luta de quase 200 anos pela emancipação do Estado do Tocantins, que constituía então o sofrido, esquecido e abandonado Norte Goiano.

Objetiva também, Sr. Presidente, como outros tantos fatos que ocorrem no Tocantins, desenvolver, na consciência social, o amor e o orgulho por sua história, pelos heróis que a fizeram e pelos valores cívicos que constituem a base e o fundamento da cidadania.

Neste contexto, é sumamente importante lembrar esta data e esses feitos, pois é sabido, quão pouco se tem orientado o País, sobretudo as novas gerações, no sentido de conhecer, cultivar e desenvolver os sentimentos cívicos de amor à Pátria e de culto aos heróis do passado ou da memória dos grandes feitos da nossa história, bem como da reverência aos nossos símbolos nacionais: a Bandeira, o Hino Nacional, por exemplo, cuja reverência, muitas vezes, não vai além das vibrações em vitórias esportivas ou das co-

memorações obrigatórias, recebidas e praticadas às vezes com certa repulsa.

Como dizia, Sr. Presidente, a data de 18 de março, que desde a referida Lei comemora no meu Estado, o dia da autonomia, se insere neste contexto de reavivar o sentimento de cidadania, também expresso, entre outras iniciativas, nas homenagens que o Estado presta nos belíssimos monumentos que enfeitam Palmas e outros pontos do Estado, dentre os quais devo realçar o monumento aos 18 do Forte e à Coluna Prestes, feitos dos mais gloriosos da História do Brasil e dos quais se pode dizer, com razão, da História humana, e que, no entanto, são tão desconhecidos no Brasil, inclusive tanto nas Escolas e nas Universidades, como nas diversas expressões da cultura e da arte nacionais. Poderia citar, ainda, o monumento ao migrante, também erguido na Praça dos Girassóis, em Palmas, o frontispício do Palácio Araguaia, cujos murais em alto relevo contam a História do Tocantins e de sua emancipação, ou ainda, a Praça Krahô, que na sua beleza geométrica homenageia as Nações Indígenas, sua cultura e civilização.

Mas retorno, Sr. Presidente, nobres Senadores, a lembrar a data de 18 de março, celebrada no meu Estado, como o dia da autonomia.

Poucos saberão neste Plenário, que a conquista da emancipação do Estado do Tocantins foi uma longa luta, cujas origens podem ser buscadas no longínquo ano de 1809 – portanto 13 anos antes da independência do Brasil, exatamente no dia 18 de Março, quando o Príncipe Regente de Portugal, Brasil e Algarves, D.João VI, editou Alvará, com força de lei, cujos principais trechos me permito transcrever, Sr. Presidente, pela atualidade de seus termos e pela visão que expressam, do significado da ocupação territorial, da administração da justiça, da promoção da riqueza, da civilização e da felicidade do povo, questões, Srs. Senadores, tão atuais hoje, como foram ditas e percebidas naquela época, pelo referido Alvará.

Diz o texto:

Eu, o Príncipe Regente, faço saber aos que este Alvará, com força de Lei, que sendo presente que muito importará ao meu Real Serviço e aos meus fiéis vassallos da Capitania de Goiás, que a antiga Comarca se dividisse em duas, criando uma na parte do Norte, não só para melhor e mais cômoda administração da Justiça (*mas por*) não poder um só Ouvidor cumprir as obrigações do seu cargo, indo a todos os Julgados de tão extensa Comarca, os quais ficavam sem a necessária correição, instituídas com fins muito úteis e saudáveis, perpetuando-se os abusos e não se punindo os delitos, mas também para promover a

Agricultura, a População e o Comércio daquela parte da Capitania por meio da navegação dos rios Maranhão (*atual Tocantins*) e Araguaia, que fazem a comunicação dela com as Capitanias do Pará e Mato Grosso, resultando dessa a felicidade e o aumento do comércio, a riqueza e a civilização dos habitantes destes terrenos ainda pouco aproveitados.

Mais adiante, prossegue o Alvará régio:

Haverá na Capitania de Goiás mais uma Comarca, que hei por bem criar, e que se denominará a Comarca de São João das Duas Barras, desanexando a antiga parte Norte, que compreende os Julgados de Porto Real, Natividade, Conceição, Arraias, São Felix, Cavalcante, Flores e Traíras.

Solicito, Sr. Presidente, não apenas por ser um documento histórico para o meu Estado, mas pela visão, que antecipa, das necessidades e potencialidades contidas no então Norte Goiano, necessidades e potencialidades que constituem, ainda hoje, características do meu Estado, a juntada da íntegra deste documento para que possa constar dos Anais desta Casa.

No entanto, Sr. Presidente, nobres Senadoras e Senadores, o Alvará de 18 de Março de 1809, constituía apenas o começo de uma longa luta, que só haveria de chegar à vitória 179 anos depois, quando a Assembléia Nacional Constituinte, acatando os anseios e a luta do povo do Norte Goiano, consagrava a criação do Estado do Tocantins.

Criada a Comarca, com a Capital na então Vila de São João das Duas Barras – hoje Marabá, no Estado do Pará, foi nomeado seu primeiro Ouvidor o Desembargador Joaquim Theotônio Segurado, então Ouvidor da Comarca de Vila Boa, hoje Goiás Velho, então capital da Comarca de Goiás.

Preocupado em bem atender a população, o novo Ouvidor, após instalar a Comarca de São João das Duas Barras, conseguiu convencer o Príncipe Regente, que suas funções poderiam ser desempenhadas melhor se a cabeça da Comarca fosse transferida mais para o Sul – no centro geográfico da Região.

Obtida a autorização régia, Joaquim Theotônio Segurado, criou a Villa de São João da Palma, já em 1815, hoje cidade do Paranã.

No entanto, não eram de paz e tranquilidade os dias de então. Os anseios de independência do País estavam por toda parte.

A idéia de autonomia, liberdade e respeito à Cidadania inspiravam, no País, movimentos de toda ordem.

Criada e instalada a Comarca de São João das Duas Barras, depois com sua cabeça transferida para São João da Palma, o Norte Goiano continuava, no entanto, subordinado à Província de Goiás – que, segundo o sentimento da época, submetia o Norte Goiano a toda espécie de jugo e espoliação, enquanto jazia abandonado dos benefícios e da assistência governamental.

Com o apoio de seus fiéis companheiros – civis, militares e clero, na data de 15 de setembro de 1821, Theotônio Segurado, eleito Presidente da Junta Provisória do Governo do Tocantins, que então se formava em decorrência da proclamação da autonomia provincial do Norte Goiano, conclamava o povo à resistência contra “o jugo despótico do Governo de Goiás”, instalando a capital da nova Província do Tocantins, na cidade de Cavalcanti. Dizia o Manifesto:

“É tempo de sacudir o jugo de um governo despótico: todas as províncias do Brasil nos têm dado este exemplo; os nossos irmãos de Goiás fizeram um esforço infrutífero, ou por mal delineado, ou por ser rebatido por força superior eles continuam na escravidão, e até um dos principais habitantes desta Comarca ficou a ferros. Sejamos livres, e tenhamos segurança pessoal; unamo-nos e principiemos a gozar as vantagens que nos promete a Constituição”.

O mesmo Manifesto organizava o governo provisório determinando:

“Todas as cabeças de Julgados darão um Deputado para o Governo Provisório. Os arraiais de S. José, S. Domingos, Chapada e Carmo ficam gozando da mesma prerrogativa. Esses Deputados devem ser eleitos, e dirigirem-se imediatamente a Cavalcante, onde reside interinamente o Governo Provisório. Depois de reunidos todos os Deputados, se decidirá qual deve ser a Capital, e nela residirá o Governo.”

Dois dias depois, a 17 de setembro, novo Manifesto conclamava o povo à resistência:

Desafiava o Presidente da nova Província:

“Tendes porventura receio de que o General de Goiás venha com suas forças escravizar-nos? Povos, nem ele tem força, nem que as tivesse as poderia empregar contra nós.

Cinquenta soldados de linha! Desses necessita ele em Goiás para conservar o seu despotismo! Ele sabe que nós temos mil bravos e destemidos sertanejos que se-

pultariam seus soldados nas gargantas das serras que nos rodeiam. Tem milicianos? Também nós os temos; todos são irmãos, todos têm o mesmo interesse; se cá os mandar, eles, em vez de balas, nos ofertarão ramos de oliveira e, unidos, sob a bandeira da Constituição, iremos todos desterrar para longe um ente monstruosos que se chama Capitão-General. Povos, abri os olhos e vereis que no Brasil já não há Governadores e Capitães-Generais; já não há juntas de fazenda, arbitrárias na sua administração; não há mais Ouvidores e Juizes caprichosos e apaixonados; tudo está mudado; os povos já não são governados por Paxá, por Governos Provisórios, compostos de homens mais sábios e mais honrados de cada Província.”

Como em relação ao Alvará de 18 de Março, Sr. Presidente, pela força de suas palavras, pelas afirmações cívicas e pela ética que traduzem, solicito que, igualmente esses dois Manifestos sejam transcritos na íntegra para que constem dos Anais desta Casa.

A instalação da Nova Província, no entanto, teve curta duração.

Discussões internas, a ida de Theotônio Segurado para Lisboa, eleito Deputado à Assembléia Constituinte Portuguesa e nova rebelião comandada, agora, pelo Capitão Felipe Antônio Cardoso – aliás antepassado colateral do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, propiciou que o Governo da Província de Goiás enviasse suas tropas à província rebelada, que cumpriu sua missão com êxito, nos termos da correspondência enviada pelo Padre Gonzaga Fleury em data de 25 de abril de 1823 ao Governo Goiano, anunciando a reunificação da Província, estando os “rebeldes mortos ou presos”.

No entanto, abafadas sob as cinzas, não estavam mortas as aspirações libertárias do Norte Goiano, que retornaram com toda força um século após os episódios heróicos que as inspiraram.

No entanto, só em 1940, a luta pela autonomia voltou a tomar forma e consistência.

Nesse ano, o Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues defende a redivisão territorial do Brasil, formulando projeto de lei que criaria o Território Federal do Tocantins, com a capital em Carolina, hoje no Maranhão.

Três anos depois, formou-se o Comitê Pró-criação do Território Federal do Tocantins, lançando o “Manifesto ao Povo do Vale do Tocantins”.

O movimento renasce vigoroso em 1956, com o lançamento de novo Manifesto, em Porto Nacional, liderado pelo Juiz Feliciano Machado Braga.

Dez anos depois o povo do Norte Goiano elegeu Deputado Federal um vereador de Colinas, que se notabilizara pela pregação em favor da criação do Estado do Tocantins: José Wilson Siqueira Campos.

Duraria ainda 22 anos a luta, em que o povo, as lideranças políticas do sul e do norte goiano, a imprensa, o Congresso Nacional e os sucessivos Presidentes da República foram mobilizados em prol de tão nobre e justa causa. Duraria 22 anos esta luta para que, afinal, na data de 27 de julho de 1988, o Deputado Siqueira Campos pudesse emocionar o Plenário da Constituinte ao proferir o que tenha sido, talvez, o menor pronunciamento de sua vida, mas, sem dúvida, o mais sincero, o mais emocionado, o mais significativo para a história:

“Conseguimos! Graças a Deus e aos colegas Constituintes, nós conseguimos criar o Estado do Tocantins! Nós conseguimos, Sr. Presidente”.

A promulgação da Constituição Federal em 5 de outubro de 1988, contendo no Artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a criação do Estado do Tocantins, Sr. Presidente, nobres Senadores, selou em definitivo uma luta de quase 200 anos, em nome da liberdade, do progresso e do desenvolvimento do que é hoje o meu Estado, o Estado do povo tocaninense, o mais jovem estado do Brasil.

Por isto o povo tocaninense comemora (hoje) dia 18 de março, o dia da autonomia tocaninense, para que esses feitos gloriosos não sejam esquecidos, mas inspirem a cada dia as consciências de todos e de cada um, em favor da liberdade, da cidadania, da decência e do progresso, valores que inspiraram a história de meu Estado.

Peço juntada também, Sr. Presidente, para que conste dos Anais desta Casa, uma cronologia da sequência dos fatos, compilada pelo Jornal Folha Popular de Palmas, que compuseram esta brilhante história.

Muito obrigado!

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR EDUARDO SIQUEIRA
CAMPOS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANEXO I

Folha Popular – Palmas – Tocantins

COMARCA DE SÃO JOÃO DAS DUAS BARRAS

“Eu, o Príncipe Regente, faço saber aos que este Alvará, com força de Lei, que sendo presente que muito importará ao meu Real Serviço e aos meus fiéis vassallos da Capitania de Goiás, que a antiga Comarca se dividisse em duas, criando uma na parte do Norte, não só para melhor e mais cômoda administração da Justiça, não poder um só Ouvidor cumprir as obrigações do seu cargo, indo a todos os Julgados de tão extensa Comarca, os quais ficavam sem a necessária correição, instituídas com fins muito úteis e saudáveis, perpetuando-se os abusos e não se punindo os delitos, mas também para promover a Agricultura, a População e Comércio daquela parte da Capitania por meio da navegação dos rios Maranhão e Araguaia, que fazem a comunicação dela com as Capitânicas do Pará e Mato Grosso, resultando dessa a felicidade e aumento do comércio, a riqueza e a civilização dos habitantes destes terrenos ainda pouco aproveitados; e sendo de esperar que a criação da nova Comarca e da habitação de um Ouvidor naqueles lugares, cuja jurisdição econômica pode muito aproveitar-lhes e cresçam as mencionadas vantagens, que muito merecem à Minha Real consideração, sou servido determinar o seguinte: Haverá na Capitania de Goiás mais uma Comarca, que hei por bem criar, e que se denominará a Comarca de São João das Duas Barras, desanexando a antiga parte Norte, que compreende os Julgados de Porto Real, Natividade, Conceição, Arraías, São Felix, Cavalcante, Flores e Traíras.

O Ouvidor que eu for servido nomear para esta nova Comarca de Vila Boa e seu tempo, os Julgados de Crixás, Pilar, Meia Ponte, Santa Luzia e Desemboque, observando o mesmo Regimento, guardando todas as Leis, Ordens e Regimentos, que são dados aos mesmos Ouvidores desse Estado do Brasil, vencerá o mesmo Ordenado, Propinas e Emolumentos que vence o da Comarca de Vila Boa, e residirá interinamente no Arraial de Natividade ou em algum outro que mais convier ao Meu Real Serviço, enquanto não puder estabelecer a sua principal residência em São João das Duas Barras, onde deve ser a cabeça da Comarca, como muito convém à navegação dos dois

grandes rios Araguaia e Maranhão, ficando pertencendo à Capitania de Goiás esta povoação, não obstante continuar ser provido o destacamento militar que nela existe pela Capitania do Pará, até que pelo aumento da Povoação, do Comércio e da Riqueza, que se deve esperar da navegação desses dois rios e de seus afluentes, possa ser provido pela sua respectiva Capitania de Goiás.

Ficarão pertencendo aos sobreditos dois Ouvidores em seus Distritos os cargos e jurisdição, que lhes costumam ser anexos na forma das Minhas Reais Ordens. E ao da Comarca de São João das Duas Barras pertencerá o tirar devassas dos Oficiais da Provedoria e Comissaria interinamente estabelecida no Arraial de Cavalcante e toda a jurisdição que nesse Distrito antecipadamente exercitava o Intendente do Ouro de Vila Boa de Goiás.

Haverá por esta Ouvidoria um Escrivão e um Meirinho que sou servido criar, e as pessoas que forem providas nestes ofícios os servirão na forma das Leis e Regimentos que a este fim se acham estabelecidos.

E este se cumprirá como nele se contém. Pelo que mando à Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência, Ordem: Presidente do Meu Real Erário; Conselho da Minha Real Fazenda; a todas as pessoas a quem pertencer o conhecimento o cumpram e guardem e o façam inteiramente cumprir e guardar como nele se contém. E valerá como Carta passada pela Chancelaria, posto que por ela não há de passar e que seu efeito haja de durar por mais de um ano, sem embargo de Lei em contrário. Dado e passado no Palácio do Rio de Janeiro, em 18 de março de 1809”

Vila de São João da Palma (26-01-1815)

Otávio Barros, em seu livro Breve História do Tocantins, diz que, com a criação dessa Comarca, “estava plantada, pois, a semente da sonhada Província do Tocantins e do hoje Estado do Tocantins”.

O desembargador Joaquim Theotônio Segurado, elevado Ouvidor de Vila Boa, onde chega em 1805, foi nomeado titular da nova Comarca por decreto de 21 de julho de 1809.

O desembargador Segurado, por volta de 1810, faz ver ao Príncipe Regente que a região escolhida para sede da Comarca, na confluência dos rios Tocantins e Itacaiúnas, onde hoje é a cidade paraense de Marabá, fica muito distante dos julgados a ela subordinados, o que, praticamente, não resolveria os problemas do Norte. Mostra, ainda, à autoridade real que a cabeça da Comarca deveria ser em região mais

central. Em 25 de fevereiro de 1814, atendendo à consideração do seu Ouvidor, o Príncipe edita Alvará mandando que se transfira a cabeça da Comarca para local mais central. Joaquim Theotônio Segurado escolhe a região de Palma, onde hoje é a cidade de Paranã.

No dia 26 de janeiro de 1815, Theotônio funda a Vila de São João da Palma e, dias depois, ali instala a Comarca de São João das Duas Barras.

As esperanças de todos alimentavam a independência do Norte, livrando-se de vez dos grilhões de Goiás que não proporcionava nenhum benefício à região e espoliava seu povo com altos impostos.

Habitantes da Comarca da Palma (15-09-1821)

Assim, a 15 de setembro de 1821, Segurado se rebela contra a administração goiana, proclama-se Presidente da Província, lançando um Manifesto à sua gente, transferindo a sede do Governo para Cavalcante.

“É tempo de sacudir o jugo de um governo despótico: todas as províncias do Brasil nos têm dado este exemplo; os nossos irmãos de Goiás fizeram um esforço infrutífero, ou por mal delineado, ou por ser rebatido por força superior eles continuam na escravidão, e até um dos principais habitantes desta Comarca ficou a ferros. Sejamos livres, e tenhamos segurança pessoal; unamo-nos e principiemos a gozar as vantagens que nos promete a Constituição.

“Abulam-se esses tributos que nos vexam, ou por sermos os únicos que os pagamos, ou por não serem conformes às antigas Leis adaptáveis a esta pobre Comarca. Saídas de gado, décima, banco, papel selado, entrada de sal, ferro, aço e ferramentas ficam abolidas. Todos os homens livres tem direitos aos maiores empregos. A virtude e a ciência, eis os empenhos para os cargos públicos.

“Todas as cabeças de Julgados darão um Deputado para o Governo Provisório. Os arraiais de S. José, S. Domingos, Chapada e Carmo ficam gozando da mesma prerrogativa. Esses Deputados devem ser eleitos, e dirigirem-se imediatamente a Cavalcante, onde reside interinamente o Governo Provisório. Depois de reunidos todos os Deputados, se decidirá qual deve ser a Capital, e nela residir o Governo.

“Os soldados que quiserem sentar praça de Infantaria vencerão cinco oitavas por mês e na Cavalaria, seis e meia. Palmenses, ânimo e união: o Governo cuidará da vossa felicidade. Viva a nossa santa religião, viva o Sr. D. João VI, viva o Príncipe Regente e toda a casa de Bragança. Viva a Constituição que se fizer nas cortes reunidas em Lisboa.

“Cavalcante, 15 de setembro de 1821.

“Joaquim Theotônio Segurado (Presidente da Junta Provisória do Governo do Tocantins), Manoel Antonio de Moura Teles, José Zeferino de Azevedo, José Vítor de Faria Pereira, Francisco Joaquim Coelho de Matos, Francisco Xavier de Matos, Luiz Pereira de Lemos e Joaquim Rodrigues Pereira”.

ANEXO II

Folha Popular – Palmas – Tocantins

CRONOLOGIA DA HISTÓRIA DO TOCANTINS

1775

25 de março – Nasce Joaquim Theotônio Segurado na Vila de Moura, Baixo Alentejo, Portugal. Theotônio é o pioneiro na luta pela criação do Estado do Tocantins.

1804

1º de junho – Joaquim Theotônio Segurado é nomeado Ouvidor da Capitania de Goiás, após servir como Juiz em Melgaço e Porto – Portugal, e ser graduado pelo Reino para Desembargador da Relação do Rio de Janeiro.

7 de outubro – Ao tomar posse como Ouvidor da Capitania de Goiás, o Desembargador Joaquim Theotônio Segurado propõe-se a conhecer o território da Comarca, ficando admirado com a paisagem inativa do Tocantins. Dessa viagem, o Desembargador descreve um relatório às autoridades do Reino, reivindicando medidas para incentivar a navegação com a praça de Belém e outras sugestões de incentivos à lavoura, comércio e aumento da população ribeirinha.

1806

17 de janeiro – A Corte atende às propostas de Theotônio Segurado e assina Alvará concedendo benefícios fiscais àqueles que quisessem contribuir para a produção e povoação do Tocantins. Logo as medidas reais apresentaram seus resultados com o surgimento de novos núcleos de povoação, como: Porto Real (Porto Nacional), Distrito da Paz (Pedro Afonso), São Pedro de Alcântara (Carolina), Boa Vista (Tocantinópolis) e Três Barras (Itaguatins) que começam a prosperar às margens do rio Tocantins.

1807

16 de agosto – Para servir de apoio aos negócios da navegação do Tocantins, o Ouvidor Joaquim Theotônio Segurado transfere a cabeça do Julgado do Carmo (Monte do Carmo) para o recém-criado arraial de Porto Real.

1809

18 de março – É criada a Comarca de São João das Duas Barras (barras do Araguaia e Tocantins).

21 de julho – O Desembargador Joaquim Theotônio Segurado é nomeado titular da nova Comarca por Decreto de D. João VI.

1810

23 de agosto – Para cumprir o Alvará, que criou a Comarca de São João das Duas Barras, Theotônio Segurado e sua equipe descem para o Pará, onde medem e demarcam um perímetro junto à foz do rio Itacaiúnas (atual cidade de Marabá), local que deveria fundar a Vila da nova Comarca. Segurado mostrou ao Príncipe, contudo, que a região escolhida ficava distante dos Julgados a ela subordinados e na prática, não resolveria os problemas do Norte, e que a cabeça da Comarca deveria ser em região mais central.

1811

5 de setembro – Theotônio Segurado escreve um relatório às autoridades reais sugerindo novas medidas para fazer o desenvolvimento da Região. Aceitando parecer do Conde de Aguiar, o Príncipe assina Carta Régia concedendo novos favores, privilégios e isenções ao comércio, à lavoura e à navegação do rio Tocantins.

1814

25 de fevereiro – Atendendo às considerações do seu Ouvidor, o Príncipe Regente determina, por Alvará, ao Ouvidor Joaquim Theotônio Segurado, a construção da Vila da Barra da Palma, concedendo aos habitantes a isenção de décimos e dízimos por um período de dez anos.

1815

26 de janeiro – Joaquim Theotônio Segurado funda a Vila de São João da Palma e instala a Comarca de São João das Duas Barras, local onde hoje é Paranã.

1821

7 de agosto – Theotônio Segurado é eleito Deputado às Cortes Constitucionais, em Portugal.

15 de setembro – Devido às arbitrariedades praticadas pelo Capitão-General de Goiás, lideranças tocaninenses patrocinam um encontro político em Cavalcante e decidem que a Região Norte, base territorial da Comarca da Palma, fica independente de Goiás. Theotônio Segurado é eleito Presidente de uma Junta Provisória de Governo para administrar os trâmites legais e transformar a Comarca em Província da Palma. Em nome do Governo separatista, Segurado faz

uma Proclamação pedindo a união do povo tocaninense, dá explicações dos motivos da independência do Norte Goiano e baixa instruções isentando de tributação saídas de gado, décima, dízima, banco, papel selado, entrada de sal, ferro, aço e ferramentas.

17 de setembro – Segunda Proclamação de Segurado dirigida ao povo do Tocantins. O arraial de Cavalcante é definido como local de Vila Capital e Sede Provisória do Governo da Palma.

24 de setembro – Terceira Proclamação do Governo da Palma, assinada por Theotônio Segurado, baixando uma série de medidas administrativas para animar o povo e consolidar o novo Governo. Devido ao clima de animosidade entre reinóis e brasileiros, Segurado, Presidente da Junta Provisória de Governo, assina ato administrativo transferindo a Sede do Governo para Arraias.

1822

6 de janeiro – Joaquim Theotônio Segurado viaja a Lisboa para assumir a cadeira de Deputado Constituinte da Assembléia Constituinte das Cortes, em Portugal, prometendo aos cidadãos de Palma “defender no plenário da Constituinte portuguesa a confirmação da Província”. O substituto interino de Segurado, o tenente-coronel Pio Pinto de Cerqueira transfere a Sede do Governo de Arraias para Natividade, devido às intrigas políticas.

7 de setembro – D. Pedro I proclama a Independência do Brasil.

11 de novembro – O Governo de Goiás despacha para o Norte o padre Luiz Gonzaga de Camargo Fleury, acompanhado de tropas de cavaleiros armados, para combater uma rebelião chefiada pelo Capitão Felipe Antônio Cardoso, que anunciava a instalação de uma Província autônoma.

Theotônio Segurado retorna ao Brasil sem nenhum cargo oficial e passa a viver na vila que fundara.

1823

25 de abril – O padre Gonzaga Fleury relata, em correspondência, a reunificação do Norte ao Sul Goiano. “Os rebeldes” estavam mortos ou presos.

1831

14 de outubro – Morre Joaquim Theotônio Segurado.

1940

O Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues defende a revisão territorial do Brasil e formula o Ante-Projeto da criação do Território Federal do Tocantins, com a Capital em Carolina (MA).

1943

10 de dezembro – O Comitê Central Pró-Criação do Território Federal do Tocantins, em Tocantínia e Miracema, lança o “Manifesto ao Povo do Vale do Tocantins”.

1956

20 de março – Lançamento do I Manifesto à Nação pela criação do Estado do Tocantins, feito pelo juiz Feliciano Machado Braga, em Porto Nacional.

1966

1º de fevereiro – Em 1965, José Wilson Siqueira Campos é eleito o vereador mais votado do novo Município de Colinas de Goiás. Em 1º de fevereiro de 1966, assume a Presidência da Câmara dos Vereadores da Cidade e promete lutar pela criação do Estado do Tocantins.

1970

15 de novembro – Siqueira Campos é eleito Deputado Federal tomando posse em 1º de fevereiro de 1971. Nesse ano, por sua solicitação, é criada a Coceam (Comissão Coordenadora de Estudos da Amazônia) que propõe a criação do estado do Tocantins e a redivisão territorial do País. Siqueira é indicado coordenador geral da Comissão.

1972

3 de março – Siqueira Campos é eleito Presidente da Comissão da Amazônia, onde apresenta e vê aprovada a proposta de criação do Estado do Tocantins e se da redivisão territorial da Amazônia Legal.

29 de maio – Siqueira Campos divulga trabalho de sua autoria, intitulando “Redivisão Territorial do Brasil”, propondo a criação de novas unidades da Federação, especialmente o Tocantins.

1974

6 de março – Siqueira Campos é reeleito Presidente da Comissão da Amazônia, que volta a aprovar a criação do Tocantins e a redivisão territorial da Amazônia Legal.

3 de junho – Siqueira Campos apresenta à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar Nº 01/74, “dispondo sobre a criação dos Estados e Territórios”, incluindo-se o Tocantins.

12 de agosto – De 12 a 16 de agosto de 1974, Siqueira Campos promove, como Presidente da Comissão da Amazônia, o I Simpósio Nacional da Amazônia que, em suas conclusões, aprova sua proposta

de criação do Tocantins e da redivisão territorial do País.

15 de novembro – Siqueira Campos é reeleito Deputado Federal com o objetivo de prosseguir na sua luta pela criação do Tocantins.

1975

27 de fevereiro – O Deputado Siqueira Campos leva ao Presidente Ernesto Geisel, proposta de criação do Estado do Tocantins, “anseio maior do povo nortense de Goiás”, como disse ao Presidente da República.

29 de novembro – Siqueira Campos, eleito e empossado Presidente da Comissão da Amazônia, na Câmara dos Deputados, apresenta projeto para Redivisão Territorial da Amazônia Legal, propondo a criação de 12 novas unidades da Federação, incluindo o Tocantins.

1976

25 de março – Acolhendo requerimento do Deputado Siqueira Campos, a Câmara dos Deputados aprova e é instalada a Comissão de Redivisão Territorial e Política Demográfica do Brasil, da qual é eleito Presidente.

27 de junho – Siqueira Campos, Deputado federal pelo Estado de Goiás, apresenta à Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Nº 157/78, que cria o Tocantins.

1977

29 de agosto – O Deputado Siqueira Campos apresenta à Câmara Federal emenda substitutiva ao Projeto de Lei Complementar Nº 15/77 CN, do Poder Executivo que cria os Estados de Mato Grosso do Sul e Tocantins

1978

15 de novembro – Siqueira Campos é reeleito pela segunda vez, Deputado Federal, prosseguindo na sua luta criação do Estado.

2 de dezembro – O Deputado Siqueira Campos solicita, durante audiência com o Presidente Ernesto Geisel, urgência do envio ao Congresso da Mensagem propondo a criação do Tocantins.

1979

11 de outubro – O Deputado Siqueira Campos apresenta ressalva a Nº 3 (Emenda) à Mensagem Presidencial Nº 87/79-CN, sobre o III PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) para o período de 1980 a 1985, em que dispõe a inclusão de dispositivos criando o Tocantins.

1982

4 de janeiro – Durante audiência com o Presidente João Figueiredo, o Deputado Siqueira Campos cobra o seu compromisso de criação do Tocantins.

15 de novembro – Siqueira Campos é reeleito pela terceira vez Deputado Federal, dando prosseguimento à sua luta pela criação do Estado.

1985

9 de dezembro – O Deputado Federal Siqueira Campos faz greve de fome como protesto político contra o segundo veto presidencial aos Projetos de Lei Complementar que propunham a criação do Estado do Tocantins, aprovados por unanimidade, pelo Congresso Nacional. Esse gesto mobilizou a imprensa e opinião pública em favor da criação do novo Estado. Após apelo unânime do Diretório Nacional do PDS e do Presidente da República, José Sarney, a greve é interrompida após 98 horas de jejum. O Diretório do PDS se compromete a lutar pela criação do Estado do Tocantins, e o Presidente da República garante e manda instalar a Comissão de Redivisão Territorial, no Ministério do Interior, com dois representantes do Deputado Siqueira Campos.

1986

12 de março – É apresentado o Projeto de Lei Complementar Nº 13/85, do Presidente do PDS, Senador Amaral Peixoto, criando o Tocantins. O Projeto, redigido por uma Comissão integrada pelo Deputado Siqueira Campos, foi apresentado após o veto presidencial que motivou o protesto do Deputado tocaninense. A entrega do documento ocorreu em cumprimento à promessa assumida pelo Presidente do PDS ao solicitar que Siqueira Campos interrompesse a greve de fome de mais de 4 dias.

3 de julho – O Deputado Siqueira Campos comunica ao Presidente José Sarney sua decisão de candidatar-se à Assembléia Nacional Constituinte para lutar pela criação definitiva do Tocantins. Na ocasião, o Deputado lembra ao Presidente que, ao justificar seus vetos, “sua Excelência” sempre declarou que a Constituinte seria o foro adequado para se tratar do assunto.

15 de novembro – Siqueira Campos é reeleito pela quarta vez Deputado Federal para lutar pela criação do Estado do Tocantins na Assembléia Nacional Constituinte.

1987

1º de maio – Por iniciativa do Deputado Siqueira Campos, a Subcomissão dos Estados para a Assembléia Nacional Constituinte realiza reunião em Goiânia,

com o comparecimento de todos os seus membros entre eles, o Governador de Goiás, Henrique Santillo e o Presidente da Assembléia Legislativa de Goiás, Frederico Jaime.

22 de maio – É publicado em separata oficial o Relatório Siqueira Campos, que prevê a criação do Tocantins e outros.

8 de junho – Apresentação da Emenda, na primeira fase dos trabalhos da organização dos Estados, da Assembléia Nacional Constituinte, para assegurar a criação do Estado do Tocantins e a eleição direta para Governador e Vice-governador. Em razão da exclusão do texto da Subcomissão dos Estados, que criava o Estado do Tocantins, o Deputado Siqueira Campos apresentou nova Emenda, restabelecendo e aperfeiçoando o texto. A Emenda foi aprovada, mas caiu parcialmente no segundo relatório da Comissão de Sistematização.

29 de junho – O Deputado Siqueira Campos entrega ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, a Emenda Siqueira Campos (fusão de Emendas) criando o Estado do Tocantins, que na mesma sessão da Assembléia é votada e aprovada.

6 de agosto – Uma delegação de cidadãos do Norte de Goiás entrega ao Deputado Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, um abaixo-assinado com 72.958 assinaturas de eleitores pedindo a separação do Norte de Goiás e a criação do Tocantins. (leia discurso do Siqueira na página 6).

28 de agosto – Devido a manobras que invalidaram os dispositivos que criaram o Tocantins, aprovados pela Subcomissão dos Estados e pela Comissão de Organização do Estado, Siqueira Campos apresenta a Emenda Nº ES20793-8 restabelecendo e aperfeiçoando o texto. A Emenda foi aprovada com supressão da eleição direta para Governador e Vice.

1988

7 de janeiro – O Deputado Siqueira Campos apresenta emenda que reintroduz eleição direta para Governador e Vice-governador do Tocantins.

20 de junho – O Deputado Siqueira Campos entrega ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, a fusão de Emendas criando o Tocantins que, na mesma sessão da Constituinte, foi votada e aprovada.

23 de junho O Deputado Siqueira Campos consegue que os líderes de todos os Partidos políticos assinem o requerimento de apoio à fusão de sua

Emenda Popular, que prevê a criação do Tocantins e eleição direta para Governador e Vice.

27 de julho – O deputado Siqueira Campos, em sessão da Assembléia Nacional Constituinte, emociona o plenário ao proferir a frase: “Conseguimos! Graças a Deus e aos colegas constituintes nós conseguimos criar o estado do Tocantins. Nós conseguimos, Senhor Presidente!”, após ser anunciado o resultado da votação do segundo turno do projeto de Constituição, com o que estava definitivamente aprovada a criação do Tocantins.

28 de julho – O Deputado Siqueira Campos solicita, durante audiência com o Ministro-Chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto, a criação da Comissão Especial e a adoção de todas as providências para a instalação do Tocantins.

31 de agosto – O Deputado Siqueira Campos solicita ao Presidente da República, José Sarney, providências para instalação do Tocantins e recomenda a designação do técnico Renato Campelo para as primeiras providências.

5 de outubro – Promulgação da nova Constituição do Brasil, que traz no Artigo 13, do Ato das Disposições Constitucionais, a criação do Estado do Tocantins. O novo Estado pertence à Amazônia Legal, está localizado na Região Norte do Brasil, entre os paralelos 5º e 13º e sua área é de 278.420,7 Km². O Deputado Siqueira Campos participa da Sessão Solene de promulgação da nova Constituição.

15 de novembro – Realiza-se a primeira eleição geral no recém-criado Estado do Tocantins. Siqueira Campos, o criador do novo Estado, é eleito primeiro Governador.

1989

1º de janeiro Instalação do recém-criado Estado do Tocantins, tendo como Capital Provisória o Município de Miracema. São empossados o Governador e seu Vice, 3 Senadores, 8 Deputados Federais e 24 Deputados Estaduais. 20 de maio – O Governador Siqueira Campos lança a Pedra Fundamental de Palmas e inicia a construção da Capital do Tocantins. Nessa data, comemora-se o aniversário da cidade.

1990

1º de janeiro – Transferência da Capital do Estado do Tocantins de Miracema para Palmas. O Governador Siqueira Campos instala a nova cidade construída em sete meses, às margens do rio Tocantins.

1998

Dia da Autonomia do Tocantins – O governador Siqueira Campos institui, através da Lei nº 960 de

17.03.98 a data comemorativa em referência à assinatura, por D.João, do Alvará de 18 de março de 1809, criando a Comarca de São João das Duas Barras

ANEXO III

Folha Popular – Palmas – Tocantins

SEGURADO FAZ UMA SEGUNDA PROCLAMAÇÃO AO POVO PALMENSE

“Povos palmenses e goianos! Quando o Porto alvorou o estandarte da liberdade e da regeneração portuguesa, havia em Lisboa um Governo nomeado por S. M. Cavalcante alvora o estandarte da liberdade goiana, residindo em Goiás um Governo também nomeado por S. M.

Os portugueses tiveram a aprovação do melhor por soberanos, conseguiram as aclamações gerais e cobriam-se de glória eterna. E não temos nós, os moradores de Cavalcante, a mesma glória? Goianos e palmen-ses! Todo homem livre tem o direito de gozar de sua liberdade. Vós sabeis a que vexames tendes estado sujeitos! Agora, que todo o povo do Brasil tem sacudido o jugo dos Capitães-Generais; agora, que Cavalcante nos dá o mesmo exemplo, sereis os únicos que tereis a paciência de continuar a suportar as algemas e as cadeias em que temos jazido escravizados? Tendes porventura o receio de que o General de Goiás venha com suas forças escravizar-nos? Povos, nem ele tem força, nem que as tivesse as poderia empregar contra nós.

Cinquenta soldados de linha! Desses necessita ele em Goiás para conservar o seu despotismo! Ele sabe que nós temos mil bravos e destemidos sertanejos que sepultariam seus soldados nas gargantas das serras que nos rodeiam. Tem milicianos? Também nós os temos; todos são irmãos, todos têm o mesmo interesse; se cá os mandar, eles, em vez de balas, nos ofertarão ramos de oliveira e, unidos, sob a bandeira da Constituição, iremos todos desterrar para longe um ente monstruoso que se chama Capitão-General. Povos, abri os olhos e vereis que no Brasil já não há Governadores e Capitães-Generais; já não há juntas de fazenda, arbitrárias na sua administração; não há mais Ouvidores e Juizes caprichosos e apaixonados; tudo está mudado; os povos já não são governados por Paxá, mas por Governos Provisórios, compostos de homens mais sábios e mais honrados de cada Província.

As juntas de fazenda dão todos os meses ao povo conta de sua administração; os magistrados são homens da Lei. Quando a face do Brasil está mudada, será Goiás a única Província que fique insensível a seus males? Goianos! Nós, os habitantes de Cavalcante, arvoramos o estandarte da liberdade, seja ele o

ponto de nossa reunião, e nós todos seremos felizes! Viva a religião! Viva o Sr. D. João VII! Viva a Constituição e a liberdade! Vivam os povos das Comarcas de Goiás e Palma!. Sala do Governo, 17 de setembro de 1821. Presidente Joaquim Theotônio Segurado; Secretário Francisco Joaquim Coelho de Matos; Manoel Antonio de Moura Teles; José Zeferino de Azevedo; João Luís de Sousa; Luís Pereira de Lemos; Joaquim dos Santos Vasconcelos e Joaquim Pereira”.

O SR. VALMIR AMARAL (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil precisa encontrar com urgência uma solução para o grave déficit habitacional, estimado em mais de 6 milhões de habitações.

Certamente, a solução do problema habitacional terá como efeito positivo a redução do mais grave problema nacional da atualidade: o problema do desemprego, que traz em seu bojo a fome, a miséria, a violência, a desagregação social e familiar, o aumento dos índices de criminalidade e outros males econômicos e sociais.

Trata-se de problema crônico, grave e que vem desafiando muitos governos em nosso País.

O Banco Mundial, as Nações Unidas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e todos os organismos internacionais que têm preocupação social têm procurado soluções para esses dois problemas intimamente relacionados: déficit habitacional e desemprego.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem demonstrado preocupações com esses dois problemas, ambos de solução complexa e de longo prazo e que, por isso mesmo, não podem deixar de fazer parte de nossa agenda permanente.

Hoje, gostaria de analisar a nova política de financiamento de imóveis usados, particularmente para os segmentos sociais menos favorecidos, para as pessoas de menor renda e que, sem dúvida, necessitam de mais apoio, de mais assistência e até mesmo de subsídios governamentais, para terem o mínimo de dignidade que a Constituição assegura a todos os brasileiros.

Quero, neste momento, ressaltar a importância das medidas adotadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para revitalizar o financiamento da casa própria, permitindo que as famílias, principalmente aquelas de menor poder aquisitivo, possam adquirir suas moradias, realizando o sonho da casa própria.

O Brasil necessita de um vigoroso crescimento do setor de moradia, dinamizando a cadeia imobiliária,

em que pessoas comprem imóveis usados, ao mesmo tempo em que unidades de imóveis novos são automaticamente comercializadas, dentro desse processo de integração da cadeia produtiva do setor imobiliário, movimentando a economia de diversos outros setores que se correlacionam com o da construção.

É isto que desejamos, é isto que vai gerar mais renda, mais emprego, mais produção e reduzir, finalmente, o triste déficit habitacional hoje existente no País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, precisamos de programas habitacionais dinâmicos, que contribuam principalmente para o atendimento das pessoas de menor poder aquisitivo e, para isso, devemos continuar a apoiar o **Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social** administrado pela Caixa Econômica Federal.

Precisamos também da participação efetiva da iniciativa privada, do financiamento dos bancos privados e de outros setores que possam contribuir para a redução do déficit habitacional, pois dificilmente resolveremos esses problemas do setor imobiliário com uma dependência quase exclusiva da Caixa Econômica Federal.

Queremos a Caixa Econômica Federal financiando uma maior quantidade de imóveis, mas que não seja uma parcela equivalente a 90% do mercado de financiamento, pois precisamos de um perfil mais adequado e mais moderno para esse importante setor, que não deve ser estatizado nem monopolizado e, sim, mais democratizado em todos os seus segmentos.

Não podemos aceitar uma situação em que a construção civil brasileira perdeu 38 mil postos de trabalho ao longo do ano de 2003, com 42 mil demissões apenas no mês de dezembro.

Precisamos revitalizar as **Companhias de Habitação Popular**, para que possam cumprir sua importante função social e econômica, já que foram responsáveis pela construção de mais de 2 milhões de moradias para famílias de baixa renda, nas últimas três décadas.

Precisamos dar continuidade aos programas populares da Caixa Econômica Federal, como o **Programa de Arrendamento Residencial**, o **Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social**, o **Habitatar** e o **Associativo**.

Certamente, todos esses programas precisam de ajustes e melhorias, para assegurar o acesso à casa própria a um maior número de brasileiros, que precisam de habitação digna e adequada, sem esquecer que o segmento de imóveis usados é o fator

mais importante para realmente acelerar a melhoria de toda a cadeia produtiva do ramo imobiliário.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a convicção de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fiel às suas convicções de homem que conhece muito bem as dificuldades do povo brasileiro, conduzirá com sabedoria uma nova política habitacional e de financiamento de imóveis, para beneficiar todos os segmentos do povo brasileiro, principalmente aqueles brasileiros de menor nível de renda.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o anuário da Associação Brasileira de Imprensa (ABIO), referente ao exercício de 2003, demonstra, com fidelidade, que suas representadas prosseguem cumprindo o dever democrático de dar publicidade aos atos da Administração Pública, para o conhecimento de todos os cidadãos e para a edificação da memória histórica do País.

A Imprensa Nacional foi instituída por decreto de Dom João VI, em 13 de maio de 1808, recebendo o nome de Imprensa Régia. Com o passar do tempo, foi nomeada sucessivamente como Real Officina Typographica; Tipographia Nacional; Tipographia Imperial; Imprensa Nacional; Departamento de Imprensa Nacional; e, mais uma vez, Imprensa Nacional.

Empregaram-se “dois rudimentares prelos iniciais e oito caixas de tipos”, vindos de Portugal “a bordo da nau Medusa”, que compunha a frota que trouxe a família real. Desde então, a Imprensa Nacional avançou em qualidade e tecnologia, chegando aos dias correntes com a divulgação dos Diários Oficial e da Justiça, inclusive pela Internet.

Portanto, a sua história de 195 anos, que a credencia como uma das mais antigas instituições públicas do País, de certa forma confunde-se com a própria história do País e com o desenvolvimento de sua imprensa.

A sua criação identifica-se como um dos maiores legados da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, uma herança sempre traduzida em pioneirismo e bons serviços prestados à sociedade.

Há pouco mais de seis anos, esse Órgão da Casa Civil da Presidência da República, com sua permanente preocupação de um atendimento cada vez mais qualificado à sociedade e à Administração Pública Federal, deu início a um trabalho de modernização tecnológica e organizacional.

No ano passado, criou cinco grupos de trabalho para elaborar um diagnóstico das áreas de tecnologia da informação, compreendendo jornais, produção gráfica, editoração e logística.

As soluções daí resultantes, recomendadas para a reestruturação e dinamização do Órgão, foram seriamente afetadas pela anterior Administração Federal. Medida surpreendente e grave declarou extinta a atividade de impressão plana, que sempre atendeu perfeitamente às demandas da Administração Pública, e reduziu a importância de setores como o Núcleo de Recuperação de Obras Raras e a Biblioteca Machado de Assis.

Os equipamentos de impressão plana e insumos gráficos foram, inexplicavelmente, doados. Um pouco antes, promoveu-se a redistribuição de cerca de 250 servidores, determinando drástica redução de seu quadro de pessoal especializado.

Felizmente, esse tempo de desmonte da instituição pertence ao passado. Hoje, há uma “arrancada modernizadora em todos os setores da Imprensa Nacional”, principalmente no atendimento do usuário/leitor dos **Diários Oficiais**. “A dedicação dos servidores, com o seu capital intelectual, é o cimento dessa nova era do Órgão.”

Assim, uma das metas principais a atingir consiste em viabilizar o acesso aos atos oficiais editados pelos poderes da República, em qualquer ponto do País, o mais instantaneamente possível. Para tanto, a Imprensa Nacional conta com a colaboração das imprensas oficiais dos Estados, a fim de promover a distribuição de exemplares avulsos dos Diários em todo o território nacional.

Outra medida de grande importância é a de possibilitar a assinatura dos Diários Oficiais por meio eletrônico. Dessa forma, os órgãos públicos, empresas privadas, profissionais especializados e o cidadão comum podem fazer assinatura dos jornais completos ou do resumo de temas de seu interesse.

No início da manhã, quando começa a distribuição da versão impressa, o assinante recebe o exemplar de assinatura no seu computador, a um custo inferior ao daquela versão.

Por tudo isso, a Imprensa Nacional, assim como os órgãos reunidos pela Associação Brasileira de Imprensas Oficiais, trabalham diuturnamente para “cumprir com excelência o seu grande objetivo”, de garantir “com efetividade a publicação e a divulgação dos atos oficiais da Administração”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a História também registra que o Governador Ene Garcez dos

Reis, logo após chegar a Boa Vista, fundou, em 24 de julho de 1944, o Órgão Oficial, então mimeografado em sala da Prelazia, na Rua Bento Brasil, onde funcionava a Administração Territorial.

Para dirigir a Imprensa Oficial de então, foi escolhido Geraldo Guimarães Moreira que, não sendo jornalista, “demonstrava um bom conhecimento da língua portuguesa e contava com certa experiência na arte de impressão”, além de adotada a colaboração de Amaral Peixoto, para cumprir a tarefa de divulgação das providências de Administração.

A primeira publicação de atos de Governo do Território de Roraima era também meio de divulgação de temas de saúde, instrução pública, crédito rural, fomento agrícola, admissão e demissão de servidores e demais informações da Secretaria-Geral, além de dar ao conhecimento da população a vigência de atos e outras providências do Governo Territorial.

Após 5 anos, no Governo do General Clóvis Nova da Costa, foi adquirida uma impressora manual tipográfica, que imprimia com a utilização de tipos de chumbo.

Nesse mesmo ano de 1949, a Imprensa Oficial foi transferida para o prédio de número 234, da Rua Coronel Pinto, Centro de Boa Vista. Ainda nesse ano, o Órgão Oficial, que rodava por meio de mimeógrafo, foi extinto. No início de janeiro de 1950, surgia em seu lugar o Boletim Oficial, sob novo formato e impressão tipográfica.

Com a evolução das artes gráficas, marcada com a chegada da linotipo, em 1953, começava uma nova fase na história da comunicação escrita em Boa Vista.

Importada dos Estados Unidos, a linotipo permaneceu encaixotada, pois não havia quem soubesse a técnica de sua montagem. Temístocles Ramos Sobrinho, amigo de José Maria Barbosa, Secretário-Geral do Governador, que lá passeava, foi, por fim, contratado para o serviço. Concluída a tarefa, conquistado pela cidade, não mais a deixou.

O aproveitamento da linotipo na Imprensa Oficial representou a mudança da tipografia manual pela mecânica, de muito maior rendimento e qualidade. No primeiro caso, utilizava-se letra por letra para formar a palavra e depois a frase. Na linotipo, o texto era datilografado e as letras de metal iam caindo em um depósito. Tais letras recebiam uma pressão de chumbo líquido, em alta temperatura, que, ao se solidificar, formava uma linha desse metal como matriz da frase.

Em 1973, começava a funcionar o sistema *offset*. A imprensa estatal, além de seu Boletim Oficial,

que circulava uma a duas vezes por semana, imprimia o jornal *Boa Vista*, de propriedade do Governo Territorial.

O desenvolvimento social e político gerou a necessidade de divulgação dos numerosos atos administrativos, que requeriam notícia diária. Em 1983, o Governador Vicente de Magalhães Moraes extinguiu o Boletim Oficial e, com o Decreto nº 108, de 29 de dezembro, criou o Diário Oficial do Governo do Território Federal de Roraima.

Com a transformação do Território em Estado da Federação, em 1988, como dissemos, e a posse do primeiro governador eleito, Ottomar de Souza Pinto, em 1991, a publicação passou a denominar-se Diário Oficial do Estado de Roraima, sendo editado pelo Departamento de Imprensa Oficial, da Secretaria de Estado da Administração, e tendo como missão institucional “dar publicidade aos atos do Governo Estadual e executar trabalhos gráficos para a Administração Pública.

Hoje, segundo anuncia o Diretor-Presidente Murilo Bezerra de Menezes, da Imprensa Oficial, “já se pensa nas inovações tecnológicas que haverá de levar o Diário Oficial de Roraima à Internet”.

Concluimos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a nossa breve exposição, registrando integral concordância com a acertada sentença do Presidente Hubert Alquéres, da ABIO, segundo a qual as Imprensas Oficiais, como um pilar sólido e consistente da democracia brasileira, promovem a cidadania e contribuem para o aperfeiçoamento das instituições, combinando tradição e modernidade.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 19 de março próximo, o Município de Macapá cultua o seu Patrono, São José, que é também o Patrono da Igreja Universal.

Apesar de ter grande importância dentro da Igreja Católica, o nome de São José não é muito citado dentre as fontes bibliográficas da Igreja, sendo apenas mencionado nos Evangelhos de São Lucas e São Matheus.

O Papa Leão XIII justificou as razões da grandeza de São José “por ser Ele esposo de Maria e pai adotivo de Jesus”.

Não há dúvida de que a grandeza de São José se justifica também pelo fato de ter sido Ele obediente às revelações de Deus.

O Município de Macapá possui uma das mais belas Fortalezas deste País e da América do Sul, ten-

do sido oriunda do Século XVIII, com data de inauguração no dia 19 de março de 1782, com o nome de Fortaleza de São José.

Que o Padroeiro São José ampare a cada um de nós e, em particular, os habitantes do Município de Macapá, e que com o seu constante patrocínio e sustentados com o seu auxílio, possamos viver virtuosamente.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

O GOVERNO PETISTA AGORA COLHE TEMPESTADE, DEPOIS DE SEMEAR VENTOS

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Presidente Lula já está sendo obrigado a entrar pelos fundos nos locais a que se dirija para alguma solenidade. Como ocorreu no hotel Copacabana Palace, onde iria se encontrar com o Presidente Néstor Kirchner, da Argentina.

O Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, está sendo compelido a falar pouco e a sair de fininho de alguma solenidade.

Na análise da jornalista Eliane Cantanhêde, da **Folha de SPaulo**, o que está ocorrendo é culpa da postura do próprio Governo diante do episódio que revelou ao País a prática de corrupção e de negociações de bingos e jogos dentro do Palácio do Planalto, sob a batuta de um assessor direto do Chefe da Casa Civil.

O estarrecimento dos brasileiros a partir da reportagem da revista *Época*, sobre esse desastrado episódio conhecido como Caso Waldomiro Diniz, não foi suficiente para que o Governo não viesse a impedir a investigação proposta pelas oposições no Senado, que viram ruir a tentativa de criação de uma comissão parlamentar de inquérito.

O governo bateu o pé. Foi rude. Pediu a ajuda do PMDB e tudo, na idéia do Planalto, foi abafado. Não Foi. O País acompanha tudo, inclusive pela TV Senado. E, a partir da daí, as reações são fatais.

Estou anexando a este pronunciamento o teor do artigo da jornalista da *Folha*, para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado da República.

Era o que tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Eliane Cantanhêde

NAMORANDO O PERIGO

Brasília – O presidente da República, o primeiro-ministro e o homem forte da economia não podem mais abrir a boca. Responder a perguntas, então, nem se fala.

O próprio Lula entrou pelos fundos do hotel Copacabana Palace e, no dia seguinte, saiu escoltado de ministros, diplomatas, assessores e seguranças para não ouvir manifestações nem perguntas desagradáveis. Entrou e saiu calado do encontro com Néstor Kirchner -que, aliás, deu entrevista para os jornalistas argentinos.

Na comitiva de Lula porta afora do Copacabana, um constrangido Palocci limitou-se a dar um riso amarelo ao igualmente sair de fininho sem falar nada. Enquanto os ministros argentinos circulavam entre os jornalistas, falando à vontade.

São efeitos da crise. Ou melhor: da fita que flagrou Waldomiro Diniz pedindo grana a um bicheiro e da suspeita de que o mesmo Waldomiro meteu Rogério Buratti numa renovação de contrato da CEF. Waldomiro era braço direito de Dirceu. Buratti, demitido por Palocci em 94 por causa de mutretas, continuou prestando serviços não só para a Prefeitura de Ribeirão Preto como para outras do PT. E surge agora numa triangulação como essa, já no governo Lula.

Cada vez que Lula, Dirceu e Palocci se aproximarem de jornalistas -pode ser em encontro com Kirchner, reunião de agricultores ou concurso de miss-, eles não vão escapar da maldade dos microfones: “E o Waldomiro?”, “e o Buratti?”.

Se tentam se limitar a discursos políticos, correm o risco de pensar alto demais, de abrir a alma e de destilar raiva. Talvez tenha sido o caso de Dirceu, que aproveitou uma reunião com prefeitos na terça para fazer um discurso inflamado, indignado e, de certa forma, ameaçador.

Dirceu acusou a oposição de “namorar o perigo”. Sinto muito, mas quem anda namorando o perigo são o próprio Dirceu e, aparentemente, Palocci. Até por isso, aliás, nem o presidente nem os ministros podem dar entrevistas. As perguntas, todo mundo sabe quais são. E as respostas?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 52 minutos.)

**ATA DA 10ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA,
EM 5 DE MARÇO DE 2004**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 030, de 6 de março de 2004)

RETIFICAÇÕES

1) À página nº 05923, referente ao Parecer nº 151, de 2004,

Onde se lê:

“PARECER Nº 151, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Detteto Legislativo nº 767, de 2003 (nº 3.056/ e 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Lula. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia.”

Leia-se:

“PARECER Nº 151, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 767, de 2003 (nº 3.056/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vilhena, Estado de Rondônia.”

2) À página nº 05925, 1ª coluna , referente ao Parecer nº 152, de 2004,

Onde se lê:

“PARECER Nº 152, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legishtivo nº 775, de 2003 (nº 2.488/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Cultural Beneficente Studio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peruíbe, Estado de São Paulo.

Relator: Senador Eurípedes Camargo”

Leia-se:

“PARECER Nº 152, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto **Legislativo** nº 775, de 2003 (nº 2.488/2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação e Movimento Comunitário Cultural Beneficente Studio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Peruíbe, Estado de São Paul.

Relator: Senador Eurípedes Camargo

Relator Ad hoc: Senador Cristovam Buarque”

3) À página 05941, 1ª coluna, referente ao Parecer nº 159, de 2004,

Onde se lê:

“PARECER Nº 159, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 820, de 2003 (nº 2.594 2002, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio do Alto São Francisco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Martinho Campos, Estado de Minas Gerais.”

Leia-se:

“PARECER Nº 159, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 820, de 2003 (**nº 2.598/2002**, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Rádio do Alto São Francisco a executar serviço de radiodifusão

comunitária na cidade de Martinho Campos, Estado de Minas Gerais.”

- 4) À página 05970, 1ª coluna, referente ao Parecer nº 169, de 2004, da comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 883, de 2003,

Onde se lê:

“PARECER Nº 69, DE 2004”

Leia-se:

“PARECER Nº169, DE 2004”

- 5) À página 05972, 2ª coluna, referente ao Parecer nº 170, de 2004,

Onde se lê:

“PARECER Nº170, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 887, de 2003 (nº 224/03, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Singão Associação Cultural de Santa Isabel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Isabel, Estado de São Paulo.”

Leia-se:

“PARECER Nº170, DE 2004

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 887, de 2003 (nº 224/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Singão Associação Cultural de Santa Isabel a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Isabel, Estado de São Paulo.”

**ATA DA 12ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 9 DE MARÇO DE 2004
(Publicada no Diário do Senado Federal nº 032, de 10 de março de 2004)**

RETIFICAÇÕES

- 1) À página nº 06329, 2ª coluna, referente ao Requerimento nº 258, de 2004,

Onde se lê:

“REQUERIMENTO Nº 258, de 2004

Nos termos do § 2º do art.5º da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando as informações publicadas no Jornal O Estado de S. Paulo, do dia 29 de fevereiro de 2004, requeiro seja enviada pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado da Fazenda relação contendo todas as empresas relacionadas aos jogos de bingo que se encontram em débito com a Secretaria da Receita Federal.

Sala das Sessões, - Romeu Tuma”.

Leia-se:

“REQUERIMENTO Nº 258, de 2004

Nos termos do § 2º do **art. 50** da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando as informações publicadas no Jornal O Estado de S. Paulo, do dia 29 de fevereiro de 2004, requeiro seja enviada pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado da Fazenda relação contendo todas as empresas relacionadas aos jogos de bingo que se encontram em débito com a Secretaria da Receita Federal.

Sala das Sessões, - Romeu Tuma.”

2) À página 06331, 1ª coluna, referente ao Requerimento nº 262, de 2004,

Onde se lê:

“REQUERIMENTO Nº 262, de 2004

Requeiro, nos termos do artigo 216 do Regimento Interno, seja informado pelo excelentíssimo Senhor Ministro da o total de verbas liberadas para atendimento médico emergencial aos desassistidos do Piauí, recentemente atingido por fortes enchentes.”

Leia-se:

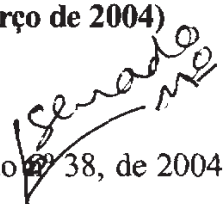
“REQUERIMENTO Nº 262, de 2004

Requeiro nos termos do artigo 216 do Regimento Interno, seja informado pelo excelentíssimo Senhor Ministro da **Saúde** o total de verbas liberadas para atendimento médico emergencial aos desassistidos do Piauí, recentemente atingido por fortes enchentes.”

**ATA DA 14ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA,
EM 11 DE MARÇO DE 2004**

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 034, de 12 de março de 2004)

RETIFICAÇÃO

1) À página nº 06737, 2ª coluna, referente ao Projeto de Lei do  38, de 2004, de autoria do Senador Gerson Camata,

Onde se lê:

“PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2003”

Leia-se:

“PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2004”

CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 172**, ADOTADA, EM 10 DE MARÇO DE 2004 E PUBLICADA NO DIA 11 DO MESMO MÊS E ANO, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO AO **CAPUT** DO ART. 7º DA LEI Nº 9.264, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1996, QUE DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO E A REORGANIZAÇÃO DA CARREIRA POLICIAL CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, FIXA REMUNERAÇÃO DE SEUS CARGOS E INSTITUI, PARA OS MILITARES DO DISTRITO FEDERAL – POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, E A GRATIFICAÇÃO DE CONDIÇÃO ESPECIAL DE FUNÇÃO MILITAR - **GCEF**"

CONGRESSISTAS	EMENDAS NºS
Deputado Alberto Fraga	002 e 009
Senador Arthur Virgílio	003
Deputado Coronel Alves	004
Deputado Coronel Alves e outros	005
Deputado Jair Bolsonaro	001
Deputada Juíza Denise Frossard	006
Deputada Laura Carneiro	007 e 008

SACM

TOTAL DE EMENDAS – 009

MPV-172

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00001

data 11/03/2004	proposição Medida Provisória nº 172, de 10 de março de 2004
--------------------	---

autor Deputado JAIR BOLSONARO	nº do prontuário 302
---	-------------------------

1 ☐ Supressiva	2. ☐ substitutiva	3. ☐ modificativa	4. ☐ aditiva	5. ☐ Substitutivo global
---------------------------------------	--	--	-------------------------------------	---

Página	Artigo 2º	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	-----------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Acrescente-se parágrafo 1º ao artigo 2º da Medida Provisória em epígrafe, renumerando seu atual parágrafo único para § 2º.

“Art. 2º -

§ 1º Estende-se aos militares da ativa, inativos e pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, Rondônia e de Roraima e aos militares inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do antigo Distrito Federal, a gratificação prevista no caput.”

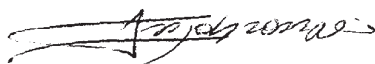
JUSTIFICAÇÃO

Considerando que a Lei de Remuneração dos Militares do Distrito Federal (Lei nº 10486, de 4 de julho de 2002) é extensiva aos militares ativos e inativos, bem como aos pensionistas dos ex-Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima e aos inativos e pensionistas integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal, conforme estabelece o seu art. 65, entendemos que a criação de uma nova gratificação que irá integrar a estrutura remuneratória somente dos militares do Distrito Federal há que ser estendida aos integrantes das corporações citadas no art. 65, sob pena de ocorrer tratamento diferenciado, que vem a ferir o princípio da isonomia.

O governo com esta medida está criando mecanismos para, no futuro, ao alterar o percentual da GCEF, conceder reajustes apenas para os PMs e BMs do atual Distrito Federal.

PARLAMENTAR

Brasília, DF, 11 de março de 2004.



MPV-172

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00002

data 16/03/2004	Proposição Medida Provisória nº 172/2004
--------------------	---

Autor ALBERTO FRAGA	nº do prontuário
-------------------------------	------------------

1 ☐ Supressiva	2. ☐ substitutiva	3. ☒ modificativa	4. ☐ aditiva	5. ☐ Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se nova redação ao Art. 2º da MP 172 de 2004:

Art. 2º...

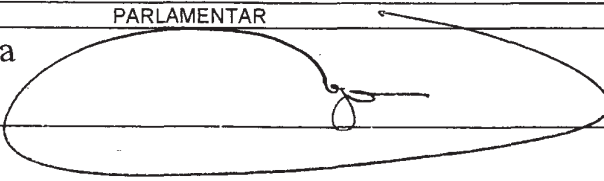
Parágrafo único A GCEF integra os proventos na inatividade remunerada **e dos pensionistas** dos militares do Distrito Federal - Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória enviada pelo Governo Federal à esta Casa já contempla os pensionistas, mesmo porque a não inclusão implicaria em desrespeito ao princípio da paridade. A redação proposta na emenda visa a esclarecer qualquer dúvida que venha a suscitar ações judiciais desnecessárias.

Para que não reste dúvidas, cabe informar que, os referidos pensionistas já foram até pagos com o referido aumento.

Deputado Alberto Fraga	PARLAMENTAR
------------------------	-------------



MPV-172**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00003**

data 12/03/2004	Proposição Medida Provisória nº 172, de 2004
Autor Senador Arthur Virgílio	nº do prontuário

1 Supressiva	2. substitutiva	3. modificativa	4. aditiva	5. Substitutivo global
--------------	-----------------	-----------------	------------	------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

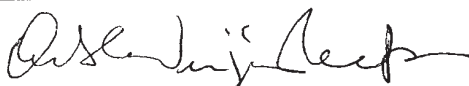
Dê-se ao artigo 2º, da Medida Provisória nº 172 de 2004, a seguinte redação:

“Art. 2º Fica instituída a Gratificação de Condição Especial de Função Militar - GCEF, devida mensal e regularmente, em caráter privativo, aos militares do Distrito Federal - Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, no percentual de sete **vírgula** três por cento, incidentes sobre o soldo de Coronel.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda pretende adequar o texto da Medida Provisória ao vernáculo, pois a palavra vírgula é proparoxítona, exigindo acentuação.

Sala das Sessões, 12 de março de 2004.

PARLAMENTAR

EMENDA Nº.....**(Do Senhor Coronel Alves e outros) MPV-172****00004****À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 172, DE 2004.**

Dá nova redação ao **caput** do art. 7º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, que dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, fixa remuneração de seus cargos e institui, para os militares do Distrito Federal - Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, a Gratificação de Condição Especial de Função Militar - GCEF

Dê-se a seguinte redação ao artigo 2º da Medida Provisória em apreço:

Art. 2º A Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

.....

III -

.....

d) de Condição Especial de Função Militar.

.....

Art. 3º

.....

VIII - A - Gratificação de Condição Especial de Função Militar - GCEF, parcela remuneratória devida mensal e regularmente aos militares, no percentual de sete vírgula três por cento, incidentes sobre o soldo de Coronel;

.....

Art. 20.....

.....

VII - Gratificação de Condição Especial de Função Militar.

.....

Art. 59.....

JUSTIFICATIVA

A presente emenda vem em socorro da juridicidade e da constitucionalidade, pois a medida provisória afronta de forma direta esses princípios basilares do ordenamento jurídico brasileiro.

Preliminarmente, ela altera a lei de remuneração da polícia civil do Distrito Federal de forma correta, porém em relação aos militares do Distrito Federal ela inova e cria uma nova lei, violentando o espírito da Lei Complementar nº 95/97, que determina a consolidação das matérias da mesma natureza. Nesse sentido a Emenda altera a lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002, corrigindo a injuridicidade.

Quanto aos pressupostos de constitucionalidade, a redação da Medida Provisória, da forma como foi editada, afronta as emendas constitucionais nº 18/98, 19/98 e 38/02, e por consequência, viola os princípios magnos de isonomia e de razoabilidade.

Ressalta-se que o tratamento dos policiais militares mantidos pela União deve ser isonômico, sejam eles do Distrito Federal sejam dos ex-territórios, pois o ente – a União – que os mantém e a legislação são os mesmos, por força constitucional, não podendo uma novel medida legislativa, norma de caráter inferior, dar tratamento diferenciado ao que determina o Diploma Maior, erro em que incorre a Medida Provisória em comento. Há, nesse sentido, flagrante inconstitucionalidade.

Por seu turno, o princípio da razoabilidade também é atingido, pois não é razoável o tratamento diferenciado entre militares de uma mesma categoria, ou seja, policiais militares ou bombeiros militares, pelo único motivo de uns servirem no Distrito Federal e os outros em Rondônia, Roraima ou Amapá, sendo estes, como aqueles, militares mantidos pela União, consoante a mesma legislação. O serviço que prestam não é o mesmo, sejam em que locais forem? Não pertencem às mesmas categorias? Não têm o mesmo regime jurídico? Não exercem as mesmas atividades militares? Trata-se, na verdade, de medida discriminatória em relação aos militares dos ex-territórios.

Preliminarmente, ela altera a lei de remuneração da Polícia Civil do Distrito Federal de forma correta, porém, em relação aos militares do Distrito Federal ela cria uma nova lei, violentando o espírito da lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002.

Quanto aos pressupostos de constitucionalidade, a redação da Medida Provisória, da forma como foi editada, afronta as emendas constitucionais nº 18/98, 19/98 e 38/02, e, por consequência, viola os princípios magnos de isonomia e de razoabilidade.

Ressalta-se que o tratamento dos policiais militares mantidos pela União deve ser isonômico, sejam eles do Distrito Federal, sejam dos ex-territórios, pois o ente – a União – que os mantém e a legislação são os mesmos, por força constitucional, não podendo uma novel medida legislativa, norma de caráter inferior, dar tratamento diferenciado ao que determina o Diploma Maior, erro em que incorre a Medida Provisória em comento. Há, nesse sentido, flagrante inconstitucionalidade.

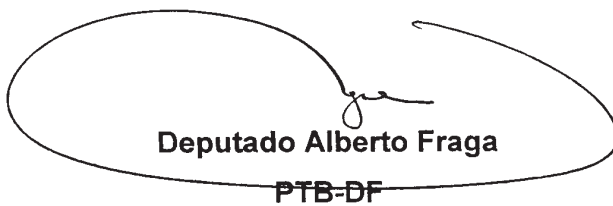
Por seu turno, o princípio da razoabilidade também é atingido, pois não é razoável o tratamento diferenciado entre militares de uma mesma categoria, ou seja, policiais militares ou bombeiros militares, pelo único motivo de uns servirem no Distrito Federal e os outros em Rondônia, Roraima ou Amapá; sendo estes, como aqueles, militares mantidos pela União, consoante a mesma legislação. O serviço que prestam não é o mesmo, sejam em que locais forem? Não pertencem às mesmas categorias? Não têm o mesmo regime jurídico? Não exercem as mesmas atividades militares? Trata-se, na verdade, de medida discriminatória em relação aos militares dos ex-Territórios e do antigo Distrito Federal.

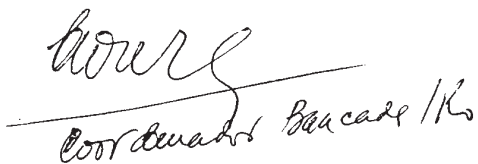
Pelas razões acima expostas, a Medida Provisória 172, de 2004, não pode prosperar sem as correções propostas, haja vista os vícios de injuridicidade e inconstitucionalidade insanáveis, que não permitem ser ela admitida na análise dos pressupostos constitucionais.

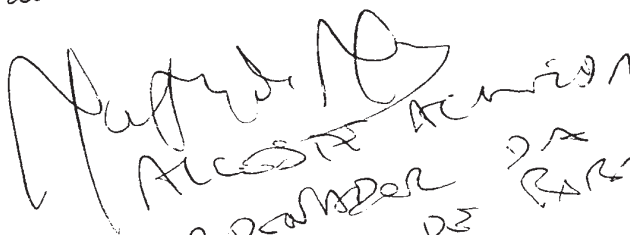
Assim, por ser medida necessária juridicamente e justa, quanto ao mérito, é que solicitamos aos demais pares o apoio a esta Emenda,

Sala das Sessões, em de de 2004.


Deputado Coronel Alves
PL-AP


Deputado Alberto Fraga
PTB-DF


Coordenador Bancada IR


ALEXANDRE ALMEIDA
COORDENADOR DA
BANCADA DE PARANÁ

EMENDA Nº.....**(Do Senhor Coronel Alves e outros)****MPV-172****À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 172, DE 2004.****00005**

Dá nova redação ao **caput** do art. 7º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, que dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, fixa remuneração de seus cargos e institui, para os militares do Distrito Federal - Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, a Gratificação de Condição Especial de Função Militar - GCEF

Dê-se a seguinte redação ao artigo 2º da Medida Provisória em apreço:

"Art. 2º Fica instituída a Gratificação de Condição Especial de Função Militar - GCEF, parcela remuneratória devida mensal e regularmente aos militares do Distrito Federal e dos ex-Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá, no percentual de sete virgula três por cento, incidentes sobre o soldo de Coronel.

Parágrafo único. A gratificação prevista neste artigo se estende aos inativos e pensionistas, incluídos os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de bombeiros Militar do antigo Distrito Federal."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda vem em socorro da juridicidade e da constitucionalidade, pois a medida provisória afronta de forma direta esses princípios basilares do ordenamento jurídico brasileiro.

Preliminarmente, ela altera a lei de remuneração da Polícia Civil do Distrito Federal de forma correta, porém, em relação aos militares do Distrito Federal ela cria uma nova lei, violentando o espírito da lei nº 10.486, de 04 de julho de 2002.

Quanto aos pressupostos de constitucionalidade, a redação da Medida Provisória, da forma como foi editada, afronta as emendas constitucionais nº 18/98, 19/98 e 38/02, e, por consequência, viola os princípios magnos de isonomia e de razoabilidade.

Ressalta-se que o tratamento dos policiais militares mantidos pela União deve ser isonômico, sejam eles do Distrito Federal, sejam dos ex-territórios, pois o ente – a União – que os mantém e a legislação são os mesmos, por força constitucional, não podendo uma novel medida legislativa, norma de caráter inferior, dar tratamento diferenciado ao que determina o Diploma Maior, erro em que incorre a Medida Provisória em comento. Há, nesse sentido, flagrante inconstitucionalidade.

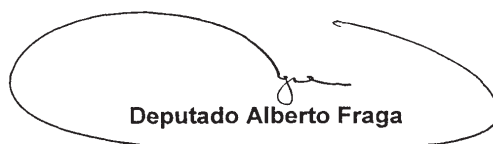
Por seu turno, o princípio da razoabilidade também é atingido, pois não é razoável o tratamento diferenciado entre militares de uma mesma categoria, ou seja, policiais militares ou bombeiros militares, pelo único motivo de uns servirem no Distrito Federal e os outros em Rondônia, Roraima ou Amapá; sendo estes, como aqueles, militares mantidos pela União, consoante a mesma legislação. O serviço que prestam não é o mesmo, sejam em que locais forem? Não pertencem às mesmas categorias? Não têm o mesmo regime jurídico? Não exercem as mesmas atividades militares? Trata-se, na verdade, de medida discriminatória em relação aos militares dos ex-Territórios e do antigo Distrito Federal.

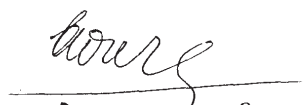
Pelas razões acima expostas, a Medida Provisória 172, de 2004, não pode prosperar sem as correções propostas, haja vista os vícios de injuridicidade e inconstitucionalidade insanáveis, que não permitem ser ela admitida na análise dos pressupostos constitucionais.

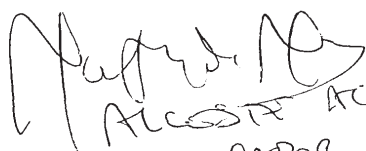
Assim, por ser medida necessária juridicamente e justa, quanto ao mérito, é que solicitamos aos demais pares o apoio a esta Emenda,

Sala das Sessões, em de de 2004.


Deputado Coronel Alves
PL-AP


Deputado Alberto Fraga
PTB-DF


Coordenador Bancário / R


ALCESTES ACUNÃ
COORDENADOR DA
SECRETARIA DE PARLAMENTAR

MPV-172**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00006**

data 17.03.04	proposição Medida Provisória nº 172 de 10.03.04
------------------	---

autor Deputada Juíza Denise Frossard	nº do prontuário
--	------------------

1 ☐ Supressiva	2. ☐ substitutiva	3. ☒ modificativa	4. ☐ aditiva	5. ☐ Substitutivo global
---------------------------------------	--	---	-------------------------------------	---

Página	Artigo 2º	Parágrafo único	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se ao parágrafo único do art. 2º da MP nº 172, de 10 de março de 2004, a seguinte redação:

“Art. 2º.....

Parágrafo único: A GCEF integra os proventos na inatividade remunerada dos militares do Distrito Federal - Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e dos militares do antigo Distrito Federal.”

JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 10.846, de 4 de julho de 2002, em seu art. 65, reconheceu os direitos dos militares que prestaram serviços na cidade do Rio de Janeiro, quando Capital do Brasil, ao equiparar suas remunerações aos dos militares do atual Distrito Federal.

Em decorrência do contido na referida Lei, a emenda visa estender a Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF aos militares inativos da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do antigo Distrito Federal.

PARLAMENTAR

Denise Frossard

MPV-172**00007****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 172, DE 10 DE MARÇO DE 2004**

Dá nova redação ao **caput** do art. 7º da Lei n.º 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, que dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, fixa remuneração de seus cargos e institui, para os militares do Distrito Federal - Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, a Gratificação de Condição Especial de Função Militar - GCEF.

EMENDA MODIFICATIVA N.º /04

Modifica o art. 2º e o parágrafo único de MP 172 de 10 de março de 2004, que passa a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 2º Fica instituída a Gratificação de Condição Especial de Função Militar — GCEF, devida mensal e regularmente aos militares do Distrito Federal — Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, no percentual de sete vírgula três por cento, incidentes sobre o soldo de Coronel.

Parágrafo único. A GCEF integra os proventos na inatividade remunerada dos militares do Distrito Federal e remanescentes do antigo Distrito Federal - Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.

JUSTIFICAÇÃO

O Direito Brasileiro, quicá ao amparo das mais sólidas Escolas Democráticas, tem como fundamento basilar o DIREITO ADQUIRIDO. Ponto essencial que faz coisa julgada e assegura “ad posteriori” o direito alcançado em um dado ponto anterior. Com tal premissa iniciamos a justificativa a nossa propositura que visa aclarar o texto da MP ora em exame. A Lei 10.846 de 4 de julho de 2002 em seu art. 65 in verbis:

MPV-172**00008****MEDIDA PROVISÓRIA N.º 172, DE 10 DE MARÇO DE 2004**

Dá nova redação ao **caput** do art. 7º da Lei n.º 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, que dispõe sobre o desmembramento e a reorganização da Carreira Policial Civil do Distrito Federal, fixa remuneração de seus cargos e institui, para os militares do Distrito Federal - Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, a Gratificação de Condição Especial de Função Militar - GCEF.

EMENDA MODIFICATIVA N.º /04

Modifica o art. 2º e o parágrafo único da MP 172 DE 10 de março de 2004, que passa a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 2º Fica instituída a Gratificação de Condição Especial de Função Militar – GCEF, devida mensal e regularmente aos militares do Distrito Federal – Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar, no percentual de sete virgula três por cento, incidentes sobre o soldo de Coronel.

Parágrafo único. A GCEF integra os proventos na inatividade remunerada dos militares do Distrito Federal e remanescentes do antigo Distrito Federal – Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.

JUSTIFICAÇÃO

Nosso escopo ao apresentarmos a presente Emenda Modificativa visa expungir do texto ora em epígrafe o termo “ **em caráter privativo** ”, através do qual iremos permitir que seja assegurado aos militares inativos e pensionistas destes, os direitos expressos da forma insofismável no texto legal vigente na Lei 10.486 de 04 de julho de 2002.

Brasília, 16 de março de 2004


LAURA CARNEIRO
PFL/RJ

MPV-172**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS****00009**

data 16/03/2004	proposição Medida Provisória nº 172/2004			
autor ALBERTO FRAGA	nº do prontuário			
1 ☐ Supressiva 2. ☐ substitutiva 3. ☒ modificativa 4. ☐ aditiva 5. ☐ Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
Dê-se nova redação ao Art. 3º da MP 172 de 2004: Art. 3º O disposto nesta Medida Provisória entra em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2004. JUSTIFICAÇÃO O aumento salarial previsto na Medida Provisória é uma antiga reivindicação das categorias policiais do Distrito Federal. As grandes perdas ocasionadas por vários anos de arrocho salarial não foram recuperadas com os percentuais concedidos, que, infelizmente, são muito inferiores aos esperados. Tendo em vista a demora na concessão do direito e seu reduzido valor, espera-se que, no mínimo, a correção seja concedida a partir janeiro de 2004.				

PARLAMENTAR

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**AVISO**

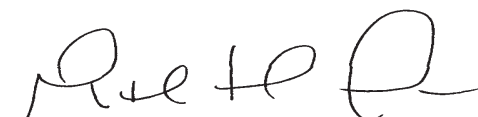
O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Senador João Alberto Souza, comunica que a 1ª Reunião de 2004 do Conselho está convocada para o dia 24 de março, quarta-feira, às 17 horas, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, destinada à oitiva do Senhor Anthony Garotinho na Representação nº 3, de 2003.

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 446 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 003330/04-4,

RESOLVE designar o servidor **ARISTIDES LEITE NETO**, matrícula 3406, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Comissão, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Comissões, a partir de 11 de março de 2004.

Senado Federal, 17 de março de 2004.



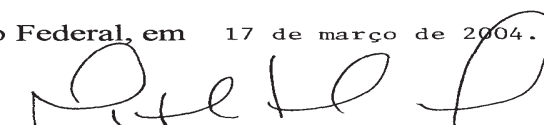
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 447 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003470/04-0,

R E S O L V E exonerar **ALEX RODRIGUES CRUZ**, matrícula n.º 35.161, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6 do Gabinete do Senador Cristóvam Buarque e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 17 de março de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 448 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Artigo 10, § 3º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003428/04-4,

R E S O L V E exonerar, a pedido, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JOSÉ ALCINO SCARASSATI**, matrícula n.º 32932, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Gabinete do Senador Demóstenes Torres, a partir de 15/03/2004.

Senado Federal, em 17 de março de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 449 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003427/04-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **THAÍS DA CRUZ MORAES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Demóstenes Torres.

Senado Federal, em 17 de março de 2004.



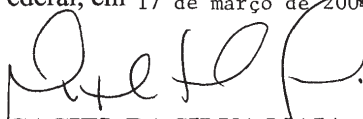
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 450 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º 003425/04-5 e 003426/04-1,

R E S O L V E exonerar **MANOEL ANTÔNIO DOS SANTOS**, matrícula n.º 33555, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-6 do Gabinete do Senador Demóstenes Torres e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Motorista do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no mesmo Gabinete.

Senado Federal, em 17 de março de 2004.



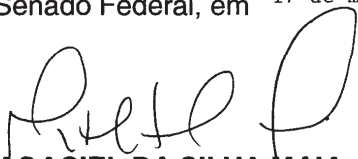
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 451 , DE 2004**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **003254/04-6**,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 421, de 11/03/2004, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2954, de 12/03/2004, que nomeou **NAYAHARA GOMES BATALHA DE GÓES**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Liderança do PSB.

Senado Federal, em 17 de março de 2004.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 452 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições regulamentares e tendo em vista o que consta do Processo nº 000853/04-6,

RESOLVE nos termos do artigo 25 da Lei nº 8.112, de 1990, com as alterações dadas pela Medida Provisória nº 2.225-45, c/c o Decreto nº 3.644, de 2000, e com o Ato da Comissão Diretora nº 03, de 2002, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, conceder a **CELSONO DANTAS**, reversão ao serviço ativo, no cargo de Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Especialidade de Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45.

Senado Federal, 18 de março de 2004.

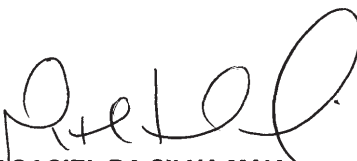

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 453 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 09, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, **RESOLVE**:

Designar o servidor **GILSON AMARAL DA SILVA**, matrícula nº 286, **em substituição** ao servidor **RUBENS VASCONCELLOS TERRA NETO**, matrícula 559, ambos ocupantes do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, na função de substituto do Chefe do Serviço de Suporte ao Ambiente Computacional da Rede Cliente Servidor - SSR, da Subsecretaria de Suporte Técnico e Operações – SSSTO, da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN, nos casos de afastamentos e impedimentos do titular.

Senado Federal, em 18 de março de 2004


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 454 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 09, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, **RESOLVE**:

Dispensar o servidor **ARNALDO MOREIRA DA SILVA**, matrícula nº 541, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN, da Função Comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do serviço de administração de Equipamentos e Instalações - SAE, da Subsecretaria de Suporte Técnico e Operações – SSSTO, da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN e **designá-lo** para exercer a Função Comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Manutenção da Infra-Estrutura Técnica - SMT, da mesma Subsecretaria.

Senado Federal, em 18 de março

de 2004



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 455 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 09, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal **RESOLVE**:

Dispensar o servidor **ANTÔNIO JOSÉ BRACHADO DA COSTA**, matrícula nº 425, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN, da Função Comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Manutenção da Infra-Estrutura Técnica - SMT, da Subsecretaria de Suporte Técnico e Operações – SSSTO, da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN e **designá-lo** como substituto do chefe do mesmo Serviço, nos casos de afastamentos e impedimentos do titular.

Senado Federal, em 18 de março

de 2004



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 456 , DE 2004

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 da Resolução nº 09, de 1997, e pelo Ato nº 108, de 2003, do Presidente do Senado Federal, **RESOLVE**:

Designar o servidor **LUIZ FLÁVIO BRANT DE MORAES E SILVA**, matrícula nº 551, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Informática - PRODASEN, para exercer a Função Comissionada, Símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Administração de Equipamentos e Instalações - SAE, da Subsecretaria de Suporte Técnico e Operações – SSSTO, da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN e como seu substituto o servidor **PAULO CESAR DE ARAÚJO REGO**, matrícula nº 491, nos casos de afastamentos e impedimentos do titular.

Senado Federal, em 18 de março de 2004



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL (52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	PT	Ideli Salvatti
PMDB	João Alberto Souza	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PFL	Roseana Sarney		Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PTB	Duciomar Costa	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PDT	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	GOIÁS	PSB	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	PT	Delcídio Amaral
PSDB	Antero Paes de Barros	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		DISTRITO FEDERAL
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		TOCANTINS
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PFL	João Ribeiro
PSDB	Reginaldo Duarte	PFL	Leomar Quintanilha
PPS	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	- Paulo Elifas
	ESPÍRITO SANTO	PT	- Fátima Cleide
PPS	João Batista Motta	PMDB	- Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PPS	- Mozarildo Cavalcanti
	PIAUÍ	PDT	- Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	- Romero Jucá

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)
Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata*
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Maguito Vilela
PFL	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Morais	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. Álvaro Dias
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
PDT	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscmcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL -DF)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Shessarenko	2. Ideli Salvatti
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
PFL	
Paulo Octavio	1.
João Ribeiro	2. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

TEMPORÁRIA (07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT - PA)

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL - BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
PMDB	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata**
PFL	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

*Vaga cedida pelo PFL

**Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 15.08.2003.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO
DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS TEMPORÁRIA
(09 titulares e 09 suplentes)**

Presidente: Senador César Borges (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra (PTB - RN)
Relator: Senador Ney Suassuna

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. Eduardo Suplicy.
Fernando Bezerra	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata*
PFL	
César Borges	1. Jonas Pinheiro
Paulo Octávio	2. José Jorge
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Lúcia Vânia
PDT - PPS	
(vago)	(vago)

*Desfilou-se do PMDB, em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO FOME ZERO TEMPORÁRIA
(07 titulares e 07 suplentes)

Presidente: Rodolpho Tourinho (PFL - BA)
Vice-Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT - SP)
Relator: Senador Romero Jucá (PMDB - RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Delcídio Amaral.
Fernando Bezerra	2. Serys Slhessarenko
PMDB	
Ney Suassuna	1. Garibaldi Alves Filho
Romero Jucá	2. Luiz Otávio
PFL	
Jonas Pinheiro	1. Demóstenes Torres
Rodolpho Tourinho	2. Paulo Octávio
PSDB	
Lúcia Vânia	1. Leonel Pavan

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças-Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 19 - Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E-Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(29 titulares e 29 suplentes)

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes* (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Fernando Bezerra
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
(vago)	6. (vago)
Aelton Freitas	7. Serys Slhessarenko
Geraldo Mesquita Júnior	8. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Leomar Quintanilha	2. Hélio Costa
Maguito Vilela	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. Gerson Camata**
PFL	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Paulo Octávio	4. Efraim Morais
Maria do Carmo Alves	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
João Tenório	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Juvêncio da Fonseca	2. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Reuniões: Quintas - Feiras às 10:00 horas - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO
ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)
Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.(vago)
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Amir Lando	1. (vago)
Juvêncio da Fonseca*	2. (vago)
PFL	
Roseana Sarney	1. (vago)
PSDB	
Lúcia Vânia	1. (vago)
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. (vago)

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.
Atualizada em 10.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. (vago)
Aelton Freitas	2. (vago)
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. (vago)
PSDB	
Antero Paes de Barros	1. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003

Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz

Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS
DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Flávio Arns	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
PFL	
Jonas Pinheiro	1. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. (vago)

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes*(PMDB-AP)
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)
Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. (vago)
Eurípedes Camargo	2. (vago)
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Papaléo Paes*	2. (vago)
PFL	
Maria do Carmo Alves	1. (vago)
PSDB	
Reginaldo Duarte	1. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 17.09.2003

Secretário: José Roberto Assumpção Cruz
Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E - Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)
Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Duciomar Costa
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
Fernando Bezerra	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. Aelton Freitas
PMDB	
Amir Lando	1. Ney Suassuna
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Renan Calheiros	4. João Alberto Souza
Romero Jucá	5. Maguito Vilela
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Efraim Moraes
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
PSDB	
Álvaro Dias	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Eduardo Azeredo
Arthur Virgílio	3. Leonel Pavan
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 10.12.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas - Feiras às 10:00 horas. - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS
“INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E
RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS
COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO
(7 titulares e 7suplentes)
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati
Vice-Presidente: Pedro Simon
Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
PFL	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
PT	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
PSDB	
Tasso Jereissati	1. Leonel Pavan
OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 02.09.03

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E - Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)
Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. (vago)
Duciomar Costa	5. (vago)
Aelton Freitas	6. (vago)
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
PMDB	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Papaléo Paes
Gerson Camata*	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
José Maranhão	6. Amir Lando
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
PFL	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Efraim Moraes	4. Marco Maciel
Maria do Carmo Alves	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
PSDB	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. João Tenório
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres
Almeida Lima	2. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças - Feiras às 11:30 horas - Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

Vice-Presidente: (vago)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Roberto Saturnino	1. (vago)
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
PMDB	
Hélio Costa	1. Gerson Camata***
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca**
(vago)	3. Luiz Otávio
PFL	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
PDT	
Almeida Lima	2. (vago)

* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

**Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

*** Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 15.09.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 - Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E - Mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV
PERMANENTE
9 (nove) titulares
9 (nove) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE
PERMANENTE
7 (sete) titulares
7 (sete) suplentes
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
(vago)	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata*	
João Alberto Souza	
PFL	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Antonio Carlos Magalhães	
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
PDT	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 30.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.1) SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS
AGÊNCIAS REGULADORAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT -PA)
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral (PMDB - DF)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Ana Júlia Carepa	1.Aelton Freitas
Delcídio Amaral	2.Duciomar Costa
PMDB	
Valmir Amaral	1. Romero Jucá
PFL	
Leomar Quintanilha*	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Antero Paes de Barros

* Desfilou-se do PFL, passando a integrar a bancada do PMDB em 08.10.2003
Atualizada em 08.10.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

**5.2) SUBCOMISSÃO DE OBRAS INACABADAS PERMANENTE
(05 titulares e 05 suplentes)**

**Presidente: Senador Efraim Morais (PFL -PB)
Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB - SC)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Aelton Freitas	1. Ana Júlia Carepa
Delcídio Amaral	2.Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	
Gerson Camata*	1. Luiz Otávio
PFL	
Efraim Morais	1. César Borges
PSDB	
Leonel Pavan	1. Arthur Virgílio

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.
Atualizada em 15.09.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas - Feiras às 11:00 horas - Plenário nº 6 - Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E - Mail: jcarvalho@senado.gov.br

6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Sibá Machado	1. Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Renan Calheiros
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
PFL	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Maria do Carmo Alves	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
PSDB	
(vago)	1. Lúcia Vânia
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
PDT	
Jefferson Péres	1. Almeida Lima
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 05.11.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E - Mail: mariadul@senado.br

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	Sibá Machado (por cessão do PMDB)
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. (vago)
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	5. (vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)
PFL	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Maria do Carmo Alves
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
PDT	
Jefferson Péres	1. Juvêncio da Fonseca
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Atualizada em 23.10.03

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Marcelo Crivella
Vice-Presidente: Senador João Capiberibe
Relator: Senador Rodolpho Tourinho

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Marcelo Crivella	1. Duciomar Costa
João Capiberibe	2. Aelton Freitas
PMDB	
Hélio Costa	1. Ramez Tebet
Luiz Otávio	2. Juvêncio da Fonseca*
PFL	
Marco Maciel	1. Roseana Sarney
Rodolpho Tourinho	2. Maria do Carmo Alves
PSDB	
Eduardo Azeredo	1. Antero Paes de Barros

*Desfilou-se do PMDB, passando a integrar a bancada do PDT em 10.09.2003.

Atualizada em 18.09.2003

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
7 (sete) titulares 7 (sete) suplentes

Presidente: Senador Jefferson Péres
Vice-Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
João Capiberibe	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Gilberto Mestrinho
PFL	
Marco Maciel	1. João Ribeiro
PSDB	
Arthur Virgílio	1. Lúcia Vânia
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PPS	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas
E - Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)

Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Eurípedes Camargo	2. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Fátima Cleide	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
PMDB	
Gerson Camata*	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
PFL	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Efraim Morais
Paulo Octavio	4. Maria do Carmo Alves
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
PSDB	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
João Tenório	3. Reginaldo Duarte
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
PPS	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

* Desfilou-se do PMDB em 15.09.2003.

Atualizada em 25.11.2003

Secretário: Celso Parente

Reuniões: Terças - Feiras às 14:00 horas. - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone: 3114607 Fax: 3113286

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 20/93)****COMPOSIÇÃO****(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)****1ª Eleição Geral:** 19.04.1995 **3ª Eleição Geral:** 27.06.2001**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999 **4ª Eleição Geral:** 13.03.2003**Presidente:** Senador **JOÃO ALBERTO SOUZA**¹³**Vice-Presidente:** Senador **DEMÓSTENES TORRES**²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL ⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT ¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸	DF	2285	3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB ⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB ¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB ¹ , PL ¹ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 29.01.2004)**Notas:**¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.¹¹ Desfilhou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.**SECRETARIA-GERAL DA MESA****Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5256**

sscop@senado.gov.br

www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ²	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastou-se do exercício do mandato em 18.11.2003, para tratar de interesses particulares, por 125 dias - RQS 1.168/2003 (DSF de 19.11.2003, página 37785)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

COMPOSIÇÃO

SENADORES	PARTIDO	ESTADO	RAMAL
Eurípedes Camargo ¹	Bloco/PT	DF	2285
Demóstenes Torres ¹	Bloco/PFL	GO	2091
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			
(aguardando indicação)			

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF do dia 25.09.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko ⁴
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior ⁴

PMDB
Senador Papaléo Paes ⁸
PFL ⁶
Senadora Roseana Sarney (MA) ¹
PT ⁵
Senadora Serys Slhessarenko (MT) ¹
PSDB ⁶
Senadora Lúcia Vânia (GO) ¹
PDT
Senador Augusto Botelho (RR) ³
PTB ⁵
Senador Sérgio Zambiasi (RS) ⁷⁻⁹
PSB ⁵
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) ²
PL ⁵
Senador Magno Malta (ES) ¹
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) ¹

Atualizada em 19.01.2004

Notas:

¹ Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

² Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

³ Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

⁴ Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

⁵ Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

⁶ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁷ Vaga ocupada no período de 26.2.2003 a 10.10.2003 pelo Senador Papaléo Paes, que na Sessão do SF de 7.5.2003 comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

⁸ Designado na Sessão do SF de 14.10.2003, conforme indicação da Liderança do PMDB lida na Sessão da mesma data. A vaga do PMDB foi ocupada no período de 26.2.2003 a 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se em virtude do retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

⁹ Designado na Sessão do SF de 10.10.2003, em substituição ao Senador Papaléo Paes.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Presidente nato ¹: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Tião Viana (PT/AC)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO</u> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputado Zulaïê Cobra (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Atualizado em 07.11.2003

Nota:

¹ De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

- 1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
- Mandato estendido até 5/6/2004, conforme Decreto Legislativo nº 77/2002-CN

Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO¹

Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	(VAGO) ³	(VAGO) ²
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUMPÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em dezembro de 2003

Notas:

¹ Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

² Vaga ocupada, até 04.08.2003, por **CARLOS ROBERTO BERLINCK**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

³ Vaga ocupada, até 23.12.2003, por **PAULO CABRAL DE ARAÚJO**, que renunciou ao mandato, conforme comunicação lida na Sessão do Senado Federal desse dia.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 - Comissão de Regionalização da Programação

(constituída na Reunião de 26/06/2002)

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

(constituída na Reunião de 02/09/2002)

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

04 - Comissão de TV a Cabo

(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefone: (61) 311-4561
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.05.2003

Presidente: Deputado DR. ROSINHA	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Senador RODOLPHO TOURINHO	Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROBERTO JEFFERSON

MEMBROS NATOS ⁽¹⁾	
Senador EDUARDO SUPLICY Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputada ZULAIÊ COBRA Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT - PTB - PSB - PL) ⁽²⁾	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) ⁽⁶⁾
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
PFL ⁽³⁾	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
PSDB ⁽³⁾	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
PDT	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) ⁽⁷⁾	Vago ⁽⁸⁾
PPS ⁽⁴⁾	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. PATRÍCIA SABOYA GOMES (PPS/CE) ⁽¹¹⁾

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
PFL	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
PMDB	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
PSDB	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) ⁽⁵⁾	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
PPB	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
PTB	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR) ⁽¹⁰⁾	1. WELINTON FAGUNDES (PL/MT) ⁽¹⁰⁾
PSB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) ⁽⁹⁾
PPS ⁽⁴⁾	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Notas:

⁽¹⁾ Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

⁽²⁾ O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

⁽³⁾ Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁽⁴⁾ Vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

⁽⁵⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁶⁾ Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁷⁾ Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽⁸⁾ Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

⁽⁹⁾ Vaga ocupada pelo Deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹⁰⁾ Vagas ocupadas pelos Deputados Welinton Fagundes (titular) e Neucimar Fraga (Suplente) até 30.09.2003, conforme indicação da Liderança do Bloco PL/PSL lida na Sessão do Senado da mesma data.

⁽¹¹⁾ Vaga ocupada pelo Senador João Batista Motta, que desligou-se do PPS e passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 02.10.2003.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador EDUARDO SUPPLY¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado ARLINDO CHINAGLIA (PT-SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador TIÃO VIANA (PT ² - AC) ⁴
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) ³
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador EDUARDO SUPPLY (PT ² - SP)

Atualizado em 04.02.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-4552
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

Notas:

¹ Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

² Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

³ Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

⁴ Maioria definida pela Mesa em sua 10ª reunião, realizada em 06.11.2003 (Ata publicada no DSF de 12.11.2003, pg. 36262) e comunicada na Sessão do SF de 07.11.2003 (DSF de 8.11.2003, pgs.35936/35937).

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,00
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

Ug 020055
Gestão 00001

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil, Agência 4201-3 conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 224-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminados:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-X
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA – DF – CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinatura dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3772 e (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômico-Financeira/Controle de Assinaturas, com Mourão ou Solange Neto/Waldir



EDIÇÃO DE HOJE: 172 PÁGINAS